

LUIZ SÍVERES
(ORGANIZADOR)



A extensão universitária como princípio de aprendizagem



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade



Universidade
Católica de Brasília



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
COMO UM PRINCÍPIO DE APRENDIZAGEM

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO UM PRINCÍPIO DE APRENDIZAGEM

Luiz Síveres
(Organizador)

Aline Aparecida Cezar Costa
Aurélio Rodrigues da Silva
Berenice Rocha Zabbot Garcia
Cléia Rosani Baiotto
Cleverson Pereira de Almeida
Elizabete Cristina Costa-Renders
Emanuela de Araujo
Enio Waldir da Silva
Fabiola Gomide Baquero Carvalho
Letícia Ribas Diefenthaler Bohn
Luciane Duarte da Silva
Luciane Pinho de Almeida
Lucimar Magalhães de Albuquerque
Luiz Síveres
Maria Inês Siqueira Araújo
Maria Madalena Dullius
Marli Teresinha Quartieri
Patrícia Aparecida Dias
Regina Pires de Brito
Regina Vazquez Del Rio Jantke
Rinaldo Molina
Salette Marinho de Sá
Solange Beatriz Billig Garces
Sonia Elisa Marchi Gonzatti
Sueli Maria Pessagno Caro



UNI
TWIN

**Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade**
Estabelecida em 13 de maio de 2008.



**Universidade
Católica de
Brasília**



Brasília-DF
2013

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, por quaisquer meios, sem autorização prévia, por escrito, da editora e do Programa Mestrado e Doutorado em Educação da UCB.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1999, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Coleção Juventude, Educação e Sociedade

Comitê Editorial

*Afonso Celso Tanus Galvão, Célio da Cunha, Cândido Alberto da Costa Gomes,
Carlos Ângelo de Meneses Sousa, Geraldo Caliman, Luiz Síveres, Wellington Ferreira de Jesus*

Conselho Editorial Consultivo

*Maria Teresa Prieto Quezada (Mexico), Bernhard Fichtner (Alemanha), Maria Benites (Alemanha),
Roberto da Silva (USP), Azucena Ochoa Cervantes (Mexico), Pedro Reis (Portugal).*

Conselho Editorial da Liber Livro Editora Ltda

*Bernardete A. Gatti, Iria Brzezinski, Maria Celia de Abreu, Osmar Favero, Pedro Demo,
Rogério de Andrade Córdova, Sofia Lerche Vieira*

Capa: *Edson Fogaça*

Revisão: *Jair Santana de Moraes*

Diagramação: *Samuel Tabosa de Castro*

Impressão e acabamento: *Cidade Gráfica e Editora Ltda.*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E96

A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem / Luiz Síveres
(Organizador) — Brasília: Liber Livro, 2013.

272 p. 17 cm

ISBN: 978-85-7963-089-7

1. Educação 2. Práticas de ensino 3. Ensino superior 4. Ensino universitário
5. Extensão educacional 6. Cidadania 7. Aprendizagem 8. Formação profissional
I. Luiz Síveres (Organizador)

CDU – 378-044.82

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|-----------------------------------|------------|
| 1. Ensino superior: Extensão | 378-044.82 |
| 2. Extensão: Ensino universitário | 378-044.82 |

Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade

Universidade Católica de Brasília

Campus I, QS 07, lote 1, EPCT, Águas Claras

71906-700 - Taguatinga - DF / Fone: (61) 3356-9601

observatorio(at)ucb.br

Liber Livro Editora Ltda

SHIN CA 07 Lote 14 Bloco N Loja 02

Lago Norte – 71503-507 – Brasília-DF

Fone: (61) 3965-9667 / Fax: (61) 3965-9668

editora@liberlivro.com.br / www.liberlivro.com.br

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	11
Sônia Margarida Gomes Sousa	
<i>Apresentação</i>	15
Luiz Síveres	
<i>O princípio da aprendizagem na extensão universitária</i>	19
Luiz Síveres	
Introdução	19
1. Um jeito de ser.....	20
2. Uma maneira de dialogar	24
3. Uma possibilidade de aprender.....	27
Considerações finais.....	31

Parte I

A Dimensão da Subjetividade do Estudante

<i>A dinâmica motivacional no processo de aprendizagem na extensão universitária</i>	37
Fabiola Gomide Baquero Carvalho	
Luiz Síveres	
Introdução	37
1. A dinâmica motivacional.....	38
2. Teoria de metas de realização.....	42
3. Dialogando sobre a motivação dos estudantes	44

3.1 Metatarefa “aprender”	45
3.2 Metatarefa “ <i>performance</i> ”	48
3.3 Alienação acadêmica	50
3.4 Outras análises possíveis	52
Considerações finais	54

Parte II

Os Processos de Aprendizagem na Extensão

<i>Aprendizagem: o olhar da extensão</i>	61
Aline Aparecida Cezar Costa	
Cléia Rosani Baiotto	
Solange Beatriz Billig Garces	
Introdução	61
1. Aprendizagem para a formação profissional (aprendizagem conceitual)	63
1.1 Aprendizagem para o conhecimento da realidade de atuação profissional	63
1.2 Aprendizagem para a aquisição de habilidades	65
1.3 Aprendizagem para fazer a relação da teoria com a prática (práxis)	66
2. Aprendizagem para a convivência coletiva e a inclusão social/compromisso social (aprendizagem procedimental)	68
2.1 Aprendizagem coletiva	69
2.2 Aprendizagem de inclusão	70
3. Aprendizagem para a aquisição e/ou a mudança de valores e a construção cidadã (aprendizagem atitudinal)	72
3.1 Aprendizagem de valores éticos	75
3.2 Aprendizagem de valores políticos	73
3.3 Aprendizagem de valores sociais	74
3.4. Aprendizagem sociopolítica e construção da cidadania: compartilhando experiências e vivências	75
Considerações finais	77

<i>A extensão e o alargamento do espaço de ensino-aprendizagem na educação superior</i>	81
Elizabete Cristina Costa-Renders	
Luciane Duarte da Silva	
Introdução	81
1. Da pergunta pela função da universidade na sociedade à contribuição da extensão para os estudantes	82
2. Constatações de ensino-aprendizagem na extensão	88
Considerações finais.....	91

Parte III

A Extensão e o Exercício da Cidadania

<i>A extensão e o exercício da cidadania</i>	97
Regina Vazquez Del Rio Jantke	
Sueli Maria Pessagno Caro	
Introdução	97
1. Extensão	98
2. Cidadania	100
3. O compromisso das instituições de ensino superior com a extensão	102
4. A visão dos estudantes sobre a extensão e sua cidadania.....	103
Considerações finais.....	106
 <i>Fortalecendo a cultura cidadã dos estudantes universitários – um dos papéis da extensão na universidade</i>	109
Enio Waldir da Silva	
Introdução	109
1. Novos desafios à universidade.....	111
2. A extensão universitária como lugar da prática da cidadania participativa	114
Considerações finais.....	129

<i>O fazer-saber e o saber-fazer: a integração de aspectos da aprendizagem extensionista com o exercício da cidadania</i>	137
---	-----

Lucimar Magalhães de Albuquerque

Introdução	137
O fazer-saber da cidadania e o saber-fazer dos extensionistas	139
Considerações finais	145

<i>Educação e cidadania: pressupostos para o compromisso social</i>	151
---	-----

Emanuela de Araujo

Aurélio Rodrigues da Silva

Introdução	151
1. Cidadania	152
2. A evolução político-constitucional das Constituições brasileiras	156
3. Educação e cidadania como pressupostos para o compromisso social	158
4. Análise de alguns dados da pesquisa	159
Considerações finais	165

Parte IV

A Extensão e a Formação Profissional

<i>Universidade e extensão universitária: uma relação dialógica entre formação profissional e compromisso social.....</i>	171
---	-----

Berenice Rocha Zabbot Garcia

Letícia Ribas Diefenthaler Bohn

Maria Inês Siqueira Araújo

Introdução	171
Extensão universitária: a percepção dos acadêmicos sobre suas experiências como extensionistas.....	172
Considerações finais	181

<i>Extensão universitária e formação profissional: processo de aprendizagem e procedimento de desenvolvimento sustentável.....</i>	183
--	-----

Luiz Síveres

Aurélio Rodrigues da Silva

Introdução	183
1. Processos de aprendizagem	185
2. Procedimento de desenvolvimento sustentável	189
Considerações finais.....	194

<i>Formação profissional no século 21: reflexões sobre as aprendizagens a partir da extensão universitária.....</i>	199
---	-----

Luciane Pinho de Almeida

Salette Marinho de Sá

Introdução	199
1. A extensão universitária e o papel da formação profissional	
2. A pesquisa sobre aprendizagens na extensão	200
2.1 Formação profissional do estudante por meio da construção do conhecimento	203
2.2 Articulação com o mercado de trabalho	207
2.3 Construção da prática profissional	210
2.4 Propiciação da convivência	213
2.5 Fomento a outras aprendizagens	216
Considerações finais.....	220

<i>O potencial da extensão para a formação profissional.....</i>	223
--	-----

Sonia Elisa Marchi Gonzatti

Maria Madalena Dullius

Marli Teresinha Quartieri

1. Tessituras entre a extensão e a formação profissional.....	223
2. Aspectos emergentes da formação.....	228
3. Conhecimento	229
4. Experiência profissional.....	233
5. Desenvolvimento pessoal	235

6. Conexão entre teoria e prática	238
Considerações finais.....	241
<i>Extensão universitária e formação profissional: a expressão de estudantes universitários</i>	<i>245</i>
Rinaldo Molina	
Regina Pires de Brito	
Cleverson Pereira de Almeida	
Patrícia Aparecida Dias	
Introdução.....	245
1. Colocar em prática conhecimentos aprendidos na universidade.....	250
2. Aproximar-se da vivência profissional.....	252
3. Preparar-se para o mercado de trabalho	253
4. Aprender, com a experiência, sobre solidariedade e cidadania ...	254
Considerações finais.....	257
<i>Posfácio: A extensão universitária como oportunidade de formação acadêmica e profissional criativa e inovadora</i>	<i>261</i>
Wanderley Chieppe Felipe	
<i>Anexo 1: Instituições participantes</i>	<i>267</i>
<i>Anexo 2: Roteiro das entrevistas</i>	<i>269</i>

PREFÁCIO

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta outra vez problematizado ao sujeito pronunciante, a exigir dele novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (PAULO FREIRE).

Essa citação de Paulo Freire parece-me absolutamente articulada com o objetivo deste livro: problematizar/discutir/refletir sobre a relação existente entre a experiência/vivência da extensão universitária por parte de discentes e docentes e o processo de aprendizagem oriundo da relação entre teoria e prática.

A referência explícita a Paulo Freire não apenas neste prefácio, mas em vários artigos deste livro diz da concepção ético-política que o norteia. Ou seja, aqui a extensão universitária é entendida em sua função educativa (em seu papel de formação dos sujeitos educandos), assim como em seu papel de transformação social. Há de se pensar, portanto, no fortalecimento de uma

cultura universitária na extensão que não se dá apenas na institucionalização de programas ou de ações, mas, acima de tudo, pela compreensão de que as atividades extensionistas se aproximam em muitos aspectos daqueles que primam pela função social do conhecimento, ou seja, pelo processo de democratização e transformação social. É desse lugar que a experiência formativa dos acadêmicos deve ganhar destaque nas atividades de extensão.

Também fica evidente na leitura dos artigos que o projeto educativo que ensina as atividades de extensão tem bases constituídas em um Projeto de Universidade que considera as relações sociais, as dimensões do mundo do trabalho, das políticas públicas, a fim de que seu Projeto Acadêmico seja também focado na comunidade imediata e na sociedade mais ampla. É na perspectiva de retroalimentar o processo ensino-pesquisa-extensão que as ações extensionistas são implementadas e se constituem importantes espaços formativo/educativos nas Instituições de Ensino Superior (IES) Comunitárias.

Este livro se soma a outras que nos últimos anos foram publicadas e que expressam o profundo e fértil debate sobre a extensão brasileira, realizado pelo Fórum de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (Forext) e apoiado pela Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc).

Assim, para além de destacar o necessário debate sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, este livro nos traz o resultado de uma investigação empírica em que o objeto de estudo foi o processo de aprendizagem na extensão universitária. A sua organização em quatro partes – Dimensão da Subjetividade do Estudante, Processos de Aprendizagem na Extensão, Extensão e Exercício da Cidadania e Extensão e Formação Profissional – apresenta os conteúdos dos artigos e ao mesmo tempo indica as várias possibilidades analíticas que a temática da extensão universitária pode proporcionar.

Dessa forma, os autores destacam a importância da extensão como espaço de formação acadêmica dos alunos (e também de seus professores), uma vez que a natureza de suas atividades corrobora para a articulação teoria-prática e para vivências interdisciplinares. Ao proceder assim, reafirma-se o caráter que deve compor as suas ações como espaço/tempo da vivência e da

experiência universitária, que colocam o conhecimento como bem público produzido e socializado por/para todos.

No conjunto, os artigos nos possibilitam compreender um pouco mais as múltiplas e complexas relações estabelecidas entre extensão e aprendizagem. Os textos aqui reunidos expressam abordagens teórico-metodológicas diversas, singulares e complementares, atravessadas pelo desafio de tematizar a extensão universitária brasileira no campo das IES Comunitárias. Une-os fortemente o compromisso ético-político-acadêmico de produzir conhecimento científico socialmente relevante, que contribua para a efetivação das políticas públicas brasileiras voltadas para a formação superior dos jovens brasileiros.

Vale, ainda, destacar que este livro é fruto do trabalho coletivo de um grupo de pesquisa, no qual estão envolvidas diversas instituições comunitárias, expressando o diálogo interdisciplinar necessário para a realização das ações/intervenções e da pesquisa no âmbito da extensão, que fomenta a relação entre ensino, pesquisa e extensão como componentes vivos do processo de formação e que opta por ser ação/intervenção, ou seja, que rompe com a dicotomia pesquisar e intervir.

O que se deseja é que a iniciativa de pesquisar a relação entre extensão e aprendizagens venha contribuir para a reflexão e para o aprofundamento de questões que constituem temas de interesse nacional e mundial. Espera-se que os resultados desta pesquisa/ação alcancem muitos e enriqueçam os debates e as experiências em curso em outras partes do País.

Gostaria de dizer que, para um país que tem como desafio ampliar o ingresso e permanência de seus jovens no ensino superior (em especial na faixa etária de 18 a 24 anos de idade), esse país deveria levar mais em consideração as experiências/aprendizagens que a extensão universitária enseja nos sujeitos que dela participam. É quase sempre unanimidade ouvir relatos marcados pelo antes e pelo depois da experiência extensionista na fala dos estudantes que dela participam. Eles dizem que a extensão lhes possibilitou fazer uma síntese entre a teoria e a prática, que conseguiram se ver como cidadãos e seres políticos, que conseguiram entender as políticas públicas para determinado setor e também dizem das relações afetivas/emocionais que essa experiência lhes proporcionou. Vimos assim que se

articulam dimensões fundamentais do processo ensino aprendizagem: cognição e afetividade.

Agradeço o gentil convite feito pelo Prof. Dr. Luiz Síveres para prefaciar esta obra. Aceitei-o porque o vejo como expressão de uma amizade tecida ao longo dos anos, das ações políticas estabelecidas no Forext (e em especial na Regional Centro-Oeste), e do compromisso profissional comum em discutir, atuar e pesquisar a extensão produzida nas universidades comunitárias brasileiras.

Por fim, deixo o convite à leitura do livro. Certamente, ele será capaz, por si só, de dizer muito mais do que me foi possível dizer até aqui.

Sônia Margarida Gomes Sousa

Pró-Reitora de Graduação da Pontifícia Universidade
Católica de Goiás (PUC-GO)

APRESENTAÇÃO

A universidade, entre as diversas qualificações, é compreendida pela dinâmica da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse processo busca referendar a possibilidade de pautar o projeto formativo para atender às finalidades da educação, contempladas nas proposições de sua regulação, que são o pleno desenvolvimento do educando, o exercício da cidadania e a capacitação para o trabalho.

Com o objetivo de dar efetividade a essas finalidades educativas existem diversas possibilidades, mas aquela que tem sido predominante é o processo de ensino e aprendizagem. Essa atividade pode, por sua vez, ser concretizada por distintas maneiras, mas a aprendizagem por meio de projetos tem se revelado de fundamental importância nos contextos universitários, principalmente quando são considerados os projetos de pesquisa e extensão.

Por essa razão, o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB) vem desenvolvendo pesquisa sobre a contribuição dos projetos de extensão no processo de aprendizagem de estudantes da graduação. A pesquisa faz parte da carteira de projetos da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e contou com a colaboração do Fórum de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (Forext), seja no nível regional ou no nacional.

A pesquisa investiga como a experiência de estudantes que estão envolvidos em projetos de extensão é capaz de produzir um processo de aprendizagem significativo, compreender como esses projetos podem colaborar com a construção de conhecimentos indissociáveis à pesquisa e

ao ensino, e como os estudantes podem contribuir para as transformações éticas e políticas desejáveis para a sociedade.

Assim, foi realizada uma primeira pesquisa, em nível regional, entre os estudantes das três Universidades Católicas do Centro-Oeste, a saber: Universidade Católica de Brasília (UCB), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). O resultado foi publicado no livro *Processos de aprendizagem na extensão universitária*.

Com base nessa experiência, foi realizada uma segunda pesquisa, agora em nível nacional, com a participação de 18 instituições comunitárias (Apêndice 1). A metodologia utilizada da pesquisa foi qualitativa, seguindo a técnica da entrevista semiestruturada (Apêndice 2), com 7 estudantes de cada instituição participante. Assim, as instituições são identificadas, nos artigos, por uma letra e os estudantes por números.

Tal trabalho visa confirmar a hipótese de que o ensino, a pesquisa e a extensão, quando realizados de forma indissociável, qualificam os estudantes universitários de forma acadêmica, profissional e social. O resultado da pesquisa está sendo divulgado por meio de artigos de professores das instituições participantes da pesquisa, que compõem este livro, o qual conta com o apoio de cooperação do Projeto MEC-Unesco-UCB.

O livro começa com o artigo introdutório de Luiz Síveres, que apresenta “O princípio da aprendizagem na extensão universitária”. Tal princípio pode ser efetivado na medida em que a extensão for um jeito de ser, uma maneira de dialogar e uma possibilidade de aprender. Na sequência, os textos estão distribuídos em quatro partes, que foram originados com base nas categorias de análise da pesquisa: *a dimensão da subjetividade do estudante, os processos de aprendizagem na extensão, a extensão e o exercício da cidadania e a extensão e a formação profissional*. A obra termina com um posfácio de Wanderley Chieppe Felipe, intitulado “A extensão universitária como oportunidade de formação acadêmica e profissional criativa e inovadora”.

A primeira parte, *A Dimensão da Subjetividade do Estudante*, conta com o artigo “A dinâmica motivacional no processo de aprendizagem na extensão universitária”, de Fabiola Gomide Baquero Carvalho e Luiz Síveres, que incorporam, numa construção conceitual, a dinâmica motivacional e

a Teoria de Metas de Realização, buscando um diálogo com os estudantes, para perceber os motivos que os levaram a participar de projetos de extensão.

A segunda parte, *Os Processos de Aprendizagem na Extensão*, começa com o artigo “Aprendizagem: o olhar da extensão”, de Aline Aparecida Cezar Costa, Cléia Rosani Baiotto e Solange Beatriz Billig Garces, que cartografa as visões de estudantes da graduação, com o objetivo de verificar a aprendizagem que eles constroem na realização de projetos de extensão; em seguida, o artigo, “A extensão e o alargamento do espaço de ensino-aprendizagem na educação superior”, de Elizabete Cristina Costa-Renders e Luciane Duarte da Silva, destaca a atuação em projetos de extensão e como essa atividade alarga o espaço de ensino-aprendizagem do estudante.

A terceira parte, *A Extensão e o Exercício da Cidadania*, é composta pelo artigo, “A extensão e o exercício da cidadania”, de Regina Vazquez Del Rio Jantke e Sueli Maria Pessagno Caro, que aborda a importância da participação em projetos de extensão universitária, nos quais as questões sociais estariam diretamente relacionadas com o desenvolvimento da cidadania. Outro artigo, “Fortalecendo a cultura cidadã dos estudantes universitários – um dos papéis da extensão na universidade”, de Enio Waldir da Silva, expõe as razões da construção e da definição dos papéis que a universidade cumpre na criação de uma cultura cidadã. O artigo “O fazer-saber e o saber-fazer: a integração de aspectos da aprendizagem extensionista com o exercício da cidadania”, de Lucimar Magalhães de Albuquerque, discute a possibilidade de compreender a integração de aspectos da aprendizagem extensionista com o exercício da cidadania, articulando o fazer-saber com o saber-fazer. Por fim, o artigo “Educação e cidadania: pressupostos para o compromisso social”, de Emanuela de Araujo e Aurélio Rodrigues da Silva, mostra, de modo especial, como os estudantes aprendem sobre o exercício da cidadania e o compromisso social por meio de projetos de extensão.

A quarta parte, *A Extensão e a Formação Profissional*, começa com o artigo, “Universidade e extensão universitária: uma relação dialógica entre formação profissional e compromisso social”, de Berenice Rocha Zabbot Garcia, Letícia Ribas Diefenthaler Bohn e Maria Inês Siqueira Araújo, que mostra como as ações extensionistas desencadeiam processos de desenvolvimento no indivíduo, não só na formação inicial, mas ao

longo da sua vida profissional. Outro artigo é “Extensão universitária e formação profissional: processo de aprendizagem e procedimento de desenvolvimento sustentável”, de Luiz Síveres e Aurélio Rodrigues da Silva, que sugere que o processo formativo deveria articular a capacitação profissional ao desenvolvimento sustentável. Ainda o artigo “Formação profissional no século 21: reflexões das aprendizagens a partir da extensão universitária”, de Luciane Pinho de Almeida e Salette Marinho de Sá, discute os referenciais de aprendizagem que mostram a importância de se reconhecer os projetos de extensão como espaço privilegiado de formação profissional do estudante universitário. O artigo “O potencial da extensão para a formação profissional”, de Sonia Elisa Marchi Gonzatti, Maria Madalena Dullius e Marli Teresinha Quartieri, evidencia a importância e a vitalidade da experiência da extensão para a formação profissional, construída na direção de uma formação de sujeitos mais conscientes de sua função social. Enfim, o artigo “Extensão universitária e formação profissional: a expressão de estudantes universitários”, de Rinaldo Molina, Regina Pires de Brito, Cleverson Pereira de Almeida e Patrícia Aparecida Dias, discute a importância das práticas acadêmicas contribuírem para o desenvolvimento integral do discente, futuro profissional, nas diferentes especialidades para as quais se volta sua formação.

Considerando o envolvimento efetivo das instituições parceiras, seja na aplicação da entrevista, ou na análise e na elaboração dos artigos, e a participação significativa dos estudantes e o apoio institucional do Projeto MEC-Unesco-UCB, pode-se chamar a atenção para a importância dos textos e para o reconhecimento singular de cada um dos autores. O objetivo maior deste trabalho é contribuir com a ampliação do conhecimento, e que este possa cooperar com o processo de aprendizagem por meio dos projetos de extensão.

Luiz Síveres

Diretor do Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Católica de Brasília (UCB)

O PRINCÍPIO DA APRENDIZAGEM NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Luiz Síveres*

Introdução

No contexto da realidade contemporânea, as Instituições de Educação Superior (IES) estão procurando caracterizar sua missão institucional por meio do desenvolvimento de um processo educativo, científico, social, artístico e cultural com base nas seguintes questões: quem somos? Por que existimos? O que fazemos? Como atuamos? Para onde nos movemos? Tais perguntas, juntamente com outros questionamentos, são o pressuposto básico, não tanto para buscar uma resposta, mas para fazer uma reflexão sobre o princípio da aprendizagem na extensão universitária.

Tal iniciativa busca caracterizar o referencial acadêmico com o objetivo de inspirar o projeto pedagógico e iluminar as opções estratégicas, bem como as demais iniciativas institucionais. Por isso, o princípio da aprendizagem precisa ser compreendido dentro de uma dinâmica indissociável com o ensino e a pesquisa. É com base nesse pressuposto que a extensão e a aprendizagem, objeto de compreensão deste trabalho, devem manter uma sintonia e uma sinergia com as demais diretrizes e projetos da instituição.

* Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Diretor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB).

A extensão universitária, entre a diversidade de entendimentos, pode ser considerada uma diretriz institucional, um processo mediador de construção do conhecimento e uma atividade que aponta para a finalidade do percurso da aprendizagem, qualificando o valor epistemológico, ético e político da instituição, que deve ser vivenciado, cotidianamente, pelos sujeitos acadêmicos e comunitários, pelos processos instituídos e instituintes, e pelos resultados individuais e coletivos.

Esse princípio está vinculado, também, ao seu projeto social, que se torna a razão do acolhimento de milhares de jovens, formando-os intelectual e profissionalmente, com o objetivo de atuar de modo profissional competente e de maneira cidadã consciente. Para que tal procedimento seja significativo, é oportuno que a relação da academia com a sociedade, por meio de seus projetos pedagógicos, constituam-se um tempo e um espaço favoráveis para o processo de aprendizagem.

Com o propósito de compreender o princípio de aprendizagem, entre outras opções, é adequado dizer que a extensão é um jeito de ser, uma maneira de dialogar e uma possibilidade de aprender, aspectos que serão apresentados na sequência, mas que devem ser entendidos e praticados de forma articulada e sintonizados com o projeto pedagógico institucional.

1. Um jeito de ser

A identidade institucional, ou seja, o jeito de ser, não é um conceito abstrato e estático que a define, mas uma diretriz capaz de revelar sua essência e existência na realidade contemporânea. Nesse sentido, a missão institucional é concebida como uma ideia-força capaz de agregar sujeitos e organizações sociais, que, por meio da geração e comunicação do conhecimento, podem usufruir de uma qualidade de vida pautada pela ética, pela justiça e pela verdade. O atributo essencial deste jeito de ser está expresso na própria terminologia, isto é, a “universidade” é um movimento sincrônico entre a unidade e a diversidade.

A sincronidade, segundo Jung (2011), é o encontro de dois acontecimentos, dois movimentos ou dois sujeitos que se vinculam pela

sua significação, porém, sem uma ligação causal. Nesse sentido, a unidade e a diversidade da universidade são duas manifestações institucionais que garantem a significância de seu projeto pedagógico, mas que, numa realidade complexa e dinâmica, a relação acausal se revela mais apropriada para desencadear uma energia institucional. A relação, nesse caso, não é simétrica, mas assimétrica, garantindo uma potencialidade ainda maior da instituição para com seu projeto educativo e social.

Tal energia permeia todos os sujeitos acadêmicos, todos os projetos pedagógicos e todas as estratégias institucionais, revelando, segundo Crema, que “a parte está no todo e que o todo está nas partes, confirmando o princípio implícito no termo universidade: unidade na diversidade” (1995, p. 43). Dessa forma, como a unidade está na diversidade e a diversidade se encontra na unidade, a relação dialógica entre esses dois movimentos se projetam tanto para a sua institucionalidade quanto para a sua universalidade.

Entre as diversas abordagens da instituição de ensino superior, que poderiam contribuir com a compreensão dessa dinâmica dialógica, estão a contextualização geopolítica local e internacional, a forma de produzir e sistematizar os conhecimentos e a maneira de acolher e disponibilizar os saberes. Tais analogias não podem ser entendidas como antagônicas e nem justapostas, mas compreendidas como complementares e sinérgicas.

Assim, o primeiro aspecto, a contextualização geopolítica, tem sua referência, inicialmente, na significação da unidade, isto é, da UNI-versidade, podendo-se destacar a sua vinculação e o seu enraizamento local, isto é, ela está fortemente atrelada à cultura, à economia e à política regional. Nesse caso, os segmentos educacionais precisam assumir a fisionomia daquela região, constituindo-se um dispositivo para inseri-los na realidade social, no ambiente cultural e no espaço geográfico regional. Tal posicionamento revela a adesão que a instituição tem para com o espaço circundante, bem como o reconhecimento local, por caracterizar-se numa referência específica no desenvolvimento daquela região.

Por outro lado, a contextualização geopolítica assume a significação da diversidade, isto é, da uni-VERSIDADE, na medida em que estiver acoplada ao conceito de universalidade, que talvez seja o grande desafio da atualidade, mas revela o potencial para desvendar novos horizontes e atravessar novas

fronteiras. Daí a importância em compreender o mundo de forma global, estimular um processo educativo transversal e desencadear ações inovadoras que impactem as distintas realidades sociais. Tal movimento constituiu-se, segundo Síveres (2011), uma instituição que está, constantemente, “transcendendo fronteiras”, seja pela ousadia de seu projeto pedagógico, seja pela aventura em navegar pela diversidade dos conhecimentos e pelo entusiasmo em inaugurar parcerias inovadoras com outros grupos socioeconômicos e com outros segmentos nacionais e internacionais.

O segundo aspecto, a construção do conhecimento, se dá também, pela significância institucional da UNI-versidade, na medida em que se desenvolve aquilo que é específico de sua missão, que é gerar, sistematizar e difundir conhecimentos. Para compreender a importância dessa opção, Síveres (1999) sugere uma metáfora denominada de “a janela, a porta e a casa do conhecimento”. Nesse sentido, o conhecimento pode ser apreendido pela janela (*windows*), principalmente pela informação que se busca pelos meios digitais, e partilhado pela porta, de modo especial pela relação que se estabelece com teorias e teóricos que fazem parte de comunidades afins, mas que tem a necessidade de ser cultivado e degustado nos diversos ambientes da casa, isto é, deveria se estabelecer uma relação dialogal com todas as formas de saberes. Assim, quanto mais os moradores se movimentarem pelos distintos cômodos da moradia, isto é, quanto mais os sujeitos educacionais transitarem pelos diferentes espaços da instituição, tais como a biblioteca, o laboratório ou os projetos sociocomunitários, mais o conhecimento pode tornar-se envolvente, consistente e eficiente.

Outrossim, a construção do conhecimento assume uma significância institucional caracterizada pela uni-VERSIDADE, principalmente em sua relação com a diversidade de conhecimentos. Portanto, mais do que ser uni-versal, a universidade desempenha a função pluri-versal, rompendo, dessa forma com o percurso uni-direcional para se transformar em multi-direcional, construindo conhecimentos por meio de uma diversidade de sujeitos e de fenômenos. Para fortalecer tal posicionamento, é oportuno retomar a proposta de Santos, que sugere a sociologia das emergências, cuja base filosófica está pautada no “ainda-não”, revelando por um lado a capacidade (potência) e, por outro, a possibilidade (potencialidade).

Segundo o autor, a sociologia das ausências será superada pela sociologia das emergências, porque esta é “a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas” (2004, p. 796). Nesse sentido, a relação com o conhecimento precisa apontar para dimensões universais.

O terceiro aspecto, a comunicação dos saberes, no processo significativo da UNI-versidade, caracteriza-se pelo movimento de acolhida da diversidade dos saberes, dos conhecimentos produzidos em outras regiões e das experiências de outros sujeitos ou grupos sociais. Essa dinâmica de fora para dentro, muitas vezes, é mais difícil, mas é uma oportunidade para posicionar a instituição em relação a seu caráter de acolhimento e cuidado com aquilo que, no fundo, já é patrimônio da humanidade. Nesse sentido, criar uma rede de diálogo, intercâmbio e cooperação com outras instituições educacionais, governamentais ou sociais, objetivando acolher e partilhar os conhecimentos construídos para fortalecer a autonomia e autoestima dos estudantes e professores, transforma a instituição numa verdadeira incubadora de saberes e conhecimentos.

Por outro lado, a comunicação dos saberes, assumido como um processo significativo da uni-VERSIDADE, legitima seu direcionamento para fora, para outros horizontes, para outras aprendizagens. Como seres aprendentes, é preciso, segundo Freire, “*construir, reconstruir, constatar para mudar*, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito” (1998, p. 77, grifo nosso). Esse processo exige, por meio da abertura e da aventura, uma disposição de ampliação e de universalização dos saberes e conhecimentos, afirmando que estamos inacabados e que estamos num movimento de construção histórica. O processo de aprendizagem não é realizado apenas numa instituição, mas engloba todo o sistema social; não se restringe a uma entidade escolar, mas envolve todos os segmentos educacionais; não se desenvolve apenas por uma metodologia, mas passa por todas as formas de construção do conhecimento.

A identificação relacional desses três movimentos revela tanto a dinâmica institucional quanto a modalidade universal, aspectos que confirmam a dimensão sincrônica da UNI-VERSIDADE. Tais diretrizes se manifestam num projeto pedagógico e social, buscando contribuir para que os sujeitos educativos tenham a consciência de sua formação profissional e

cidadã, e percebam que fazem parte de um mundo no qual podem contribuir com a indicação do sentido da história e da humanidade.

Considerando, portanto, o jeito de ser da universidade, por meio de um movimento de encontro e procura, de adesão e expansão, de enraizamento e transcendência, a novidade está, justamente, nessa fecundação entre os saberes acadêmicos e comunitários, nessa articulação entre os conhecimentos básicos e aplicados, nessa fusão entre os projetos institucionais e sociais, nessa projeção regional e internacional, ou nessa sincronicidade entre a unidade e a diversidade.

Considerando, portanto, essa dinâmica dialógica e dialogal, os processos vitais e sociais, os relacionamentos pessoais e coletivos, as disposições curriculares e interdisciplinares, o dimensionamento da identidade e da universalidade constituem os elementos definidores e dinamizadores da extensão universitária. Esse jeito de ser demonstra a especificidade de ser da universidade, objetivando promover a condição humana, a formação acadêmica e a promoção do desenvolvimento social. Tais atributos caracterizam um jeito de ser institucional e revelam que uma universidade aprendente está disposta a desenvolver uma maneira de dialogar.

2. Uma maneira de dialogar

A universidade, como uma entidade do complexo sistema social, pela própria razão de ser, precisa assumir uma maneira de dialogar e, num primeiro movimento, é toda a organização que se coloca numa atitude dialogante, e tal esforço não se realiza de forma unidirecional, mas de maneira pluridirecional, compreendendo a instituição como uma energia propositiva na realidade multidimensional da sociedade. Nessa dinâmica, o diálogo dos sujeitos acadêmicos, com a diversidade de informações, de conhecimentos e de saberes, potencializa o projeto pedagógico institucional.

Além de dialogar com a própria instituição, é necessário outro movimento que a identifica pelos seus valores éticos, pela sua proposta política e pelo seu compromisso com a sociedade, aspectos que precisam ser comunicados. Considerando, portanto, que a universidade, ao se constituir

uma instituição educadora, é também comunicadora porque explicita uma pronúncia e acolhe uma manifestação. Na medida em que assume essa categoria comunicacional, ela é dialogal. O diálogo, segundo Freire (1992), não é a transferência de informações ou de conhecimentos, mas um encontro de sujeitos que exercitam a busca do significado das informações e dos conhecimentos. Os sujeitos se afirmam, assim, pela intersubjetividade e, na medida em que os significados se fortalecem, o diálogo torna-se o referencial do projeto educativo.

Sob esse pressuposto dialogal, diversas são as possibilidades para compreender a extensão universitária, mas é necessário retomar a proposta fundante de Freire, que proclama que o mundo humano é um mundo de comunicação e, em consequência, os sujeitos humanos são sujeitos comunicantes. Dentro desse horizonte de compreensão, a extensão universitária deveria ser compreendida como um exercício de comunicação. Segundo a proposta freireana, “o que caracteriza a comunicação, enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (1992, p. 67). Nesse caso, a extensão universitária é caracterizada como uma finalidade constitucional e, portanto, um atributo institucional para colocar em movimento um processo dialogante.

Compreendendo, porém, que o diálogo é um elemento inerente à instituição educativa, é adequado destacar a importância de contribuir para com o sentido da pessoa e da história, pautar o processo educativo como uma ação e reflexão e promover possibilidades diferenciadas de experiências educativas. Tais dimensões, dispostas na sequência, podem ajudar na efetivação dessa maneira de dialogar.

O primeiro aspecto, o de contribuir com o sentido da pessoa e da história, torna-se a concretização inicial de um processo dialogal. Tal exigência se torna ainda mais premente na realidade contemporânea, porque várias constatações revelam que a humanidade vive num estado de ausência de sentido ou, segundo Castoriadis (2009), vive-se numa certa embriaguês da criação de sentido, fato que reflete fortemente uma letargia política e uma situação conformista da história. É por isso que algumas instituições têm a função de vivenciar o sentido como um valor essencial, porque, de acordo com Arduini (2007), ele é o iluminador e o revelador do percurso que a

humanidade precisa fazer. Com base nessa proposta, a universidade não é a única, mas recai sobre ela a responsabilidade para iluminar e revelar o sentido da história, da vida e do próprio conhecimento. A extensão tem como uma de suas finalidades, portanto, comunicar os valores e as potencialidades institucionais para a efetivação do sentido da vida e da história humana.

O segundo aspecto, o de pautar o processo educativo como uma ação e reflexão é fazer da educação um empreendimento que acolhe as necessidades e as demandas da sociedade e, por meio do projeto formativo e profissionalizante, contribuir com o desenvolvimento social. Além dessa diretriz institucional pública, é oportuno propor que se comuniquem, também, as suas mediações aprendentes. O público, segundo Arendt (1999), tem a ver com o comum, sob o aspecto de que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos, bem como o próprio mundo é comum a todos. Por isso que a extensão tem uma função importante para tornar públicos os projetos acadêmicos por meio da problematização, da transversalidade e da historicidade. Nesse sentido, é oportuno tornar comum o conhecimento, o processo educativo e o projeto sociocomunitário, como uma condição política da própria instituição.

O terceiro aspecto, o de promover possibilidades diferenciadas de experiências educativas, é a razão de ser da universidade, isto é, motivar os sujeitos acadêmicos para que possam ampliar as oportunidades de aprendizagem por meio de outras experiências. Para fundamentar tal proposta, Santos (2004) propõe uma sociologia baseada em cinco experiências: 1) de conhecimentos, 2) de desenvolvimento, trabalho e produção, 3) de reconhecimento, 4) de democracia e 5) de comunicação e de informação. O elemento definidor dessa proposta é que a experiência não se caracteriza como uma ação suplementar, mas configura-se como referencial ético, político e pedagógico do conhecimento, da aprendizagem e da responsabilidade social. A extensão universitária, junto com o ensino e a pesquisa, tem, justamente, a tarefa de oportunizar uma diversidade de experiências de aprendizagem.

Com base na sugestão de que a extensão configura-se pela maneira de dialogar, contribuindo com o sentido da civilização contemporânea, com o processo público e político de sua ação e reflexão e com a possibilidade de

renovar ou inovar por meio de experiências distintas, ela constitui-se um “espaço privilegiado da atuação humana na criação/recriação do mundo e das relações das pessoas com ele” (NOGUEIRA, 2001, p. 10). Tal procedimento revela o compromisso histórico que a universidade tem para com a realidade social, para com o processo de criação e sistematização do conhecimento e para com as experiências inovadoras dos sujeitos aprendentes, que revelam, por sua vez, outras possibilidades de aprendizagem.

3. Uma possibilidade de aprender

Na história humana, por meio de uma compreensão longitudinal, é possível recordar, de forma bastante genérica, as distintas possibilidades de aprendizagem. Para isso, é oportuno lembrar a contribuição, na Antiguidade, da maiêutica de Sócrates, da busca pelo mundo das ideias em Platão e do contato com o mundo dos sentidos em Aristóteles; no contexto da Modernidade, o mecanicismo de Descartes, o determinismo de Newton e o positivismo de Comte; no período contemporâneo, o interacionismo de Kant, o desenvolvimento genético de Piaget, a influência sociocultural de Vygotsky. Atualmente podem ser indicadas, entre outras, a dimensão do enraizamento de Deleuze, a transdisciplinaridade de Morin e a ecologia dos saberes de Sousa Santos.

Além dessas construções conceituais, que foram se tornando mais intensas nos processos aprendentes, outras possibilidades poderiam ser enumeradas porque, de acordo com Brandão (2008), somos seres de palavra, seres simbólicos e seres culturais; por consequência, somos seres do aprendizado. Segundo essa proposta, o que caracteriza a condição humana, nesse projeto, é a pluralidade de opções, a continuidade dos processos e a intensidade dos percursos.

A extensão universitária, como um elemento inerente a esse projeto institucional, deve transformar-se numa possibilidade de aprendizagem, que, de acordo com as Diretrizes de Extensão (2009), constitui-se o eixo transversal para as atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão, que dá continuidade à articulação entre teoria e prática e que

promove a integração entre universidade e sociedade, legitimando o projeto pedagógico da primeira, como geradora e sistematizadora de conhecimentos.

Despertar a potencialidade e a capacidade de aprender dos sujeitos aprendentes, nas vivências diárias nos distintos tempos e espaços de aprendizagem, bem como fortalecer a ação e a reflexão nos diversos processos, por meio dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, objetivando efetivar propostas e práticas de desenvolvimento pessoal e social, com base em critérios de responsabilidade, ética e justiça social, podem caracterizar-se como os pressupostos básicos de um projeto político-pedagógico da instituição de ensino superior.

Considerando a extensão como uma possibilidade de aprender, diversas maneiras aprendentes poderiam ser sugeridas, mas é oportuno indicar o tempo, o espaço e o processo de aprendizagem como situações específicas dessa proposta. Esses aspectos, além de revelarem dimensões essenciais da condição humana, influenciam fortemente o percurso da aprendizagem. As três considerações, analisadas de forma autônoma, formam, porém, uma dinâmica integradora da condição humana e um movimento integrador da aprendizagem.

O primeiro aspecto: o tempo ou as temporalidades de aprendizagem, o primeiro aspecto, são diferentes tanto para os sujeitos como para as instituições. Porém, de forma geral, os percursos da aprendizagem estão organizados por um tempo linear, que se revela como único e contínuo, ou cíclico, que se fecha num círculo, dando a ideia do eterno retorno. Como compreender a aprendizagem no contratempo, no entretempo ou em tempos alternativos? Talvez neste momento da história humana, as temporalidades sejam mais apropriadas do que o tempo único, uniforme ou contínuo.

Nesse caso, como existem os tempos do trabalho, do lazer, do descanso, existe o tempo formativo. Essa modalidade de tempo foi identificada por Pineau (2003) como cronosformação, que leva em conta as múltiplas temporalidades, bem como os diversos sincronizadores sociais, tais como a diversidade do movimento cotidiano, a alternância entre teoria e prática e a experiência de vida como construção para o sentido da própria vida.

Segundo Heidegger (1978), mais do que aprender, é deixar aprender. Nesse caso, segundo o autor, é mais fácil ensinar do que aprender, porque, na medida em que se deixa aprender, se dá autonomia ao aprendiz e se permite que ele organize o conhecimento segundo seu tempo e segundo o sentido que deseja dar a ele. Esse é um tempo propício, porque rompe com a lógica do tempo linear e mergulha numa nova temporalidade de aprendizagem.

Portanto, é possível compreender que o tempo formal aprendente ocorre dentro de uma matriz curricular ou num período determinado para o desenvolvimento de uma pesquisa. A universidade, por meio da extensão, pode ressignificar o tempo linear ou o cíclico e proporcionar momentos alternativos de aprendizagem, participando de projetos de pesquisa e de extensão, inserindo-se em estágios ou iniciativas de voluntariado, compartilhando ações comunitárias ou serviços sociais. Essas iniciativas, geralmente, trasbordam a estrutura cronológica e possibilitam tempos alternativos de aprendizagem.

O segundo aspecto: o espaço ou as espacialidades de aprendizagem também são diferenciados, tanto para os sujeitos quanto para as instituições, porque acontecem nas conexões e nas aberturas para novas possibilidades de aprendizagem. A espacialidade aqui compreendida não é tanto o espaço físico, mas a constituição, segundo Brandão (2008), de “comunidades aprendentes”, que são unidades sociais nas quais ocorrem a participação, a partilha e a formação de vida.

Neste caso, a escola, como uma espacialidade de aprendizagem, é, de acordo com Brandão, “a mais importante e a mais indispensável comunidade de práticas da educação e de suas inúmeras experiências do aprender-ensinar-aprender” (2008, p. 117). De acordo com o autor, a escola torna-se uma unidade social que tem a responsabilidade de educar, dispondo da diversidade de espaços para criar, em conexão com outras experiências, uma grande rede de aprendizagem, seja ela presencial ou virtual, física ou digital.

Assim os espaços formativos, normalmente disponibilizados para o processo de aprendizagem, são a sala de aula, o laboratório e a biblioteca. Nesses espaços, a memorização, a informação e a reprodução do conhecimento são preponderantes. A universidade, por meio da extensão, pode ampliar esse ambiente e considerar as comunidades locais, as organizações sociais ou as

regiões culturais como lugares alternativos, complementares e amplificadores do processo de aprendizagem.

O terceiro aspecto: o processo ou as processualidades de aprendizagem, de forma geral, estão ancorados numa dinâmica linear e numa metodologia fragmentada, fato que exige, num contexto mais complexo e mais holístico, segundo Crema (1995), um percurso de encontro e de comunhão, bem como um caminho de participação e de religação, superando, assim, o olhar dualista do sujeito-objeto e fortalecendo uma visão transdisciplinar dentro de um sistema complexo no qual interagem sujeitos e objetos.

Na medida em que se instala um percurso aprendente, o sujeito da aprendizagem, segundo Rey (2008), precisa levar em conta o caráter singular do processo de aprender e de compreender a aprendizagem como uma prática dialógica. Com isso, o autor quer resgatar o protagonismo do aprendiz e valorizar a atitude dialogal como processo de aprendizagem. Nesse caso, o aprendiz é sujeito de seu processo de aprendizagem e não um consumidor de informações, colocando-se numa aventura do conhecimento e não como um absorvedor de dados acumulados.

Nesse sentido, segundo Assmann, “aprender é um processo auto-organizativo no sentido de criação do novo” (1998, p. 65). O processo na extensão, situado nas fronteiras institucionais e sociais, abre horizontes para um conhecimento mais criativo e inovador, fortalecendo um percurso mais compreensivo que informativo, mais reflexivo que transferidor de conhecimentos, mais produtivo que armazenador, mais invenção que enquadramento, mais possibilidades que certezas, mais sentido que direção, mais interdisciplinaridade que disciplinaridade, mais complexidade que simplificação, mais sujeitos que expectadores, mais vivências que exigências.

Portanto, retomando o percurso feito, a aprendizagem no tempo, no espaço e no processo deve caracterizar-se, no entanto, pela indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse caso, a extensão desenvolve, porém, um modo específico de aprender, porque proporciona a ampliação do espaço, a otimização do tempo e a significação do processo. A universidade, por meio da extensão, pode promover experiências diferenciadas, contatar realidades distintas e propiciar a participação em projetos sociocomunitários,

contribuindo, dessa maneira, com possibilidades diferenciadas de aprendizagem.

Por fim, a possibilidade de aprender no espaço, no tempo e no processo pressupõe desenvolver competências humanas, pedagógicas e profissionais; refletir e atuar de forma transversal por meio de temáticas, projetos ou experiências institucionais; e promover uma educação que, segundo Arduini, “ensina a pensar, a pesquisar, a dialogar, a criar, a viver e conviver” (2007, p. 127). Dessa forma, a possibilidade de aprender revela o jeito de ser e a maneira de comunicar.

Considerações finais

Considerando que “a extensão é educativa” (FREIRE, 1992, p. 22), cabe a ela desenvolver um jeito próprio de educar. Essa postura educacional exige uma sensibilidade diante da realidade, uma compreensividade dos conhecimentos e um compromisso com a sociedade, aspectos que confirmam o princípio da aprendizagem por meio do jeito de ser, da maneira de dialogar e da possibilidade de aprender.

Com base nesse princípio, a extensão como um meio ou como uma finalidade educativa retoma, segundo Freire (1992), a importância da emancipação dos sujeitos do pensamento, do diálogo entre a subjetividade e a objetividade do conhecimento e uma ação transformadora da realidade social. Nesse caso, a extensão enriquece o processo de ensino-aprendizagem para a qualificação de profissionais, cientistas e cidadãos.

A extensão universitária é compreendida, de forma geral, como a função social da universidade, ou como a maneira específica de fazer ensino e pesquisa, ou como uma forma supletiva para desenvolver ações sociocomunitárias. De forma sutil ou emblemática, tais entendimentos não contribuem com a compreensão do princípio de aprendizagem na extensão universitária.

Compreender a extensão universitária como um processo de aprendizagem reafirma o seu caráter acadêmico e viabiliza um percurso para que os projetos de ensino e de pesquisa revelem a possibilidade de

um trabalho indissociável. Nesse sentido, o ensino, a pesquisa e a extensão configuram-se como atividades essenciais para garantir uma aprendizagem significativa com vistas à realidade contemporânea.

Enfim, o jeito de ser, a maneira de dialogar e a possibilidade de aprender das instituições educacionais configuram-se como uma comunidade de aprendizes e de aprendentes. Tal comunidade é, segundo Vannucchi (2004), um estilo intencional de vida, que se manifesta nos sujeitos, nos processos e nos resultados da instituição. Esse conjunto de proposições revela, portanto, a importância do princípio da aprendizagem na extensão universitária.

Referências

ARDUINI, Juvenal. *Ética responsável e criativa*. São Paulo: Paulus, 2007.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação*: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Minha casa, o mundo*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

CASTORIADIS, Cornelius. *Janela sobre o caos*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.

CREMA, Roberto. *Saúde e plenitude*: um caminho para o ser. 5. ed. São Paulo: Sumus, 1995.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

- HEIDEGGER, Martin. *Que significa pensar?* Buenos Aires: Nova, 1978.
- JUNG, Carl Gustav. *Sincronicidade*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- NOGUEIRA, Adriano (Org.). *Estendendo fronteiras*. A extensão e a pesquisa na formação do educador. Taubaté, SP: Cabral Editora Universitária, 2001.
- PINEAU, Gaston. *Temporalidades na formação*: rumo a novos sincronizadores. São Paulo: Triom, 2003.
- REY, Fernando L. González. O sujeito que aprende. Desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica. In: TACCA, Maria Carmen Villela Rosa (Org.). 2. ed. *Aprendizagem e trabalho pedagógico*. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 29-44.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.
- SÍVERES, Luiz. A janela, a porta e a casa do conhecimento. *Revista de Ciências da Educação*, Americana, SP, v. 12, n. 22, p. 593-608, 1999.
- _____. Princípios estruturantes da extensão universitária. In: MENEZES, Ana Luisa Teixeira de; SÍVERES, Luiz (Orgs.). *Transcendendo fronteiras*: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES). Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2011, p. 26-50.
- VANNUCCHI, Aldo. *A universidade comunitária*. O que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2004.

Parte I

A Dimensão da Subjetividade do Estudante

A DINÂMICA MOTIVACIONAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Fabiola Gomide Baquero Carvalho*

Luiz Síveres**

Introdução

A realização de um curso superior tem sido cada vez mais valorizada no mercado de trabalho, visto que a formação acadêmica exerce papel preponderante na qualidade da empregabilidade no Brasil e na evolução profissional dos jovens egressos das Instituições de Ensino Superior (IES). Aliada à questão técnica da formação acadêmica, uma discussão sobre a formação humana e ética dos estudantes universitários tem sido objeto de estudos por parte de educadores e pesquisadores da área educacional.

Diante da importância de uma formação preocupada com as questões sociais, ambientais e culturais de seu micro e macrocontexto, e considerando que as Instituições Comunitárias de Ensino Superior (Ices) são reconhecidas pelo caráter articulado de seus projetos de extensão e de ação comunitária, realizadas de forma proativa nas comunidades, levanta-se a hipótese de que a formação universitária desses estudantes apresenta características que os

* Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Assessora de Extensão e professora da Universidade Católica de Brasília (UCB).

** Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Diretor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB).

identificam com a formação comunitária e extensionista mais expressiva e mais significativa.

A extensão na universidade brasileira é uma atividade acadêmica presente há quase um século. A própria Constituição Federal de 1988, no Artigo 207, pontua que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2004). Mais que uma mera formalidade legal, os Projetos Pedagógicos Institucionais das Ices entendem a indissociabilidade como um processo pedagógico, ou seja, um processo que contribui para a formação integral de seus estudantes. Isso significa dizer que a extensão é entendida como princípio e processo de aprendizagem e, como tal, relaciona-se, segundo Síveres (2010), com o conhecimento, com a aprendizagem e com o compromisso social, por meio de ações que dão relevância política e ética ao saber produzido além de ações que levam à socialização desse saber.

Por meio dessas proposições, e contextualizando este artigo dentro de um projeto de pesquisa, está se fazendo um recorte para aprofundar a motivação dos alunos de IES comunitárias que participam de projetos de extensão. No conjunto das manifestações, as respostas foram agrupadas em categorias, para compreender as motivações que os estudantes consideram importantes para o seu processo de aprendizagem. Essa abordagem empírica está incorporada numa construção conceitual, destacando-se a dinâmica motivacional, a Teoria de Metas de Realização e um diálogo com os estudantes sobre suas motivações.

1. A dinâmica motivacional

A origem etimológica da palavra *motivação* vem do latim *movere*, que significa “mover”, cujo termo semanticamente aproximado, na língua portuguesa, é definido como “motivo”, isto é, aquilo que move uma pessoa, que a leva a agir, ou que a coloca em ação ou a faz mudar (BZUNECK, 2001).

A motivação é, conforme Zenorini (2007), um construto que, nas últimas décadas, vem recebendo grande destaque por parte de estudiosos

de diferentes áreas como educação, organizações, esporte, lazer, entre outras. Ela envolve uma variedade de aspectos comportamentais, que estão relacionados à diversidade de interesses, que variam de pessoa para pessoa.

Embora haja diferentes teorias e concepções sobre motivação, segundo Murray (1986), existe, de certa forma, um acordo entre grande parte dos teóricos sobre o motivo como um fator interno começa, dirige e integra o comportamento humano. O autor ressalta, ainda, que o motivo não é diretamente observado, mas inferido por meio do comportamento, ou seja, os motivos são os porquês do comportamento humano, são eles que irão manter as atividades e determinar a orientação geral das ações.

Para isso, torna-se importante contextualizar o ambiente de aprendizagem e compreender como as experiências universitárias marcam a vida acadêmica dos estudantes, porque tais experiências influenciam positiva ou negativamente a formação superior deles. E compreender que as questões pessoais dos alunos, as exigências acadêmicas que devem ser desempenhadas com eficiência e a adaptação a um novo ambiente podem influenciar tanto o desempenho acadêmico como o desenvolvimento psicossocial dos estudantes. Essa é a questão fundamental deste trabalho, visto que a inserção dos estudantes em projetos de extensão, durante seu processo de formação, irá contribuir com o princípio de uma formação integral do sujeito no percurso universitário.

O ambiente da educação superior, ao promover espaços de aprendizagem diversificados, contribui diretamente com a motivação para o aprender dos estudantes, bem como com o estilo do professor em relação ao desenvolvimento de atividades de aprendizagem. Nesse caso, a organização curricular no contexto acadêmico, os editais para participação em projetos de pesquisa e de extensão, entre outras ações institucionais, são essenciais para a motivação dos alunos. Tudo isso favorece o desenvolvimento cognitivo e afetivo dos estudantes.

Confirmando isso, Santos, Lima e Cunha (2010) se referem à preocupação com a vida acadêmica, na medida em que existe uma decorrência efetiva de aprendizagem, a qual vai depender de variáveis de grande influência social. No mesmo sentido, Santos, Polydoro, Teixeira e Bardagi (2010) relatam a dificuldade em avaliar os efeitos da educação

superior na vida acadêmica, pois o impacto dessa formação depende tanto do perfil do estudante e de suas características pessoais quanto da diversidade das instituições, dos cursos e das experiências de formação superior.

Essas pesquisas corroboram a hipótese de que instituições comunitárias, por apresentarem configuração estrutural e estratégica diferenciada e específica, propiciam aos estudantes um ambiente com características próprias, que são marcadas pela participação comunitária tanto na dinâmica da IES quanto na inserção proativa para a resolução de problemas sociais próprios da região, bem como na garantia de participação de estudantes em ações e projetos de extensão.

Em direção semelhante, Zenorini e Santos (2010) dizem que os constructos dos efeitos da educação superior nos estudantes podem ser compreendidos ora como um fator psicológico ou um conjunto de fatores, ora como um processo. Por isso, não é tarefa fácil compreender como uma atividade influencia diretamente a formação de um sujeito, já que é determinada por diversas ordens e, por isso, caracterizam-se como um processo multifacetado, construído nas relações estabelecidas entre o estudante e a instituição de ensino.

Estudos da área psicológica e autores como Pintrich e Schunk (2002) defendem a ideia de que a motivação deve ser encarada como um processo e não como um produto, uma vez que não é possível observá-la diretamente, mas somente inferi-la diante dos comportamentos e dos efeitos que ela produz. Para os autores, a motivação envolve metas ou objetivos que requerem o envolvimento físico e mental, entendendo como envolvimento físico o esforço e a persistência, por exemplo, e como mental o planejamento, a tomada de decisões, a solução de problemas, entre outros. Sob essa perspectiva, é preciso conhecer como cada indivíduo responde às dificuldades, aos problemas e aos fracassos, visto que são esses processos motivacionais que correspondem a expectativas, atribuições e sentimentos que irão auxiliar a pessoa a superar as dificuldades e a sustentar a motivação.

O crescente número de pesquisas sobre a motivação no ambiente escolar demonstra que essa é uma questão que tem despertado a preocupação de educadores e de estudiosos, visto ser considerada como um dos principais

fatores que favorecem a aprendizagem dos estudantes. Por isso, um estudante motivado demonstra maior envolvimento e esforço no processo de aprendizagem, enfrenta tarefas desafiadoras, não desanima diante do insucesso, persiste ao realizar os trabalhos e utiliza as estratégias mais adequadas para alcançar os resultados propostos.

Por essa razão, Santos, Lima, e Cunha (2010) sugerem que durante toda a graduação seja requisitada dos estudantes maior autonomia para a participação nas atividades curriculares e extracurriculares, como palestras, cursos, congressos e outros, pois nesse momento são importantes as atribuições motivacionais para realizar com sucesso essas atividades. Sob o mesmo princípio, Cabanach, Arias, Pérez e González-Pienda (1996) comentam que, apesar das diferenças existentes entre os vários enfoques teóricos, a maioria deles considera a motivação como o conjunto de processos que implicam a ativação, a direção e a persistência da conduta; daí a importância do professor como mediador desses processos.

Entre os fatores que dirigem essa conduta, no âmbito acadêmico, encontra-se a percepção que o sujeito tem de si mesmo e das tarefas que irá realizar, as atitudes, os interesses, as expectativas e as diferentes representações mentais que geram os tipos de metas ou objetivos propostos. Os autores ressaltam que esses fatores guiam e dirigem a conduta acadêmica do aluno, que também recebe a influência de variáveis relacionadas ao contexto do processo de ensino e da aprendizagem, como, por exemplo, os conteúdos trabalhados, a interação entre professor e aluno, as mensagens transmitidas pelo professor, a forma de avaliação, etc.

Nesse caso, é importante salientar, segundo Zenorini (2007), que a motivação para aprender vem sendo entendida pelos teóricos contemporâneos como um construto multidimensional caracterizado por teorias pessoais acerca da própria inteligência, das atribuições de causalidade, das orientações motivacionais intrínsecas e extrínsecas, das variáveis relativas ao *self* como o autoconceito e a autoeficácia do aluno e as metas de realização (AMES, 1992; BANDURA, 1993; CSIKSZENTMIHALYI, 1992; DECI e RYAN, 1985, 2000; URDAN, 1997; WEINER, 1990).

Diante da diversidade de compreensões da temática, este estudo tem como referência a Teoria de Metas de Realização, aspecto que julgamos

mais apropriado para compreender os motivos que levam os estudantes de universidades comunitárias a participar de projetos de extensão.

2. Teoria de Metas de Realização

A busca de uma meta de realização é um tópico muito trabalhado nas pesquisas mais recentes sobre motivação. Bzuneck (2002) destaca que entre os mais potentes motivadores do comportamento humano, em geral, estão as metas ou os propósitos que a pessoa deseja atingir. A Teoria de Metas de Realização surgiu no final dos anos 1970 e tem contribuído para o entendimento dos fatores motivacionais que influenciam o comportamento do aluno. O sentido conceitual de meta refere-se ao aspecto qualitativo do envolvimento do aluno com situações de aprendizagem, expressando em nível hierárquico o propósito ou o porquê de uma pessoa envolver-se em uma tarefa, ou seja, a meta de realização que a pessoa adota representa o motivo ou a razão pela qual ela irá realizar determinada tarefa.

Assim, Zenorini (2007) diz que as pesquisas realizadas com base nessa teoria, no campo educacional, têm buscado compreender como os estudantes pensam em si próprios, em suas tarefas e em seu desempenho. Isso significa que o tipo de orientação de meta predominante no aluno interfere na maneira como eles tratam as tarefas escolares.

Também Ames (1992) definiu as “metas de realização” como um conjunto de pensamentos, crenças, propósitos e emoções que traduzem as expectativas dos alunos em relação a determinadas tarefas que eles deverão executar, ou seja, as metas são representadas por modos diferentes de enfrentar as tarefas acadêmicas. Quando o aluno desenvolve a crença de que essas metas têm valor e que são significativas para ele, e percebe que suas ações contribuem para alcançar seus objetivos, ele passa a direcionar seu comportamento cognitivo e emotivo para a realização propriamente dita.

Os estudos iniciais da teoria apresentam duas metas com características distintas, identificadas como a meta “aprender” e a meta “*performance*”. Há também alguns estudos que identificaram uma terceira meta denominada “alienação acadêmica”. O aluno orientado para este último tipo de meta

é aquele que está preocupado em executar suas tarefas com o mínimo de esforço, não está preocupado em aumentar seus conhecimentos e nem em se mostrar capaz, pois sua autoestima é garantida em outras áreas ou atividades fora do ambiente escolar.

Sem desconsiderar essa terceira meta, é recomendável uma aproximação maior das outras duas. Por isso, Elliot e Harackiewicz (1996) e Elliot e Church (1997) observam que a meta tarefa “aprender” tem sido positivamente relacionada ao esforço, à persistência acadêmica, às percepções de eficácia acadêmica, à aprendizagem autorregulada, ao desejo de buscar ajuda para os trabalhos escolares e à motivação intrínseca. Para explicar essas associações positivas, Elliot (1999) sugere que devido ao fato de a meta tarefa “aprender” estar voltada para o desenvolvimento da competência, a luta para se conquistar esses objetivos é fundamentalmente estimulada e baseada em desafios. Assim sendo, presume-se que ela traz à tona processos comportamentais, cognitivos e afetivos que elevam o número de resultados positivos.

Para confirmar essa concepção, Zenorini (2007) destaca que o fator mais importante na meta “aprender” está no ambiente da sala de aula, e os professores são considerados como os principais agentes no desenvolvimento dessa meta, por meio de suas práticas, da maneira de estruturarem as tarefas, do procedimento de avaliação da aprendizagem e do *feedback*, bem como do posicionamento diante da classe, entre outros fatores. As características do ambiente percebidas pelo aluno exercem forte influência no desenvolvimento de metas.

Além da meta “aprender”, existe a meta “*performance*”, e neste caso o estudante é compreendido como aquele que crê que a sua capacidade é evidenciada por “fazer melhor que os outros” e, sendo assim, ele valoriza o reconhecimento público de ser mais capaz do que os demais, proporcionado pela comparação social. O padrão motivacional do aluno orientado pela meta “*performance*” se caracteriza por contínuas tentativas para demonstrar sua capacidade e competência e também em evitar juízos negativos sobre si mesmo. Nesse sentido, ele prefere tarefas nas quais possa se sobressair, percebe a incerteza com relação aos resultados como uma ameaça e encara os erros como fracassos. O fracasso é interpretado como falta de capacidade, o que provoca sentimentos de incompetência e reações afetivas negativas em relação

às tarefas, que se traduzem na falta de aplicação ao estudo de determinadas disciplinas e na diminuição da persistência, bem como na utilização de estratégias inadequadas que aumentam a própria dificuldade (ARCHER, 1994; CABANACH; ARIAS; PÉREZ; GONZÁLEZ-PIENDA, 1996; DWECK; ELLIOTT, 1983).

Um dos destaques da Teoria de Metas de Realização é a influência da autopercepção da capacidade e do juízo sobre a própria inteligência na motivação do aluno. De acordo com Bzuneck (1999), embora haja características psicológicas contrastantes entre os tipos de metas, um mesmo aluno não se orienta de modo exclusivo para um ou para outro, e é comum ocorrer uma orientação simultânea, e em graus diversos, para as metas “aprender” e “*performance*”. O autor complementa, ainda, que o objetivo da teoria não é rotular o aluno como motivado ou desmotivado, mas sim demonstrar a importância das diferenças individuais no desenvolvimento de diferentes tipos de motivação e como esta potencializa o processo de aprendizagem dos estudantes.

3. Dialogando sobre a motivação dos estudantes

Para dialogar sobre a motivação dos estudantes, parte-se do princípio de que é necessário acolher a manifestação dos estudantes de cursos de graduação que desenvolvem ações em projetos de extensão. Esses estudantes fazem parte de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (Ices) e fizeram parte da pesquisa *O princípio da aprendizagem na extensão universitária*. Do conjunto de perguntas formuladas, o aprofundamento é feito com base na questão que trata da dinâmica motivacional para participar de projetos de extensão.

Nessa pesquisa, os dados são categorizados e codificados. As categorias são entendidas, segundo Sarantakos (2004), como unidades de informação que comportam eventos e acontecimentos, e as codificações são os caminhos a serem percorridos. As categorias dividem-se em categoria axial e categoria seletiva; na primeira, o pesquisador coloca um eixo através dos dados para ligar os conceitos, e na segunda, a análise é direcionada a uma questão central.

Para construirmos as categorias de análise, tomamos como referência a Teoria da Realização por Metas, que se refere a um conjunto de pensamentos, propósitos, percepções, crenças, atribuições e conceitos que levam a consequências tanto cognitivas quanto afetivas e comportamentais. Em síntese, essas metas são orientações abrangentes que vão explicar “por que” o aluno se envolve em determinada tarefa e busca atingir determinados objetivos acadêmicos (AMES, 1992; BZUNECK, 2005; URDAN, 1997). A teoria compreende, como já visto, três metas com características distintas, a saber: a meta “aprender”, a meta “*performance*” e a meta “alienação acadêmica”. Neste trabalho, as três categorias axiais serão utilizadas para a análise do conteúdo das respostas dos alunos à seguinte pergunta: “Quais foram os motivos que o levaram a participar do projeto de extensão”? Segue-se, portanto, a análise em torno das categorias axiais.

3.1 Metatarefa “aprender”

As respostas estão vinculadas às propostas de Elliot e Harackiewicz (1996) e Elliot e Church (1997), que observam que esse tipo de meta tem sido, positivamente, relacionada a esforço, persistência acadêmica, percepções de eficácia acadêmica, aprendizagem autorregulada, desejo de buscar ajuda para as tarefas de escola e motivação intrínseca. Para explicar essas associações positivas, Elliot (1999) sugere que devido ao fato de a meta tarefa “aprender” que está voltada para o desenvolvimento da competência, a luta para se conquistar esses objetivos é fundamentalmente estimulada e baseada em desafios.

Assim sendo, presume-se que ela traz à tona processos comportamentais, cognitivos e afetivos que elevam o número de resultados positivos. Foram consideradas as respostas que estabeleceram a relação entre aprender a teoria e a prática, colocar em prática o que se aprendeu, adquirir conhecimentos, conhecer mais sobre determinado assunto.

Entre os estudantes que participaram da entrevista, 49 responderam que o motivo da participação deles, em projetos de extensão, estava diretamente relacionado à meta “aprender”. Esse total representa 41,18% da amostra.

O dado indica que a proposta da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se materializa nos projetos de extensão, reforçando a compreensão de que a extensão universitária faz parte integrante do projeto educativo, científico e social das instituições comunitárias. Mediante a extensão, o estudante participa ativamente do processo de ensino, valorizando o conhecimento como uma condição essencial da trajetória acadêmica e potencializando uma inserção crítica e criativa na sociedade por meio do compromisso social.

No intuito de evidenciar o discurso dos estudantes em relação a essa meta, vejamos o que o Estudante A4 diz:

– Os motivos foram adquirir mais conhecimento, porque não tem nada melhor que a prática para aprender, não basta só teoria, a prática é muito importante também. Tento pôr em prática o que aprendo em sala de aula, ou seja, se na teoria ficar só naquilo, aprendo, mas nada se compara ao aprendido na prática, você vendo no diário o que acontece na vida de um engenheiro agrônomo.

Também o Estudante F6 afirma:

– O projeto de extensão dá a oportunidade de a gente estudar coisas além do que a faculdade oferece, discussões sobre a cidade, coisas que vão além da sala de aula; por isso que me atraiu mais para fazer parte.

O que ficou evidente na pesquisa é que além desses dois estudantes, pelo menos outros oito destacaram a importância entre a teoria e a prática para formação acadêmica, afirmando que os projetos de extensão são lugares onde a teoria e a prática se encontram e agregam valor ao processo de aprendizagem.

A relação entre teoria e prática, de acordo com Freire (1983), centra-se na articulação dialética entre ambas, o que não significa necessariamente uma identidade entre elas. Significa uma relação que se dá na contradição, ou seja, expressa um movimento de interdependência em que uma não existe sem a outra, cada coisa exige a existência do seu contrário, como determinação e negação do outro; na superação, em que os contrários

em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando a si próprios, isto é, tudo se transforma em nova unidade de nível superior; e na totalização, em que não se busca apenas uma compreensão particularizada do real, mas coordena um processo particular com outros processos, em que tudo se relaciona.

Portanto, a relação entre teoria e prática, na perspectiva freiriana, não é apenas palavra; exigem reflexão teórica, pressuposto e princípio que busca uma postura, uma atitude do homem em face do homem e do homem em face da realidade. A esse respeito, Freire diz que a base para entender teoria e prática na ação pedagógica se dá primeiro e antes de tudo na relação homem/mundo. Essa relação busca coerência entre pensamento e ação, que é práxis. Do contrário, a ação sem pensamento é ativismo, e o pensamento sem ação é verbalismo.

Prosseguindo nessa linha de pensamento de Freire (1983), em que a relação entre teoria e prática é antes de tudo uma relação entre homem e mundo, as respostas a seguir evidenciam essa interação. Os Estudantes N2 e F7 dizem, respectivamente:

– Um dos principais motivos que me levaram a participar do projeto de extensão foi a possibilidade de compreender a economia solidária como uma alternativa de superação, de resistência ao contexto de desigualdade gerado pelo modo capitalista de produção [...].

– Os motivos basicamente foram aplicar o conhecimento que eu tive nas aulas práticas, nas aulas de biossegurança e querer levar isso para população, para poder ter um modo de auxiliar a população.

Destaque-se que, nesse sentido, pelo menos outros nove estudantes afirmaram que a meta era o conhecimento/o conhecer, mas não um conhecimento qualquer, mas um conhecimento aliado ao valor ético deste, um conhecimento a serviço da comunidade, da sociedade, ou seja, um conhecimento transformador de realidade. Tais manifestações remetem à proposta de Freire, quando afirma: “a práxis, porém, é ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (1983, p. 106). Nesse sentido, a prática não pode ater-se à leitura descontextualizada do mundo;

ao contrário, vincula o homem à busca consciente de ser, de estar e de agir no mundo num processo que se faz único e dinâmico. A função da prática é agir sobre o mundo para transformá-lo.

Por isso, é preciso afirmar que a ação-reflexão-ação se dá, segundo Freire (1983), simultaneamente. A fundamentação, a teoria e a prática, numa relação de unidade, impõem-se como uma relação dialética, pois, se a ação-reflexão-ação estiver ausente, perde-se o ápice do processo de conscientização no qual o educador e o educando se descobrirão autênticos, com todo o significado profundo que essa descoberta acarreta.

3.2 Metatarefa “performance”

A metatarefa “*performance*” é caracterizada pelo estudante que crê que sua capacidade é evidenciada por “fazer melhor que os outros” e, sendo assim, ele valoriza o reconhecimento público de ser mais capaz do que os demais, proporcionado pela comparação social. O padrão motivacional do aluno orientado pela meta “*performance*” se caracteriza por contínuas tentativas para demonstrar sua capacidade e competência e também para evitar juízos negativos sobre si mesmo.

As respostas consideradas nesta categoria estavam associadas à motivação do estudante para adquirir experiência, qualificação profissional e crescimento pessoal, compreendendo que a prática de tal ação agrega valor positivo à imagem dele. Obtiveram-se 31 respostas de estudantes motivados pela meta “*performance*”, representando um percentual de 26%. Esses estudantes estabeleceram uma relação clara de que o interesse em participar de projetos de extensão se relacionava à formação e à experiência profissional e, por consequência, ao destaque no mercado de trabalho.

O Estudante G2 explica:

– A oportunidade de experiência profissional e também o contato com diferentes pessoas sem falar no crescimento pessoal que ganhamos ao conviver com diferentes níveis de idade e educação.

O Estudante N1 afirma:

- O principal motivo que fez me integrar a equipe do projeto Organização Cooperada e Solidária de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí-RS foi, inicialmente, para a qualificação de meu currículo acadêmico, além de minha constituição e formação acadêmica como bolsista do CNPq [...].

Ao compreender que o papel da universidade é conceder essa formação profissional aos estudantes, as respostas também se conectam com a perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visto que a extensão, além de ser um espaço de aprendizagem de conteúdos científicos, é espaço de aprendizagem de comportamentos atitudinais, de atuação profissional comprometida com os aspectos sociais e ambientais da sociedade.

Outro aspecto destacado nesta categoria se refere aos motivos para qualificar a autoimagem dos estudantes, na medida em que a participação em projetos de extensão agrega valores, *status* aos estudantes, como pessoa e como profissional. O Estudante N5 afirma:

- Então, o desafio de estar junto de pessoas como estudante universitária e saber que pode ser ouvido, por isso, na comunidade é muito bom, e eles, a comunidade respeita muito a universidade, espera muito dela [...]. Esta era minha imagem inicial, imaginava ter uma certa autoridade de fala.

Já a Estudante P7 afirma:

- Interesse em conhecer e participar de projetos oferecidos pela universidade, além da vontade de ser uma “rondonista” um dia, ajudando populações carentes que não possuem os mesmos privilégios que nós.

O sentido de pertença a um grupo motiva a participação dessa jovem nos projetos de extensão. O Estudante R6 destaca:

– Não posso deixar de admitir que hoje, no meio empresarial, o trabalho voluntário é muito bem visto. É um diferencial a mais, sem dúvida [...].

Ao menos outros sete estudantes desta categoria afirmaram que pretendiam ser pessoas melhores por participarem de projetos de extensão, e que o projeto proporcionava a eles a condição de serem mais humanos, melhores como gente.

O Estudante C1 diz:

– Como aluno extensionista, aos poucos, entendi que essa atividade me presenteou, possibilitando um olhar mais humano, nem por isso menos crítico, que aguçou os sentidos e a percepção quanto a fatos que fazem parte de nossa rotina e que muitas vezes os desconsideramos. Enfim, foi surpreendente e transformador.

E o Estudante E3 complementa:

– [...] não esquecendo o fato de estar ligado com a comunidade e sempre poder estar aprendendo coisas novas com eles, com pessoas diferentes, a improvisar com certas situações, e o motivo principal é aprender a ser mais humano. Isso, sim, pode se dizer que é melhor ainda que ser um simples acadêmico.

A preocupação com a sociedade e com a comunidade circundante também esteve presente em outras respostas, bem como a preocupação com a ética profissional e o compromisso com a devolução do saber e da atuação profissional às comunidades.

3.3 Alienação acadêmica

Na “alienação acadêmica”, o estudante é orientado para aquela meta na qual esteja preocupado em executar suas tarefas com o mínimo de esforço, não havendo preocupação em aumentar seus conhecimentos e nem em se mostrar capaz, pois sua autoestima é garantida em outras áreas

ou em atividades fora do ambiente escolar. As respostas selecionadas estão relacionadas com os objetivos de cumprimento das horas complementares, horas de estágio ou de busca de renda complementar.

Obtivemos nesta categoria 15 respostas de estudantes, o que representa 12,6% da amostra. Esses estudantes responderam que participam dos projetos apenas para cumprir a carga horária do curso, perdendo a oportunidade de promover a aprendizagem vista nos casos anteriores. Um aspecto relevante é que a preocupação com o próximo também é respaldada por pelo menos três estudantes desta categoria, revelando que a extensão, de alguma forma, se relaciona com o cuidado com o outro, a alteridade presente em suas ações.

Pelo menos dois estudantes relataram não conhecer a extensão universitária, como as declarações dos Estudantes H3 e T3, respectivamente:

– Participei do processo seletivo por haver uma vaga. Visto que não tinha conhecimento de que era um projeto de extensão.

– E, inicialmente, eu não conhecia a Proex e nem havia escutado falar nela antes, até o dia em que o professor A. M. me disse que tinha uma vaga para exercer atividades relacionadas à área administrativa, e que seria interessante, além de importante, para a minha formação acadêmica-profissional [...].

Destaca-se nessas falas um imaginário comum no espaço universitário, onde as ações de extensão só ocorrem na Pró-Reitoria de Extensão e não na instituição como um todo, conforme proposta do princípio da indissociabilidade.

Outros responderam que a participação em projetos de extensão se dá pela complementação de horas curriculares ou de horas de estágio. O Estudante B5 confessa, objetivamente, que faz extensão para:

– Complementação das disciplinas na graduação.

O Estudante H4 também afirma:

– Procurei o projeto de extensão por ser uma atividade que vai interligar a universidade com o estágio, facilitando o meu dia a dia na conclusão do meu curso.

Alguns disseram que a participação estava relacionada à ocupação do tempo livre e à procura por fonte de renda. O Estudante N4 declara:

– Inicialmente eu queria poder fazer alguma coisa no meu tempo livre, fora das aulas. Eu estava desempregado e necessitando de alguma renda para ajudar a me sustentar [...].

A Estudante Q7, por sua vez, afirma:

– No início eu queria ocupar meu tempo livre trabalhando ao invés de ficar parada [...].

Essas respostas caracterizam o discurso de alunos que têm metas claras a serem alcançadas na graduação; para eles, estar numa universidade, ou num centro universitário, ou numa faculdade tanto faz, visto que o tempo que deverão passar na IES deverá ser o mínimo possível. Tempo suficiente para obter o título de graduação.

3.4 Outras análises possíveis

Alguns estudos recentes, de acordo com Zenorini (2007), descobriram efeitos positivos entre a meta “*performance*”, quando acompanhada da orientação, e a meta “aprender” (BOUFFARD; BOISVERT; VEZEAU; LAROCHE, 1995; ELLIOT; MC GREGOR; GABLE, 1999; HARACKIEWICZ; BARRON; PINTRICH; ELLIOT; THRASH, 2002). Tais efeitos também puderam ser percebidos nesta pesquisa, visto que 15 estudantes responderam que os motivos de sua participação estavam relacionados às metas “aprender” e “*performance*”, corroborando as análises feitas anteriormente e destacando, principalmente, o conhecimento adquirido e a experiência profissional como motivadores.

Nesse sentido, o Estudante P5 afirma:

- Oportunidade de aprendizado, complementação do currículo, experiências práticas.

E o Estudante L4:

- O primeiro motivo foi meu interesse pela pesquisa e o segundo foi pensar na qualificação profissional, pois com bolsa de extensão fica mais fácil conseguir alcançar mais experiências profissionais, como, por exemplo, possíveis programas de pós-graduação.

Outro aspecto relevante na pesquisa é que pelo menos seis estudantes afirmaram que a história pessoal de vivência no trabalho voluntário motivou a participação em projetos de extensão. Mencionaram que o serviço voluntário já faz parte da vida deles e que eles participam da extensão para continuar fazendo esse trabalho. Tal constatação nos leva a indagar se os projetos de extensão reforçam o modelo de um serviço à comunidade, se contribuem com a transformação da mesma, bem como se agregam valor à formação acadêmica dos estudantes. Com base nesse pressuposto, pode-se perguntar: a participação em projetos de extensão se dá pela continuidade da ação voluntária? Os alunos conseguem ressignificar sua prática, a partir do conhecimento adquirido na universidade? E estabelecer a relação entre teoria e prática e transformar a sociedade?

Seguem alguns exemplos. O Estudante O4 afirma:

- Sempre estive envolvido em diversos trabalhos voluntários em inúmeras instituições como: Rotary, Apae, ARCD, Mãe Abigail, Profis, entre outros. Ao entrar na Universidade, conversei com a professora M., e ela me informou sobre os projetos existentes de extensão; posteriormente ingressei no projeto Sabor de Sobra.

Já o Estudante R1 destaca sua experiência religiosa:

- Foi o voluntariado, o carisma salesiano, que me levou a procurar a extensão [...].

Também o Estudante R7 explicita:

- Mesmo antes de entrar na faculdade, sempre gostei de participar de projetos ligados ao voluntariado.

Por fim, a Estudante P4 relata:

- Quando meus filhos vieram estudar na C., procurei me informar pelo projeto, pois já faço serviço social voluntário há doze anos, sendo a primeira vez com grupo de idosos.

Com essas respostas, levantamos a hipótese de que existem características pessoais que marcam os estudantes extensionistas. O desejo de ajudar o próximo, contribuir com a melhoria de sua comunidade, buscar respostas para os problemas sociais são alguns dos desejos expressos pelos alunos. Com esta pesquisa, não podemos afirmar que esses alunos só estão presentes nas universidades comunitárias, mas podemos afirmar que nessas universidades eles têm espaço para colocar em prática o que desejam.

Considerações finais

Os processos de construção do conhecimento na universidade, a participação em projetos de extensão e a missão de instituições comunitárias irão impactar na profissão escolhida e na formação pessoal dos estudantes, visto que o espaço universitário proporciona, além da aquisição de novos conhecimentos, uma nova visão de mundo, uma adequação à profissão, o contato com novos valores e crenças, os questionamentos e as experiências acadêmicas e sociais, e aos mais jovens, um amadurecimento pessoal.

Tendo feito a análise das contribuições dos estudantes, os resultados indicam que a percepção da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão esteve presente nas duas metas: “aprender” e “*performance*”. Essa manifestação destacou, principalmente, a relação dialética entre teoria e prática, homem e mundo, homem e trabalho. Diante dessa constatação, é importante sugerir às Ices que considerem estratégias metodológicas para

superar a tendência de trabalhar teoria e prática dissociadas entre si. Os projetos de extensão podem contribuir com essas estratégias, e por isso se destacam como alternativas motivacionais para a manutenção de alunos no ensino superior, e contribuir com a formação mais solidária desses estudantes.

Referências

AMES, C. Classrooms: goals, structures, and student motivation. *Journal of Education Psychology*, v. 84, n. 3, p. 261-271, 1992.

ARCHER, J. Achievement goals as a measure of motivation in university students. *Contemporary Educational Psychology*, v. 19, p. 430-460, 1994.

BANDURA, A. Perceived self-efficacy in Cognitive development and functioning. *Educational Psychologies*, v. 28, n. 2, p. 117-148, 1993.

BOUFFARD, T. *et al.* The impact of goal orientation on self-regulation and performance among college students. *British Journal of Educational Psychology*, v. 65, p. 317-329, 1995.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 2004.

BZUNECK, J. A. Uma abordagem sociocognitivista à motivação do aluno: a teoria de metas de realização. *PSICOUSF*, v. 4, n. 2, p. 51-66, 1999.

_____. A motivação do aluno: aspectos introdutórios. In: BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK J. A. A. (Org.). *A motivação do aluno*. Contribuições da psicologia contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-36.

_____. A motivação do aluno orientado a metas de realização. In: BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK J. A. A. (Org.). *A motivação do aluno*. Contribuições da psicologia contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 58-77.

BZUNECK, J. A. A motivação dos alunos em cursos superiores. In: JOLY, M. C. R. A.; SANTOS, A. A. A. SISTO, F. F. (Org.). *Questões do cotidiano universitário*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 217-237.

CABANACH, R. G. *et al.* Uma aproximación teórica al concepto de metas académicas y su relación con la motivación escolar. *Psicothema*, v. 8, n. 1, p. 45-61, 1996.

CSIKSZENTMIHALYI, M. *A psicologia da felicidade*. São Paulo: Saraiva, 1992.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. *Intrinsic motivation and self-determination in human behavior*. New York: Plenum, 1985.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. The “what” and “why” of goal pursuits: Human needs and self-determination of behavior. *Psychological Inquiry*, v. 11, n. 4, p. 227-268, 2000.

DWECK, C. S.; ELLIOTT, E. S. Achievement Motivation. In: HETHERINGTON, E. H.; MUSSEN, p. H. *Handbook of child Psychology: Socialization, Personality and Social Development*, v. 4, p. 643-692, 1983.

ELLIOT, A. J.; HARACKIEWICZ, J. M. Approach and avoidance achievement goals and intrinsic motivation: A mediational analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 70, n. 3, p. 461-75, 1996.

_____; CHURCH, M. A. A hierarchical model of approach and avoidance achievement motivation. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 72, n. 1, p. 218-232, 1997.

_____. Approach and avoidance motivation and achievement goals. *Educational Psychologist*, v. 34, n. 3, p. 169-189, 1999.

_____; Mc GREGOR, H. A.; GABLE, S. Achievement goals, study strategies, and exam performance: a mediational analysis. *Journal of Educational Psychology*, v. 91, n. 3, p. 549-563, 1999.

FREIRE, p. *Pedagogia do oprimido*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HARACKIEWICZ, J. M. *et al.* Revision of Achievement Goal Theory: Necessary and Illuminating. *Journal of Educational Psychology*, v. 94, n. 3, p. 638-645, 2002.

MURRAY, E. J. *Motivação e emoção*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

PINTRICH, p. R.; SCHUNK, D. H. *Motivation in education: theory, research, and applications*. 2. ed. New Jersey: Pearson Education, 2002.

SANTOS, A. A. A.; LIMA, T. H. M.; CUNHA, N. B. A relação entre vida acadêmica e a motivação para aprender em universitários. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 15, n. 2, p. 283-290, 2010.

SANTOS, A. A. A. *et al.* Avaliação da integração do aluno ao ensino superior brasileiro. In: SANTOS A. A. A. *et al.* (Org.). *Perspectivas em avaliação psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 165-188.

SARANKATOS, S. *Social research*. New York: Macmillan, 2004.

SÍVERES, Luiz. A extensão como um processo aprendente. In: FREITAS, Lêda Gonçalves; CUNHA FILHO, José Leão; MARIZ, Ricardo Spíndola. *Educação superior: princípios, finalidades do ensino e formação continuada de professores*. Brasília: Universa; Liber Livro, 2010. p. 101-120.

URDAN, T. C. Achievement goal theory: past results, future directions. In: MAEHR, M. L.; PINTRICH, p. R. (Org.). *Advances in Motivation and Achievement*. Greenwich, CT: JAI Press, 1997. p. 99-141.

WEINER, B. History of motivational research in education. *Journal of Educational Psychology*, v. 82, n. 4, p. 616-622, 1990.

ZENORINI, R. p. C. *Estudos para a construção de uma escala de avaliação da motivação para aprendizagem (Emapre)*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade São Francisco, Itatiba-SP, 2007.

ZENORINI, R. p. C.; SANTOS, A. A. A. Teoria de Metas de Realização: fundamentos e avaliação. In: BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A.; GUIMARÃES, S. E. R (Org.). *Motivação para aprender: aplicações no contexto educativo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 99-125.

Parte II

Os Processos de Aprendizagem na Extensão

APRENDIZAGEM: O OLHAR DA EXTENSÃO

Aline Aparecida Cezar Costa*

Cléia Rosani Baiotto**

Solange Beatriz Billig Garces***

Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando
(PAULO FREIRE).

Introdução

Este capítulo cartografa as visões de estudantes da graduação de diferentes instituições de ensino no Brasil, com o objetivo de verificar a aprendizagem que eles constroem na realização de projetos de extensão, identificando aprendizagens conceituais, atitudinais e procedimentais, bem como a consequência de seu envolvimento em projetos de extensão para o desenvolvimento acadêmico, profissional e para o compromisso social.

Nas últimas décadas, a extensão ganha *status* nas instituições de ensino superior. Isso se dá em razão de ela ser compreendida como um processo gerador de aprendizagem, da mesma forma que o ensino e a pesquisa. Assim, ela efetiva o verdadeiro sentido de universidade embasada em uma

* Especialista e professora da Universidade de Cruz Alta (Unicruz).

** Mestre e professora da Universidade de Cruz Alta (Unicruz).

*** Doutora e Professora da Universidade de Cruz Alta (Unicruz).

tríade que se complementa. Todavia, a extensão potencializa e estimula a aprendizagem, tornando-a mais humana na medida em que estreita os laços da universidade com a realidade econômica, social, política e cultural e quebra a visão dualista da razão instrumental, que foi dominante por um longo período nas instituições sociais.

De acordo com Síveres (2011), enquanto a ciência for entendida de forma linear, a extensão será uma decorrência do ensino e da pesquisa, mas se a compreensão estiver associada à vivência, a extensão universitária torna-se um espaço de construção de conhecimentos significativos e de práticas sociais relevantes, de forma que a interação entre a ciência e a vivência, realizada na academia e na sociedade, pode fortalecer um projeto pedagógico e social, desencadeando um movimento de conectividade dialógica.

Para Larrosa (2003, p. 15), “a aprendizagem pode se dar a partir de situações totalmente informais ou pode ser o resultado de uma situação planejada e intencional, como é a da sala de aula, ou a relação pai-filho”, ou como a aprendizagem que ocorre na atuação em projetos de extensão, no caso desta pesquisa. “Todas as aprendizagens são importantes, porém a sua relevância depende de seu conteúdo e do que significa para o aprendiz – quer dizer – o quanto ela modifica o indivíduo e em que sentido ela o faz”. Essa constatação da “mudança de comportamento do estudante” foi um dos relatos mais citados nas entrevistas efetuadas.

Nesse viés, Zanella (2003) diz que a aprendizagem deve ser entendida como um processo mais amplo que a aquisição de conhecimentos, pois no processo de aprendizagem o estudante amplia seu volume de conhecimentos. “Aprendizagem significa a própria mudança que vai se operando no sujeito através das experiências” (2003, p. 25).

A pesquisa realizada com estudantes extensionistas de instituições de ensino superior do País, no primeiro semestre de 2012, referente aos processos de aprendizagem, contemplou essencialmente as questões: a) aprendizagens construídas e proporcionadas pela participação nos projetos de extensão; b) aprendizagens que auxiliam no curso de graduação; c) contribuição da extensão na motivação para a busca de novas aprendizagens. Os relatos dos estudantes foram organizados em categorias identificadas como: *aprendizagem para a formação profissional; aprendizagem para a convivência*

coletiva e inclusão social/compromisso social e aprendizagem para aquisição e/ou mudança de valores e construção cidadã.

1. Aprendizagem para a formação profissional (aprendizagem conceitual)

Os estudantes extensionistas apontaram essa categoria como a construção de aprendizagem que contribui para a sua formação, estreitamente relacionada à contribuição para uma aprendizagem conceitual ou, como afirmam Síveres *et al.* (2012, p. 89), “a atividade extensionista contribuiu para o aprofundamento dos conceitos, ou seja, aquilo que se deve saber para o exercício de sua profissão”, como também para o desenvolvimento pessoal.

Os estudantes apontaram, ainda, três subcategorias para esse processo de aprendizagem direcionado à formação profissional:

1.1 Aprendizagem para o conhecimento da realidade de atuação profissional

Nesta categoria os estudantes dizem que, ao terem conhecimento da realidade de atuação, há possibilidade de crescimento profissional, tornando-os mais qualificados, com vivência na área, com um currículo melhor e, portanto, respeitados pelo seu conhecimento. Isso também os oportuniza para tornarem-se profissionais atentos às mudanças sociais e a favor de uma sociedade mais humana. Por certo o conhecimento da realidade do País e de sua região proporciona o desenvolvimento de habilidades profissionais, maior responsabilidade acadêmica e profissional, além de contribuir para a escolha de uma formação continuada, que geralmente estará relacionada com o que o estudante aprendeu ao conhecer essa realidade.

Nessa perspectiva da extensão como forma de aprendizagem para o conhecimento da realidade de atuação profissional, os relatos mais citados envolvem a descoberta de novos espaços profissionais. As atividades de extensão desenvolvidas na comunidade e/ou nos diferentes campos de

atuação profissional favorecem esse contato, ampliando as perspectivas profissionais.

O contato dos estudantes com a realidade favorece a perspectiva da docência como atividade profissional, não bem vista ou entendida antes da participação nos projetos de extensão. Isso pode ser percebido nos relatos a seguir:

- Então, a partir do projeto, a gente consegue se situar dentro do curso, a gente consegue entender qual que é a melhor área que você vai trabalhar [...] (Estudante A3).
- Escolhi uma especialização em Saúde da Família e Gestão em Saúde dada a realidade que encontrei neste trabalho social (Estudante I4).
- [...] Há as disciplinas de estágio, porém elas não se comparam ao projeto de extensão [...]. (Estudante L4).

Da mesma maneira, Almeida (2012, p. 74), em pesquisa semelhante realizada em três instituições da Região Sudeste, em 2011, ressalta que “o estudante, à medida que se propõe à participação das atividades extensionistas, redescobre o mundo em que vive, compreendendo que a formação profissional deve ir além do fazer técnico”.

Nessa direção, Síveres (2012, p. 21), mencionando estudos de Piaget (1994), diz que a realidade social aparece como uma “manifestação relacional entre os indivíduos, priorizando-se, para isso, as relações colaborativas para potencializar a reciprocidade, a solidariedade e a cooperação”, o que se observou também nesta pesquisa e se categorizou como aprendizagem atitudinal (valores). Ainda, segundo Síveres (2012), o referido processo favorece a autonomia, em razão de os projetos de extensão oferecerem, primeiro, os conhecimentos práticos baseados na experimentação e vivência da realidade, para, depois, chegarem a uma conceituação, o que pode ser aproveitado tanto para o ensino como para a pesquisa.

1.2 Aprendizagem para a aquisição de habilidades

Essa categoria tem a ver com a aquisição de competências (habilidades) que contribuirão para a formação profissional dos acadêmicos. Como diz Almeida (2012, p. 70), “o aprendizado na extensão universitária não se limita a técnicas de determinada área profissional, mas propicia outros conhecimentos diferenciados que contribuem tanto para o desenvolvimento pessoal como profissional dos estudantes extensionistas”.

A aquisição de habilidades necessárias para a formação profissional é intensamente relatada pelos estudantes nesta pesquisa. Entre as habilidades adquiridas durante o desenvolvimento de projetos de extensão, as que mais se destacaram na pesquisa foram: ampliar conhecimento, capacitação profissional (palestras, eventos, oficinas...); falar em público/oratória (comunicar-se e expressar ideias); leituras e escrita; partilhar conhecimentos; aprendizagem continuada; construir conhecimentos; desenvolver o pensamento; enfrentar desafios; organizar, gerenciar e desenvolver projetos sociais; planejamento; raciocínio lógico; reflexão; relacionar a pesquisa com a extensão; relações interpessoais; resolução de problemas; ser criativo; trabalhar em equipes multiprofissionais, além de desenvolver habilidades metodológicas e comportamentais; ser dinâmico, ou seja, desenvolver metodologias que tornem as atividades atrativas. Trabalhar com metas e objetivos, organização e sistematização também foi destacado pelos estudantes. Inclusive essa subcategoria é corroborada através em seus relatos:

- [...] como aprendizagem durante o projeto de extensão, pode-se citar a responsabilidade tanto profissional como acadêmica, desenvolvimento da oratória para diferentes públicos e produção textual (Estudante L4)
- [...] durante a experiência de extensão, tenho desenvolvido aprendizagens e competências relativas à vivência, ao ambiente de trabalho e à aplicabilidade da pesquisa universitária para além dos muros da universidade (Estudante T6).

Academicamente este estudante se diferencia dos demais no que se refere à capacidade de sistematização, visto que a aquisição das habilidades

referidas sustenta a formação de um acadêmico pesquisador, que analisa, escreve e apresenta resultados, complementando seu processo de formação. Da mesma forma, vários relatos revelam que as questões trabalhadas na extensão se constituem o foco de pesquisa dos trabalhos de conclusão de curso, demonstrando, mais uma vez, o papel da extensão, no sentido de formação desse estudante, em busca de entender os processos trabalhados e encontrar alternativas de melhoria dos processos sociais analisados.

A habilidade de escuta foi bastante citada como processo que antecede o planejamento das atividades e que favorece a construção de uma proposta conjunta dos três elementos da extensão: professor, acadêmico e comunidade. Essas habilidades remetem a um campo do saber imprescindível ao egresso de um curso de graduação: fazer planejamento e trabalhar a flexibilização desse planejamento, experimentando e se readequando à realidade social.

1.3 Aprendizagem para fazer a relação da teoria com a prática (práxis)

A extensão universitária é um locus privilegiado para a práxis acadêmica. Mediante a atuação em projetos de extensão, os estudantes vivenciam experiências significativas de aprendizagem, importantes não apenas para sua formação profissional, mas também pessoal. Na interação com a realidade social, os estudantes colocam frente a frente sua subjetividade individual com a subjetividade social. Segundo Sampaio (2011), a motivação para a realização da extensão é analisada pela sociopsicanálise, ao compreender os processos (des)construídos nas relações do sujeito (individual) com o outro (social). A relação do conhecimento nos projetos de extensão se dará na intersubjetividade dos sujeitos sociais, ao buscarem compreender o (des) conhecido. A extensão sempre produzirá conhecimento, em razão de haver muito a conhecer, isso porque “a pretensão de fazer tudo conhecido significa ignorar a subjetividade humana e viver como se fosse possível eliminar os conflitos sobre uma espécie de harmonia universal, o que significaria abandonar a própria condição humana e a construção de suas relações sociais” (SAMPAIO, 2011, p. 119).

A extensão estabelece uma relação teoria/prática, simula o mercado de trabalho e se constitui o campo de aplicação prática, possibilitando a vivência de conteúdos e qualificando a aprendizagem curricular. A aprendizagem relacionada à práxis (relação teoria/prática), identificando os aspectos citados, foi a categoria que mais prevaleceu nas respostas dos estudantes, sendo que a maioria deles consegue estabelecer a relação dos conhecimentos teóricos com a realidade prática. Salientou-se, ainda, que nesses espaços vivenciais de saberes torna-se possível a interlocução da teoria trabalhada em sala de aula com os desafios inerentes à realidade social. Além de outras aprendizagens tão importantes quanto as relacionadas ao saber técnico necessário ao exercício de determinada profissão como iniciativa e vivência de grupo.

Por outro lado, cabe destacar que diferentes estudantes relataram a importância da extensão universitária como uma preparação prévia para as disciplinas curriculares, de modo que essa vivência fundamenta a discussão teórica da sala de aula e antecipa a experiência vivenciada nos estágios curriculares, além de aproximar a academia do objeto de estudo.

A partir dessa perspectiva, a maioria dos estudantes disse que as atividades de extensão possibilitaram uma visão nova e ampliada das temáticas estudadas. Percepção que se identifica na fala “[...] a vivência prática ajuda muito. Você aprende de uma forma na teoria, mas quando vive o projeto percebe que nem sempre é assim (Estudante, R2). Segundo a conclusão dos estudantes, nem tudo na profissão resolver-se-á com a formação técnica. A experiência acumulada nos projetos de extensão leva à mudança de percepção do que é essencial na graduação, conflitando em alguns momentos com a proposta pedagógica do curso ou de uma disciplina.

As experiências relacionadas à articulação da pesquisa-ensino-extensão também se evidenciaram nas falas:

- [...] Articulação do ensino em sala de aula com pesquisa na comunidade. O envolvimento com a comunidade oferece oportunidade de troca de conhecimentos. No projeto, eu aplico o que aprendi dentro da sala; então poderia ser feito o caminho contrário na sala de aula; a pesquisa de campo realizada na comunidade poderia ser tema gerador de assuntos a serem discutidos a partir da realidade da comunidade [...]. (Estudante G3).

– Falar em público, a comunicação, a forma de se expressar foram grandes aprendizagens; ter mais prática do conhecimento adquirido em sala de aula; lidar com uma realidade e analisar a coerência entre a prática e a teoria (Estudante E5).

– A relação que sempre devemos fazer, de teoria e prática. A interdisciplinaridade dos profissionais (Estudante H7).

A extensão de caráter acadêmico possui, intrinsecamente, condições de atender a esses imperativos, por conta da integração entre ensino, pesquisa e extensão, ou por estabelecer uma relação dialógica entre a universidade e a sociedade, e por ser parte integrante da dinâmica curricular do processo de formação e de produção do conhecimento. A extensão universitária envolve professores e estudantes de forma dialógica e pode promover a alteração da estrutura rígida dos cursos para uma flexibilidade curricular que possibilite a formação crítica tão desejada pela sociedade hoje (JEZINE, 2004).

Além disso, contribui com essa ideia Almeida (2012, p. 72), ao explicitar que: “os alunos conseguem identificar e articular sua atividade extensionista com relação ao ensino, à pesquisa e à própria extensão, e que essa relação indissociável contribui para facilitar sua compreensão pedagógica a respeito dos conteúdos aprendidos para sua formação profissional”.

2. Aprendizagem para a convivência coletiva e a inclusão social/compromisso social (aprendizagem procedimental)

Conforme o depoimento dos estudantes, a segunda categoria apontada por eles é de que a extensão propicia uma aprendizagem que os habilita para a convivência coletiva em grupos e para a inclusão social e a garantia de direitos. Configura um dos propósitos da extensão universitária, porque, geralmente, os projetos desenvolvidos são interdisciplinares e voltados para populações em situação de risco e/ou vulneráveis, cujo objetivo, então, é sua inclusão a partir de uma visão de justiça social.

2.1 Aprendizagem coletiva

Em projetos de extensão, a aprendizagem ocorre em grupos em que os estudantes pesquisados relataram que aprenderam a trabalhar em equipes valorizando o trabalho do outro, e isso os possibilitou saber se expressar, aprender que existe hora de ouvir e de falar, discutir com profissionais de diferentes áreas e também conviver com os seus pares. A maioria das respostas relativas a aprendizagens para o curso remete ao trabalho em equipe, que vão desde o envolvimento e o comprometimento nas diferentes etapas do projeto (planejamento, organização, coordenação e execução) ao crescimento (desenvolvimento) pessoal com a perspectiva interdisciplinar (propor e discutir ideias e alternativas). O estudo de caso e o trabalho com grupos focais constituíram as metodologias preponderantemente citadas pelos estudantes no trabalho em grupo.

A troca de experiências gerada pela convivência alcança a almejada contextualização e a pluridisciplinaridade do saber, presentes nos planejamentos curriculares, e contribui, de acordo com o relato dos estudantes, para a construção de saberes coletivos, para a tomada de decisões conjuntas, para a melhoria dos relacionamentos interpessoais, além de desenvolver habilidades como a responsabilidade e a cooperação, ao mesmo tempo que propicia uma melhor preparação para a formação.

Síveres e Menezes (2011, p. 258) reforçam a ideia de coletividade ao dizerem que:

A extensão universitária requer, entre outras atitudes, a disposição para atuar de forma cooperativa e com muita responsabilidade social. A atitude cooperativa potencializa as habilidades educativas, passando tanto pelas mediações da divergência, quanto pela convergência, e a responsabilidade projeta os sujeitos educativos para um mundo de riscos, no qual exige uma identidade solidária e uma instituição comunitária.

Isso também é evidenciado nos relatos dos estudantes:

– As aprendizagens mais importantes para mim foram: aprender a trabalhar em equipe e com uma equipe multidisciplinar ter acesso,

antes mesmo de formada, ao campo onde futuramente atuarei como profissional. Trocas de vivências (Estudante D3).

– O que eu aprendi é que sozinho não se consegue ir muito longe, que o trabalho em equipe é muito mais valoroso, que sempre precisamos de alguém, que ninguém é melhor que ninguém, que sempre temos algo a aprender com as pessoas (Estudante E6).

– O projeto contribuiu para que aprendêssemos a dar valor às pequenas atitudes, a trabalhar em grupo valorizando o trabalho do outro, bem como nos colocou em contato com um espaço e uma cultura diferente da qual estávamos acostumados [...] (Estudante G1).

– Trabalho em equipe. Trabalhar em equipe é sempre muito difícil, pois tenho que lidar com opiniões diferentes das minhas; então aprendi a ser mais flexível, mas também a argumentar mais e a ter uma posição mais crítica perante algumas situações. Aprendi que posso ser mais cidadão tendo uma participação maior na sociedade (Estudante T2).

A partir desses relatos, Fernandes (2011, p. 141) explicita que:

[...] a extensão universitária traz para estudantes e professores a oportunidade da convivência e o envolvimento com realidades sociais diferentes de outras culturas, o que instiga à formulação de novas interrogações sobre a dinâmica das relações sociais, sobre os problemas socioeconômicos do País, sobre a cultura nacional e local e sobre a questão da solidariedade, questões essas que poderão ser concretizadas em discussões ampliadas na universidade, através de pesquisa e no ambiente da sala de aula.

2.2 *Aprendizagem de inclusão*

Em relação à inclusão social e à garantia de direitos, os estudantes explicitaram que aprenderam a lidar com as pessoas, a se conscientizarem da realidade vivenciada, além de conhecerem as possibilidades reais e concretas de encontrar caminhos para a solução de problemas comuns, pois, segundo Abranches (2011, p. 140),

[...] a transição política, a crise ética, o aumento da miséria econômica e o empobrecimento social exigem dos educadores e futuros trabalhadores uma revisão de suas teorias e de suas práticas, obrigando-os a desenvolver novas práticas de conceituar o mundo diante de constantes transformações.

Dessa forma, esse trabalho de inclusão os ensinou ser preciso formar equipes, que, independentemente de *status* social, trabalharão e se colocarão no lugar do outro, respeitando suas diferenças.

O contato com o outro e a vivência de questões sociais representaram um percentual importante relativo ao compromisso social. Relatos como o do estudante, a seguir, demonstram essa relação da aprendizagem prática conceitual com a aprendizagem para a convivência coletiva.

– [...] Foi extremamente enriquecedora para minha formação, pois além de exigir estudo e conhecimento sobre determinados temas do direito, me permitiu desenvolver outras habilidades importantes para minha vida pessoal e profissional futura, como a organização, o desprendimento, a oratória, etc. [...]. Contudo, o que mais chamou a atenção foi a possibilidade de contarmos pessoas e realidades sociais distintas e a possibilidade de levarmos a elas conhecimentos e informações que poderão fazer diferença em suas vida [...] (Estudante N6).

Esse processo demonstrou a capacidade de ser mais receptivo às opiniões alheias, à convivência e ao respeito ao próximo, e isso fez os alunos crescerem individual e coletivamente, em uma perspectiva mais humanizante, conforme seus relatos:

– Acredito que as maiores aprendizagens surgiram da convivência com pessoas com condições de vida e princípios diferentes da realidade vivenciada por mim, além da aprendizagem científica que desenvolvemos ao entrar em contato com esse público, além da concepção de organização que aprendemos a desenvolver em associações, trabalhando sempre as ideias voltadas para a economia solidária e popular, com os princípios da autogestão, da cidadania e da inclusão social, tentando, assim, uma aproximação entre catadores e sociedade (Estudante N1).

3. Aprendizagem para a aquisição e/ou a mudança de valores e a construção cidadã (aprendizagem atitudinal)

Vejamos estes relatos:

– [...] As práticas técnicas são muito importantes, mas as aprendizagens foram mais na questão humana. O respeito, o companheirismo, as amizades no âmbito de trabalho (Estudante J5).

– [...] Isso me levou a estudar mais o meu curso e ver as multiplicidade de possibilidades que um sujeito bem formado pode criar diante das injustiças sociais (Estudante N4).

Esses relatos remetem a outro ponto identificado nas questões relativas às aprendizagens para o curso, que é a aprendizagem de atitudes que levam à aquisição e/ou à mudança de valores, necessárias a formação cidadã.

Para ser cidadão, é preciso que se aprenda a respeitar o próximo na sua diferença, com sentimentos de alteridade e coletividade. Ser cidadão é ter seus direitos atendidos, ao mesmo tempo que se luta para que esses direitos sejam iguais para todos. Para isso se efetivar, é preciso aprender alguns valores que são a base dessa postura cidadã. A aprendizagem se torna mais significativa quando é vivenciada e para isso a extensão torna-se primordial. Como diz Almeida (2012, p. 58), “O estudante passa a mudar sua postura frente ao outro, mudando atitudes, valores e compreendendo seu papel enquanto profissional do amanhã”. Assim, os estudantes que tiveram essa oportunidade relataram a aprendizagem desses conhecimentos atitudinais formadores para o exercício da cidadania.

3.1 Aprendizagem de valores éticos

A aprendizagem de valores éticos é descrita por estudantes como uma mudança de postura diante das questões trabalhadas nos projetos. Isso os fez

[...] querer contribuir sem ter algo em troca, apenas pensando no bem-estar dos outros (Estudante B7).

A responsabilidade, o compromisso, o respeito à diferença e à vivência da alteridade e se colocar no lugar do outro foram preponderantes no valor atribuído pelos estudantes na aprendizagem dos valores éticos.

- Aprendi realmente o valor das pessoas e recebi também o respeito que certamente não encontraria em outro lugar (Estudante H6).
- A vivência com grandes diferenças de realidade e a tolerância com as pessoas do grupo (Estudante J3).
- Ouvir gente diferente, ver gente, sentir eles e observar o que eles sentem é muito educativo. O que mais aprendi foi essa lição de viver com os diferentes, perceber mundos desiguais para viver esta sociedade de diferentes foi muito interessante (Estudante N5).

3.2 Aprendizagem de valores políticos

A sociedade atual, com atributos de constantes mudanças, apresenta característica de democratização política para que as injustiças sociais sejam diminuídas, começa com a participação coletiva. Baseados nessa perspectiva, os projetos de extensão também buscam a aprendizagem de valores políticos, especialmente o da participação. Essa aprendizagem evidenciou-se mediante relatos a respeito da necessidade e da importância de se conhecer a comunidade, seus indivíduos, a estrutura, os pressupostos e a organização, relativos à construção da cidadania. Isso foi destacado pelos estudantes pesquisados, ao constatarem que os valores políticos apreendidos foram: o comprometimento, a liderança, o pró-ativismo, o diálogo, a imparcialidade e o voluntariado.

Essa aprendizagem é exemplificada pelo Estudante N3:

- [...] a maior aprendizagem foi a construção do meu saber e compreender o saber-fazer diferente do outro; a socialização e a possibilidade de construir saberes coletivamente; conseguir ultrapassar o que se aprendeu na teoria para a prática do dia a dia. [...]. Ninguém aprende sem aprender praticando, difícil encontrar um saber pronto,

único. A extensão nos leva a construir esse saber, a socializar, redefinir, fazer dialogar os diferentes saberes com a finalidade de construir outro saber, um novo olhar sobre a realidade e a sociedade em que estamos vivendo.

3.3 Aprendizagem de valores sociais

A extensão com seu cunho social apresenta características de educação e ao mesmo tempo de sociabilidade. Como corroboram Síveres *et al.* (2012, p. 87), as “bases antropológicas para a ação socioeducativa são a educabilidade e a sociabilidade humanas.” Conforme os autores, para a vivência educativa e social precisa-se aperfeiçoar essas capacidades. Nessa direção, os estudantes entrevistados relataram como valores sociais, apreendidos em sua participação em projetos de extensão, a cooperação, a dedicação, o altruísmo, a resiliência, a paciência, a perseverança, a humildade, a atenção, a compreensão e a solidariedade. Esses valores brotam a partir da vivência das diferenças, na reciprocidade das relações, ao nos colocarmos no lugar do outro ou ao se ter um novo olhar sobre o outro, na oportunidade de ajudar o outro, ao compartilhar tristezas, alegrias e paz, tendo como recompensa da dedicação ao próximo a valorização da vida, da família, dos amigos e da sua saúde, como um aprendizado para a vida e um crescimento pessoal, conforme os próprios olhares dos estudantes:

- [...] Receber muito mais do que doar, pois a gratidão da comunidade assistida é muito grande, e quem acaba aprendendo são os alunos, ao invés de apenas levarem conhecimento (Estudante I6).
- [...] depois desta experiência, pude concluir que, na execução do meu trabalho com educação, os projetos educacionais e os valores humanos serão também indissociáveis (Estudante C3).
- Aprendi a tratar com pessoas das mais diferentes personalidades, saber trabalhar com suas dificuldades e isso me enriqueceu como pessoa (Estudante E7).

– Resiliência é um conceito interessante. A gente aprende que em boa parte das vezes não será na primeira tentativa que conseguiremos atingir o objetivo. O grupo pode não concordar em agir da maneira como você planejou. Coisas terão que ser mudadas, às vezes pra melhor (Estudante R5).

Essas aprendizagens referenciadas pelos estudantes corroboram o que diz Freire (1996, p. 16): “mulheres e homens, seres históricos sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos”.

3.4. Aprendizagem sociopolítica e construção da cidadania: compartilhando experiências e vivências

Ao vivenciarem os projetos de extensão, os estudantes aprenderam a compartilhar experiências sociopolíticas e ao mesmo tempo construíram coletivamente a cidadania. Aliás, é preciso conhecer a realidade social (e a maioria dos estudantes respondeu isso) para que possam exercer sua cidadania (42 estudantes disseram ser essa a maior aprendizagem na participação em projetos de extensão). Com essa experiência, os estudantes aprenderam a ser profissionais mais humanos e a ter um crescimento pessoal. Também relataram que, ao realizar projetos de extensão, a universidade cumpre seu papel social diante das comunidades, ensinando um conceito de universalização do conhecimento, além de oportunizar aos estudantes, no convívio com a comunidade, a aprendizagem cultural e a troca de saberes, em um espaço de educação e de construção de conhecimentos.

Souza e Almeida (2011, p. 249) evidenciam o papel de humanização que a participação em projetos de extensão oportuniza:

[...] a extensão, em conexão constante com o ensino e a pesquisa, pode trazer grande contribuição à formação de profissionais comprometidos com as questões prioritárias e humanizantes do fazer cotidiano. Nesse sentido, o papel da universidade passará de mera formadora de profissionais competidores para o mercado, da construção de

conhecimento desvinculado das reais necessidades da sociedade para uma sociedade realmente comprometida com o seu tempo.

Dessa forma, os estudantes exercem a sua cidadania e aprendem a se colocar no lugar do outro, compreendendo e respeitando as diferenças.

Nesse exercício – colocar-se no lugar do outro –, aprendem-se valores éticos e sociais, respeitam-se as diferenças, ajuda-se o outro em suas necessidades, busca-se a superação de sua condição e se contribui para a emancipação dos indivíduos envolvidos. Aqui, sobretudo, aprende-se a compreender que o saber-fazer do outro é diferente do seu e, então, há uma troca de saberes em uma “visão sistêmica e integrada do saber acadêmico e da sociedade na qual se está inserido” (Estudante T6).

Os projetos de extensão propiciam o desenvolvimento interpessoal, a valorização do capital humano e a autonomia do estudante, habilitando-o a enfrentar desafios durante a vida. Além disso, possibilitam a aprendizagem a partir de outros paradigmas, como o holístico (biocêntrico), que preconiza as relações interpessoais, a solidariedade e a realização de atos de amor.

Mister se faz destacar que à extensão não cabe mais o papel assistencialista. Por outro lado, é preciso (re)pensar posturas acadêmicas com o alto rigor da ciência instrumental, já que se trabalha nesse processo com o cotidiano das pessoas, para (re)conhecer a realidade e atuar pelo viés da humanização. Essas constatações aparecem no olhar dos estudantes para a extensão:

– Compreensão do que verdadeiramente é a universidade e o seu papel social, bem como o conceito da universalização do conhecimento e o princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão (Estudante P1).

O valor do ser humano (Estudante P3).

– Enfim, não há como descrever. Somente quem participa e vivência sabe o poder de transformação e de aprendizagem que os projetos têm no período da graduação (Estudante E4).

– Fiquei mais humano. Você consegue enxergar com mais facilidade as dificuldades das pessoas, e com isso você acaba vendo que às vezes

a gente reclama à toa dos nossos pequenos problemas e os outros têm problemas muito maiores (Estudante R6).

– Pude perceber que meu conhecimento e aprendizagem vão muito além da sala de aula, pois a troca de experiência entre a comunidade acadêmica e a sociedade contribuiu de uma maneira ímpar para minha formação não só acadêmica como também humanística. Ao sair da sala de aula e me confrontar com uma realidade nova, acabei trocando conhecimentos e vivências com as pessoas que lá viviam e, conseqüentemente, tive um crescimento pessoal que não teria somente com o ensino ou somente dentro de uma sala de aula. Por isso, acredito que o conhecimento e a aprendizagem que uma pessoa adquiriu ao fazer um projeto de extensão, ela dificilmente conseguirá obter em outro tipo de atividade (Estudante T7).

– A extensão possibilita ao acadêmico a vivência de sua área, sendo supervisionado por professores que lhe dão suporte à atividade desempenhada. [...]. Proporciona a troca de experiências entre universidade e sociedade, promovendo o amadurecimento profissional sob a perspectiva da formação cidadã (Estudante A7).

Considerações finais

Essa relação extramuros da universidade com sua comunidade ancora e reafirma que a participação em projetos de extensão proporciona e/ou permite aos estudantes universitários a consciência de seu papel profissional e cidadão, ou seja, a participação mais efetiva e sensível frente aos problemas sociais.

A aprendizagem na extensão percebida mediante os relatos dos estudantes corrobora os conceitos introduzidos por Vygotsky (1988), quando se constitui em exemplo de aprendizagem como processo de construção do conhecimento (apropriação da experiência socialmente elaborada nos níveis afetivos, cognitivo e psicomotor), que resulta de um processo de compartilhamento de significados, fazendo referência ao contexto social, histórico e cultural. O contexto social e com ele o conhecimento prévio dos atores envolvidos no processo de aprendizagem, como pensamentos,

sentimentos e ações, proporcionam por meio da extensão uma troca de significados mais humanizada, garantindo, dessa forma, a aquisição de valores e de atitudes (autonomia, ética, motivação, iniciativa) que favorecem o desenvolvimento acadêmico, profissional e o compromisso social dos estudantes universitários.

Do mesmo modo, observou-se que as atividades extensionistas exigem, favorecem e ampliam a predisposição para aprender, o que justifica a imensa lista de processos de aprendizagem relatados pelos estudantes.

A vida é um constante processo educativo. A aprendizagem não está limitada à instituição de ensino e aos conteúdos curriculares. Todas as práticas e as trocas que vivenciamos são processos educativos e pedagógicos. Somos, segundo Libâneo (2005), uma sociedade pedagógica. Assim, ao vivenciar projetos de extensão, os estudantes e os professores, ao mesmo tempo que ensinam, também aprendem com o cotidiano das comunidades, numa constante troca de saberes.

Como diz a canção *Color esperanza*, de Diego Torres, citada por um dos estudantes entrevistados:

Saber que se pede querer que se pueda.
Quitarse los miedos sacarlos afuera.
Pintarse la cara color esperanza.
Tentar al futuro con el corazón.
Es mejor perderse que nunca embarcar.
Mejor tentarse a dejar de intentar.
Aunque ya ves que no es tan fácil empezar

Referências

ALMEIDA, Luciane Pinho de. A extensão universitária: processo de aprendizagem do aluno na construção do fazer profissional. In: SÍVERES, Luiz (Org.). *Processos de aprendizagem na extensão universitária*. Goiânia: PUC/Goiás, 2012. p. 53-77.

FERNANDES, Mônica Abranches. Trabalho comunitário: uma metodologia para ação coletiva e educativa da extensão universitária em comunidades. In: MENEZES, Ana Luiza Teixeira; SÍVERES, Luiz (Orgs.). *Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão nas instituições comunitárias de ensino superior*. Santa Cruz do Sul-SC: Edunisc, 2011. p. 138-157.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JEZINE, Edineide. As práticas curriculares da extensão universitária. In: CUNHA, Eleonora Schettini Martins Cunha; CARVALHO, Alysson Mascote (Org.) *(Re)conhecer diferenças, construir resultados*. Brasília-DF: Unesco, 2004.

LARROSA, Jorge de. Introdução. In: _____. (Org.). *Psicologia e educação: o significado do aprender*. 7. ed. Porto Alegre: EDPUCRS, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos para quê?* 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAMPAIO, Jorge Hamilton. Autoanálise e autogestão das comunidades: contribuição da sociopsicanálise para metodologias de extensão. In: MENEZES, Ana Luiza Teixeira; SÍVERES, Luiz (Orgs.). *Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão nas instituições comunitárias de ensino superior*. Santa Cruz do Sul-SC: Edunisc, 2011. p. 119-137.

SÍVERES, Luiz. Princípios estruturantes da extensão universitária. In: _____. MENEZES, Ana Luiza Teixeira (Orgs.). *Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão nas instituições comunitárias de ensino superior*. Santa Cruz do Sul-SC: Edunisc, 2011. p. 26-50.

_____. MENEZES, Ana Luisa Teixeira. A mística da extensão nas fronteiras da sociedade. In: _____. _____. (Orgs.). *Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão nas instituições comunitárias de ensino superior*. Santa Cruz do Sul-SC: Edunisc, 2011. p. 253-269.

_____. Perspectivas de aprendizagem na extensão universitária. In: _____. (Org.). *Processos de aprendizagem na extensão universitária*. Goiânia: PUC/Goias, 2012. p. 15-34.

_____ *et al.* Percurso aprendente do estudante na extensão universitária. In: SÍVERES, Luiz (Org.). *Processos de aprendizagem na extensão universitária*. Goiânia: PUC/Goias, 2012. p. 81-96.

SOUZA, Inês Maria Fornari de; ALMEIDA, Luciane Pinho de. Desafios da extensão universitária para erradicação da miséria e para humanização do ser humano. In: MENEZES, Ana Luiza Teixeira; SÍVERES, Luiz (Orgs.). *Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão nas instituições comunitárias de ensino superior*. Santa Cruz do Sul-SC: Edunisc, 2011. p. 228-252.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ZANELLA, L. Aprendizagem: uma introdução. In: LARROSA, Jorge de (Org.). *Psicologia e educação: o significado do aprender*. 7. ed. Porto Alegre: EDPUCRS, 2003.

A EXTENSÃO E O ALARGAMENTO DO ESPAÇO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Elizabete Cristina Costa-Renders*

Luciane Duarte da Silva**

Introdução

O presente texto parte da pergunta sobre a contribuição da extensão universitária para o alargamento do espaço do ensino-aprendizagem na educação superior. Inicialmente, exploramos a persistente pergunta pela função da universidade na sociedade, especialmente, nos voltando para o papel da extensão universitária na formação mais ampla dos estudantes.

O segundo passo foi resgatar os relatos dos estudantes universitários que atuam em programas ou projetos de extensão, considerando como a atuação extensionista alarga o espaço de ensino-aprendizagem.

Importa, ainda, dizer que todo esse caminho se dará em diálogo com estudiosos da área e estudantes universitários. Neste texto, portanto, destacam-se as falas dos estudantes extensionistas.

* Doutora em Educação, docente e gestora da Coordenadoria de Extensão e Inclusão na Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).

** Mestre em Administração e docente na Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).

1. Da pergunta pela função da universidade na sociedade à contribuição da extensão para os estudantes

Os primórdios da extensão universitária no Brasil coincidem com o surgimento das nossas primeiras universidades no início do século 20. Ou seja, ao perguntar sobre a extensão universitária neste país, importa dirigirmos nossa atenção para as primeiras perguntas pela função da universidade no mundo moderno. Se o início da prática das atividades de extensão coincide com a origem da universidade e, conseqüentemente, com a pergunta pela função e pelo destino da universidade, importa, portanto, considerar a resposta inicial a essa questão, que veio de inspiração externa, ou seja, das universidades europeias e americanas.

Segundo Cunha, as primeiras universidades brasileiras procedem da junção das faculdades isoladas (medicina, engenharia e direito), a partir de 1930. A preocupação com a formação profissional, portanto, aponta para a função primeira da universidade em nosso país, quando a premissa era a formação profissional da elite – dos médicos, engenheiros e advogados. Entretanto, na década de 1960, crescem as críticas a esse modelo universitário de inspiração napoleônica, e começa um movimento por outra universidade no Brasil. Trata-se do apontamento, na reforma de 1968, do modelo universitário alemão, inspirado em Fichte. Dessa forma, no “Brasil, o ensino superior incorporou tanto os produtos da política educacional napoleônica quanto os da reação alemã à invasão francesa, esta depois daquela” (CUNHA, 1988, p. 15). Mas no que diz respeito a seu modelo organizacional, visando à modernização do Brasil, a influência maior foi a norte-americana.

Ao vislumbrar a educação democrática, na busca da superação da educação elitista, tende-se à afirmação da educação profissional como prioritária para a sociedade nos termos da função utilitarista da educação. Todavia, aí se coloca um problema imediato: a dicotomia entre formação geral e formação especializada. Nessa perspectiva, uma das contribuições iniciais da extensão universitária foi a preocupação com o compromisso da universidade com a comunidade, o que exigia uma atuação interprofissional, conforme mostrou o movimento estudantil, com a União Nacional dos Estudantes (UNE), no final da década de 1950 e começo da década de 1960.

Num parêntese, a atuação interprofissional tem sido apontada pelos estudantes que atuam no Projeto Rondon,¹ justamente como uma das contribuições positivas desse projeto para a construção da aprendizagem interdisciplinar. Nas palavras de um deles:

– No Rondon tínhamos que organizar oficinas de esportes e matemática e necessitamos nos organizar e, de certa forma, utilizar o que aprendemos no curso, sobre planejamento. Quais recursos? Como utilizaremos o tempo? (Estudante R6).

Retomando a questão da função e do destino da universidade, entendemos que ela toca, necessariamente, a pergunta pela função e pelo destino da extensão universitária, sendo que a resposta a essa questão não se limita a uma simples resposta. Panoramicamente, as crises da universidade estão postas desde a Idade Média até a Moderna, passando pelos seus diferentes modelos: a imperial de Napoleão, a alemã e a universidade pragmática norte-americana.

Nos tempos contemporâneos, no entanto, Boaventura de Souza Santos nos cita três crises da universidade: crise de hegemonia, crise de legitimidade e crise institucional, sendo que todas esbarram nas perguntas pela extensão universitária. A crise de hegemonia resulta das

[...] contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século 20 lhe foram atribuídas. De um lado, a produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites de que a universidade se vinha a ocupar desde a Idade Média europeia. Do outro lado, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista (SANTOS, 2010, p. 9).

1 O Projeto Rondon, de iniciativa do Ministério da Defesa, é um projeto de integração social que promove a participação voluntária de estudantes universitários em busca de soluções para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes no interior do País, ampliando o bem-estar da população. Disponível em: <<http://projettorondon.pagina-oficial.com/portal/index/pagina/id/343/area/C/module/default>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

A crise de legitimidade da universidade, por sua vez, nos aproxima da contradição entre universalização do acesso e meritocracia na educação superior. Será legítimo o elitismo, se, nas palavras de Santos, há “exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares” (SANTOS, 2010, p. 10).

A perspectiva extensionista, a nosso ver, aproxima-se mais da terceira face da crise da universidade: a crise institucional: a “contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social” (SANTOS, 2010, p. 10). Nesse momento, destaca-se a pergunta pela relação extensão/prestação de serviços à sociedade.

Anísio Teixeira, em seu tempo, “apimentou” essa discussão sobre a universidade. Ele entendia que a universidade era “eminentemente seletiva, orgulhava-se de poucos alunos e da alta qualidade dos seus intelectuais e eruditos. Era a casa do intelecto, a torre de marfim de uma cultura fora do tempo” (*apud* PEREIRA, 2009, p. 174). Entendemos que, entre outras coisas, a extensão universitária vem, justamente, para questionar a torre de marfim. O depoimento dos estudantes extensionistas revela o alargamento das possibilidades da aprendizagem em diferentes dimensões. Importa, portanto, resgatarmos os caminhos da extensão em nosso país, numa síntese dos principais momentos de sua constituição histórica. O Quadro 1 tem como objetivo mostrar os eventos mais importantes que constituíram a discussão sobre a extensão universitária no Brasil.

Quadro 1 – Eventos mais importantes que constituíram a discussão sobre a extensão universitária no Brasil

Ano	Evento	Contribuição da extensão para aprendizagem
1911	Universidade de São Paulo (USP).	Atua no oferecimento de cursos e de conferências, sob a influência do modelo inglês.
1926	Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (Esav).	Atua na prestação de serviços, sob a influência do modelo norte-americano.
1931	Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851).	O oferecimento dos cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário (art. 42). A propagação da atividade técnica e científica dos institutos universitários (art. 35). A difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo (art. 109).
1959/1960	União Nacional dos Estudantes (UNE).	Movimentos culturais e políticos vinculados ao compromisso social. Metodologias que vinculavam a prática à reflexão.
1966	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).	Cria o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac), que trabalha pela melhoria das condições de vida da população rural.
1966	Projeto Rondon.	Proporciona espaços para a atuação de estudantes e docentes junto às comunidades rurais e busca a integração nacional.
1968	Reforma Universitária.	Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Relação dos cursos, serviços especiais, atividades ensino e os resultados da pesquisa.
1974	Coordenação das Atividades de Extensão (Codae).	Plano de Trabalho Extensão Universitária, com destaque para o atendimento à população e para a troca de saberes acadêmicos e populares, em que as camadas populares podem ser o sujeito da ação extensionista.
1970-1980	Movimentos pela redemocratização do País.	Reelaboração da concepção de universidade pública na articulação da extensão com o ensino e a pesquisa.

Ano	Evento	Contribuição da extensão para aprendizagem
1983	I Encontro Forext.	Destaca o conceito de ação comunitária, não como consenso, mas como um problema comum.
1987	Criação do Forproex.	Promove a articulação de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.
1988	Constituição Federal de 1988.	Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade (art. 207).
1996	LDB nº 9.394.	A extensão como uma das finalidades da universidade. A possível vinculação à bolsa de estudos.
1996	Plano Nacional de Extensão Universitária (universidades públicas).	Unidade nacional nas temáticas, sendo a extensão relacionada à concepção de universidade cidadã. Viabilidade de solução dos grandes problemas sociais do país pelas ações de extensão universitária.
1999	Criação do Forext.	Articulação entre as IES comunitárias em torno da extensão; vinculação entre a extensão e a identidade comunitária dessas instituições.
2001	Plano Nacional de Extensão Universitária – Lei nº 10.172 (universidades públicas).	Propõe que 10% do total de créditos exigidos para a graduação devam ser reservados para a atuação dos estudantes em ações extencionistas (meta 23).
2003	Criação do Forexp.	Promove a articulação de gestores de Extensão das Universidades Particulares Brasileiras em torno da construção de políticas de extensão no País.
2012	Plano Nacional de Extensão Universitária – Lei nº 10.172 (universidades públicas).	Propõe a integração curricular da extensão, a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Extensão e a incorporação dos aspectos formativos da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras.

Esse quadro pode ser lido em diferentes perspectivas. A saber: apresenta um panorama da história da extensão universitária no País; as diferentes dimensões da extensão, relacionadas às diferentes concepções da função e

do destino da universidade (dimensões instrumental, idealista e política); a ambiguidade no caminho da extensão universitária: a extensão praticada por três campos educacionais diferentes: universidade pública, universidade comunitária e universidade particular;² e, por fim, a atuação política das IES comunitárias na perspectiva da formulação e da execução de políticas de extensão na educação superior brasileira: o necessário diagnóstico da extensão existente e da extensão potencial nas universidades brasileiras, sejam públicas, particulares ou comunitárias.

Nesse cenário é que se coloca a pergunta pela contribuição da extensão para o alargamento das possibilidades de construção do conhecimento pelos estudantes. A função pragmática, utilitarista da extensão aparece em algumas declarações dos estudantes entrevistados. O Estudante A3 relata o seguinte:

– A extensão nada mais é que uma simulação do mercado de trabalho, a gente simula como se fosse realmente uma agência, a gente trabalha como se estivesse fazendo aquilo sério, como se fosse um cliente real. Então toda aquela teoria que a gente aprende na sala de aula, se a gente fosse daqui a quatro anos, quando termina a faculdade, tentar lembrar tudo isso seria mais complicado, e dentro da extensão não. A gente vai aprendendo e praticando, então é muito mais fácil de assimilar conteúdo e prática.

Entendemos que as IES comunitárias, foco desta pesquisa, devem conferir centralidade à extensão e atuar na contramão da funcionalização da extensão nos termos do serviço da lógica mercadológica neoliberal. Como espaço público, as IES comunitárias têm compromisso com a sociedade nos termos da democratização dos saberes, da defesa da diversidade cultural e da formação cidadã dos estudantes universitários.

Há, portanto, outra tensão na atuação extensionista das IES comunitárias. Nesse sentido, carecemos de, periodicamente, realizar o diagnóstico da extensão existente, com seus protagonistas e ações, bem como

2 Vale pontuar que a LDB nº 9.394/1996, nos Arts. 19 e 20, cita duas categorias administrativas – pública e privada (artigo 19), sendo que as instituições privadas se enquadram nas seguintes categorias: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas.

apontar o diagnóstico da extensão potencial com uma leitura da realidade social e a análise da realidade acadêmica contemporânea. Essa tensão sobre qual seria a função da extensão universitária também está presente nos depoimentos coletados. Eis a percepção do Estudante A7:

– Notei a importância do trabalho realizado e como a vivência em outra realidade contribui para tornar o acadêmico um futuro profissional mais consciente com as demandas da questão social que está posta.

Se há dificuldades políticas e operacionais para a extensão, as IES comunitárias não se isentam dessas questões e seguem sua missão, ancoradas em valores como ética, justiça e solidariedade. O enfrentamento da hegemonia do sistema mercadológico capitalista exige tal postura, e essas instituições assim o fazem, proporcionando aos seus estudantes a aprendizagem em diferentes dimensões e frentes de ação extensionista.

2. Constatações de ensino-aprendizagem na extensão

Espera-se, pela chamada indissociabilidade, que o processo de ensino-aprendizagem dê conta de formar um estudante que pesquise, absorva um conhecimento teórico e tenha condições de relacionar essa teoria com a prática, que está além dos muros da universidade. O relato do Estudante J4 caminha nessa direção:

– Bom, a gente teve uma reunião específica que falava sobre recursos humanos, que é o curso que eu estou fazendo, e na época a gente teve que pesquisar sobre recrutamento e seleção; foi uma matéria que eu vi posteriormente no curso, mas me ajudou bastante, porque hoje eu tenho mais facilidade pra assimilar esse conteúdo.

Na relação entre teoria e prática, o Estudante J2 relata:

– No projeto a gente teve a experiência de vivenciar o que é um estabelecimento de verdade, como ele funciona de verdade.

O Estudante J6 caminha na mesma direção:

– [...] quando você vê na prática, você tem curiosidade para ver como é na teoria.

Pedro Demo (2001) pressupõe o processo de aprendizagem como um horizonte reconstrutivo e político. Para o autor:

O conhecimento só pode entrar na cabeça pela via da interpretação pessoal e culturalmente marcada. Por mais que se queira impor ideias aos outros, os outros inevitavelmente as interpretam a seu modo. Por isso, toda cultura é própria, por mais que possa ser imposta (DEMO, 2001, p. 148).

Além disso, segundo o autor, por meio do seu processo criativo, o ser humano é seletivo, ao processar as informações que recebe, e reconstrói esse conhecimento. De outro lado, é político, pois tem a capacidade de problematizar a realidade e não aceita passivamente o que lhe é apresentado. Em suas palavras: “Acresce a face política: saber aprender, argumentar, contestar, pensar não significa apenas exercício lógico, mas exercício de autonomia, habilidade de intervenção alternativa, capacidade de mudar a história e a realidade” (DEMO, 2001, p. 148).

É por meio dessa capacidade de reconstrução e postura política que a universidade contribui socialmente. Ir além de preparar o estudante para as situações que são apresentadas, ensiná-lo a criar situações novas e alternativas por meio de uma postura política ética e crítica.

Sobre a questão de reconstrução discutida por Demo, percebe-se esse sentido nas declarações sobre ir além do conhecimento teórico. A Estudante J1 relata:

– Numa situação que eu pude compartilhar, eu fui atrás de uma pessoa que tinha conhecimento mais a fundo de contabilidade para poder auxiliar um dos empreendedores que estavam no projeto e que tinha dúvida sobre contabilidade. [...]. Eu senti uma necessidade maior de não ficar aqui somente na sala, mas buscar também conhecimento especializado para a gente poder beneficiar o pessoal que participou do projeto.

O Estudante J4 apresenta uma iniciativa pessoal decorrente do projeto, evidenciando uma postura ativa em busca do conhecimento:

– Sim, na verdade, não só sobre outros projetos de extensão; tive contato com os bancos comunitários através de redes sociais; acabei sabendo um pouco mais sobre economia solidária, que era o principal foco do projeto; enfim, é um assunto que me interessa até hoje, e eu estou sempre tentando ler alguma coisa.

Outro estudante demonstra interesse pessoal pelo tema desenvolvido, relacionando a experiência também com sua vida pessoal:

– Por conta de ter vontade de abrir meu próprio negócio, então eu busquei mais livros, pra poder ler, entender, mais leitura para poder ter alguma coisa no futuro (Estudante J5).

Sobre a postura política citada por Demo (2001), percebem-se alguns relatos nessa direção. Na pergunta sobre as aprendizagens mais importantes construídas, os Estudantes J2 e J5 falam de solidariedade:

– Ser solidário com o próximo, independentemente do ramo de atuação de cada empreendedor. Eu acho que, como diz o ditado, a união faz a força. Durante o projeto, a gente percebeu que a dificuldade às vezes era parecida. A solidariedade foi a lição mais forte nesse projeto de que eu participei (Estudante J2).

– [...] Olha, eu acho que mais a parte de solidariedade, de ajudar o próximo (Estudante J5).

Segundo tais relatos, a educação, então, teria como uma de suas tarefas transformar a interdependência real em solidariedade desejada. O desafio será romper a invisibilidade da nossa interdependência.

Já para o Estudante J3, “o impacto da [vivência com] grandes diferenças de realidade e a tolerância com as pessoas do grupo” foram os aspectos mais marcantes.

A experiência de vida dos empreendedores e a persistência foram aspectos identificados pelo Estudante J6 quanto às aprendizagens mais

importantes, reforçando a importância do conhecimento empírico na formação. Sem dúvida, é um tipo de conhecimento impossível de se aprender na teoria.

– Acho que a experiência de vida dos empreendedores, eles mesmo com as dificuldades, eles conseguiram subir na vida, foram se desenvolvendo e nunca desistiram.

De forma complementar aos relatos dos estudantes, as pesquisadoras Luciane Silva e Simone Costa registram o olhar docente sobre a atuação no mesmo projeto da instituição J:

A participação discente neste processo contribuiu muito para a formação profissional dos envolvidos, pois a partir das indagações dos empreendedores os alunos se empenhavam em fazer pesquisas que respondessem ou ajudassem a responder às questões práticas em suas respectivas áreas de estudo (SILVA; COSTA, 2012, p. 157).

As pesquisadoras entendem que, por meio da extensão, é possível oxigenar a relação docente/estudante no espaço da sala de aula. Rocha (1986), por sua vez, a partir da pesquisa, também problematiza o ensino tradicional nos seguintes termos:

Vê-se o ensino somente como o momento de relação entre professor e aluno na sala de aula, onde o primeiro, na maioria das vezes, em sua condição de autoridade, transmite e submete o aluno a sua visão, avalia em função da fidelidade dos conteúdos transmitidos, através de critérios que estimulam muito mais a concorrência do que a solidariedade grupal. A pesquisa, por seu lado, é apresentada como forma de uma criativa transmissão do saber, sendo, *grosso modo*, muito mais uma resultante de esforços individuais que de uma ação institucional (ROCHA, 1986 p. 175).

Se, por um lado, a extensão desafia a prática docente a uma forma inovadora de ensino, de outro, mobiliza o estudante a pensar além da teoria e o convida a relacionar esse conteúdo com a observação empírica. Vai além,

no momento em que observa a realidade, traz novos objetos de pesquisa e renova o saber acadêmico diante de uma visão útil do conhecimento. Segundo Melo Neto (2002), a extensão propicia um conhecimento social, pois não é uma tarefa individual, pois busca atender a uma necessidade, favorecer a relação entre o ensino e a pesquisa.

Ao pensar na institucionalização da extensão, Calderón, Pessanha e Soares (2007) propõem sete dimensões que podem propiciar o aporte institucional para a formação do estudante, ao mesmo tempo que fortalecem a extensão nas universidades.

Começa pela dimensão ética, em que o aluno se torna capaz de problematizar tanto as atividades de ensino e pesquisa quanto as práticas gerenciais das instituições de ensino, no sentido de aproximar o discurso da prática. Na dimensão formadora, a extensão contribui desafiando o estudante a um olhar crítico e cidadão, para a construção de uma sociedade inclusiva, multicultural e equilibrada ecologicamente.

A dimensão acadêmica propõe uma estrutura física e de pessoas, que dê o suporte necessário para o fazer extensionista, com políticas claramente definidas, e que ofereça um ambiente de aprendizagem propício para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Na dimensão didático-pedagógica, são pensadas as metodologias da prática extensionista e seu ciclo de constante aperfeiçoamento de métodos. A dimensão estratégica posiciona a extensão como interlocutora entre a instituição e os demais atores do poder público, da sociedade civil e do mercado, qualificando efetivamente o *marketing* institucional para além do mercadológico. Por fim, a dimensão cooperadora potencializa e articula as iniciativas sociais e a dimensão acolhedora proporciona a visão humanizada do estudante diante das relações que ele estabelece com outros sujeitos.

Considerações finais

Ao ouvir os estudantes extensionistas, podemos afirmar que há, sim, uma contribuição da extensão para a construção do conhecimento. Diferentes perspectivas, desde o depoimento dos estudantes até os resultados

de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores do tema, evidenciam como a extensão promove o alargamento do espaço de aprendizagem pelos estudantes universitários.

Competência para a atuação interprofissional; competência para a atuação cidadã e solidária; desenvolvimento de um olhar político, ético e acadêmico, ou seja, os estudantes dão testemunho das possibilidades de aprendizagem fora do espaço tradicional de ensino-aprendizagem que é a sala de aula.

Referências

BRASIL. *LDB nº 9.394/1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 2 ago. 2012.

CALDERÓN, A. I.; PESSANHA, J. A. O.; SOARES, V. L. P. C. *Educação Superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares*. São Paulo: Xamã, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DEMO, P. O lugar da extensão. In: (Org.). FARIAS, D. S. *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FÓRUM DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Brasília, 2012.

_____. *A extensão nas universidades e instituições de ensino superior comunitárias: referenciais teórico e metodológico*. Recife: Fasa, 2006.

JASPERS, Karl. *The Idea of the university*. Londres: Peter Owen, 1965.

MELO NETO, J. F. Extensão universitária como trabalho social útil. *Participação*, Brasília, v. 6, n. 11, set. 2002. Disponível em: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3179>. Acesso em: 4 mar. 2012.

PEREIRA, Elisabete Monteiro Aguiar. A universidade da modernidade nos tempos atuais. *Avaliação*, Campinas-SP, n. 14, p. 29-41, mar. 2009.

_____. *Universidade e educação geral*: para além da especialização. Campinas-SP: Alínea. 2007

ROCHA, R. M. G. *Extensão universitária*: comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade no século 21*: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, L. D.; COSTA, S. N. Sociabilidade e confiança interpessoal: construindo novas relações. In: NETTO, J. V. R.; BERNARDES, M. A. (Orgs.). *Trabalho, economia solidária e desenvolvimento social*: o caso da Rede de Economia Solidária na comunidade do Montanhão em São Bernardo do Campo, SP. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração Mundial sobre Educação Superior no século 21*: visão e missão. Piracicaba-SP: Unimep, 1998.

Parte III

A Extensão e o Exercício da Cidadania

A EXTENSÃO E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Regina Vazquez Del Rio Jantke*

Sueli Maria Pessagno Caro**

Introdução

Este artigo aborda o papel da extensão universitária como exercício da cidadania. O compromisso social da universidade, presente muitas vezes em sua missão, vai além da preocupação com os menos favorecidos e deve, também, estar na formação de seus estudantes. O profissional em formação precisa ser consciente de sua cidadania, pois só assim será capaz de construir conhecimentos em benefício da sociedade.

A construção de uma extensão universitária preocupada com as questões sociais está diretamente relacionada com o desenvolvimento da cidadania de seus participantes. Assim, como argumenta Villar (2011), a atividade acadêmica de extensão universitária é imprescindível para a formação cidadã, como também é um espaço privilegiado para que o saber científico e o popular façam parte da construção de um novo conhecimento e da transformação social. E acrescenta: a universidade, local de construção de conhecimentos, quando entendida como um espaço de reflexão crítica

* Mestre, professora e pró-reitora de Extensão, Ação Comunitária e Pastoral do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal).

** Doutora, pesquisadora e professora do mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal).

da realidade, no desempenho do seu papel, pode influenciar a cultura das pessoas, o que leva a acreditar que o ato educativo pode contribuir para uma acumulação de forças subjetivas contrárias à dominação, à exclusão e ao descaso com as políticas públicas.

Primeiramente, abordaremos a extensão, para em seguida analisarmos a cidadania no contexto da aprendizagem das instituições de ensino superior e o compromisso dessas instituições com a extensão. Posteriormente, analisaremos a questão respondida pelos entrevistados, que diz respeito à extensão e à formação do cidadão e, por fim, faremos algumas considerações sobre o conteúdo estudado.

1. Extensão

Na sociedade capitalista, a extensão poderia existir como uma compensação pelas faltas de políticas sociais, mas quando a colocamos junto ao ensino e à pesquisa, ela se torna a grande força para o processo educativo do ensino superior. Porém, ainda hoje, está longe da formação acadêmica dos estudantes.

A extensão visa favorecer a pesquisa, no que diz respeito às coletas de dados que não podem permanecer como posse da universidade, mas, por meio da construção de conhecimento, devolver esse saber à sociedade. A pesquisa e a extensão devem ser o processo pedagógico para a aprendizagem do estudante.

Somente assim, a extensão permitirá à universidade desenvolver uma relação de diálogo com a sociedade, qualificando a formação acadêmica, uma vez que prioriza a relação entre teoria e prática.

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será

acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados – acadêmico e popular, terá como consequência a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000/2001).

Como acrescenta Tavares (1997), a extensão é o próprio ensino e a pesquisa desenvolvidos dentro de uma concepção político-metodológica que privilegia as necessidades da maioria da população, numa perspectiva do movimento ação-reflexão-ação, em que a concepção de ensino se constitui a elaboração, ela mesma, do conhecimento pelos alunos, resultante do confronto com a realidade concreta e a pesquisa da sistematização dessa prática.

Com essa nova concepção, segundo Villar (2011), a extensão é entendida como um processo educativo contínuo de difusão e socialização do saber, com vistas à transformação social e ao processo de construção da cidadania, em direção a uma extensão emancipadora. Assim, ela passa a ser considerada imprescindível para a formação acadêmica cidadã, numa universidade comprometida politicamente com as problemáticas sociais existentes e suas possíveis soluções, mediante a aplicação de pesquisas e a descoberta de novos conhecimentos, realimentando o processo de ensino-aprendizagem. A extensão emancipadora caracteriza-se como ponto central da práxis como articuladora da teoria e da prática, que permite desvendar os determinantes da realidade social em sua totalidade.

Portanto, a extensão depende de como e por quem está sendo institucionalizada. Sabe-se que os objetivos das instituições, seus interesses e seu corpo docente e administrativo definirão suas ações e seus objetivos. Ao estruturar um projeto de extensão, a preocupação deve se centralizar nas motivações dessas práticas e dos conceitos que permeiam as ações dos docentes e discentes envolvidos. Somente com esses aspectos garantidos, a cidadania poderá ser desenvolvida efetivamente.

2. Cidadania

A cidadania no Brasil está presente na história das lutas pelos direitos fundamentais da pessoa, desde os tempos da colonização, com massacres, violência e exclusão. O caminho a percorrer ainda é grande. Diversas questões como a posse de terra, a miséria, o desemprego, a reforma agrária, a concentração de renda, entre outras, estão longe de serem solucionadas.

É inegável que o Brasil é um país extremamente desigual, com grandes contrastes e desequilíbrios sociais. Nesse crescente mundo de injustiças sociais, questiona-se a Constituição Brasileira, que muito pouco conseguiu alcançar na efetivação da sociedade de direitos.

No entanto, essa Constituição assegura aos cidadãos brasileiros os direitos tradicionalmente reconhecidos, como o direito de votar para escolher representantes no Legislativo e Executivo e o direito de se candidatar para esses cargos. Além de dar ao cidadão o direito de apresentar projetos de lei, por meio de iniciativa popular, tanto ao Legislativo federal quanto às Assembleias Legislativas dos Estados e às Câmaras municipais. Enfim, prevê a participação obrigatória de representantes da comunidade em órgãos de consulta e de decisão sobre os direitos da criança e do adolescente, bem como na área da educação e da saúde. Essa participação configura o exercício de direitos da cidadania e é muito importante para a democratização da sociedade (CARVALHO, 2009).

Ser cidadão é ter consciência de que se é sujeito de direitos. Direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade de direitos, enfim, direitos civis, políticos e sociais (BALERA, 2011). No entanto, a cidadania pressupõe também deveres que dependem de uma visão diferenciada em relação ao outro e ao meio ambiente. O exercício da cidadania implica a busca pela justiça e pelo bem comum.

Hoje, nas instituições de ensino superior, buscamos formar profissionais que se apresentem para trabalhar com a realidade social. O viver em uma sociedade de direitos traz um amplo campo de valores que são desenvolvidos na história de vida desse futuro profissional, por meio de uma formação responsável e realista. Os direitos humanos somente serão compreendidos mediante a conscientização da importância do outro na convivência

social. Considerando a relevância de uma educação preocupada com o desenvolvimento pleno do ser humano e com uma convivência saudável, é necessário analisar como esses profissionais estarão prontos em sua formação para a condução desses valores. Conclui-se que não se pode falar em formação, sem antes buscar as questões básicas de conhecimento humano e, principalmente, de considerações sobre o outro e a sociedade (CARO, 2011).

Os estudantes necessitam do conhecimento da realidade de seu povo e das questões sociais, para se conscientizarem e se proporem à mudança de sua visão de mundo. Porém, acima desses aspectos, estão suas histórias de vida, o amplo campo de valores que foram assimilados durante o próprio desenvolvimento e as relações familiares e sociais.

É inegável que o Brasil é um país extremamente desigual, com grandes contrastes e desequilíbrios sociais.

Diante do contexto neoliberal em que se vive, que exclui e gera desemprego, fome e miséria, a universidade tem uma função social a cumprir, com significativa contribuição a prestar. Portanto, desenvolver uma educação superior que vise à justiça social, à inclusão, à cidadania, ao respeito à dignidade humana, estimulando relações mais equilibradas entre os seres humanos e, ainda, proporcionar uma formação profissional cidadã e crítica diante do mundo em que se vive é uma exigência do presente momento histórico (VILLAR, 2011).

Quando se diz que a cidadania dá a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo, deve-se entender que a participação não é somente física, mas que deve partir de uma convicção e consciência de direitos e deveres frente aos semelhantes.

Não existe um direito mais importante que o outro. Para o pleno exercício da cidadania, é preciso a garantia do conjunto dos direitos humanos. Respeitar esses direitos é promover a vida em sociedade, sem discriminação de classe social, de cultura, de religião, de raça, de etnia, de orientação sexual. Para que exista a igualdade de direitos, é preciso o respeito às diferenças.

A compreensão sobre cidadania e direitos humanos é essencial ao trabalho social, porém exige compromisso do estudante com determinados valores, muitas vezes, já presentes em seu desenvolvimento ou passíveis de serem assimilados no processo educacional.

A extensão, como projeto educativo do ensino superior, é fundamental na formação dos estudantes, pois proporciona a conscientização de sua realidade social e desperta o desejo de mudança pessoal e social. A eficácia dessa ação pedagógica está nas considerações que o estudante terá sobre o ser humano e a sociedade.

3. O compromisso das instituições de ensino superior com a extensão

A extensão ocupa um lugar privilegiado na IES, pois sua proposta educativa só tem sentido mediante a promoção e a animação dos direitos e das necessidades básicas dos jovens, principalmente dos menos favorecidos, por meio da justiça, da verdade e da formação acadêmica e social (JANTKE, 2010).

O compromisso com a extensão visa expandir as ações acadêmicas e sociais, num processo de aprendizagem mútua, como fator gerador de mudança em favor de uma sociedade fundamentada em valores solidários e sustentáveis.

Essas experiências agregam valor ao saber acadêmico, por meio de reflexões e experiências de âmbito ético e político, que permitem mudança de visão nos alunos, professores e colaboradores, envolvidos nos programas e projetos, que certamente contribuem para o amadurecimento de sua postura pessoal e profissional.

A instituição deve ser a grande animadora para o crescimento da motivação da comunidade universitária em conhecer a realidade local, junto às comunidades de seu entorno, com o propósito de ouvir e criar condições de melhoria de qualidade de vida, desses grupos, por meio da promoção de diversas atividades extensionistas.

Sua prática, também, está diretamente relacionada com os colaboradores da instituição, incluindo docentes, gestores e funcionários comprometidos com a conquista e a garantia dos direitos sociais na construção e na ampliação da cidadania.

4. A visão dos estudantes sobre a extensão e sua cidadania

Para a compreensão sobre o que os estudantes pensavam sobre a extensão e a construção de sua cidadania, foi proposta a seguinte questão: como o projeto de extensão contribui para o exercício de sua cidadania? Foram coletadas as seguintes respostas, que seguem com uma análise sobre seus conteúdos.

Nas expressões dos estudantes, aqui citados pela sigla da instituição e número do entrevistado, observa-se o resultado da extensão na formação profissional:

- Os projetos de extensão despertam nos acadêmicos a percepção da comunidade como um local de aprendizado. Nas visitas realizadas aos projetos, apresentam-se vários depoimentos de transformação de visão pessoal, a partir da participação em projetos voltados para o atendimento à comunidade. Para mim, que por vezes tive a oportunidade de conversar com pessoas atendidas por nossos projetos, notei a importância do trabalho realizado e como a vivência em outra realidade contribui para tornar esse acadêmico um futuro profissional mais consciente com as demandas da questão social que está posta (Estudante A7).
- O projeto em si já está imbuído nesse compromisso e construção da cidadania. E com o projeto pude exercer a cidadania de forma acadêmica e pessoal. A gama de conhecimentos e contribuições em um espaço de atuação não convencional, no caso do hospital, faz com que o nosso dia a dia seja movido pelo exercício constante da ação de ser um cidadão participante e ativo em nossa sociedade (Estudante C3).
- O cidadão é quem faz parte de um todo, de um grupo, é alguém a mais na sociedade, que não deve ser apenas um telespectador da vida, mas um agente, um ser ativo e multiplicador de conhecimentos. O projeto de extensão estimula a cidadania, fazendo com que atuemos de forma direta na sociedade, ensinando, aprendendo e adquirindo novas experiências (Estudante E6).
- Entendendo o conceito de cidadania enquanto um processo conquistado coletivamente pelas classes sociais, a participação no

projeto permitiu o conhecimento de uma realidade social distinta, o que instiga à reflexão e ao posicionamento a favor da equidade e da justiça social. Assim, o projeto de extensão fortaleceu minha visão de mundo, meu olhar sobre a realidade em que vivo, na qual é preciso luta para conquistar direitos e para conquistar o acesso a esses direitos (Estudante N2).

Observamos que, na maioria das instituições pesquisadas, a extensão está sendo compreendida pelos seus estudantes como construtora da cidadania. Sabemos que esse conceito não tem grande facilidade de assimilação, mas pela amostra das respostas, a extensão vem transmitindo o sentimento do ser cidadão.

Outro aspecto importante expressado foi o envolvimento dos participantes do projeto para a motivação dos estudantes, como nas expressões a seguir:

– Os projetos que, geralmente, partem da extensão têm uma visão totalmente voltada ao exercício da cidadania. As pessoas que participam da equipe transmitem esses valores e motivam as pessoas a manterem essa conduta também (Estudante C2).

– Através da participação no projeto, pude perceber que o conhecimento e a formação exigem que se vá muito além dos conteúdos apreendidos na universidade. Trabalhar a cidadania de forma prática nos faz progredir como estudantes e cidadãos. Deve ser destacado também que contamos com o acompanhamento assíduo dos professores integrantes do projeto, juntamente com o Departamento de Estudos Jurídicos e Sociais, os quais nos deram todo amparo e apoio em todas as atividades no decorrer do ano, o que foi extremamente enriquecedor para a vida acadêmica dos bolsistas, pois nos proporciona muito mais que o estudo sobre determinado tema, mas, sobretudo, a prática da oratória e o contato com a vida fora da universidade, fazendo nos depararmos com realidades e vulnerabilidades sociais diferentes daquelas a que estamos habituados. Aliás, a temática que estudei para o desenvolvimento do projeto me encantou de tal forma que optei por continuar a investigá-la por meio de meu trabalho de conclusão de curso (Estudante N6).

A importância das atividades extraescolares, como formadora pessoal e profissional dos estudantes, foi expressa da seguinte forma:

– Através do projeto de extensão, eu pude desenvolver atividades voltadas ao social, visto que, muitas vezes, a vida acadêmica nos limita às atividades de sala de aula, formando um profissional muito técnico, incapaz de lidar e compreender a sociedade em que vive e as pessoas com quem se relaciona (Estudante E2).

– Bom, eu acho que qualquer aluno ou qualquer pessoa que faz uma universidade acaba tendo a responsabilidade de dar alguma coisa de volta para a sociedade. Com relação ao projeto, como a gente trabalhou com uma comunidade, enfim, a intenção era desenvolver economicamente aquela região. Eu me senti superimportante, acho que até mais motivada pra buscar outros meios de ter esse contato com a população e com a comunidade, não ficar só dentro da sala de aula. Enfim, saber que eu posso utilizar o que eu aprendo aqui pra modificar alguma coisa ao meu redor (Estudante J4).

Outra observação é sobre a predominância da prestação de serviços, na consideração de uma ação para os que vivem em situação de vulnerabilidade social, sendo que a cidadania extrapola esse contexto e abrange toda a sociedade. Esse fato se observa nas seguintes expressões:

– Através desse projeto, é oferecido aos acadêmicos do Curso de Graduação em Serviço Social um campo de prática profissional do serviço social na área sociojurídica, habilitando-os para a intervenção e o acompanhamento das situações sociais relacionadas com a justiça, ampliando o acesso aos direitos sociais e individuais e à condição de cidadania para os segmentos sociais vulnerabilizados e/ou excluídos do acesso a muitos de seus direitos. Ao mesmo tempo, constitui-se um ambiente ampliado de aprendizagem do exercício profissional, oportunizando aos acadêmicos a troca de experiências e de informações didático-pedagógicas nas áreas sociais e jurídicas, proporcionando, assim, a ampliação de seus conhecimentos. Através desse espaço, prestam-se serviços à comunidade, de forma gratuita (Estudante N7).

– No desenvolvimento do altruísmo, na percepção de que uma ação social íntegra é muito importante, no entendimento de que, para existir uma transformação ou mudança, precisamos de ação e que, mesmo tendo muito ou mesmo tendo pouco, sempre poderemos contribuir (Estudante O2).

Outra questão está no sentimento voluntário que frequentemente permeia a extensão e que pode omitir um sentimento assistencial e não promocional do ser humano:

– A cada dia, tenho crescimento pessoal, adquirindo lições de vida que me incentivam a trabalhar cada vez mais meu potencial voluntário social (Estudante P4).

Os dados obtidos pelas entrevistas revelam o desenvolvimento da nova concepção de extensão universitária, mas deixam claro que há necessidade de um grande trabalho de conscientização para os docentes e discentes das instituições.

Considerações finais

Apesar de todo avanço na definição da extensão e da importância que ela tem obtido no contexto universitário, há um grande caminho para se chegar aos resultados desses esforços.

A extensão somente deixará de ser uma prestação de serviços, numa perspectiva assistencialista, quando for visualizada como um processo pedagógico que visa à formação cidadã para a conquista de uma sociedade efetivamente de direitos. Com frequência, a extensão faz parte de disputas ideológicas e corre o risco de permanecer na superficialidade.

Além do incentivo para a realização de programas e de projetos que visam enfrentar os problemas específicos acarretados pela situação de exclusão e de marginalidade, a extensão necessita trabalhar pela conscientização dos direitos e deveres, para a construção de uma sociedade mais humana, sem as terríveis consequências das desigualdades sociais.

As políticas públicas nos remetem à responsabilidade das funções sociais do Estado, sem deixar de considerar que esse Estado será administrado pelos atuais estudantes de nossas universidades. Então, além da formação de políticos engajados, precisamos contribuir para o desenvolvimento de cidadãos que participem e lutem pelos seus direitos. Segundo Villar (2011), pensar em políticas públicas é também pensar na participação do cidadão em sua comunidade, pois sabendo solucionar pequenos problemas de sua rua/local de convivência, ele poderá reivindicar mudanças na sociedade, por ter consciência da importância de sua participação na esfera política, que é o bem do coletivo.

A extensão deve buscar o aprendizado participativo, democrático e valorizador do ser humano, de forma a contribuir para o engajamento e a participação crítica dos envolvidos, possibilitando ações de caráter multi, inter e transdisciplinares, bem como contribuindo para a articulação entre os saberes acadêmico e popular. Nesse processo, a participação e o exercício coletivo, no qual todos são chamados a decidir sobre o seu destino como sujeitos coletivos, além de resgatarem valores humanos como solidariedade, ética, respeito pela vida, responsabilidade, honestidade, amizade e democracia, e de buscarem a superação dos problemas sociais, contribuem para a construção da cidadania. É um processo complexo permeado de compromissos, riscos, lutas, ações e, sobretudo, de conquistas (CHATEAUBRIAND; ANDRADE; MELO, 2004).

O trabalho com as comunidades possibilita à aprendizagem respeitar as reais necessidades, ampliando os conhecimentos de sala de aula, construindo novos saberes e disponibilizando os resultados para a sociedade; ocorre uma vivência democrática que gera uma nova forma de ver o mundo, respeitando as diferenças e aprendendo a exercer a cidadania.

A grande missão educativa da extensão é a promoção humana por meio da seriedade, da competência e da luta pelos direitos sociais.

Referências

BALERA, W. *Comentários à Declaração Universal dos Direitos Humanos*. São Paulo: Conceito, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CARO, S. M. P. A cidadania e os direitos humanos na formação do educador social. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PEDAGOGIA SOCIAL. *Anais...* Canoas-RS: Ulbra, 2011.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

CHATEAUBRIAND, A. D.; ANDRADE, E. B.; MELO, P. P. A extensão universitária como instrumento de cidadania, organização comunitária e desenvolvimento sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte-MG. *Anais...* Belo Horizonte-MG, 2004.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus-BA: Editus, 2001. p. 55. (Coleção Extensão Universitária, 1).

JANTKE, R. V. D. *Relatório social: Unisal 2010*. São Paulo: Salesiana, 2011.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. *Extensão universitária: novo paradigma de universidade?* Maceió: Edufal, 1997. 235 p.

VILLAR, Ana Eugênia v. *Extensão universitária: concepções e ações na UFRN sobre a temática direitos humanos e justiça no período de 2008 a 2010*. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

FORTALECENDO A CULTURA CIDADÃ DOS ESTUDANTES – UM DOS PAPÉIS DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE

Enio Waldir da Silva*

Introdução

Este texto destaca, a partir das práticas de extensão universitária realizadas por estudantes, como podem ser construídos ou definidos os papéis que a universidade cumpre para a criação da uma cultura cidadã.

A universidade, por natureza e sentido, é uma instituição científica, social, pública e comunitária. Como instituição, emergiu da concepção de que o conhecimento, a ciência e a tecnologia seriam capazes de resolver problemas da inclusão de indivíduos na vida civilizada, tanto aqueles obstáculos que são próprios da relação homem/natureza quanto aqueles que estão presentes nas relações homem/homem. No entanto, a existência de saberes organizados, de ciência e de tecnologia, não significou melhoria na qualidade de vida da maioria dos indivíduos. Não sabemos se a universidade perdeu o rumo ou nunca o achou, pois está muito difícil de medir a relação que ela possui com os fenômenos de inclusão e de exclusão social.

A dinâmica da sociedade moderna em seus aspectos produtivos, comerciais e culturais impulsionou a universidade para ser uma instituição

* Doutor em Sociologia e Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui).

central da sociedade, que necessita cada vez mais dos bens tecnológicos e das potencialidades racionais ali em convívio. Muitas pesquisas têm abordado essa complexidade da universidade e as possibilidades de ela interferir mais nos processos produtivos, distributivos, organizativos e na vida cultural das sociedades. Ainda não sabemos o suficiente sobre os resultados de suas ações, seus limites e suas possibilidades objetivas, uma vez que se trata de um contexto, um ambiente amplo que não cabe em um recorte de pesquisa para ser compreendido objetivamente. Temos apenas ideias de universidade e, como tal, precisam ser discutidas, dialogadas.

Um dos temas desse diálogo é se a universidade deve ser uma instituição que atua para além dos fundamentos da ciência e da educação escolarizada. Ela deve se envolver, também, com a situação de exclusão dos indivíduos quanto aos bens culturais produzidos pela civilização. Nos últimos anos, ocasionadas por fatores político-conjunturais, têm aparecido muitas exigências para que a universidade seja mais inclusiva e mais próxima das demandas sociais. Imersos em problemas, os setores organizados da sociedade, os movimentos sociais, as organizações não governamentais, os governos e mesmo seus atores internos cobram mais compromisso da instituição com o desenvolvimento social.

O fundamento de uma instituição democrática não é construído em meio a circunstâncias opostas aos princípios de liberdade. Nesse sentido, não somente seus alunos deverão ser os únicos a se beneficiarem de suas ações. Esse entendimento subjaz ao novo sentido da extensão universitária, integrada ao ensino e à pesquisa. Ou seja, a universidade dialogal estará fazendo educação científica para além dos costumeiros procedimentos escolares quando democratizar a produção e a distribuição dos conhecimentos. Ela pode fazer isso, também, buscando os saberes frutos das experiências das ações solidárias de indivíduos e grupos.

Começaremos tematizando os desafios que a universidade vem enfrentando para cumprir seus papéis sociais. Em seguida, a partir de algumas definições de cidadania das Ciências Sociais, analisaremos como os estudantes pensam a contribuição da extensão para sua cidadania. Por último, nos desafiamos a propor algumas ideias de como a extensão poderia ser mais efetiva para cumprir os fins da universidade.

1. Novos desafios à universidade

Evidentemente, a universidade não está acima ou fora da realidade política, social, econômica e cultural da sociedade, mas não necessariamente precisa estar submetida a essa realidade, como se somente o que existe fosse possível de existir. Sua existência diz respeito muito mais ao futuro do que ao presente.

A imaginação de um futuro mais promissor levou muitos atores da universidade a provarem com argumentos sólidos que a lógica humana não é constituída de concorrência, de evolução competitiva e sim de lógica solidária. A grandeza da história humana está marcada pelos momentos em que houve ações coletivas solidárias. Quando a humanidade competiu, se corroeu, entrou em violência, guerras e decadências. Recuperar esses princípios que ligam indivíduos a indivíduos, grupos a grupos, sociedades a sociedades é um dos papéis nobres da universidade.

No entanto, em termos práticos, não se pode esperar mais do que ela pode fazer, como instituição científica, formativa, social, pública e comunitária. Um dos exemplos ilustrativos dessa expectativa é o movimento de instituições em defesa da promoção da inclusão social de populações vulnerabilizadas pela pobreza por meio da disponibilização de Tecnologias Sociais (TS). Basicamente, desafia-se a universidade a articular a extensão, o ensino e a pesquisa, em favor da produção de tecnologias sociais para os segmentos populacionais excluídos. O desafio parte da compreensão de que a estrutura institucional das universidades prima pela promoção e pelo *status* individuais, associada a uma visão linear de produção e utilização de conhecimentos e tecnologias. Isso faz com que não se crie a possibilidade de eles se vincularem às empresas por meio da inovação tecnológica, e a postura de detentores dos conhecimentos científicos não possibilita maior aproximação das comunidades. Isso ocorre devido à universidade não dispor de identificação com as causas populares ou, simplesmente, por não possuir conhecimento adequado que permita interação, ou por oferecer práticas fragmentadas e cursos pontuais, misturar extensão com prestação de serviços e outras modalidades tipicamente assistencialistas.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista na Constituição Brasileira, tem sido, em geral, historicamente renegada. A extensão não tem ainda seu lugar reconhecido no interior da organização acadêmica e somente de alguns anos para cá é que ela vem recebendo financiamento de alguns órgãos de fomento, a exemplo das bolsas de extensão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Há universidades que mantêm atividades de extensão à custa de seu orçamento interno, sustentadas pelos alunos e, por isso, com ínfimos valores para cobrir apenas pequenas quantidades de tempo de seus professores e algumas bolsas para os alunos. Contudo, a dificuldade na implementação da extensão universitária não reside apenas no financiamento da extensão, mas, sobretudo, nas concepções que a orientam, em termos práticos e concretos.

As práticas extensionistas são algumas das formas básicas pelas quais a universidade constrói sua relação com a sociedade; porém, não atinge todos os segmentos sociais. Mesmo naqueles com quem atua, as influências se mostram frágeis, mas importantes. As atividades de extensão permitem que os atores da universidade traduzam para o campo operacional os conhecimentos que a academia está produzindo e, ao mesmo tempo, podem oxigenar seus ímpetus epistemológicos de construção de saberes pertinentes, edificantes da vida social, prudentes, decentes. Como diz Boaventura de Sousa Santos (2005), a extensão poderá ser uma alavanca para experienciar a justiça cognitiva, permitindo a todos o acesso a conhecimentos emancipadores, além de reguladores, possibilitando que os diálogos de saberes sociais e acadêmicos construam conhecimentos novos – emergentes – , para resolver os problemas mais urgentes da vida cidadã.

Essa concepção de universidade e de extensão se aproxima dos argumentos de Boaventura de Sousa Santos (2005). A extensão deve promover a universidade como bem público, democratizando-a de dentro para fora. Significa concebê-la e realizá-la a partir de uma relação interativa e solidária (e não unilateral e distante) com a sociedade, ampliando as zonas de contato e intensificando a interatividade, a inserção e as relações de cooperação solidária. Ao emergir da inserção e do compromisso social, a extensão acaba por transformar a sociedade na mesma medida em que transforma a si mesma. Como propõe Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 55),

a extensão pode contribuir decisivamente para fazer emergir uma “universidade de proximidade”, ou seja, uma universidade concebida como bem público cujos bens simbólicos produzidos devem ser democratizados e estar acessíveis a todos os grupos sociais. Ao realizar o compromisso político e epistemológico da universidade com seu entorno, a extensão promove a democratização da própria universidade, “pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes, de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo” (SANTOS, 2005, p. 55).

Propõe-se, em vez da *universidade fortaleza*, a *universidade rede*. Quanto mais a universidade se insere na sociedade, mais esta se insere na universidade. É uma relação interativa, alicerçada no princípio da responsabilidade social, que prioriza a pesquisa-ação e a ecologia de saberes com os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil da região, com o propósito de cooperar ativamente com os atores sociais que lutam pela construção de relações sociais mais justas e relações econômicas de produção e de consumo mais solidárias e ecologicamente sustentáveis, como também pela formação de lideranças sociais.

O mesmo movimento que leva o conhecimento científico para a sociedade deve ser o que traz outras formas de conhecimento (senso comum, artístico, religioso, indígena, camponês etc.) para dentro da universidade. Como sugere Boaventura de Sousa Santos (2005), a “monocultura do conhecimento científico” abre espaço para uma “ecologia de saberes”. Por meio da extensão, o conhecimento produzido pela universidade põe-se em diálogo com o senso comum e com todas as demais formas de conhecimento produzidas pela comunidade. Trata-se de uma ruptura com as formas tradicionais e hegemônicas de conceber a ciência, a universidade e a extensão. Assim concebida, a extensão inaugura uma partilha solidária de conhecimentos. De acordo com Sousa Santos (2005, p. 76), “a ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão [...] consiste na promoção de diálogos entre o saber científico, que a universidade produz e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses [...] que circulam na sociedade”. A ecologia de saberes promove o reconhecimento de outras formas de saber e o confronto comunicativo entre elas. “A universidade deve ser um ponto privilegiado de encontro entre saberes. A hegemonia

da universidade deixa de residir no caráter único e exclusivo do saber que produz e transmite para passar a residir no caráter único e exclusivo da configuração de saberes que proporciona” (SANTOS, 1995, p. 224).

2. A extensão universitária como lugar da pratica da cidadania participativa

A pesquisa empreendida com os alunos extensionistas nos mostrou uma variedade de entendimentos que os estudantes possuem sobre a contribuição que as atividades de extensão universitária proporcionam para sua cultura cidadã. Das respostas, temos os seguintes universos de percepções, sendo que em uma mesma resposta estão duas ou mais percepções.

Como o projeto de extensão contribui para o exercício da sua cidadania?	
Percepções	Número de respostas
Aprender a ajudar os outros.	45
Despertar para a política e para os problemas sociais.	31
Aprender com os saberes populares.	30
Contribuir para a ajuda aos excluídos.	26
Ajudar a produzir conhecimentos.	19
Dialogar sobre nossos problemas – estudante e cidadão da sociedade.	18
Formar profissionais conscientes.	17
Sensibilizar com os outros.	16
Respeitar direitos e deveres.	10
Respeitar as diferenças sociais e culturais.	9
Interiorizar a responsabilidade para sair da situação em que se encontra.	7
Ajudar a auferir rendas.	5

Fonte: Banco de dados *Estudantes entrevistados* – Entrevistas semiestruturadas.

Esses dados mostram os limites da pesquisa sobre um tema complexo que pressupõe que os estudantes estejam maduros para responder sobre

ele. Alguns respondem em uma linha e outros, em 10 ou 15 linhas de argumentações que misturam concepções, desvios da pergunta. Como não foi explicado o sentido de cidadania do entrevistador, destacamos opiniões relevantes, no sentido de pesquisa qualitativa, para mostrar os papéis que a extensão vem cumprindo.

Um dos problemas mais candentes da prática extensionista na universidade é definir quem são seus parceiros francos: aqueles segmentos ou setores sociais com os quais a instituição pode contar, que não estejam dispostos a manter as identidades, a respeitar as diferenças e a ter um relação de edificação, de ancoradouros descolonizantes.

Defendemos que seus parceiros mais francos estão na sociedade civil. A sociedade civil é a parte da sociedade em que os cidadãos não estão dedicados de forma especial a manter e a usar os mecanismos de coação e coerção com funções de controle da ordem social. Os cidadãos dedicam-se a realizar suas vivências sociais na economia e na cultura e a garantir as relações sociais de acordo com seus interesses, de onde podem emergir as regulações, porém não sendo eles responsáveis pela manutenção da regulação.

De certa forma, nas opiniões dos alunos, há uma dificuldade de definir a cidadania:

– Para o exercício da cidadania? Olha, eu acho que é uma coisa muito interessante e motivadora. Porque, por exemplo, no projeto que eu desenvolvo lá na USP, trabalhar com a parte de regeneração óssea, isso vai trazer muitos benefícios para as pessoas. Então, isso, de uma forma ou de outra, vai ajudar muito a sociedade. Então, eu não sei. Meu conceito de cidadania pode estar errado, assim, em ajudar a sociedade. Mas eu vejo dessa forma, me sinto satisfeito, pois todos os projetos que eu desenvolvi até agora foram com um intuito social muito bom, em termos de melhoria de algum parâmetro, alguma coisa da sociedade (Estudante F1).

– Entendo o conceito de cidadania enquanto um processo conquistado coletivamente pelas classes sociais. A participação no projeto permitiu o conhecimento de uma realidade social distinta, o que instiga à reflexão e ao posicionamento a favor da equidade e da justiça social. Assim, o projeto de extensão fortaleceu minha visão de mundo,

meu olhar sobre a realidade em que vivo, na qual é preciso lutar para conquistar direitos e para conquistar o acesso a esses direitos (Estudante N2).

Segundo Bobbio (1986), a sociedade civil seria a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos e entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. A sociedade civil organizada garante a possibilidade do surgimento e a organização de inúmeras instituições e movimentos sociais capazes de atuar, em suas respectivas atividades, para a transformação das realidades sociais em que se encontram. A sociedade civil seria, então, o espaço das lutas sociais, onde se desenvolvem os elementos da cidadania.

Não seria o mundo do mercado, onde estão as empresas e o Estado. “Sociedade civil representa uma esfera de discurso público dinâmico e participativo entre o Estado, a esfera pública composta de organizações voluntárias e a esfera do mercado referente a empresas privadas e sindicatos” (VIEIRA, 1997, p. 45).

Essa postura entende que não estamos vivendo mais sob regimes de ditaduras, no qual era necessário se referir à sociedade civil como uma esfera muito diferente do Estado. São perceptíveis as novas relações entre as esferas sociais, em que indivíduos se dedicam à economia, à governança, ao associativismo, ao mundo da afetividade (famílias), aos movimentos sociais e às esferas públicas comunicativas. A teoria social crítica, portanto, percebe que as atividades da vida social são muito mais amplas que aquilo que se passa nas atividades do Estado e da economia. A sociedade civil está além da política demarcada pelos partidos, pelas organizações políticas, pelos parlamentos e pela economia que integra as organizações de produção e distribuição, como empresas, cooperativas, firmas, etc. Esses elementos contribuem para o surgimento da sociedade civil e sua institucionalização no direito, mas não são o lucro, a gerência, a conquista e o controle do poder os elementos estruturais da sociedade civil e, sim, a geração de influências na esfera cultural que mobiliza poderes (VIEIRA, 1997, p. 45).

Embora imersa nos padrões instrumentais, normativos e comunicacionais, a sociedade civil possui uma comunicação mais aberta,

que se refere a dinâmicas socializadoras, associativas e a formas de diálogos do mundo da vida nos diversos momentos de suas processualidades institucionalizantes. Ela pode exercer influência nos processos de mediação entre poderes políticos e econômicos e, ao mesmo tempo, buscar uma proteção contra a penetração destrutiva do poder político e do poder econômico. Interessam a ela, também, os valores da emancipação social, da auto-organização e da autoconstituição, que preservam autonomias e formas de solidariedade.

Constata-se, assim, que cidadania e sociedade civil são noções diferentes: a primeira é reforçada pelo Estado, a última abrange os grupos em harmonia ou conflito. A sociedade civil cria grupos e pressiona em direção a determinadas opções políticas, produzindo, conseqüentemente, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. Uma sociedade civil fraca, por outro lado, será normalmente dominada pelas esferas do Estado ou do mercado. Na sociedade civil, as associações e organizações se engajam em debates, de forma que a maior parte das lutas pela cidadania é realizada em seu âmbito por meio dos interesses dos grupos sociais, embora a sociedade civil não possa constituir o *locus* dos direitos de cidadania.

Alguns estudantes dizem que a cidadania está ligada aos objetivos que as pessoas traçam para o viver coletivo. O ganho, em termos de cidadania, que eles percebem com o trabalho de extensão é:

– Sensibilização. Tenho maior poder de observação e cuidados com minhas atitudes como cidadã e como pessoa. Tenho uma maior consciência de meus direitos (e luto mais por eles), sempre observando primeiro meus deveres. Isto me possibilitou conviver melhor com muitas pessoas que pensam diferente de mim em muitos aspectos. Trabalhando com crianças aprendi a ouvir os mais velhos e, conseqüentemente, a entendê-los melhor. Sou muito grata por isso (Estudante G3).

– Aprendo dentro da própria universidade a ser um profissional qualificado. Não preciso terminar o curso para aventurar um início de vida profissional. Faço tudo isso durante minha formação, graças ao projeto de extensão (Estudante H1).

A cidadania se refere ao processo de participação do indivíduo na consolidação da ordem social, que ele almeja para si e para suas relações com os outros. Refere-se, então, ao dever de participar e ao direito de ser atendido por ter participado. Nesse sentido, a cidadania exige que os indivíduos conheçam a sociedade em que estão inseridos, que sejam capazes de criar interesses universais e que se motivem para a ação entre iguais e diferentes, isto é: é preciso combinar o ideal de direitos com o pluralismo e as ideias de razão pública e os compromissos ético-políticos com uma democracia restauradora e edificante da vida coletiva. A cidadania vivenciada na prática reativa esferas públicas existentes e cria outras, para que os indivíduos possam agir coletivamente e se empenhar em deliberações, vigilância com as implementações e medidas de resultados. Ela é essencial para a constituição da identidade política baseada em valores de solidariedade, de emancipação e de reconhecimento da diferença, ao mesmo tempo que amplia os diálogos de entendimentos e consolida uma cultura política democrática. Essa compreensão é expressa na fala do Estudante J3: “[...] muito pude verificar uma realidade totalmente diferente de minha zona de conforto e ver a desigualdade que ocorre num país”.

O adjetivo “participativa” aplicado à cidadania é redundante, no entanto se faz necessário para identificá-la neste novo contexto de qualificação dos procedimentos democráticos. Por um lado, a (re)significação da participação acompanha a mesma direção seguida pela reconfiguração da sociedade civil, com a emergência da chamada “participação solidária” e a ênfase no trabalho voluntário e na “responsabilidade social”, tanto de indivíduos como de empresas.

Um primeiro elemento constitutivo dessa concepção de cidadania se refere à noção mesma de direitos. A nova cidadania assume uma redefinição da ideia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos. Essa concepção não se limita a provisões legais, ao acesso a direitos definidos previamente ou à efetiva implementação de direitos formais abstratos. Ela inclui a invenção/criação de novos direitos, que surgem de lutas específicas e de suas práticas concretas. Nesse sentido, a própria determinação do significado de “direito” e a afirmação de algum valor ou ideal como um direito são, em si mesmas,

objetos de luta política. O direito à autonomia sobre o próprio corpo, o direito à proteção do meio ambiente, o direito à moradia são exemplos (intencionalmente muito diferentes) dessa criação de direitos novos. Além disso, essa redefinição inclui não somente o direito à igualdade, como também o direito à diferença, que especifica, aprofunda e amplia o direito à igualdade (DAGNINO, 2004, p. 11).

Essa seria a definição de uma cidadania ampliada que requer sujeitos ativos, constituídos em procedimentos dialógicos de autorreconhecimento entre si e de reconhecimento dos excluídos e de sua real participação nos processos decisórios. Essa definição incorporaria as experiências participativas e as capacidades dos setores populares em construir espaços de poderes locais, para além dos espaços do Estado, em esferas públicas da sociedade civil, para além dos limites de uma aquisição formal e legal no sistema. Essa noção de cidadania recupera a dimensão pública da sociedade, em que os direitos possam consolidar-se como parâmetros públicos para a interlocução, o debate e a negociação de conflitos, tornando possível a reconfiguração de uma dimensão ética da vida social.

O estudante extensionista expressa isto:

– Todos nós temos condições para exercer nosso papel de cidadãos. E esse cidadão sabe que tem direitos e também deveres perante a sociedade. Diante disso, o projeto de extensão promove meios de exercermos nossos direitos e deveres. Essas possibilidades são muito positivas para nossa vida (Estudante C7).

Um dos pontos fundamentais do esforço democratizante dos anos de 1980, iniciado nos anos de 1970 com a luta contra um Estado autoritário e centralizador, foi a batalha contra a concepção “estadista” de poder e de política, em prol de uma visão ampliada da política e de seus agentes. A distribuição de serviços e benefícios sociais passa cada vez mais a ocupar o lugar dos direitos e da cidadania, obstruindo não só a demanda por direitos – não há instâncias para isso, já que essa distribuição depende apenas da boa vontade e da competência dos setores envolvidos – , mas, mais grave, obstando a própria formulação dos direitos e da cidadania e a enunciação da questão pública (DAGNINO, 2004).

É na sociedade civil que os cidadãos falam por si mesmos e não podem fazer de outro modo porque estão cercados, ao mesmo tempo, pelo universo econômico do mercado e das técnicas e pelas ideologias fechadas que o Estado e os partidos políticos encarnaram. Ela faz mais reivindicações morais e culturais do que econômicas, fazendo com que mais cidadãos participem da vida pública e se tornem leito natural dos movimentos sociais.

A prática histórica da extensão tem origem na concepção de universidade detentora do saber, único, verdadeiro, iluminado, que, por um lado, deveria ser transferido à população e, por outro, deveria ser colocado para assistir à população com o provimento de algum serviço. Esses modelos conceituais e institucionais receberam críticas e formulações de alternativas para o surgimento de uma extensão universitária mais engajada, dialogada e próxima da população excluída. As novas proposições pressupõem uma ação processual e contínua, não pontual, em que o conhecimento científico interaja com os demais saberes da população, em um diálogo permanente, visando à produção de conhecimentos e à apropriação para a resolução de problemas concretos das pessoas e de suas organizações (SOUSA, 2000).

Alguns estudantes manifestam bem esses saberes incompletos:

—Através da participação no projeto, pude perceber que o conhecimento e a formação exigem que se vá muito além dos conteúdos apreendidos na universidade. Trabalhar a cidadania de forma prática nos fazer progredir como estudantes e cidadãos. Deve ser destacado, também, que contamos com o acompanhamento assíduo dos professores integrantes do projeto, juntamente com o Departamento de Estudos Jurídicos e Sociais, os quais nos deram todo amparo e apoio em todas as atividades no decorrer do ano extremamente enriquecedor para a vida acadêmica dos bolsistas, pois nos proporcionou muito mais que o estudo sobre determinado tema, mas, sobretudo, a prática da oratória e o contato com a vida fora da universidade, fazendo nos depararmos com realidades e vulnerabilidades sociais diferentes daquelas a que estamos habituados. Aliás, a temática que estudei para o desenvolvimento do projeto me encantou de tal forma que optei por continuar a investigá-la por meio de meu trabalho de conclusão de curso (Estudante N6).

E os problemas concretos podem ser vistos na opinião do estudante que faz extensão:

– [...] a gente tem um subprojeto de responsabilidade social, eu acho nada melhor que a gente exercer cidadania, exercer você como cidadão e poder ajudar outras pessoas através da responsabilidade social. [...] eu trabalho com crianças com deficiência mental e motora, que são as crianças da “Pestalozzi”. É muito interessante, porque através do projeto da rádio [...] é quando a gente não está tão legal, quando a gente se sente um pouco para baixo, a gente vê que tem gente que [...] não tem tudo que a gente. Às vezes não tem [...] não tem um movimento de braço, um movimento de pernas, tem dificuldade de fala e ele está tão feliz fazendo aquele projeto [...] tão feliz de estar desenvolvendo tudo aquilo [...] (Estudante A3).

Criou-se a compreensão de que a prática extensionista seja interativa; mantenha uma dinâmica constante e renovação dos conteúdos em sala de aula; e produza investigação, conhecimentos e tecnologias próximas das realidades, dos problemas da maioria população. Decorre daí que a extensão deve ser necessária para o processo formativo também da comunidade, como percebem os estudantes:

– Contribuiu muito. Uma coisa que aprendi e coloquei na minha cabeça e espero nunca esquecer, e que aprendi na extensão, no projeto, é que devemos sempre ser humildes, sempre, ninguém é melhor que ninguém. Temos sempre que ouvir, antes de falar nossa opinião, sempre, sempre. Sempre ouvir a pessoa, sempre abaixar a cabeça, se estiver errado, antes de abrir a boca para dar qualquer opinião, ou se defender, sempre ser humilde (Estudante A4).

– Por toda a minha história de vida, eu já possuía um caráter mais social, crítico e atuante dentro de mim antes da entrada na universidade. Mas a pesquisa/extensão me possibilitou praticar e refletir sobre minhas praticas, aprender num processo de constante dobrar-se sobre mim mesma enquanto ser humano que sonha, ri, chora e deseja realização profissional, na transformação do próprio sofrimento e na emancipação do outro enquanto sujeito/ator social construtor do próprio destino e história. Ninguém pode apagar o

passado, mas a qualquer momento se pode começar um novo presente e futuro (Estudante Q4).

Essas opiniões mostram que há uma crescente demanda para que a universidade contribua com o desenvolvimento de novas Tecnologias Sociais (TS), fundamentada na oposição às tecnologias convencionais, despidas da tradição do modelo tecnológico moderno, que produziu a tecnologia convencional (razão instrumental), ou pelo menos realize as adequações necessárias para a nova realidade, especialmente dos empreendimentos populares, que se contrapõe ao modelo que valoriza a liberação de mão de obra, utiliza insumos externos em demasia, degrada o meio ambiente, não valoriza o potencial e a cultura locais e gera dependência. A nova concepção de TS vai além do enfoque de artefatos e agarra-se no contexto e na realidade concreta dos sujeitos para transformar. É um posicionamento político, na medida em que é um situar-se no mundo das pessoas e de seu espaço, de sua organização, de forma independente, autônoma e autogestionária. A TS deve ser um processo pedagógico, pelo qual todos aprendem no construir das soluções. Trata-se de redimensionar a extensão, aproximando-a da metodologia dialógica, participativa, semelhante à pesquisa-ação.

O depoimento destes alunos mostra ainda o lado colonizante e assistencialista da universidade, que quer “dar”, “levar”, “ajudar”, em vez de promover a autonomia e a responsabilidade.

– O projeto em específico fez com que tenha público-alvo em exercício de cidadania, pois lido como práticas legais e conscientizo as pessoas nos aspectos de formar melhores cidadãos e, portanto, me ponho a dar o meu com exemplo (Estudante D7).

– A UCS Empresa Junior dá ao aluno autonomia e o incentiva a interagir com o mercado de trabalho (Estudante D8).

– Exercendo serviços voluntários, aprendemos que, ao ajudar o próximo, estamos ajudando a sociedade e, conseqüentemente, a nós mesmos (Estudante D9).

Nosso argumento defende que a extensão universitária deve ser ela própria uma metodologia de ação da universidade atual, uma atividade

que é meio (ação coletiva para resolver problemas) e ao mesmo tempo fim (gerador de tecnologia e conhecimentos). Como meio ou fim, ela procura criar condições para entendimento das vivências coletivas e do papel dos saberes sistematizados (científicos) e dos saberes experienciados (saberes comuns) nesse processo. Ou seja, além de reposicionar o papel da ciência e tecnologia na sociedade, a extensão também busca outros saberes para integrá-los a ações planejadas e resolver problemas, no sentido do que diz Paulo Freire:

Educar é educar-se na prática da liberdade, que é tarefa daqueles que sabem que sabem pouco – por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – , em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1979, p 123).

Mesmo que se entenda que a ciência e a tecnologia são os símbolos dos tempos modernos e contemporâneos, é preciso entender os muitos saberes que estão além delas e que são igualmente importantes para orientar ações que visam qualificar e ordenar o mundo coletivo. A ciência alimenta esperanças e expectativas em relação ao futuro, mas fazem-se necessários outros elementos para que, de fato, levem os indivíduos a criarem a disposição para ações individuais e coletivas, racionalmente orientadas.

– É como já tinha dito [...] é você entender as pessoas, saber como lidar com elas e também com a importância da comunidade. Acho que é você saber integrar, passar o conhecimento, transmitir experiência, é bem legal! E você conviver e saber das outras pessoas das experiências delas, consequentemente, aprimora muito seu projeto. Então, é boa a troca de experiências (Estudante A5).

Trata-se de assegurar a aplicabilidade edificante de saberes e de ampliação do acesso aos avanços da ciência e de seus benefícios, assim como se trata de sistematizar para potencializar outros saberes (experiências do senso comum, religiosos, artísticos, etc.) e as promessas neles implícitos.

Alguns estudantes entendem bem esse saber edificante:

– O cidadão é quem faz parte de um todo, de um grupo, é alguém a mais na sociedade que não deve ser apenas um telespectador da vida, mas um agente, um ser ativo e multiplicador de conhecimentos. O projeto de extensão estimula a cidadania, fazendo com que atuemos de forma direta na sociedade, ensinando, aprendendo e adquirindo novas experiências (Estudante E6).

De certa forma, há um estranhamento entre esses tipos de saberes. Todos desenharam caricaturas um do outro. É preciso colocá-los em diálogo para que se reconheçam, para que criem espaços de trocas de entendimentos, para que se ancorem um no outro, sem a intenção de um superar, colonizar o outro. É certo, porém, que vivemos um tempo de intensas interferências das inovações tecnológicas no contexto social, e que as próprias relações humanas são ressignificadas em sua cotidianidade pelas influências tecnológicas, mas apresentar o futuro como fruto apenas das inovações tecnológicas é insensatez. Os avanços refletem, precisamente, possibilidades importantes de “aprendizado moral e político” da sociedade, mas não podemos desconhecer os efeitos “colonizadores” da lógica perversa do poder, que geralmente promove esses avanços. A fé progressista na ciência está abalada devido aos riscos atrelados às más formas de sua aplicabilidade.

Este depoimento, de certa forma, diz isto: os projetos de extensão despertam nos acadêmicos a percepção da

[...] comunidade como um local de aprendizado. Nas visitas realizadas aos projetos, apresentam-se vários depoimentos de transformação da visão pessoal, a partir da participação em projetos voltados ao atendimento à comunidade. Eu, que, por vezes, tive a oportunidade de conversar com pessoas atendidas por nossos projetos, notei a importância do trabalho realizado e como a vivência em outra realidade contribui para tornar o acadêmico um futuro profissional mais consciente das demandas da questão social que está posta (Estudante A7).

Criar uma razão dialógica sobre o futuro é o mínimo que a universidade pode fazer, pois, dificilmente, poderemos imaginar a vida humana sem a

presença e o significado da ciência e da tecnologia, assim como não é possível imaginar que a ciência e a técnica avancem sem o homem, que sente e vive em relação com os outros, criando entendimentos específicos dessas relações. Alguns estudantes compreendem bem esse aspecto relacional da vida coletiva:

– Bom, eu acho que qualquer aluno ou qualquer pessoa que faz uma universidade acaba tendo a responsabilidade de dar alguma coisa de volta para a sociedade. Com relação ao projeto, como a gente trabalhou com uma comunidade, enfim, a intenção era desenvolver economicamente aquela região. Eu me senti superimportante, acho que até mais motivada pra buscar outros meios de ter esse contato com a população e com a comunidade, não ficar só dentro da sala de aula, enfim, saber que eu posso utilizar o que eu aprendo aqui pra modificar alguma coisa ao meu redor (Estudante J4).

– Com o projeto de extensão, aprendemos a conviver com diferentes tipos de pessoas, diferentes realidades e, a partir disso, compreendemos “o outro” (Estudante L4).

– Esta foi a maior contribuição: me despertou para a política, especialmente dos movimentos sociais. Não sou partidário, mas escolho partidos para votar e os sujeitos francos que defendem uma nova sociedade [...]. Acho que os movimentos sociais são os novos pilares e os vigilantes da democracia e podem, um dia, fazer valer os princípios de justiça [...]. (Estudante N4).

A universidade deve fazer essa mediação entre ciência e saberes experienciais, a fim de criar potenciais para um processo organizativo; despertar o interesse público pelo debate sobre ações com fins coletivos e o papel da ciência nesse processo; possibilitar que os cidadãos participem das decisões relacionadas à aplicabilidade da ciência; promover a exposição das perplexidades, dúvidas, certezas e incertezas; criar espaços para o entendimento sobre a relação entre ciência e sociedade; ampliar o acesso às informações, em quantidade e qualidade, sobre as práticas das ciências, sobre os valores que as sustentam e sobre os frutos que delas são possíveis. Essa dimensão substantiva e constitutiva de seu fazer é o que permite que a

universidade não se torne uma instituição de costas para sua comunidade, de lado para as esferas públicas e nem dobrada sobre si mesmo, e o que possibilita que ela olhe de frente seu mundo, para além de demandas esporádicas e de crises conjunturais, tornando-se mais perene que seus atores. Vejam as opiniões dos estudantes.

O Estudante B1 afirma que:

- [...] em relação à cidadania, o projeto contribuiu em excesso, pois me ensinou que as pessoas são mais que suas diferenças, e que a todo momento devemos nos esforçar para ajudar o próximo, pois precisamos de todas as pessoas em todos os momentos.

Já para a Estudante B2, a extensão

- [...] contribuiu na minha relação com pessoas de baixa renda (catadores e pessoal da limpeza), que me mostraram que, as vezes, somos felizes e não damos o valor merecido, perto dos desafios que essas pessoas têm e mesmo assim sempre estão sorrindo e felizes. A outra parte é que colaborei significativamente com o meio ambiente, ajudando a recuperar e proteger nosso bioma.

Para o Estudante C3, a extensão universitária vem

- [...] possibilitando a aproximação com a comunidade, de forma a conhecer quais são suas necessidades e atuar de forma a diminuí-las.

Para o Estudante F5,

- O projeto simplesmente foi como um desvendar dos olhos, me auxiliou a perceber a importância da minha opinião no meio em que vivo, pois não podemos mudar toda a sociedade de uma vez, mas podemos modificar o ambiente e as pessoas que nos circundam, mostrando que existe a cidadania dos outros; para que a nossa seja respeitada, é preciso que respeitemos a do próximo.

Embora as opiniões sejam mais ideais que reais, elas mostram que não se deve confundir o papel da universidade e o que ela pode fazer pela extensão. O que caracteriza a extensão como uma atividade e uma função da universidade é sua relação com o processo de produção de conhecimentos e de formação. Para fazer isso, ela pode dedicar-se a construir o ambiente acadêmico mediado pelo diálogo dos diferentes saberes em presença e pela boa convivência dos atores internos entre si e da instituição com outros setores sociais. A riqueza da extensão está em suas dimensões menos formalistas, em sua gramática menos burocrática e na expressão de arte política que ela carrega.

A aproximação da universidade com os segmentos da sociedade detentores do saber popular tem aberto novos campos de investigação em várias áreas do conhecimento. Esses novos campos possibilitam ampliar o espaço de intervenção da universidade, principalmente em áreas fundamentais para a preservação da vida humana. Mudanças ocorreram também com os parceiros da universidade, pois na sociedade há setores, principalmente no universo do trabalho, em que o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos resultou em novas formas de luta no enfrentamento da relação trabalho/capital, principalmente quando essa luta ocorre em um cenário de consolidação dos valores democráticos. É o que podemos notar nestas palavras do estudante:

Através da oportunidade oferecida pela extensão desenvolvida na faculdade, pude desenvolver diversas atividades, pesquisas, leituras e participação em eventos culturais e educacionais. O projeto nos mostrou visões e conceitos novos e deixou exemplos para podermos seguir em nosso dia a dia. Mostrando, ensinando e conscientizando a todos, como podemos ser melhores para as pessoas e o meio em que vivemos, preservando o nosso ecossistema e melhorando nossas relações humanas, aprofundando, assim nossos direitos e deveres como cidadãos. O projeto contribuiu para me tornar mais humilde, compreensivo, cuidadoso, para ajudar o próximo, lidar melhor com as pessoas, tratar todos com igualdade, despertou a solidariedade e a fraternidade. Todas essas aprendizagens fazem com que você se torne um cidadão melhor, mais íntegro (Estudante C4).

Por isso, argumentamos também que a extensão é fruto da proposta da universidade que a instituição carrega. Como tal, a universidade precisa de unidade interna. Sem interação interna, que forma os tendões para *extender* (“*tender*” – “tendões” – que se estica – extensão), não tem como ir ao outro, para fora de si, a sociedade. Sem o reconhecimento de si não tem como reconhecer o outro e nem como formar laços de unidade (universidade e sociedade). Externamente, as universidades têm dificuldades para buscar parceiros francos que possam atuar de modo edificante para as ciências e para promover desenvolvimentos recíprocos. Todos sabem que universidade e sociedade precisam dialogar, não podem estar isoladas uma da outra. No entanto, efetivar esse diálogo é um grande desafio, dadas as complexidades inerentes às instituições, aos setores sociais e às funções dos campos onde os agentes sociais estão inseridos.

A compreensão da qualidade da “participação” necessária para a efetivação dela na universidade, no mundo escolar, nos setores sociais é outro grande desafio diante da complexidade do tempo social em que vivemos. Como uma das qualidades da democracia, a participação não implica apenas a presença física dos sujeitos nas instâncias planejadoras, decisórias e de execução das ações. É preciso que se participe de forma qualificada pelo uso do argumento e de informações e com a prática do diálogo como essência para a relação criativa de saberes diferenciados. A respeito, o estudante diz:

– [...] contribui muito, porque eu pude ver que existem vários olhares para o mesmo ponto e quando você integraliza esses olhares você começa a entender de uma forma mais integradora, porque você conhece as origens, como está se desenvolvendo a população para a formação do cidadão de forma mais integrada, e você começa a descobrir por que está ali e o que tem que fazer para seu crescimento pessoal e do bairro onde você mora, respectivamente. Tem um ditado que diz: “Se você quer mudar o mundo, comece mudando você”. Então a mudança é uma coisa que acontece de dentro para fora e não de fora para dentro (Estudante C6).

Como já dissemos, dialogar implica a fala, precisa de disposição para falar entendendo, com sinceridade de interesses, respeito pela fala do outro, pelo ambiente da fala, na construção coletiva do entendimento e na

formulação da argumentação que vai orientar as ações coletivas. Com estas capacidades comunicativas e a consciência dos contextos políticos, sociais e culturais em presenças, é possível se efetivar o processo participativo de fato. Se tivermos espaços de falas, os entendimentos mútuos poderão ocorrer e se ampliar.

A extensão, nesse sentido, faz um movimento com o todo da universidade, pois todos os esforços para planejar ações na sociedade exigem que a universidade se esforce para construir a unidade daquilo que quer estender, saber o que levar e o que quer buscar; assim como exige a mobilização de docentes e de alunos dispostos a interagir com os outros, socializar saberes, realizar diálogos edificantes e aprender a aprender. Além disso, a universidade precisa, também, mobilizar elementos de sua institucionalidade formativa, pesquisante e administrativa, pois deve inserir a ação extensionista no processo de aprendizagem, nas pesquisas existentes, nos saberes já construídos sobre os setores sociais em que vai propor a ação e integrar esta em suas regulações e planejamentos internos.

Considerações finais

Estamos vivenciando um momento de definição e de maior valorização da extensão universitária, que é umas das formas pelas quais a universidade busca legitimação e reprodução no espaço social. A extensão é um setor inerente à instituição e faz parte do novo paradigma da universidade, em que o diploma já não se constitui um bem simbólico suficiente para se autossustentar e se autorreproduzir. Além disso, a extensão universitária vem se constituindo uma das formas de atuação da universidade que responde mais rapidamente aos interesses da sociedade que está à sua volta. Não é uma nova função da universidade, “mas uma metodologia do fazer acadêmico”, uma forma de ser de seu caráter público, comunitário, científico e social, da qual os diferentes segmentos da sociedade podem usufruir suas atividades, participar das reflexões sobre o mundo social e contribuir para a emergência de novas teorias e novas práticas, que são estratégicas para a construção de cidadania e de novas esferas públicas.

A extensão é, pois, para nós, um método que parte de um sujeito, a universidade, que não é instituição colonizadora, mas socializadora pelo princípio do diálogo. Traz a força institucional da ação e da reflexão, espaço de poder, exercidas pelas mais diversas formas, mediante as mais diversas áreas e campos de saberes.

A sociedade, representada pelas diferentes necessidades e interesses de pessoas ou grupos sociais, possui grandes expectativas em relação à universidade, especialmente quando se trata de desenvolvimento regional, de organização de comunidades para debater seus problemas e necessidades. É aí que está um dos espaços concretos da extensão universitária: na qualificação dos cidadãos, seja para o trabalho, para a política, para a cultura, etc.

Enfim, a extensão é um processo pelo qual a universidade constrói procedimentos articuladores de seus atores internos em processos comunicativos para realizar seus fins, sua razão democrática, e para promover relações cooperadas com outros setores sociais que fortaleçam as identidades, as solidariedades e a qualidade de vida.

É dever do caráter cidadão da universidade potencializar os processos transformativos que buscam uma sociedade justa e que brotam de dimensões organizativas mediadas por redes geradoras de ordenamentos coletivos e democráticos. Esses processos coletivos se compõem de sinergias interativas produtoras de organizações mais implicadas entre si (complexas) e integram movimentos, ações e instituições nas posições que almejam qualidade de existência para indivíduos livres no coletivo. Ou seja, é a partir do coletivo que integra a liberdade dos indivíduos que é possível fazer brotar, amadurecer e perdurar uma cultura de solidariedade, de cooperação, de sustentabilidade econômica, política, social e ecológica que garanta a superação das necessidades humanas.

Ao perceber a realidade social, o aluno desperta para a cidadania e se motiva:

– [...] com o projeto de extensão, tive uma vasta vivência com famílias de baixa renda que, em grande parte dos casos, viviam em condições subumanas. Essa experiência foi extremamente importante em minha vida. Trago até hoje lembranças de pessoas muito especiais que vivem naquela comunidade. Um verdadeiro exemplo de luta (Estudante D5).

– Primeiro, pela responsabilidade do dinheiro público, pois este deve ser voltado aos cidadãos; segundo, ressalto que trabalhamos com pessoas diretamente e, assim, escutamos e vemos diariamente suas necessidades e aspirações, aprofundando nossas experiências com o ser humano (Estudante D7).

As contingências de cada realidade exigem que se criem redes para operar sobre elas com a inteligência coletiva e com a sensibilidade ética, que se refinam nos encontros e reencontros humanos, garantidores do reconhecimento da diferença e da igualdade para juntos vivermos, fazendo bom uso dos recursos tecnológicos e dos valores econômicos que são postos à disposição do coletivo. Há muitas experiências sociais que trazem para a universidade potenciais para traçar laços de realimentação; no entanto, ainda faltam tecnologias sociais eficazes e espaços para se efetivarem processos dialógicos mais amplos sobre as possibilidades do devir social solidário e democrático que garantam que a singularidade de cada um se encontre com a do outro para a realização humana. As relações sociais livres permitem que se fale de cooperação e de solidariedade restauradoras da economia, voltadas às necessidades humanas. Hoje, mais do nunca, o cooperativismo, o movimento social, o solidarismo, o multiculturalismo se voltam para o trabalho dos indivíduos interessados em associar necessidades e potencialidades.

O trabalho da extensão universitária deverá entender que, ao partir do coletivo para os indivíduos, não necessariamente ela tira a liberdade destes e pode propor “saber ser livre no coletivo”. Necessita-se, para isso, gerar conhecimento técnico e político para (re)fundar os espaços concretos das relações sociais que controlam o mercado, diferenciado pela qualidade de uma economia social em que estejam equilibradas a produção e a distribuição de bens e riquezas. É preciso reunir as energias humanas que brotam das necessidades francas, honestas e desejosas de construir caminhos de vida, de construir soluções para os problemas das vivências humanas que, individualmente, não podem ser resolvidos. Trata-se de fortalecer o reconhecimento solidário de um e de outro e de forma cooperada garantir o respeito à vida, à natureza, às organizações, às falas e aos pensamentos.

A ação prática da extensão deve buscar ligar pesquisa, ensino e extensão em processos formativos produtores de conhecimento, para uma melhor qualidade de vida da população que precisa dela. A extensão universitária reafirma-se como um processo emancipatório que se expressa no desenvolvimento sustentável – economicamente, socialmente, politicamente e naturalmente –, em espaços caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e de exclusão social.

As experiências de atuação junto a atores sociais permitem-nos dizer que a extensão é uma das formas de produzir conhecimentos da universidade, apropriados à cidadania participativa e às práticas de diferentes sujeitos, seja com titulação profissional ou não. Percebe-se que os interesses e as demandas sociais possuem articulação com os interesses científicos dos atores internos da universidade. A produção do conhecimento científico ocorre, assim, estreitamente ligada à satisfação das necessidades dos grupos sociais que não têm poder para colocar o conhecimento técnico e especializado a seu serviço pela via mercantil. Em vez de os investigadores determinarem os problemas científicos a resolver, a sua relevância e as metodologias, estas resultam de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores, promovendo o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai além da democratização do acesso à universidade e da permanência nela: É uma pesquisa-ação que tem sentido ético de fortalecimento de entendimentos orientadores de ações coletivas não colonizadoras.

Enfim, podemos destacar algumas conclusões que poderão ser inerentes à extensão na universidade:

- 1) O que a caracteriza como uma atividade e uma função da universidade é sua relação com o processo de produção de “conhecimentos e formação” (deve sempre “envolver estudantes”).
- 2) Para fazer isso, ela precisa dedicar-se a construir um ambiente acadêmico mediado pelo diálogo dos diferentes saberes em presença e pela boa convivência dos atores internos entre si e da instituição com outros setores sociais. Como ela vai estender (*extendere*) algo que não tem?

- 3) A riqueza da extensão em sua trajetória na universidade sempre esteve em suas dimensões menos formalistas, em sua gramática mais social e menos burocrática e na expressão de arte política que carrega – “os professores e estudantes como cidadãos ativos/participativos”.
- 4) A extensão é uma metodologia de ação da universidade. Por ser método de atuar, tem alguns pressupostos: é uma metodologia usada para resolver problemas ou fazer transformações; busca a compreensão e a interação entre os atores dedicados a diferentes atividades na universidade e na sociedade; pressupõe uma ação planejada de forma coletiva e amparada institucionalmente; suas exigências acadêmicas para a ação dizem respeito a uma formação que está predisposta ao diálogo, ao respeito à diferença e à perspectiva de criação de formas alternativas de vivências; não é militância, mas ação socializante da ciência em direção à qualidade de vida, à sustentabilidade, à solidariedade, à política do poder compartilhado e ao desenvolvimento como liberdade; reconhece as dimensões racionais das diferentes falas, a igualdade de vozes e as imagens de futuro presentes nos diversos interesses que caminham em direção à universalidade, à totalidade social; reforça os poderes microssociais, sem a pretensão de confiná-los, isolá-los das dimensões globais; pressupõe relação com o “ensino”: articula os entendimentos com os aspectos formativos presentificados nas propostas de cursos, nos procedimentos das salas de aulas e nas titulações do ensino superior; sem desprezar as dimensões teóricas da ciência, a metodologia enfatiza a prática, traduzida estrategicamente para as realidades, e orienta os aspectos representativos das ações de sistematização, abstração e socialização dentro da universidade; exige a vigilância das atitudes basistas, populistas e com os retoricismos não dialéticos dos diferentes códigos linguísticos.

As ações de extensão derivam da natureza da universidade, cuja função é cultivar o saber, no sentido de sua produção, disseminação e aplicação mediada pela sensação (ainda que difusa e inarticulada) de que o mundo não está funcionando adequadamente e que deve ter seus fundamentos revistos,

para que, no mínimo, se reajuste, mediado pela confiança no potencial humano à altura da tarefa de reformar o mundo, pela crença de que “nós, seres humanos, podemos fazê-lo”, crença essa articulada à racionalidade capaz de perceber o que está errado com o mundo, saber o que precisa ser modificado, quais são os pontos problemáticos, e ter força e coragem para extirpá-los. Em suma, potencializar a força do mundo para o atendimento às necessidades humanas existentes ou que possam vir a existir. Na dimensão da ação social concreta, o comportamento efetivo dos indivíduos pressupõe uma relação interna com valores morais e políticos, que foi, historicamente, tornada possível pela expansão do horizonte reflexivo possibilitado pela capacidade de o indivíduo se autocriticar como indivíduo e como sociedade. É preciso captar essa “ambiguidade tensa” entre dominação opaca e imperceptível, por um lado, e novas possibilidades de aprendizado coletivo, por outro, tomando os indivíduos como pessoas responsáveis e agentes que podem e devem ter voz na validação de normas e leis às quais eles próprios estão sujeitos: “são válidas as normas de ação às quais todos os possíveis atingidos poderiam dar o seu assentimento, na qualidade de participantes de discursos racionais” (HABERMAS, 1999).

Referências

BOBBIO, Norberto. Sociedade civil. In: ____; MATTEUCCI, Gianfranco Pasquino (Orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UnB. 1986. p. 1206-1210.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e ciudadanía: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: Faces – Universidade de Venezuela, 2004.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou cooptação*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. V. 1. Madrid: Taurus, 1999.

_____. A ideia de universidade: processos de aprendizagem. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 74, jan./abr., 1993.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. *A universidade no século 21*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

O FAZER-SABER E O SABER-FAZER: A INTEGRAÇÃO DE ASPECTOS DA APRENDIZAGEM EXTENSIONISTA COM O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Lucimar Magalhães de Albuquerque*

A desumanização que não se verifica apenas nos que têm a sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais (PAULO FREIRE).

Introdução

O sentido recente da extensão universitária implica associá-la ao fazer-saber capaz de gerar reflexões sobre nossa sociedade em consonância a um saber-fazer transformador, que auxilie na construção de um projeto societário, permitindo, de modo efetivo, a construção da cidadania e a concretização de uma pauta de equidade social. Assim sendo, buscamos compreender neste estudo a integração de aspectos da aprendizagem extensionista com o exercício da cidadania.

Reveremos o conceito e o exercício de extensão, restritos à divulgação de conhecimentos ou de tecnologias, compreendendo-os como atividade de conscientização e de confiança na vida humana pessoal e coletiva. Ou seja,

* Doutoranda em Gestão de Território na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC-Minas).

como exercício da cidadania, atento à emancipação dos indivíduos na sociedade, oportunizando vivências, estudos e aprendizagens capazes de gerar compromisso social.

O conceito de cidadania é bem abrangente. Contudo, para nossa reflexão, o sentido de cidadania crítica deve ser abrangido como construção permanente de uma sociedade justa, onde os direitos são conquistas, na medida em que eles não são automaticamente garantidos pelo Estado e sim forjados na luta pela democratização da sociedade.

Pensar a educação universitária crítica e o exercício para a cidadania por meio das atividades de extensão significa enfrentarmos muitos desafios, visto que, além de vivermos numa sociedade com profundas desigualdades ratificadas pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em que ocupamos a 84ª posição mundial, pouco conhecemos sobre os movimentos da extensão universitária, sua ordem e a soma de seus fatores na vida acadêmica junto à sociedade.

Paulo Freire, em seu livro *Extensão ou comunicação* (1985), criticava as modalidades de extensão como um movimento de mão única e autoritário da universidade, que, desconhecendo a cultura e o saber popular, se apresentava como detentora de um saber superior e necessário ao combate da “ignorância”. Conforme Freire (1985), precisamos estar atentos e ter postura crítica para evitarmos a reprodução de um processo verticalizado que “coisifica” o homem.

Ao buscarmos uma articulação entre o aprender “fazer saber” e o aprender “saber fazer”, destacamos uma questão presente no segundo capítulo do livro *Pedagogia do oprimido* (1978), de Paulo Freire, sobre a “educação bancária” como instrumento de opressão e a consciência da inconclusão do ser humano e sua permanente busca de “Ser Mais”. Freire diz que a educação “bancária” serve à educação do sistema capitalista, de modo a garantir uma cristalização de suas práticas. Ela preconiza a narração de conteúdos acríticos e “já-feitos”, completamente dissociados da experiência existencial, conhecidos pela maioria dos seres aprendentes, todos nós. Praticamente não há comunicação, não há trocas. Freire compara esse modelo de educação treinadora de indivíduos, não formadora de pessoas, aos procedimentos de um banco, em que os conteúdos predeterminados são depositados.

Então, para compreender a noção ética pautada pela cidadania crítica de uma educação libertadora em uma universidade, é imprescindível destacar a questão mais geral do valor do conhecimento na vida do homem, ou seja, perguntar: qual o lugar do conhecimento na vida humana?

Com tal questão, partilhamos as ideias de Edgar Morin (1996), reconhecendo suas complexidades, antes de tudo, e interrogando nosso agir para recompor, o saber-fazer. Para Morin (1996), é necessário nutrir o anseio pelo novo, não anestesiando a surpresa como garantia de liberdade, ou seja, o fazer-saber. Portanto, o fazer-saber significa potencializar a capacidade de escolha, de decidir por si e pelo melhor da sociedade.

1. O fazer-saber da cidadania e o saber-fazer dos extensionistas

Para compreendermos o que move a atividade de extensão universitária e sua desejável união à pesquisa e ao ensino, buscamos contribuição em Minayo (1993), o qual afirma que compreendemos quando fazemos parte do que é compreendido. As palavras de Minayo (1993) são consensuais com as ideias de Freire (1985), ao ressaltar a importância da relação homem-mundo:

O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (FREIRE, 1985, p. 36).

A partir dessas considerações, indagamos aos professores e estudantes extensionistas: quem temos sido ao longo de nossa história? O que temos feito de nós mesmos e dos outros? Quem somos agora? O que podemos fazer ainda por nós mesmos e pelo outro? Qual nosso destino ou futuro? Qual nossa parte de responsabilidade na construção (da nossa própria vida)?

Dando sequência a este estudo, dialogaremos com as respostas às perguntas anteriores, dadas por aproximadamente 120 estudantes extensionistas, conforme metodologia já exposta.

De acordo com nosso objetivo, destacamos, entre as sete questões respondidas pelos discentes extensionistas, a seguinte questão para análise: “Como o projeto de extensão contribui para o exercício de sua cidadania?”

De maneira breve, vale lembrar que desde a primeira década do século passado, a extensão em âmbito nacional vem apresentando modalidades de ser entendida e exercida. Podemos citar entre elas: 1) aquelas que comumente são desenvolvidas por meio da divulgação de conhecimentos ou de tecnologias nas comunidades, ou por meio da prestação de serviços; 2) aquelas de ação assistencial ou de cunho altruísta; 3) aquelas de diálogos e ou de trocas entre os saberes da universidade e os saberes da sociedade, potencializadores da cidadania.

A partir dessas três modalidades, constatamos em nossas análises percentuais de frequências muito próximos. A primeira modalidade representou 26,6% das respostas analisadas, a segunda representou 28,3% e a terceira representou 30%. Um último conjunto de repostas representou 15,1% de outras modalidades, ou daquelas que não se aplicam à temática da questão apreciada no banco de dados. Entretanto, destacamos que a maioria das respostas, 54,9%, pertence àquelas modalidades nas quais o exercício da cidadania crítica não está evidenciado.

Arroyo (2000), na apresentação de seu livro *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*, discorre sobre a necessidade de recuperar os sujeitos por meio da ação educativa e de uma postura investigativa comprometida com a realidade. Tais afirmações vêm ao encontro de nossos anseios, no sentido de mostrar as concepções dos extensionistas a respeito do exercício da cidadania e os reflexos ou efeitos tangíveis e intangíveis de suas práticas profissionais em projetos de extensão e vice-versa.

Como podemos refletir sobre essa estatística averiguada? Pouco menos de um terço dos entrevistados vivencia a extensão universitária junto aos grupos sociais, para a reinvenção de um modo de vida. Voltados para a ocupação e a resignificação de nossos papéis sociais de transformar a sociedade, os extensionistas percebem que o conteúdo e a forma dessa ação não estão em manuais de suas relações no mundo. Podemos ver essa questão na resposta da Estudante G3:

– Sensibilização. Tenho maior poder de observação e cuidados com minhas atitudes como cidadã e como pessoa. Tenho maior consciência de meus diretos e luto mais por eles, sempre observando primeiro meus deveres. Isso me possibilitou conviver melhor com muitas pessoas que pensam diferente de mim em muitos aspectos. Trabalhando com crianças, aprendi a ouvir os mais velhos e consequentemente entendê-los melhor. Sou muito grata por isso.

As respostas dos estudantes nos instigam a considerações que vão além da identificação da presença ou não de uma das três modalidades de extensão citadas. As respostas dos extensionistas destacam as modalidades presentes nas relações internas das universidades em seus diversos campos de saber-fazer, na relação com a sociedade e suas realidades promotoras de saber-fazer. As ideias dos estudantes expressam elementos e reflexos da ação extensionista no exercício e na construção de suas cidadanias.

Do ponto de vista da cidadania crítica, percebemos que o processo de autoria e o entusiasmo transformador são nutridos pelo relacionamento solidário viabilizado por um saber-fazer, nos reflexos da ação, como podemos notar na resposta da Estudante J4:

– Bom, eu acho que qualquer aluno ou qualquer pessoa que faz universidade acaba tendo a responsabilidade de dar alguma coisa de volta para a sociedade. Com relação ao projeto, como agente, [o aluno] trabalhou com uma comunidade, e a intenção era desenvolver economicamente aquela região. Enfim, eu me senti superimportante, acho que até mais motivada pra buscar outros meios de ter esse contato com a população e com a comunidade, não ficar só dentro da sala de aula. Enfim, saber que eu posso utilizar o que eu aprendo aqui pra modificar alguma coisa ao meu redor.

Arruda (2003) afirma que a cidadania só ocorre por meio de uma nova proposta de educação humanizadora, que inclua a corresponsabilidade, o amor ao próximo, a honestidade e a solidariedade. As ideias de Arruda (2003) estão presentes na resposta da Estudante E3:

– Melhorando nos aspectos de ser cidadão mais humano, sensível, aprendendo a ter amor ao próximo, sempre aprendendo a viver com

as diferenças (social, racial, cultural, entre outras), em uma sociedade que dita tantas regras. Aprendem-se também novos conceitos e como lidar com os diferentes tipos de situações que surgem a cada momento.

Arruda defende a permanente e complexa construção de valores éticos como base para o exercício da cidadania, envolvendo em todo o processo da educação humanizadora não apenas um ponto de vista técnico e prático, mas, sobretudo, um ponto de vista que contemple o desenvolvimento de uma nova consciência crítica, de abertura a novas opções de vida e de motivação para o trabalho. Essas questões estão presentes na resposta do Estudante D1:

– Com o projeto de extensão, tive uma vasta vivência com famílias de baixa renda e que, em grande parte dos casos, viviam em condições subumanas. Essa experiência foi extremamente importante em minha vida. Trago até hoje lembranças de pessoas muito especiais que vivem naquela comunidade. Um verdadeiro exemplo de luta.

O Estudante H5 revela a capacidade humanizadora de reconhecer qualidades positivas nos outros, naqueles diferentes de nós, e, a partir de trocas, confere importância a encontros dessa natureza:

– Contribui para me tornar mais “humano”, no sentido de passar a perceber melhor as dificuldades do outro e como o outro pensa e vê o mundo. E também para saber lidar com diferenças tanto culturais, religiosas, de personalidade e tantas outras. E saber que, apesar dessas diferenças, pode-se construir algo em conjunto quando se deseja realmente.

Freire (1985) esclarece o que significa educar e educar-se na prática da liberdade:

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1985, p. 25).

Tal competência para o diálogo e para a transformação do pensar pressupõe a integração da ação como pesquisa e a intervenção portadora de forças inovadoras, ou seja, aquela potencialmente capaz de desestabilizar modos de ação recorrentes. Na resposta do Estudante N6, percebemos como o conhecimento e a formação põem em movimento, de maneira unificada, intervenção e cidadania:

- Através da participação no projeto, pude perceber que o conhecimento e a formação exigem que se vá muito além dos conteúdos apreendidos na universidade. Trabalhar a cidadania de forma prática nos faz progredir como estudantes e cidadãos. [...] Aliás, a temática que estudei para o desenvolvimento do projeto me encantou de tal forma que optei por continuar a investigá-la por meio de meu trabalho de conclusão de curso.

Contudo, faz-se necessário refletirmos, neste momento, sobre o seguinte resultado: que, proporcionalmente, as “práticas libertadoras” tiveram uma menor frequência, apenas 30%, frente aos 54,9% das práticas “não libertadoras nas respostas dos estudantes”. Sobre essa questão, Arruda (2003) nos alerta que a educação que fragmenta seus modelos explicativos pode ser “um dos fatores mais eficazes de desagregação, subordinação e alienação, quando usada para a reprodução de interesses, a fim de ajustá-las ao sistema dominante” (ARRUDA, 2003, p. 243).

A respeito da pergunta “Como o projeto de extensão contribui para o exercício da sua cidadania?”, respostas frequentes apontaram para a modalidade de extensão, que prioriza a transmissão de informação sem enfatizar a construção coletiva do conhecimento, como respondido pelo Estudante L3:

- [...] Como auxílio e desenvolvimento do raciocínio lógico e algorítmico de pessoas que não tinham experiência na área de informática.

Ou, ainda, pelo Estudante N7:

- Ao mesmo tempo em que se constitui como um ambiente ampliado de aprendizagem do exercício profissional, oportunizando aos acadêmicos a troca de experiências e informações didático-pedagógicas nas áreas sociais e jurídicas, proporcionando assim a ampliação de seus conhecimentos, através desse espaço prestam-se serviços à comunidade de forma gratuita.

Encontramos pouca ou apenas alguma atenção voltada à questão da interação de pessoas. Nas respostas dos extensionistas, parece que predomina a ideia de formar quadros profissionais, como podemos observar na declaração do Estudante H7:

- Contribuiu no dia a dia profissional, em reuniões, palestras e formações. Leituras sobre temas e assuntos pontuais, como o entendimento de crianças e adolescentes em situação de risco, vulnerabilidade social e abuso infantil.

Expressões como “boas ações”, “ajudar” ou “beneficiar” foram muito utilizadas para representar o que os estudantes entendem por extensão e exercício da cidadania. Como exemplos, citamos o seguinte comentário do Estudante P7:

- Promovendo minha interação com uma realidade dependente de auxílio das boas ações e comoção, e mostrando que eu devo ter uma parcela de contribuição.

O Estudante R2:

- “Abriu” a minha cabeça, no sentido de dar valor. Vejo pessoas “que não têm nada”. A gente está ali para acrescentar na vida delas.

E o Estudante T7:

- Contribuiu de forma positiva, me ensinando a conviver melhor em sociedade, podendo ajudar mais as pessoas ao meu redor.

Mesmo em projetos que tratam da temática social e da cidadania, notamos uma postura de mão única, presente na replicação do Estudante P3, ao afirmar que:

– Em um projeto social, esse exercício é constante. Busco pelos direitos do público que atendo, faço minha parte, trago informação de acessibilidade.

E na resposta do Estudante A6:

– Através da proximidade com a comunidade, proporcionamos o conhecimento de noções de direito e de cidadania para a população, promovendo nova oportunidade de crescimento individual e comunitário.

Para tecermos comentários necessários à compreensão de como são reproduzidas essas concepções de cidadania nas práticas educativas e extensionistas, recorremos novamente ao livro *A pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire. Segundo Freire (1978), o que predomina na educação bancária é uma rigidez na ocupação dos papéis, seja no papel de quem faz o saber ou no papel de quem recebe ou reproduz o saber. O primeiro ocupa o lugar daquele que sabe, e o segundo, o lugar daquele que nada sabe. Essa disposição dos papéis é fruto da instrumentalização basicamente informativa e recebida por quem passa o saber, por acreditar que o conhecimento pode ser transmitido de forma direta. Tal fator impossibilita a troca entre as pessoas, reproduzindo, assim, o autoritarismo, sem que haja espaço para o exercício da reflexão crítica ou da criatividade/curiosidade. Na perspectiva da educação “bancária”, o saber é uma doação, o doar é o que legitima, em seus instrumentais, a ideologia da opressão – a absolutização da ignorância.

Considerações finais

Percebemos que as práticas de extensão da universidade demonstraram ser mais regidas pela lógica reprodutora que pela lógica reflexiva e dialógica.

Assim, neste estudo, levantamos algumas questões que envolvem o trabalho educativo e social, formal e não formal do estudante universitário, enfocando as principais modalidades de práticas extensionistas, assim como suas influências na prática cidadã no interior da comunidade em que o estudante atua.

Por meio das respostas obtidas, não ao acaso, raíamos a complexidade do tema. Hoje, o desafio permanece tão grande quanto em outros tempos. Basta observar, nos mais modernos centros e nas mais “inovadoras” agências empresariais a crescente publicação de livros que ignoram a postura cidadã. Verificarmos como a formação de agentes produtivos “competentes-competitivos” é absolutamente central na inclusão x exclusão do trabalho formal (DEMO, 2001). São enfatizados aspectos técnicos, especialmente o ganho que se tem com o acesso à informação e não o modo de ver e de se colocar diante da informação e da realidade.

O ideário liberal-positivista vem advogando uma universidade “sob medida” para cada grupo social. Seu objetivo tende a ser a adaptação do sujeito-aprendente à sociedade, como cidadão (sempre ainda limitado) produtor e consumidor. A universidade, sem atores críticos, tende a tornar-se um espaço legitimador das diferenças e das desigualdades sociais.

Assim, urge bancar um forçoso e permanente exercício de discussão dos saberes sem divisórias disciplinares, um exercício transdisciplinar para romper as desconfianças que a própria ciência definiu. Uma extensão-ensino-pesquisa no exercício da cidadania crítica perpassa por redes de conversação e de convivências, ensinamentos e aprendizagens formais e informais, que precisam ter maior importância para aqueles que se incubem de difundir os conhecimentos. Sua efetivação implica simultaneamente a formação, a produção e a difusão de conhecimentos, pautada em modelos participativos e democráticos. Desse modo, de antemão, prevemos aí um desafio, uma vez que a contribuição da extensão não se mostra integrada à pesquisa e ao ensino, nem na forma, nem nas medidas necessárias. Sua indissociabilidade tão almejada também precisa ser vivida como fruto de uma construção cotidiana que não é automática e muitas vezes não é recíproca, nem homogênea.

O que importa aqui não é tanto o levantamento de questões significativas para a compreensão de certa ineficiência social da educação universitária

brasileira. Porém, devemos lembrar que o fazer-saber cidadania expressa além de pura competência pedagógica e profissional as dimensões crítica e política, teórica e reflexiva.

Paulo Freire, o autor que tanto contribui com nossas análises mostra em sua teoria a busca de uma radical democratização da cultura, partindo, sobretudo, do que é inerente ao povo. Sua pedagogia libertadora procura trazer os valores e saberes do povo, com vistas a criar condições para que seus sujeitos se reconheçam e, pessoal e coletivamente, se assumam como agentes de transformação de culturas, de espaços sociais e da própria história.

Freire considera o homem como o sujeito de sua própria educação e busca na ação educativa promover a progressiva participação do indivíduo em processos coletivos de transformação. A cultura – especialmente a cultura popular – é uma aquisição da experiência humana, na qual a participação de agentes culturais é realizada por meio de sujeitos ativos e criticamente transformadores da sociedade, da cultura e da própria história.

Desse modo, a elaboração e o desenvolvimento do conhecimento estão ligados ao processo de tomada de consciência progressiva, crítica e criativa. Tal processo torna-se um contínuo desvelamento da realidade, que se tornará objeto de uma nova reflexão crítica e, a partir dela, de uma nova motivação para a ação social transformadora. Portanto, para uma ação educativa ser válida, devemos construir tanto uma reflexão sobre o homem, quanto uma análise do meio de vida desse homem concreto.

Somos todos, educadores-educandos e educandos-educadores, sujeitos de um mesmo processo, no qual nos coensinamos e coaprendemos e, assim, crescemos juntos. Repetindo o pensamento de Freire, “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se liberam em comunhão” (FREIRE, 1978, p. 27).

Em uma linha de pensamento herdeira das ideias e das propostas da educação libertadora de Paulo Freire, Marcos Arruda (2003) acentua mais uma vez o processo complexo (bem mais do que se imagina) do ensinar-aprender-ensinar, uma prática que é, em si mesma, fortemente solidária. Uma aprendizagem ou um exercício em que a gestão do saber se dá através da partilha e do dom, da entrega ao outro do que há de melhor em si mesmo. Uma “educação da práxis” torna-se uma experiência recíproca e solidária,

pois se destina a formar sujeitos não apenas competentes, mas eficientes e ajustados, cooperantes e solidários, conscientes e críticos, transformadores de suas próprias vidas e da vida coletiva. Dessa maneira, Marcus Arruda afirma que:

Todo trabalho educativo fundado na práxis aponta no sentido de um processo interativo educador-educando no qual ambos ensinam e ambos aprendem, mediante ações que envolvem intercâmbios verbais e intervenções na própria sociedade e na natureza, ou na ação e na relação educativa do educador e dos educandos com a sociedade e a natureza (ARRUDA, 2003, p. 246).

Ora, assim como a capacitação de estudantes da economia capitalista (de que o “executivo especialista em MBA” é o melhor exemplo) coloca a ênfase pedagógica na competição e na aspiração individualista pelo sucesso e, se possível, pelo “primeiro lugar”, temos aqui a proposta de uma educação que, ao se fazer projeto de formação permanente de universitários solidários e críticos, se torna ela própria uma prática fundada nesse valor. Uma educação que se lança ao desafio de tornar o saber não uma posse, e não algo que se dá ao outro; é uma educação que se constitui solidariamente com o outro, em que cada um recebe seu próprio quinhão de saber, na mesma medida em que oferece aos outros suas próprias experiências de valor e de fazer.

Referências

ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARRUDA, Marcos. *Humanizar o infra-humano: a formação do ser integral: homoevolutivo, práxis e economia solidária*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DEMO, Pedro. Exclusão social: novas e velhas formas. *Revista Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 58, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1985.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. *A inteligência da complexidade*. Tradução de Nurimar Maria Falcí. São Paulo: Peirópolis, 2000.

MINAYO, Maria C. S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec; Abrasco, 1993.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: PRESSUPOSTOS PARA O COMPROMISSO SOCIAL

Emanuela de Araujo*
Aurélio Rodrigues da Silva**

Introdução

A universidade, como entidade que oferece o subsídio para o conhecimento, possui três finalidades: o ensino, a pesquisa e a extensão. Nenhuma dessas finalidades se articula separadamente no processo de formação. Essa compreensão é referendada pela Constituição Federal de 1988 como o princípio da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, que se legitima por meio da relação direta que as tornam substancialmente relevantes.

O estudante universitário que participa de projetos de extensão tem a oportunidade de confrontar os problemas sociais, aos quais, por vezes, a universidade não dá acesso. Dessa forma, a extensão universitária não só objetiva a formação profissional dele, mas possibilita ultrapassar as barreiras acadêmicas por meio do exercício efetivo da cidadania.

Nesse sentido, a educação e a cidadania se comportam como suportes para os indivíduos que, agindo pela coletividade, com a colaboração do Estado buscam o desenvolvimento social, para o alcance dos preceitos contidos na Constituição Federal de 1988. A universidade, que subsidia

* Estudante e bolsista de iniciação científica do Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília (UCB).

** Mestre em Educação e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).

o ensino a pesquisa e a extensão, torna-se primordial para a construção de indivíduos capazes de ter uma visão crítica dos conflitos políticos e socioeconômicos do País.

Com o propósito de discutir como a educação e a cidadania se fazem pressupostos indispensáveis para o desenvolvimento social do Brasil, será realizada, a seguir, uma reflexão sobre a cidadania e sua interface com as leis no Estado brasileiro. As várias compreensões sobre cidadania no Estado Moderno são o ponto de partida; em um segundo momento, analisar como foram tratadas educação e cidadania nas constituições brasileiras, durante o processo de formação do Estado brasileiro como Estado democrático de direito; finaliza-se, com a análise dos depoimentos de estudantes participantes de projetos de extensão, no que diz respeito à contribuição da extensão para o exercício da cidadania e o compromisso social.

1. Cidadania

A reflexão sobre o exercício da cidadania é um debate presente em várias instâncias sociais, como: escolas, universidades, sindicatos, igrejas, movimento sociais. Por esse motivo, faz-se necessário compreender seu significado no mundo ocidental a partir dos gregos. Estes entendiam que o cidadão do sexo masculino e livre era o habitante da *pólis*, ou seja, mulheres, crianças, escravos e estrangeiros não eram considerados cidadãos. Dessa forma, a compreensão de cidadania em sua origem estava associada a algumas pessoas em uma sociedade e não a todos os sujeitos, como se entende na atualidade.

Para Couvreur (2007, p. 9), uma compreensão de cidadania no Brasil – senso comum – está associada ao direito de votar. Outras experiências políticas como as associações de bairro, o envolvimento com sindicato, a participação em movimentos estudantis e as ações sociais de crenças religiosas não são reconhecidas como ações de cidadania, para uma parte significativa da população brasileira. Dessa forma, podemos afirmar que ser cidadão vai além do dever de votar e “significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano”.

Segundo Couvre (2007), os direitos civis de locomoção e de liberdade de expressão são lutas ainda presentes em nosso país e no continente latino-americano. Esses direitos são aceitáveis mediante a existência de regimes democráticos, pois estão associados aos direitos políticos de cada indivíduo em uma sociedade. Para compreender o exercício da cidadania, é necessário perceber que ele é construído de forma coletiva. Dessa forma, os direitos humanos – dos homens e das mulheres –, conhecidos em nossa sociedade, foram alcançados por lutas coletivas. Essas conquistas não foram dadas gratuitamente por líderes políticos, mas conseguidas pela organização e pela movimentação de muitos homens e mulheres na conquista de direitos sociais, civis e políticos.

O que cidadania tem a ver com direitos sociais, civis e políticos? Para isso, é necessário entender o que são esses direitos. Para Couvre (2007), direitos sociais são aqueles associados às necessidades humanas básicas, como alimentação, moradia, saúde e educação. Já direitos civis se referem à disposição do próprio corpo, como o direito de ir e vir – locomoção – e a segurança, entre outros. Por fim, os direitos políticos estão associados à liberdade de pensamento e às práticas políticas e religiosas. Nesse contexto, é possível perceber que o exercício da cidadania vai além do votar e eleger seus representantes. É uma possibilidade de todos e todas viverem dignamente com acesso às condições mínimas para a sobrevivência.

Com a Revolução Francesa, surge uma nova compreensão de cidadania baseada em cartas constitucionais. O chamado Estado de Direito se opõe ao regime monárquico ditatorial e é estabelecida uma relação jurídica centralizada no Estado. Este nasce com o objetivo de estabelecer direitos iguais a homens e mulheres – no contexto da época, a homens livres –, tendo como base as leis enfocando o fim das desigualdades sociais (COUVRE, 2007; LYRA FILHO, 2010).

Nesse contexto, o papel da Constituição é essencial para um país, visto que é nela que são assegurados os direitos e os deveres de cada cidadão. Para Couvre (2007) e Lyra Filho (2010), a principal função da Constituição é limitar o poder dos governantes – representantes do povo –, para que eles não se tornem ditadores usando seus cargos em benefícios próprios. É na

Carta Magna de uma sociedade democrática que teremos uma síntese dos direitos, dos deveres e do exercício da cidadania.

Na construção do significado de cidadania, precisamos compreender que esse conceito se forma no viver do homem urbano – homem livre da cidade –, ou seja, é no burgo ou na burguesia que se constitui o embrião da cidadania. Isso acontece antes da compreensão moderna de Estado. Por conseguinte, conforme Coudre (2007), o que dá a origem a essa compreensão de cidadania é a valorização do trabalho, que foi desprestigiado no período medieval, sendo considerado indigno aos nobres de um reino.

O trabalho como marco da cidadania nos Estados modernos pode ter sua origem na reforma protestante do século 15 e no desenvolvimento da ciência experimental, pois esta era dependente do trabalho. Para Coudre (2007), o ideal protestante se associou a uma visão burguesa de mundo, ou seja, todos os homens – pois nesse período mulheres e escravos não tinham direitos resguardados – eram considerados iguais mediante seu trabalho. Esse princípio acentua o individualismo e um tipo de cidadania.

Os cidadãos, nesse contexto, serão aqueles que possuem a propriedade, pois para filósofo John Locke (2001), precursor do liberalismo, isso compreende a ideia de posse como tudo aquilo retirado da natureza pelo próprio indivíduo, pelo cavalo dele, ou por seu empregado. Coudre (2007) identifica a origem dos cidadãos – os detentores da propriedade do corpo – e dos que não são cidadãos – os que possuem seus corpos mandados. A cidadania no contexto da modernidade está associada ao poder econômico: quanto mais propriedades, mais cidadão a pessoa se torna (cidadania capitalista).

Rousseau (1999) refletiu sobre essa questão econômica com outro olhar e entendeu que nenhum homem possui uma autoridade natural sobre seu próximo. Essa compreensão de cidadania separa a ideia de igualdade (plano econômico) da liberdade (plano político), pois para o filósofo nenhum ser humano deve ser tão rico a ponto de sua riqueza poder comprar o outro, ou tão pobre a ponto de se vender.

Com base nessa compreensão de cidadania, Kant (2002) defendeu a ideia de que o Estado de Direito é o único que pode garantir o desenvolvimento pacífico de uma sociedade, onde é assegurado o exercício da cidadania. Para

isso, é imprescindível a evolução de uma sociedade jurídica, aliada à história de uma sociedade humana, mesmo sabendo de toda ambiguidade presente. Com referência às leis, o ser humano deverá obedecê-las, mas usar da razão para criticá-las quando injustas, entendendo que o Estado de Direito é dinâmico e precisa ser reformulado constantemente. Dessa forma, Couvre (2007) ressalta a presença dos trabalhadores, de forma universal, para que todos possam participar e, de fato, terem acesso aos direitos e aos deveres em uma sociedade.

A cidadania na economia capitalista está pautada por profundas injustiças. Estas surgem por meio da grande acumulação de capital, obtida, conforme Couvre (2007), a partir exploração de riquezas naturais pelos europeus no período colonial – Américas, África e Ásia – e, mais recentemente, pela expropriação da força de trabalho com salários baixíssimos.

Com base na crítica ao capitalismo, Marx (1985) irá propor uma cidadania ideal em não haveria nenhuma classe social, pois todos iriam partilhar equiparadamente seus bens econômicos e o prestígio político. Nesse contexto, Couvre (2007) e Lyra Filho (2010) criticam o Estado, pois este deveria defender o direito de todos, mas o que é defendido, primeiramente, é apenas o direito de quem está no poder.

Para Couvre (2007), o exercício da cidadania em um sistema econômico capitalista é ambíguo, pois, de um lado, a grande exploração e a desigualdade social; de outro, uma cidadania de aceno à igualdade mais plena. Dessa forma, a cidadania nesse contexto está associada aos direitos sociais e para vivê-las se faz necessário um salário digno.

Portanto, o exercício da cidadania nas sociedades modernas foi associado à disputa de poder político e econômico. Assim, a Declaração dos Direitos dos Homens apresenta a ideia de que os governantes não podem usar o poder de forma autoritária, sem a participação de seus cidadãos nas decisões de interesse nacional. Nesse contexto, a Constituição tem um papel fundamental nos países democráticos, pois assegura os direitos e os deveres de cada habitante. Faz-se necessário compreender como foi a evolução político-constitucional na formação do Estado brasileiro.

2. A evolução político-constitucional das Constituições brasileiras

O Brasil é um país que, marcado por diversos fatores históricos determinantes para sua formação, como a colonização por Portugal, a independência e a instauração do regime monárquico, as revoluções republicanas e, mais recentemente, a ditadura militar e sua dissolução por meio do movimento das Diretas Já. Dessa forma, a partir de 1988, constitui-se a República Federativa do Brasil como a união indissolúvel dos Estados-Membros, dos municípios e do Distrito Federal.

O regimento jurídico do País está na Constituição Federal de 1988, que consagra o Estado democrático de direito, além de fundamentos como a dignidade da pessoa humana, a garantia para o desenvolvimento nacional e a prevalência dos direitos humanos. Em outras palavras, a Constituição compreende-se por ser a lei fundamental de um Estado.

A evolução político-constitucional do Brasil se deu pela mudança de regimes do País, desde 1824, com a formação do Estado brasileiro mediante a declaração de Independência por D. Pedro I. Novamente, em 1981, o País se estrutura administrativamente com a formação do Estado Nacional Republicano, a partir da proclamação da República, em 15 de novembro desse ano.

Com a crise da república oligárquica e a Revolução de 1930, se faz necessário instaurar a Constituição de 1934, que objetiva conter as agitações políticas e socioeconômicas da década, além de manter o sistema federativo do País. O contexto histórico que promoveu a outorga da Constituição de 1937 foi o golpe do Estado Novo, efetuado por Getúlio Vargas, no qual houve a iniciativa legislativa, pelo presidente, de destruir as bases do federalismo.

Em 1946, a queda do Estado Novo e o fim da 2ª Guerra Mundial foram preponderantes para ensejar a nova Constituição, elaborada de forma democrática por uma assembleia constituinte, e nela houve o resgate do federalismo, dando independência aos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e mantendo o equilíbrio entre eles.

No regime militar, a Constituição de 1967 foi promulgada, o que resultou na centralização do poder e na contenção das oposições políticas

por meio dos atos institucionais (decretos aprovados sem passar pelo Poder Legislativo). Nesse sentido, o texto constitucional responsabilizava diretamente o Executivo pelas questões relativas à administração pública e à segurança nacional.

A Constituição de 1988, a Carta Magna vigente na sociedade brasileira, foi elaborada pelo Congresso Constituinte. Uma característica dessa Constituição é sua rigidez, pois possui normas que são consideradas cláusulas pétreas, ou seja, irrevogáveis, não podendo serem suprimidas. Um exemplo de cláusula pétrea são os direitos e as garantias individuais conferidas ao cidadão brasileiro (BRASIL, 1990).

A evolução das Constituições brasileiras, no que diz respeito à garantia de direitos e deveres aos cidadãos, se desenvolveu a partir do contexto histórico da formação do Estado brasileiro. Dessa forma, faz-se necessário compreender como se dá no texto constitucional a educação e a cidadania, pressupostos indissociáveis para a construção de uma sociedade democrática.

A Constituição de 1824, ainda que houvesse de forma expressa garantias civis aos cidadãos brasileiros, no que se refere à educação, limitava-se apenas a um artigo, para defini-la como função social do Estado. Conforme as Constituições de 1934, 1937 e 1946, nota-se abrangência na esfera educacional, possuindo o texto de cada uma delas capítulos específicos relacionados à família e à cultura do País.

A Constituição de 1967, em seu artigo 168, garantia que “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana”. Por ter sido promulgada no regime militar, com a instituição do AI 5, em 1969, houve a suspensão de direitos políticos e a restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado.

Mais tarde, com as mudanças na organização político-administrativa do Estado brasileiro, intensifica-se a propositura de condições que estivessem ao lado do cidadão em relação aos seus direitos e a preocupação com a pessoa humana, que é uma das finalidades da atual Constituição de 1988.

A Constituição da República Federativa de 1988 (CF/88), conhecida como Constituição Cidadã, pactua-se no objetivo de garantia e de preservação dos direitos e dos deveres do cidadão. Conforme Herkenhoff (2001, p. 101),

“Esta acolheu, em grande medida, princípios fundamentais de uma filosofia dos Direitos Humanos”.

3. Educação e cidadania como pressupostos para o compromisso social

A Constituição Federal traz princípios e normas de conteúdo programático, como a educação e sua função social. O artigo 205 da expressa que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, prevê a educação como direito de todas as pessoas, e que o acesso às universidades deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função de seu mérito.

Tendo em vista o desenvolvimento da educação através dos textos constitucionais, como fator cultural e até mesmo histórico, submetido à realidade socioeducacional, vemos que isso proporcionou a formação e a evolução do Direito Positivo neste país.

Segundo Nader (2011), o progresso de uma sociedade pressupõe seu desenvolvimento no campo moral, técnico e científico. É por meio da educação que se pode dotar o corpo social de um *status* ético e intelectual, capaz de subsidiar a superação de seus principais problemas. Dessa forma, para assegurar o conhecimento, a cultura, a pesquisa, o Estado utiliza-se de numerosas leis que organizam a educação em todos os seus níveis.

Para Silva (2010), a educação é entendida como processo de reconstrução da experiência de um atributo da pessoa humana e, por isso, é uma atividade comum a todos. Essa concepção, direito de todos e dever do Estado, está prevista nos artigos 205 a 214 da CF/1988.

A CF/88, como regimento jurídico do País, expressa essa organização, tais como as normas de princípio programático, que, segundo Silva (2002), são as regras jurídicas programáticas em que o legislador constituinte, em vez de regular, direta e imediatamente, determinando interesses, limitou-se

a traçar princípios para serem cumpridos pelos órgãos, como programas de atividades, visando à realização dos fins sociais do Estado.

Diniz (2003), referindo-se ao artigo 205 da CF/88 como norma programática, diz que regular diretamente interesses ou direitos nela consagrados é importante. A estudiosa pontua que apenas se limitar a traçar preceitos, como programas para a consecução de ações sociais do Estado, não basta, mas sim sua execução pelo poder público.

Retomando a reflexão sobre a cidadania, é importante destacar a dificuldade de conceituar cidadania, pois esta vem do fato de que as representações que fazemos dela nem sempre correspondem a postulações rigorosas. A cidadania se fundamenta em pressupostos histórico-sociológicos, conforme afirma Ferreira: “a cidadania se origina, portanto, nas sociedades de classes. Conferida a um indivíduo, serve para identificá-lo na esfera pública” (1993, p. 19).

É por meio da cidadania que o Estado garante aos indivíduos a igualdade de direitos e de deveres. O cidadão só pode ter o alcance dessas prerrogativas participando efetivamente junto ao Estado, para minimizar os conflitos sociais existentes. Dessa forma, Dallari afirma que “a noção de cidadania busca expressar a igualdade dos homens em termos de sua vinculação jurídica a um determinado Estado; portanto, este tem o poder de definir os condicionantes do exercício da cidadania” (2002, p. 61).

Ferreira (1993) e Dallari (2002) salientam que o Estado define a formação do cidadão como um dos fins da educação, atribuindo às instituições de ensino, públicas e privadas, o dever de dotar os jovens de condições básicas para o exercício consciente da cidadania. Dessa forma, os projetos de extensão universitária são capazes de contribuir com experiências sociais para os estudantes, a fim de que possam exercer sua cidadania de forma plena.

4. Análise de alguns dados da pesquisa

Na pesquisa realizada, sete perguntas foram direcionadas aos estudantes participantes de projetos de extensão universitária. Uma das questões buscava

analisar como a extensão pode contribuir para o exercício da cidadania de estudantes universitários. Nos relatos destes, preponderaram elementos como valores sociais e pessoais e a concretização do conhecimento acadêmico a partir do exercício efetivo da cidadania. Para uma boa compreensão, a seguir, serão analisados os relatos dos estudantes participantes de projetos de extensão, referentes à sua práxis social.

O conhecimento ditado apenas no ambiente universitário, por vezes, torna-se estático; dessa maneira, a pesquisa e a extensão possibilitam que os sujeitos da aprendizagem vivenciem experiências que promovam a aplicabilidade do conhecimento, o que molda o comportamento do estudante com sua comunidade, conforme a afirmação da Estudante J3:

— [...] pude verificar uma realidade totalmente diferente de minha zona de conforto [...].

A zona de conforto que a estudante menciona é exatamente quando o conhecimento é absorvido sem qualquer tipo de estímulo fora do ambiente acadêmico.

A consolidação do conhecimento deve estar associada à participação ativa do estudante, ou seja, as atividades de pesquisa e extensão tornam-se fundamentos indissociáveis do processo de ensino e aprendizagem. Dessa maneira, pode-se perceber na fala do Estudante H7 que o projeto de extensão

— [...] contribuiu no dia a dia profissional, em reuniões, palestras e formações [...] leituras sobre temas e assuntos pontuais.

A pesquisa e a extensão, como partes integrantes do ensino, e tão somente a partir deste, são o conhecimento que tomará rumos fora do ambiente universitário.

Segundo Gatti, o ato da pesquisa exige sumariamente compromisso para com a busca de um corpo de conhecimentos: “Não buscamos, com ele, qualquer conhecimento, mas um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos” (2012, p. 9).

O Estudante N6 diz que:

— Através da participação no projeto, pude perceber que o conhecimento e a formação exigem que se vá muito além dos conteúdos apreendidos na universidade.

Ou seja, há uma necessidade de aprofundar o conhecimento apreendido em sala de aula por meio da pesquisa, pois esta dá o suporte indispensável aos acadêmicos para confrontarem a realidade encontrada na universidade mediante a extensão.

Para Ferreira (1993), a cidadania se materializa de forma sempre singular, a partir de determinantes históricos, políticos, econômicos e culturais. Para os estudantes, várias são as formas de compreender a cidadania, mediante as experiências que lhe foram proporcionadas com a extensão. Como relatado na fala do Estudante N2:

— Entendendo o conceito de cidadania como um processo conquistado coletivamente pelas classes sociais, a participação no projeto permitiu o conhecimento de uma realidade social distinta, o que instiga à reflexão e ao posicionamento a favor da equidade e da justiça social. Assim, o projeto de extensão fortaleceu minha visão de mundo, meu olhar sobre a realidade em que vivo, na qual é preciso lutar para conquistar direitos e para conquistar o acesso a esses direitos.

A cidadania é, de fato, compreendida pelos determinantes históricos a que o País fora submetido, e o princípio da igualdade previsto pela lei se deve à luta contínua dos indivíduos em busca da plenitude de seus direitos e deveres. Conforme Couvre (2007), “o pressuposto básico para a existência da cidadania é de que os sujeitos ajam e lutem por seus direitos.” Essa visão se confirma nos textos constitucionais brasileiros, pois as conquistas coletivas ocorreram devido às lutas dos movimentos sociais de nossa população.

A participação dos estudantes dentro da comunidade ajuda a formar o caráter como cidadão e cidadã. Segundo o Estudante N6,

— [...] trabalhar a cidadania de forma prática nos faz progredir como estudantes e cidadãos.

Nesse contexto, o estudante se percebe como agente transformador da sociedade na qual vive.

É importante salientar que a perspectiva obtida pelos estudantes com a participação na extensão foi a aderência à responsabilidade social, como se nota na fala do Estudante J4:

— Bom, eu acho que qualquer aluno ou qualquer pessoa que faz uma universidade acaba tendo a responsabilidade de dar alguma coisa de volta para a sociedade.

Em outras palavras, ser cidadão é ter compromisso social com o meio em que se está inserido, pois, agindo dessa forma, a coletividade estará unida para minimizar conflitos existentes e pormenorizar as carências em relação à qualidade do ensino e da aprendizagem, ou seja, para atender e/ou suprir a redação do artigo 205 da CF/88, no qual a educação é promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania. Sendo assim, fundamenta-se essa assertiva no relato do Estudante B4:

— O projeto simplesmente foi como um desvendar dos olhos, me auxiliou a perceber a importância da minha opinião no meio em que vivo, pois não podemos mudar toda a sociedade de uma vez, mas podemos modificar o ambiente e as pessoas que nos circundam.

O que se produz como conhecimento nas reflexões e pesquisas na academia socializa-se não de imediato, mas em uma temporalidade histórica “construída nas relações sociais concretas” (GATTI, 2012, p. 39). É o que atenta o Estudante C3:

— O projeto em si já está imbuído neste compromisso e construção da cidadania. E com o projeto pude exercer a cidadania de forma acadêmica e pessoal. A gama de conhecimentos e contribuições em um espaço de atuação não convencional [...] faz com que o nosso dia a dia seja movido pelo exercício constante da ação de ser um cidadão participante e ativo em nossa sociedade.

Segundo Rousseau (1999), “formar o cidadão não é tarefa para um dia]”, ou seja, é um processo de vivências vinculadas com o conhecimento adquirido a partir destas. Os projetos de extensão universitária vão além de uma proposta acadêmica, se compreende finalidades sociológicas que tangem a esfera social do estudante que dela participa.

Para Lodi e Araújo (2007), “aprender a ser cidadão e a ser cidadã é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça [...] comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país”. Para que os estudantes possam agir imbuídos desses valores morais, é necessário que eles se expressem em situações reais, como vivenciou o Estudante C5:

— O projeto contribuiu para me tornar mais humilde, compreensiva, cuidadosa, ajudar o próximo, lidar com melhor com pessoas, tratar todos com igualdade, despertou a solidariedade e a fraternidade. Todas essas aprendizagens fazem com que você se torne um cidadão melhor, mais íntegro.

Isto é, os sujeitos aprendentes fazem uma autoanálise de quais são os valores que são indispensáveis para ele se tornar cidadão e, assim, interpretar os ditames sociais. Para os estudantes participantes de extensão universitária, são concebidas múltiplas visões e reconhecimentos gerados pelas vivências que os fazem refletir sobre determinado setor em sua comunidade e os fazem progredir como sujeitos acadêmicos e pessoas humanas.

Na fala do Estudante H5, infere-se que o exercício da cidadania lhe trouxe um amadurecimento pessoal, permitindo-lhe o acesso a questões sociais, intermediando suas potencialidades e suas dificuldades de confrontar a realidade social.

— Contribuiu para me tornar mais “humano”, no sentido de passar a perceber melhor as dificuldades do outro e como o outro pensa e vê o mundo, e também para saber lidar com as diferenças tanto culturais, religiosas, de personalidade e tantas outras, e saber que, apesar dessas diferenças, pode-se construir algo em conjunto quando se deseja realmente.

É o que elucida o artigo 5º, *caput* e seguintes, da CF/88, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, seja racial, religiosa, sexual, cultural. Ser cidadão, antes de tudo, é proteger a dignidade da pessoa humana, imbuído dos princípios da Constituição e do Tratado dos Direitos Humanos, em que a preocupação maior é o valor que o homem tem para o Estado e a sociedade. Percebe-se que os estudantes identificam a essência do que é ser cidadão, sujeito portador de direitos e deveres. A seguir, a fala do Estudante O7 preconiza essa assertiva:

– [...] lembrando-me que todo cidadão possui direitos e deveres, e que o respeito ao próximo é o melhor modo de se obter uma vida digna para todos.

Os valores éticos que os extensionistas adquirem são construídos na interação estabelecida entre pessoas imbuídas de razão e emoções, de relações multiformes, díspares e conflitantes. E o alcance desse resultado que a extensão gera é confirmado pelo Estudante N6:

– [...] o contato com a vida fora da universidade, fazendo nos depararmos com realidades e vulnerabilidades sociais diferentes daquelas a que estamos habituados [...].

Nota-se que os estudantes se engradeceram pessoalmente por estarem ligados diretamente a condições que propiciam mudança na comunidade. Essa ideia é percebida na fala do Estudante C1:

– E nós, estudantes extensionistas, não nos sentíamos apenas trabalhando questões para nossa formação profissional, mas também prestando um serviço à comunidade, o que trazia uma sensação de bem-estar muito grande, nos possibilitando ser pessoas úteis e cidadãos.

Essa fala aponta para um grande desenvolvimento humano e para um profissional com olhar diferente para a sociedade na qual está inserido.

Os estudantes participantes da pesquisa declararam, de forma incisiva, o exercício da cidadania, associado ao desenvolvimento do compromisso social como algo presente em projetos de extensão. A experiência com a comunidade fez com que eles entendessem seu papel como cidadãos e como

exercer seu papel social. Portanto, a participação em projetos de extensão é uma forma de ensinar, pois é capaz de estimular reflexões e vivências fora e dentro do ambiente universitário.

Considerações finais

Os estudantes que participaram de projetos de extensão universitária enfatizaram esta como contribuinte para o exercício efetivo da cidadania, a partir de diferentes experiências com as realidades sociais predominantes. A proposta da extensão pode proporcionar ao sujeito aprendente reflexões com o processo de inserção na comunidade e, assim, torná-lo um profissional capaz e preocupado com os interesses sociais e coletivos.

Percebe-se que ao longo das mudanças sofridas pelas constituições brasileiras, em virtude do contexto político-administrativo do País, a educação e a cidadania ganharam maior destaque e passaram a ser preservadas pelo regimento jurídico, sendo, assim, fatores de uma sociedade democrática voltada para o desenvolvimento nacional.

A cidadania é a forma de expressar a igualdade entre todos por meio do Estado, que a assegura e a mantém como princípio fundamental do ordenamento jurídico. É justamente essa igualdade que prevalece nos direitos humanos e nos princípios fundamentais constitucionais, quando alegam que a educação é direito de todos e dever do Estado, incentivado pela colaboração da sociedade, para o preparo da cidadania.

Nas falas dos estudantes que participaram dos projetos de extensão universitária, percebe-se a mudança de comportamento deles. A visão de cidadania que eles obtiveram com as vivências fora do ambiente acadêmico lhes agregou valores éticos e morais, e a maioria entende que todos devem ser conscientes e compromissados com os interesses da coletividade.

Nas experiências relatadas neste estudo, foi possível perceber nos estudantes suas dificuldades e como eles conseguiram despertar suas potencialidades por meio do compromisso social. Para esse grupo de estudantes, a extensão se tornou um espaço de construção da aprendizagem, pois possibilitou a vivência de experiências inovadoras em uma práxis social.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 18 fev. 2013.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania?* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 2002.

DINIZ, Maria Helena. *A ciência jurídica*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GATTI, Bernadete Angelina. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Liber Livro, 2012.

HERKENHOFF, João Baptista. *Ética, educação e cidadania*. 2. ed. Porto Alegre, 2001.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução por Artur Morão. Rio de Janeiro: Edições 70, 2002.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução por Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LODI, Lucia Helena; ARAÚJO, Ulisses F. Ética, cidadania e educação: escola, democracia e cidadania. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015509.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.

NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do Direito*. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Tradução de Lordes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros Editores, 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/constituicao/constituicoes-anteriores>> Acesso em: 17 mar. 2013.

Parte IV

A Extensão e a Formação Profissional

UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA RELAÇÃO DIALÓGICA ENTRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E COMPROMISSO SOCIAL

Berenice Rocha Zabbot Garcia*
Letícia Ribas Diefenthaler Bohn**
Maria Inês Siqueira Araújo***

Introdução

As atividades de extensão universitária são promotoras da aproximação da universidade com a comunidade; articuladoras de saberes acadêmicos e sociais; estímulos para a reflexão e para a crítica, indo além do espaço tradicional da sala de aula; e promotoras do deslocamento do espaço de formação para outros locais, favorecendo, assim, o desenvolvimento humano e a transformação social.

Com base nessas premissas, é que as atividades de extensão universitária são consideradas instrumentos de mudança das próprias instituições em que se desenvolvem e nas comunidades em que estiverem inseridas.

Ao discutir a extensão e seu papel na formação acadêmica, compreendemos que as atividades inerentes às ações extensionistas

* Doutora em Educação (Psicologia da Educação) e Chefe de Departamento de Letras da Universidade da Região de Joinville (Univille).

** Mestre em Ciência e Tecnologia de Polímeros e chefe da área de Extensão Universitária da Universidade da Região de Joinville (Univille).

*** Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade e suporte da área de Extensão Universitária da Universidade da Região de Joinville (Univille).

desencadeiam processos de desenvolvimento no indivíduo, não só em sua formação inicial, mas ao longo da sua vida profissional.

As inserções, realizadas por meio de atividades de extensão universitária, oportunizam experiências prévias, preparando os acadêmicos para lidar com as situações reais e reduzindo suas dificuldades no início da carreira profissional.

A experiência obtida por meio da extensão, durante a formação inicial, antes do estágio obrigatório, pode interferir de forma contundente na atuação futura do graduando que se prepara para o ofício, pois leva a mudanças de postura diante da profissão.

Segundo Oliveira e Garcia (2009, p. 115), “a importância das experiências vividas durante a participação em atividades e ações extensionistas tem sido um divisor de águas, principalmente em tempos de mobilização do terceiro setor, espaço privilegiado para a preparação do acadêmico para a vida”.

Não podemos perder de vista que a extensão da qual se fala é aquela que dialoga com os membros da comunidade em que são desenvolvidas as atividades. A extensão deve ser campo de atuação para uma relação dialética entre saberes, para que não se corra o risco de nada acrescentar, além de estender o que a universidade desenvolve.

Extensão universitária: a percepção dos acadêmicos sobre suas experiências como extensionistas

— Uma ação social íntegra é muito importante, no entendimento de que, para existir uma transformação ou mudança, precisamos de ação e que, mesmo tendo muito ou mesmo tendo pouco, sempre poderemos contribuir (Estudante O2).

A Universidade da Região de Joinville (Univille) foi convidada pelos organizadores da pesquisa *Processos de aprendizagem na extensão universitária* e aceitou o desafio de coletar dados de seus acadêmicos extensionistas. Além de participar como respondente na pesquisa, neste artigo, tivemos a oportunidade de também discutir os dados obtidos de outras instituições de ensino superior.

Quando iniciamos as leituras das respostas das entrevistas semiestruturadas dos acadêmicos extensionistas de cerca de 18 instituições comunitárias de ensino superior do País, optamos por trabalhar com as respostas às questões 5 e 6, respectivamente: Como o projeto de extensão contribui para o exercício de sua cidadania? Como o projeto de extensão pode contribuir para seu desempenho profissional?

As leituras remeteram a duas questões significativas, que foram ponto de partida para discutirmos sobre a relação dialógica entre formação e compromisso social.

Para encaminharmos o tema, consideramos pertinente mesclar posições sobre o papel da universidade e sobre o papel da extensão universitária com as vozes de 10 acadêmicos extensionistas entrevistados. Esses acadêmicos foram identificados com números de “1 a 7”, e as instituições das quais fazem parte foram reconhecidas por letras alfabéticas.

Na obra *Universidade: torre ou sino?* (2006), de Luiz Síveres, a pergunta do subtítulo da obra questiona qual seria o papel da universidade na contemporaneidade e nos apresenta três clássicos da educação brasileira. O primeiro deles é Fernando Azevedo e a experiência da Universidade de São Paulo (USP), que tinha a seguinte inspiração filosófica:

[...] superar o modelo educacional baseado numa compreensão burguesa, pela qual o ensino era desencadeado a partir de informações externas, e introduzir uma concepção modernizante, por meio da qual o processo de aprendizagem se instalava pela formação das potencialidades internas. Era a re-orientação da finalidade educacional que, no entendimento tradicional, se preocupava com a formação do indivíduo, para uma educação que pudesse promover o desenvolvimento científico e tecnológico do sujeito para contribuir com o desenvolvimento do país (SÍVERES, 2006, p. 34).

O segundo educador, Anísio Teixeira, por meio de sua experiência na Universidade do Distrito Federal (UDF), acreditava que, diante da educação e da democracia,

[...] a missão da universidade [...] devia estar baseada na pesquisa, em estudos avançados, por meio dos quais se podem construir a cultura e

fazer avançar o conhecimento humano. O desenvolvimento, ao qual a universidade é chamada a promover, está no sentido em desenvolver o conhecimento humano em benefício de sua realização pessoal e da sua cooperação no tecido social (SÍVERES, 2006, p. 56).

Por último, Darcy Ribeiro e o projeto da Universidade de Brasília (UNB), com que acreditava em uma universidade que fosse capaz de

[...] avaliar os modelos anteriores, apontar para a renovação institucional e ser uma força transformadora na sociedade, participando do processo desenvolvimentista instaurado naquele período. Para que essa função inovadora tivesse efetividade, era proveitoso articular o conhecimento com os padrões internacionais e comprometê-los com a realidade nacional, buscando contribuir para seu desenvolvimento (SÍVERES, 2006, p. 74).

As visões aqui apresentadas remetem-nos às mesmas angústias que ora se apresentam quando buscamos uma universidade capaz de formar cidadãos com qualidade técnica, mas que consigam dialogar, por meio de seus saberes, com a sociedade e comprometer-se com ela, de forma autônoma, na direção de um desenvolvimento sustentável e compatível com a visão contemporânea de universidade.

Considerando as angústias provindas da percepção de que há necessidade de mudanças urgentes no fazer das universidades, trazemos a fala do Estudante A7. Nela percebemos que a visão de universidade já se distancia daquela que enxerga somente os conteúdos específicos da profissão e anuncia a possibilidade de diálogo com a sociedade. Ele percebe que o projeto de extensão do qual faz parte proporciona a ele um espaço diferenciado. Vejamos:

— O projeto de extensão estimula a cidadania, fazendo com que atuemos de forma direta na sociedade, ensinando, aprendendo e adquirindo novas experiências.

A universidade é mesmo esse lugar propício para socializar, descobrir, construir conhecimento, mas, sobretudo, é o espaço para dialogar sobre o

conhecimento, para questioná-lo, para descobrir que ele pode não ser gerado somente pela universidade, mas também pelos atores que fazem parte do cotidiano desse espaço “privilegiado” para o desenvolvimento de saberes:

[...] a universidade, para se transformar numa instituição significativa para o mundo contemporâneo, é oportuno retomar a dinâmica do sino que chama para uma causa ética e anuncia um tempo de justiça e de paz. Para tanto, ela precisa ser o ambiente para a preservação do conhecimento gerado como patrimônio da humanidade e o laboratório da construção de um pensamento crítico-criativo; o tempo para germinar saberes desinteressados e conhecimentos relevantes para confirmar as esperanças humanas; e, um movimento que compreenda os problemas da realidade atual e sinalize para possibilidades utópicas, elementos que confirmam os princípios político-filosóficos de uma universidade comprometida com a sociedade. Universidade: Torre ou Sino? O que dá sentido à Torre é a ressonância do Sino e o que dá sentido ao Sino é o significado da Torre. Por isso, a universidade é torre e sino (SÍVERES, 2006, p. 232-233).

Ser torre e sino é um grande desafio para a universidade contemporânea. A resposta a esse desafio somente será satisfatória se pensarmos uma universidade que ressignifique suas atividades acadêmicas em diálogo com a sociedade, que vá além da excelência técnica e ultrapasse a fronteira do conhecimento individual, para um conhecimento que possa ser construído coletivamente.

Ao referir-se à troca de conhecimento, o Estudante R1 parece compreender que, por meio das atividades de extensão, é possível haver uma ressignificação das ações profissionais e do posicionamento pessoal, que passam a ser construídos coletivamente:

— A partir do momento em que você está lá, você aprende a lidar melhor com as pessoas, ter uma tolerância maior, conviver mais. Como pedagoga, essa troca de conhecimento, que você observa com aquele aprendiz, “isso vai mudar a minha vida”, então essa é a principal aprendizagem, a gente vê que cresce junto com eles.

Oliveira e Garcia (2011, p. 163) tratam desse tema e afirmam:

A ideia de se construir um compartilhar democrático entre o conhecimento acadêmico e o popular deve ser considerada, para que se possam harmonizar definitivamente as ações promovidas pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão universitária, obtendo o resultado esperado, no sentido de promover uma formação sólida, criativa e humanística.

Assim, a necessidade do conhecimento vem também da observação dos entornos sociais. Não seria tempo de – mais do que observar e promover discussões que possam encontrar soluções – criar outra relação universidade/sociedade?

Essas indagações sobre a relação entre universidade e sociedade são importantes e remetem à extensão, pelo espaço que esta vem ocupando, mas, pensando a concepção da extensão, é importante que se tenha clareza dos desafios que são pertinentes às ações que a permeiam.

Partindo da premissa que a extensão contribui para a aprendizagem e para a profissionalização dos acadêmicos, Paulo Freire, na obra *Pedagogia da autonomia*, quando discorre sobre as várias exigências do ensinar, diz que “ensinar exige convicção de que a mudança é possível” (2006, p. 76).

As mudanças são possíveis, a partir do momento em que nos preparamos para elas. Quando oportunizamos o contato com a realidade, abrimos espaço para a reflexão, para além dos saberes e dos fazeres profissionais, que se embasam, muitas vezes, somente em estudos teóricos e em resultados de pesquisas sobre determinado objeto. Precisa-se oferecer tempo para que os futuros profissionais contatem a realidade além do universo teórico e percebam que há urgência em repensar as práticas, para que passemos a ter uma relação de afeto com o mundo em que vivemos, sobretudo assumindo uma atitude de respeito às diferenças, que se apresentam insistentemente em nosso cotidiano.

O Estudante C6 assim percebe esse movimento, quando comenta a contribuição das atividades de extensão à sua formação:

— Você começa a descobrir por que está ali e o que tem que fazer para seu crescimento pessoal e do bairro onde você mora, respectivamente. Tem um ditado que diz: “Se você quer mudar o mundo, comece mudando você”. Então a mudança é uma coisa que acontece de dentro para fora e não de fora para dentro.

Sobre a intervenção na realidade da qual fazemos parte, Freire (2006, p. 77) escreve:

Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas [...]. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se, misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele.

Dessa forma, o espaço que vem sendo oportunizado aos acadêmicos, por meio de atividades de extensão, tem demonstrado que é relevante o contato com a realidade para além do momento dos estágios obrigatórios no curso, que, na maioria das vezes, são realizados somente no último ano ou no período da graduação e que são de curta duração, pois, para que os acadêmicos possam ser capazes de intervir na realidade, precisam vivenciá-la em sua forma mais integral, e serem preparados para estar no mundo, de forma a poder dimensionar sua atividade profissional com os compromissos sociais demandados pela sociedade contemporânea. Vejamos o que diz a Estudante J4 sobre esse compromisso:

— Eu me senti superimportante, acho que até mais motivada pra buscar outros meios de ter este contato com a população e com a comunidade, não ficar só dentro da sala de aula, enfim, saber que eu posso utilizar o que eu aprendo aqui pra modificar alguma coisa ao meu redor.

Os contatos com a sociedade/comunidade, por meio da extensão, podem ser mais abrangentes do que aqueles que se resumem a atividades pontuais e específicas.

O Estudante E6 faz o seguinte comentário sobre os contatos com as comunidades em que estão inseridos os projetos:

— Nas visitas realizadas aos projetos, apresentam-se vários depoimentos de transformação de visão pessoal, a partir da participação em projetos voltados ao atendimento à comunidade [...].

Ainda sobre os contatos com a realidade, Imbernón (2011, p. 63) remete à estrutura dos cursos de formação, dizendo que “A estrutura da formação inicial deve possibilitar uma análise global das situações educativas que, devido à carência ou insuficiência da prática real, se limitam predominantemente a simulações dessas situações.” Dessa forma, mostram-se necessárias práticas de extensão na formação profissional, para aproximar teoria e prática.

O Estudante H5 assim se refere à contribuição da extensão para as relações entre teoria e prática, que devem ser revistas, quando tratamos de formação profissional:

— As teorias pedagógicas tratam de um mundo perfeito, e ver o mundo da forma real no projeto de extensão, com alunos com vários níveis de conhecimento e realidades totalmente distintas, me fez entender realmente a heterogeneidade das salas de aula e do público em geral, o que é muito diferente do “mundo perfeito da pedagogia”.

A dicotomia teoria/prática é um desafio que nasce da conjugação necessária entre os saberes científicos e os saberes sociais. Não há como ser um profissional sem a técnica, mas, na contrapartida disso, não há como excluir-se do mundo pela técnica. Se somente a técnica e os saberes científicos fossem suficientes, não seríamos homens.

Vejamos a afirmação do Estudante B7:

— A teoria é sempre muito bonita, a prática não é, de imediato, assim; ela requer cuidados, perseverança, fé. [...] aqui no projeto, lidamos com isso, e aprendemos que tendo calma, cuidado, estabelecendo vínculo afetivo, é possível ir muito mais longe do que imaginamos.

Sobre a alienação pela técnica, Freire (2011, p. 25-26) adverte:

Não devo julgar-me como profissional “habitante” de um mundo estranho, mundo de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos “ignorantes e incapazes”. [...]. Se procedo assim, não me comprometo verdadeiramente como profissional nem como homem. Simplesmente me alieno. [...] Na medida em que o compromisso não pode ser um ato passivo, mas *práxis* – ação e reflexão sobre a realidade –, inserção nela, ele implica indubitavelmente um conhecimento da realidade.

Sabe-se que a universidade nasceu para cumprir o papel primeiro, que é o de ensinar, de preparar profissionais para a sociedade, de modo que eles exerçam sua profissão, seja ela qual for; todavia, se acreditamos que devemos ir para além da técnica, na direção do compromisso social, precisamos fazer bom uso das atividades acadêmicas, para que elas acrescentem algo que dê sentido a uma prática, entendida para além do caráter utilitário, na direção da *práxis*.

O Estudante Q2 afirma que sua participação na extensão contribuiu para que ele percebesse que é preciso

– [...] desconstruir a ideia de que basta abrímos nossa bolsa ou nosso armário e doarmos algo material que não nos fará falta, e que com isso estamos cumprindo nosso papel de cidadão. Perceber que temos em nosso poder algo muito mais valioso, que podemos compartilhá-lo, que é o nosso conhecimento, e que podemos colocá-lo em prática através das ações, transformando os espaços sociais.

A convivência com as atividades específicas das comunidades que dialogam com a universidade é de grande relevância para a aproximação necessária entre o compromisso técnico e científico e o compromisso social do profissional com sua realidade.

Para o Estudante T7:

– Quando chega [o estudante] ao mercado de trabalho, chega mais preparado e com um diferencial em relação àqueles que nunca participaram. Hoje em dia, o mercado valoriza a formação de um

profissional completo, ou seja, que tenha não só a formação acadêmica como também a formação humanitária, e a extensão contribui de maneira decisiva para que a pessoa se torne esse profissional tão visado pelo mercado de trabalho.

Sobre a importância da inserção dos acadêmicos na realidade, Oliveira e Garcia (2009, p. 115) argumentam:

Quando o acadêmico atua além dos eixos organizadores do ensino, ele fica muito mais próximo da realidade na qual estará inserido logo após deixar a academia. O estágio já anuncia o cotidiano com o qual ele vai trabalhar, mas, com a oportunidade de atuar na comunidade, acredita-se que sua ação será mais rica, porque nascida de uma práxis vivenciada pelo acadêmico, que legitima um papel ativo e autônomo em relação à construção de seu aprendizado, dando a ele um sentido próprio.

Sobre esse processo ativo e autônomo, vejamos o que diz o Estudante J1 sobre a contribuição da extensão:

— Eu já tenho, eu administro um escritório; então, me fez crescer nesta parte profissional de planejar, de estruturar, de ver onde é preciso corrigir o que precisa melhorar. Isso ajudou bastante no meu crescimento profissional hoje.

Outras falas, não de menor relevância, puderam ser lidas e discutidas, mas foi preciso fazer um recorte para enfocar nesse artigo. Todavia, não há como deixar de mencionar a recorrência de falas que evidenciaram questões que contribuíram para a formação pessoal e profissional dos extensionistas, tais como: o encontro com o outro, o respeito às diferenças, o desenvolvimento do espírito crítico e ético, o engajamento em questões sociais e políticas, a integração entre teoria e prática, entre outras tantas compreendidas por nós como imprescindíveis para a construção de uma práxis inovadora, capaz de transformar os processos de formação profissional, conjugando competência técnica, construção da autonomia e, principalmente, o exercício da cidadania.

Considerações finais

A participação em atividades de extensão promove discussões sobre como atuar nas comunidades. As discussões e o uso de estratégias junto à comunidade criam um fazer que integra teoria e prática, caminhando na direção da práxis, que deixa o campo da reflexão e se faz ação, preparando os acadêmicos para o ofício.

Esse exercício cria formas de ver o mundo, desenvolvendo uma consciência crítica. Essa consciência gera uma ação autônoma. Sem a tomada dessa consciência, não há mudanças.

Cada ação pensada, construída e posta em prática, vai constituindo um jeito de fazer que desenvolve em cada sujeito um processo de aprender. Essa reelaboração contínua encontra nas atividades de extensão um campo vasto para a criação de novos modos de construir práticas para o exercício da profissão, superando o predomínio do ensino simbólico, que se limita a simulações de práticas, conforme alerta Imbernón (2011).

Diríamos, ainda, que o acadêmico que participa de ações de extensão universitária é mais flexível ao diálogo e é nesse diálogo que se fazem as relações com a vida profissional. Ser profissional é, antes de tudo, estar atento a mudanças, estar preparado para o enfrentamento do cotidiano.

Nessa direção, a extensão universitária pode contribuir, na medida em que auxilia na formação de profissionais mais críticos, mais abertos ao diálogo, mais autônomos e sensíveis às transformações do mundo que os rodeia.

Referências

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2011.

_____. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários para a prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2006.

IMBERNÓN. Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA. Therezinha Maria Novais; GARCIA. Berenice Rocha Zabbot. A extensão e o seu papel na formação acadêmica. *Revista Univille*, Joinville, v. 14, n. 1, p. 114-15, 2009.

_____. _____. Extensão e indissociabilidade. In: MENEZES, A. L. T. de; SÍVERES, Luiz (Org.). *Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. p. 160, 163.

SÍVERES, Luiz. *Universidade: torre ou sino?* Brasília: Universia, 2006.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: PROCESSO DE APRENDIZAGEM E PROCEDIMENTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Luiz Síveres*

Aurélio Rodrigues da Silva**

Introdução

A universidade brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988, é caracterizada pelo princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão. Por meio dessa proposição, é possível compreender a extensão universitária, entre outras atribuições, por meio do processo de aprendizagem e pelo procedimento de desenvolvimento sustentável. Tais características revelam, de forma dialógica, a abordagem acadêmica e sua inserção na sociedade.

A extensão, na universidade brasileira, é uma atividade acadêmica presente no ambiente de educação superior há mais ou menos um século. As primeiras experiências foram realizadas pela Universidade Livre de São Paulo, em torno de 1911 e, num período posterior, a partir de 1931, segundo Corrêa, Cunha e Carvalho (2004), foram definidos os primeiros

* Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Diretor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB).

** Mestre em Educação e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).

conceitos de atividades de extensão. Tais atividades foram identificadas como cursos de pequena duração ou conferências, com o objetivo de difundir o conhecimento produzido pela universidade e algumas ações que revelavam o compromisso social dessa instituição.

Nesse processo de construção da identidade da extensão universitária destaca-se, em meados do século, de modo especial na Universidade de São Paulo (USP), a concepção político-acadêmica da extensão, ou seja, esta era concebida como instrumento de difusão do conhecimento produzido pela universidade à comunidade. Numa década posterior, com o ingresso das universidades comunitárias, destaca-se o envolvimento de professores e de estudantes na educação de base e em movimentos populares. No período da ditadura militar, projetos como o Rondon e o Centro Rural Universitário de Treinamento e a Ação Comunitária (Crutac) são desenvolvidos preocupados com a segurança nacional (CORRÊA; CUNHA; CARVALHO, 2004).

Com a crítica de Paulo Freire (1977) à compreensão de extensão como o “estender” do conhecimento à comunidade, sem se preocupar com os saberes produzidos por esta, há uma atualização na compreensão de extensão universitária no Brasil. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras elaborou um conceito para extensão, como “um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e sociedade” (2001, p. 23).

Essa definição se tornou um referencial importante para a proposição de estratégias e políticas vinculadas à temática extensionista, mas foi, também, impulsionadora de novas compreensões e novas experiências de extensão universitária, seja para os demais fóruns de extensão, ou para o conjunto das instituições educacionais. Entre outras possibilidades, é oportuno destacar a importância tanto da teoria quanto da prática de extensão se constituírem processos de aprendizagem e procedimentos de desenvolvimento sustentável.

1. Processos de aprendizagem

Somos também seres do aprendizado.
(CARLOS RODRIGUES BRANDÃO)

A universidade, entre outras funções, consolida-se como um movimento em que estão articulados a produção e a sistematização do conhecimento, a forma presencial e virtual da educação e os processos e competências de aprendizagem. Essa dinâmica universitária pode estar ancorada na proposta de Assmann, que afirma que “educar é fazer vivências do processo do conhecimento. O produto da educação deve levar o nome de experiências de aprendizagem” (2004, p. 32). Considerando essa perspectiva, a universidade deveria ser uma instituição em estado de aprendizagem, até para justificar seu processo de aprendizagem, desenvolvendo sua missão científica, sua vocação educativa e sua opção aprendente. Sob o horizonte dessa função, o conhecimento, a educação e a aprendizagem são os aspectos constitutivos da ambiência universitária.

Nesse sentido, a instituição de educação superior caracteriza-se, inicialmente, por meio do conhecimento, que pode ser gerado, apropriado ou comunicado de distintas maneiras, mas, de modo geral, consolida-se por meio da pesquisa, do ensino e da extensão. Sob esse aporte, é perceptível que a energia institucional firmou-se por meio dessa dinâmica indissociável, caracterizada por uma abordagem relacional e transversal das atividades.

A educação, na sequência, seja de maneira formal ou informal, está presente em todas as manifestações culturais, em todas as organizações sociais e em todas as condições existenciais. Nesse percurso, ela se explicitou, em alguns momentos e situações, pela preponderância da vivência e da convivência entre mestres e discípulos, pela formação pessoal e social entre educadores e educandos, ou pela capacitação técnica e profissional entre professores e estudantes. Atualmente, repercute, fortemente, a proposta da Constituição Federal, no sentido de atingir as finalidades da educação, que são o pleno desenvolvimento do educando, o exercício da cidadania e a capacitação para o trabalho. Essa compreensão é percebida na fala do Estudante A3:

– [...] A extensão é seu primeiro contato com o mercado de trabalho [...], como um futuro profissional. Você vai ter maturidade de aprendizado, porque [...] você aprendeu na extensão.

O terceiro aspecto, o processo de aprendizagem, pode ser efetivado por diversas instituições, como a família, a escola ou a igreja; por distintos meios, como o encontro presencial ou virtual, a iniciação científica ou o contato com a realidade social; por diferentes abordagens, como a teórica, a prática ou a pesquisa-ação. Entre tantas possibilidades, pretende-se priorizar o ato aprendente no ambiente universitário, destacando-se a proposta de Delors (1998), que propõe os quatro pilares da educação: 1) aprender a aprender, 2) aprender a ser, 3) aprender a fazer e 4) aprender a conviver. Além da sistematização desses pilares, é possível, no entanto, ampliar as formas de aprendizagem, por meio do aprender a pesquisar, do aprender a organizar a comunidade, do aprender a desenvolver a sociedade, aspectos necessários para o aprofundamento da temática aqui proposta. Essa ampliação das formas de aprendizagem é confirmada no relato do Estudante A7:

– A extensão possibilita ao acadêmico a vivência de sua área, [...] tornando esse participante [extensionista] um futuro profissional ligado às mudanças societárias e às diferenças existentes na sociedade. [...] promovendo o amadurecimento profissional sob a perspectiva da formação cidadã.

Nesse conjunto de iniciativas, que caracterizam, de forma mais aproximada a missão da universidade, a extensão universitária identificou-se, em tempos distintos, com a suplementação de políticas públicas ou a atenção às necessidades sociais; com a prestação de serviços ou o desenvolvimento de assessorias; com ações comunitárias ou a execução de projetos; com a difusão da cultura ou a educação continuada; com a relação endógena da academia ou com o desenvolvimento de projetos na sociedade. Sem deixar de valorizar essas experiências, a extensão está sendo convocada a ser, também, um processo de aprendizagem.

Nesse sentido, a extensão, além de contribuir com a identidade institucional e com a finalidade educacional, pode ser compreendida como

um processo aprendente, o qual objetiva desencadear um percurso que, junto com o ensino e a pesquisa, postule uma aprendizagem significativa (AUSUBEL, 1982) para os sujeitos envolvidos na reflexão e na prática acadêmica. Esse entendimento está presente na fala do Estudante C5:

– Essa é uma experiência única que agrega grandes valores ao currículo e à sua vida. Profissionalmente, vai me ajudar no meu dia a dia, na minha casa, no meu trabalho, na sociedade. Não sou mais a mesma pessoa, o projeto me transformou, e para melhor, certamente.

Esse percurso responde àquilo que é prescrito na legislação, no sentido de que o ensino, a pesquisa e a extensão, ao serem reconhecidos como atividades desenvolvidas de forma indissociável, contribuem para o processo de aprendizagem. Cada uma dessas atividades, dentro de sua especificidade, colabora com o conjunto formativo dos sujeitos educativos. A partir desses pressupostos, a especificidade da extensão para com a aprendizagem pode dar-se de distintas formas, mas a qualificação acadêmica, a capacitação profissional e o compromisso social podem ser alguns indicadores que postulam um processo de aprendizagem significativo.

Nesse sentido, a extensão, junto com a pesquisa e o ensino, na medida em que atuam de forma indissociável, podem propiciar uma relação fecundante para construir uma qualificação acadêmica. Essa compreensão é exposta na fala do Estudante O4:

– O projeto contribui com a busca de novos conhecimentos através de pesquisas e relacionamentos interpessoais e do exercício da cidadania.

Essa proposta é confirmada por Severino, ao afirmar que

[...] o mesmo tempo em que a extensão, enquanto ligada ao ensino, enriquece o processo pedagógico, ao envolver docentes, alunos e comunidade num movimento comum de aprendizagem, enriquece o processo político ao se relacionar com a pesquisa, dando alcance social à produção do conhecimento (2002, p. 18).

O processo de aprendizagem, assim instituído, assume um caráter político, considerado elemento essencial numa formação acadêmica. Completando a fala anterior, o Estudante P3 afirma:

– O projeto de extensão possibilita o estudante unir teoria e prática, e esse aprendizado, na minha visão, é fundamental.

A sinalização para a capacitação profissional talvez seja o aspecto mais perseguido pelos estudantes. De acordo com Pinto (1996), no seu paradigma pedagógico, entre outras dimensões, propõe a dimensão cognitivo-instrumental, referida ao mundo objetivo, isto é, mais do que capacitar para um emprego, é preciso investir na qualificação profissional. Segundo o autor, a educação ocorre no âmbito da racionalidade cognitivo-instrumental, na medida em que a verdade, a utilidade e a eficácia são os princípios de validade. Essa compreensão é vista na fala da Estudante N7, para quem a extensão

– [...] constitui como um ambiente ampliado de aprendizagem do exercício profissional, oportunizando aos acadêmicos a troca de experiências e informações didático-pedagógicas nas áreas sociais e jurídicas, proporcionando, assim, a ampliação de seus conhecimentos [...].

Na linha do compromisso social, a extensão, segundo Ribeiro, deveria ser “a maneira pela qual a universidade [...] olha a sociedade e procura dar a sua contribuição” (2003, p. 74). Esse é, portanto, um convite para ampliar o horizonte de contemplação do mundo, geralmente focado na dimensão mercadológica, para perceber fenômenos diferentes, realidades diversas ou sistemas distintos, incubando novas possibilidades de compreensão da realidade contemporânea e comprometimento com sua transformação.

Compreender a extensão como um princípio de aprendizagem permite posicionar a universidade, segundo Síveres (2010a), em seu estatuto acadêmico, no sentido de caracterizá-la como uma instituição em cujo ambiente se desenvolve, de forma privilegiada, a integração do conhecimento, da educação e da aprendizagem, e desencadear, com a participação da

extensão, um processo de qualificação acadêmica, de capacitação profissional e de compromisso social.

2. Procedimento de desenvolvimento sustentável

A pluralidade é a lei da Terra.
(HANNAH ARENDT)

Considerando a evolução do conceito de desenvolvimento e compartilhando a definição de que ele não se restringe ao crescimento econômico, mas se relaciona com todas as dimensões do ser humano, com todas as articulações sociais e com todas as interfaces do planeta cósmico, pode-se conjecturar sobre a importância dessa temática para a educação superior, compreendida pela “pluralidade” de contribuições que pode dar para o desenvolvimento sustentável.

Neste caso, o desenvolvimento sustentável, como um conceito e uma prática, está fazendo parte das discussões e encaminhamentos dos mais diversos segmentos da sociedade. No ambiente educativo, essa temática também está presente, compreendida não apenas como crescimento, mas, segundo Síveres, como “uma energia capaz de criar uma comunidade, de recriar uma sociedade e de cuidar de um planeta para garantir uma vida sustentável” (2010b, p. 56). Essa proposta amplia o entendimento de desenvolvimento, no qual a diversidade de manifestações culturais, econômicas, culturais, sociais e ambientais está presente.

Com a finalidade de fortalecer esse pressuposto, é necessário gestar uma universidade que seja capaz de construir um conhecimento, segundo Mignolo (2004), não pautado pelo caminho uni-versal, mas pelo pluri-versal. Mais do que uma nova terminologia, a pluri-versalidade revela que a instituição de ensino superior é por natureza e por missão uma instituição que faz da extensão, também, a sua razão de ser e de existir. Para além dessa radicalidade existencial, a universidade é um espaço pluridimensional no qual ensino, pesquisa e extensão contribuem com o desenvolvimento sustentável.

Para fortalecer o perfil de uma universidade que sistematiza e socializa um conhecimento pluri-versal, o desenvolvimento sustentável torna-se uma estratégia essencial, porque está ancorado em valores éticos que revelam a relação de reciprocidade entre os seres humanos, a equidade entre os diversos sistemas sociais, o respeito com o meio ambiente e, ao mesmo tempo, desencadeia um processo formativo capaz de promover a dignidade da pessoa humana, a solidariedade nas relações sociais e o cuidado com a natureza. Essa compreensão está presente na fala do Estudante C2

– [...] os projetos que, geralmente, partem da extensão têm uma visão totalmente voltada ao exercício da cidadania. As pessoas que participam da equipe transmitem estes valores e motivam as pessoas a manterem esta conduta também. Ou seja, a extensão além de desenvolver belos projetos, também age como um exemplo a ser seguido.

No processo de construção desse paradigma, é necessário resgatar os princípios teóricos da educação e os dados empíricos da extensão, especialmente aqueles que estão mais presentes no ensino superior, no sentido de exaurir elementos que justificam um projeto educativo que confirma a proposta da Agenda 21³ de “re-orientar o processo educacional para o desenvolvimento sustentável”. Para alcançar esse objetivo, segundo Síveres, “a educação para a sustentabilidade assume uma função indispensável para se chegar a um futuro sustentável” (2010b, p. 56). É possível perceber, portanto, que a educação torna-se um processo indispensável para se pensar e se propor uma sociedade sustentável.

Para concretizar essa proposta, algumas universidades estão dispendendo esforços para que o ideário proposto não fique apenas numa proposição teórica, mas que, gradativamente, possibilite uma conscientização pessoal e institucional, bem como uma ação que contribua, nos níveis individual e coletivo, para a implantação do desenvolvimento sustentável como uma estratégia de extensão universitária.

3 O capítulo 36 da Agenda 21, intitulado “Fomento da educação, da capacitação e da tomada de consciência”, oferece um contexto a todas as medidas vinculadas à educação para o desenvolvimento sustentável.

Assim, a universidade pluri-versal, como expressão finalística de uma instituição que gera e dissemina conhecimentos, pode contribuir, de maneira eficaz, para ampliar o horizonte de compreensão do desenvolvimento e dispor de recursos humanos e científicos para construir um projeto que possibilite, nos ambientes interno e externo, o encaminhamento de uma política que viabilize, de maneira efetiva, o desenvolvimento da pessoa e da sociedade, de forma sustentável e ética.

Por outro lado, essa política interpela o próprio corpo institucional, de maneira que as demandas da sociedade entram pela porta da academia e questionam e mobilizam o Projeto Pedagógico. Motivada por esse princípio e sensibilizada por essa realidade, as instituições de ensino superior, para atingirem seus objetivos com resultados mais significativos, têm necessidade de dispor de uma política de extensão em que o ideário institucional responda às expectativas das pessoas, das comunidades e da sociedade.

Com a finalidade de o desenvolvimento sustentável ser a expressão da dinâmica que permeia todas as instituições acadêmicas, e para que ela tenha uma aderência na realidade pessoal e social, torna-se de fundamental importância a proposição da educação como um instrumento que, em síntese, é “a melhor esperança e o meio mais eficaz que a humanidade tem para alcançar o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 1999, p. 35). Essa proposta, portanto, vem fundamentar um paradigma que ultrapassa os interesses imediatos da capacitação para o mercado de trabalho, resgatando a importância da formação do cidadão para o exercício da cidadania, considerada, por sua vez, finalidade da educação.⁴ O Estudante C3 apresenta essa ideia em sua fala:

– O projeto em si já está imbuído nesse compromisso e construção da cidadania. E com o projeto pude exercer a cidadania de forma acadêmica e pessoal. A gama de conhecimentos e contribuições em um espaço de atuação não convencional, no caso o hospital, faz com que o nosso dia a dia seja movido pelo exercício constante da ação de ser um cidadão participante e ativo em nossa sociedade.

⁴ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, no Art. 2º, estabelece que a Educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para viabilizar esse processo, é preciso compreender a extensão universitária como uma dinâmica em constante crescimento sistêmico, no sentido de captar e responder às expectativas institucionais como um movimento endógeno, e aos desafios que o contexto social apresenta como um movimento exógeno. A partir da apreensão dessas demandas, propor um processo de sensibilização, para que as comunidades, interna e externa, encaminhem programas e projetos, que sejam implementados e avaliados com base em critérios do desenvolvimento sustentável.

Numa leitura panorâmica das principais manifestações no decorrer das últimas décadas, a extensão universitária revelou-se pela execução de alguns projetos de ação comunitária ou pela implantação de algumas iniciativas na área de prestação de serviços. Reconhecendo a importância dessas atividades, é preciso, portanto, posicionar a extensão universitária num patamar que lhe garanta um *status* político, capaz de participar mais efetivamente da criação e da disseminação do conhecimento.

No conjunto dessas intenções, a extensão, como um procedimento de desenvolvimento sustentável, é participar de todo o processo de construção do conhecimento, seja na academia, por meio do ensino e da pesquisa, ou na comunidade, mediante o saber formal ou informal. A partir do conhecimento construído, a extensão tem o papel de propagá-lo, colocando-o a serviço do desenvolvimento da pessoa humana e da sociedade. Esse processo tem a finalidade de potencializar os recursos humanos, naturais, econômicos e sociais, transformando as estruturas pessoais e sociais injustas em projetos que possibilitem qualidade de vida para todos, por meio da construção participativa e solidária de todos os sujeitos sociais.

A extensão, como um processo de desenvolvimento sustentável, é compreender a realidade num conjunto sistêmico, no qual vão se construindo, de maneira cooperativa, projetos nos quais participam atores e organismos sociais, que, por meio de uma metodologia adequada, possibilitem a melhoria das condições de vida da população. Essa iniciativa deve respeitar e fortalecer a rede de iniciativas, em vista da autogestão e da sinergia dos recursos locais para seu desenvolvimento. A extensão universitária, na linha da sustentabilidade, entra como parceira das organizações, das comunidades e da sociedade, para, juntamente, construir projetos sustentáveis.

Assim, a extensão, como um procedimento de desenvolvimento sustentável, é um princípio dentro de um conjunto de valores, no qual o ser humano tem a primazia em relação às demais formas de organização social e esta, por sua vez, é articulada no conjunto dos critérios de solidariedade. Assim, é oportuno que a extensão seja caracterizada como um valor fundamental que se coloca “na fronteira de um duplo imperativo: a solidariedade sincrônica com a geração atual e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (SACHS, 2000, p. 67). A solidariedade é, portanto, a dimensão ética de todas as formas de desenvolvimento sustentável. O Estudante J2 entende que a aprendizagem mais importante em um projeto de extensão para a vida profissional foi:

- Ser solidário ao próximo, independente do ramo de atuação de cada empreendedor. Eu acho que, como diz o ditado, a união faz a força. Durante o projeto, a gente percebeu que a dificuldade, às vezes, era parecida com a que outros empreendedores encontravam. A solidariedade foi a lição mais forte nesse projeto de que participei.

Considerando que a educação, de forma preponderante, aponta para as gerações futuras, além do imperativo da solidariedade, é necessário o princípio da ética. Segundo Pelizzoli (1999), na medida em que se projeta para um futuro sustentável, uma das características essenciais é a ética pela vida, ou uma ética de futuro. Para essa dimensão, as novas gerações precisam ser orientadas, contemplando, porém, ações do cotidiano até projetos de mudança de paradigma. Nesse contexto, a fala do Estudante N5 é pertinente:

- Eu já me angustiava com a situação social das pessoas. Agora acho que há uma revolucionária explodindo dentro de mim. Falta apenas fazer a equipe, os parceiros com a consciência e a coragem para a luta pela transformação social. Por enquanto, luto como posso, defendendo os movimentos sociais como os dos sem-terra, dos direitos humanos, das mulheres, dos ecologistas, da economia solidária.

Além do imperativo da solidariedade e do princípio da ética, é preciso, ainda, despertar o senso de responsabilidade pela sustentabilidade do desenvolvimento. De acordo com Brandão, “uma das inovações da sociedade

sustentável é a consciência de que somos todos corresponsáveis por nós em nosso tempo. E somos também corresponsáveis pela integridade da natureza e pela qualidade da Vida no planeta que espera a vinda das gerações futuras” (2008, p. 138). Enfim, a efetividade dessas categorias pode demonstrar, portanto, o perfil de uma educação superior preocupada com o procedimento de desenvolvimento sustentável. Essa preocupação está presente na fala do Estudante S1:

– Possibilitou-me a convivência com grupos sociais distintos, com a criança, os deficientes, os idosos, etc., bem como com suas características peculiares, aprendendo a respeitá-las, entendê-las e até mesmo lutar e defender seus direitos, em prol de uma sociedade mais igualitária.

Considerações finais

Considerando a evolução do conceito de desenvolvimento e compartilhando a definição de que este não se restringe apenas ao crescimento econômico, mas se relaciona com todas as dimensões do ser humano, com todas as articulações sociais e com todas as interfaces do planeta cósmico, conclui-se pela importância desta temática no contexto atual, principalmente no campo educacional.

A universidade pluri-versal, como uma das expressões para gerar e disseminar o conhecimento, pode contribuir de maneira eficaz para ampliar o horizonte de compreensão do desenvolvimento e dispor de recursos humanos e científicos para construir um projeto de sustentabilidade, considerando que uma sociedade sustentável, de acordo com Brandão, necessita de “todo um conjunto de palavras, ideias e ideários que sonham transformar mentes e sensibilidades de pessoas” (2008, p. 136). Tal proposta viabiliza, no entanto, o desenvolvimento da pessoa e da sociedade, de forma sustentável.

Por iniciativa de diversas organizações, incluindo as universidades, estão sendo dispendidos esforços para que o ideário proposto não fique apenas numa proposição teórica, mas que, gradativamente, possibilite uma conscientização pessoal e institucional, bem como uma ação que contribua,

em nível individual e coletivo, para a implantação de um projeto de desenvolvimento sustentável, a partir de uma proposta político-pedagógica de extensão universitária.

Outrossim, essa dinâmica interpela o próprio corpo institucional, de maneira que as demandas e as necessidades da sociedade entram pela academia e, ao acolher as expectativas sociais e propor soluções colegiadas para elas, a universidade estará contribuindo para a implementação de um projeto de desenvolvimento sustentável, que se transforma, por sua vez, num processo de aprendizagem para todos os sujeitos educativos.

Para fortalecer esse projeto, a universidade, para além do *status* que lhe é conferido como instituição educadora, conta com um valor agregado, que é atuar no desenvolvimento da pessoa e da sociedade a partir de imperativos de solidariedade, de princípios éticos e de pressupostos de responsabilidade. São essas categorias que se transformam na energia propulsora de sua reflexão e de sua ação, principalmente, se tratando de instituições que estão comprometidas com o desenvolvimento local, regional e nacional.

Motivada por essas categorias e sensibilizada pela realidade social, as universidades, para atingirem seus objetivos com resultados significativos, têm necessidade de dispor de um projeto de extensão que seja, também, um processo de aprendizagem. Essa proposta contribuirá, de maneira especial, para que o projeto político corresponda ao ideário institucional e às expectativas da comunidade e da sociedade. A partir desse programa, as ações voltadas para a sociedade estarão impregnadas de orientações sustentáveis e serão uma plataforma de lançamento para a construção de projetos que terão como meta o pleno desenvolvimento da pessoa humana e da sociedade.

Esse poderia ser, portanto, o perfil da extensão universitária, que, pela energia aprendente e pela dinâmica de desenvolvimento social, contribuiria com um processo que possibilitasse resgatar a verdade daquilo que fomos no passado, construir o que somos no presente e projetar para um futuro o que queremos ser, como pessoas humanas, sujeitos sociais e seres planetários. Dessa forma, a educação superior, a partir de uma proposta de extensão universitária, contribuirá, de maneira significativa, para desencadear um processo de aprendizagem e um procedimento de desenvolvimento sustentável.

Referências

ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação*. Rumo à sociedade aprendente. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

AUSUBEL, David Paul. *A aprendizagem significativa*. A teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Minha casa, o mundo*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

CORRÊA, Edison José; CUNHA, Eleonora Schettini Martins; CARVALHO, Alysson Massate (Orgs.). *(Re)conhecer diferenças, construir resultados*. Brasília: Unesco, 2004.

DELORS, Jacques. *Educação, um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 1998.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Avaliação Nacional da Extensão Universitária*. Brasília: MEC/SESu; Curitiba, PR: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-709.

PELIZZOLI, M. L. *A emergência do paradigma ecológico*: Reflexões ético-filosóficas para o século 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PINTO, Fernando Cabral. *A formação humana no projecto da modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. *A universidade e a vida atual*: Fellini não via filmes. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Prefácio. In: LUCHESI, Marta Abraão Saad. *Universidade no limiar do terceiro milênio*: desafios e tendências. Santos, SP: Leopoldianum, 2002. p. 15-19.

SÍVERES, Luiz. A extensão como um processo aprendente. In: FREITAS, Lêda Gonçalves; CUNHA FILHO, José Leão; MARIZ, Ricardo Spíndola. *Educação superior*: princípios, finalidades do ensino e formação continuada de professores. Brasília: Universa; Liber Livro, 2010a. p. 101-120.

_____. Sustentabilidade educacional. *Revista de Educação ANEC*, v. 39, n. 152, p. 45-57, jan./jun. 2010b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Educação para um futuro sustentável*: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: Ibama, 1999.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO 21: REFLEXÕES SOBRE APRENDIZAGENS A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Luciane Pinho de Almeida*
Salette Marinho de Sá**

— [com a extensão] é possível ir muito mais longe
do que imaginamos.
(Estudante participante de projeto de extensão)

Introdução

A partir da pesquisa realizada sobre as aprendizagens na extensão, na qual Instituições de Ensino Superior Comunitárias participaram mediante entrevistas orais com participantes de projetos de extensão, discutem-se neste artigo os referenciais de aprendizagem, a partir da extensão, que contribuem para a formação profissional do estudante universitário.

O texto, num primeiro momento, discute sobre o papel da formação profissional universitária e a contribuição da extensão universitária para

* Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)/*Campus* Franca. Professora do Curso de Serviço Social do Programa de Mestrado em Psicologia e Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

** Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)/*Campus* Franca. Professora do Curso de Serviço Social e Coordenadora do Setor de Projetos de Extensão da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

esse fim e, num segundo momento, articula em categorias os resultados encontrados nas verbalizações dos estudantes entrevistados.

1. A extensão universitária e o papel da formação profissional

Para Chauí (1999), a universidade é “uma instituição social, isto é, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, entre as quais se destacam a produção, a sistematização e a socialização do conhecimento e a formação integral dos educandos.” Reafirmamos, assim, a universidade como espaço de socialização do conhecimento, que constrói sua identidade e se viabiliza em seu projeto político-pedagógico. A universidade é um espaço de construção histórica das relações sociais diante da realidade na qual se apresentam questões expressivas da sociedade (FOREXT, 2004).

Partindo desse pressuposto, centraliza-se esta discussão na formação profissional e, mais do que a formação profissional, como diz Chauí (1999), “a formação integral do estudante universitário”.

Para justificarmos a argumentação de Chauí, é importante lembrar que ao longo dos anos a universidade, além de ser a responsável pela produção e pela socialização do conhecimento, assume a responsabilidade pela formação dos profissionais do ensino superior. Dessa forma, assinala-se que, devido às rápidas mudanças societárias do século 21, cada vez mais são maiores os desafios para a formação de profissionais habilitados e capacitados para o enfrentamento que emerge todos os dias no âmbito do exercício de cada profissão. Observa-se, assim, que o mercado de trabalho vem se mostrando cada vez mais competitivo e exigente em qualquer área de atuação, desafiando o profissional a demonstrar criatividade, inovação e competência diante dos desafios diários.

Demo (1999), ao discorrer sobre os desafios modernos da educação, afirma que a universidade não pode se constituir apenas de salas de aula, mas ser um lugar no qual se fomenta a produção qualitativa, o “saber-fazer”. Ele afirma que, se é da prática que emerge a teoria, é com ela que os

estudantes precisam ser desafiados a estabelecer vínculos concretos para, de fato, aprenderem a fazer.

Nos dias atuais, é fato que as organizações que geram empregabilidade procuram por um perfil de profissional que dê respostas significativas às demandas da vida contemporânea. Outrossim, um profissional capaz de demonstrar o que sabe fazer, criativo, inventivo e inovador, não é aquele que apresenta maior grau de titulação. Para Zabala (1999), a aprendizagem desse tipo de conteúdo implica aprender a fazer, na prática, aquilo que se assimilou da teoria. O autor afirma que o estudante necessita de uma aprendizagem adequada de conteúdos que permita a ele avançar em conhecimento, ou melhor, produzir e construir seu próprio conhecimento. Nesse sentido, diz que os estudantes precisam vivenciar situações que lhes permitam descobrir seu próprio potencial para melhor aproveitá-lo. Muitos são os teóricos que argumentam que a sala de aula é insuficiente para alcançar esse objetivo. Paulo Freire, em escritos, argumenta que o estudante deve ser o construtor de seu próprio conhecimento, a partir de sua prática constante de pesquisa e de articulação com o conhecimento popular. Argumenta que a aprendizagem dele deve ultrapassar o âmbito do conhecimento teórico, entrelaçando prática e teoria num movimento dialético e contínuo.

Para Demo (1999, p. 132), a formação dos estudantes de hoje deve “contemplar a preparação para a atuação na sociedade moderna, imprimindo que a visão e a ação devam estar sempre renovadas em termos de inovação científica e tecnológica, nas quais capacidade laboratorial, experimental, é crucial.” Desse modo, a formação profissional deve compor-se de fundamentos do saber-fazer e da convivência humana, requisitos necessários para o profissional estar atento às demandas da contemporaneidade.

Nesse sentido, é que a extensão universitária pode contribuir para uma formação profissional mais adequada. Ela possibilita ao estudante universitário produzir e reproduzir o conhecimento, comunicando-o à sociedade, como resposta necessária para atender as demandas societárias. A extensão também possui papel fundamental na formação profissional, contribuindo decisivamente para a constituição de uma universidade comprometida com sua missão social, de formar não apenas profissionais

qualificados, mas cidadãos comprometidos com a sociedade na qual estão inseridos.

Para Almeida e Sampaio (2010), são sujeitos da extensão: o professor, o estudante e a comunidade. A interação entre esses sujeitos possibilita compartilhar vivências e aprendizagens, as quais articulam universidade e sociedade, possibilitando ganhos tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade e contribuindo para a formação acadêmica. Também privilegia o diálogo e a construção do conhecimento, visando contribuir para a construção de respostas às demandas apresentadas pela realidade social.

A extensão é, portanto, um processo educativo, cultural e científico, que se une ao ensino e à pesquisa, de forma indissociável, objetivando a constante transformação societária. Para que esse processo educativo de aprendizagem tenha resultados efetivos na formação profissional do estudante, é necessário e fundamental que a universidade promova a real indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que deve ser aplicada de forma contínua, articulada e permanente.

Fagundes afirma (1986, p. 109): “se a extensão vem para sobrepor-se, fazendo a mesma coisa que o ensino e a pesquisa, ou para substituí-la numa ação supletiva, ela não tem razão de ser”. Assim, reforça-se que, na formação acadêmica, a extensão deve favorecer a interdisciplinaridade e a indissociabilidade, oportunizando “novas experiências e pesquisas que, partindo de práticas vivenciadas na realidade social, podem apontar novas direções à ciência e imprimir mudanças societárias significativas” (ALMEIDA; SAMPAIO, 2010, p. 40).

A partir desses pressupostos, observa-se, nos resultados da pesquisa, que a extensão tem papel fundamental na formação de profissionais preparados para a atuação no século 21.

2. A pesquisa sobre aprendizagens na extensão

A partir dos resultados da pesquisa *Aprendizagens na extensão*, destacam-se, neste artigo, as categorias expressas nas verbalizações dos estudantes participantes. Assinale-se que, para o estudante participante

de projetos de extensão, esta contribui para a formação profissional dele, mediante a construção do conhecimento, a articulação com o mercado de trabalho, a construção do estudante em sua própria prática profissional, a convivência entre as pessoas e o desenvolvimento de outras aprendizagens. Assim, para maior compreensão, propõe-se neste artigo, a discussão sobre cada categoria.

2.1 Formação profissional do estudante por meio da construção do conhecimento

Os participantes da pesquisa assinalaram que seu envolvimento na extensão universitária propiciou a ampliação de conhecimento, contribuindo para a construção de seu próprio fazer profissional. Na verbalização dos Estudantes A1, D6 e N2, respectivamente, pode-se perceber isso:

- Ajuda muito, para termos um amplo conhecimento da área em que queremos trabalhar.
- Aprimorando o conhecimento adquirido em sala de aula e aprendendo coisas que no curso não se aprenderia.
- O conhecimento adquirido através da participação no projeto de extensão contribuirá para minha formação profissional.

Do mesmo modo que os estudantes dizem que a extensão aprimora o conhecimento, pode-se dizer, também, que provoca a curiosidade acadêmica e o anseio pela pesquisa e pelo aprofundamento teórico, conforme pode ser observado na fala do Estudante B1:

- [...] despertou também a vontade de aprofundar mais em estudos sobre as pessoas que possuem Síndrome de Down, para que, no futuro, possam ser utilizados para atender pacientes com essa limitação ou com outras limitações do gênero.

Ainda nessa categoria, a maior parte das verbalizações dos participantes da pesquisa versa sobre teoria e prática, pois é nessa relação que os estudantes percebem a maior contribuição para sua formação profissional. Destacam-se argumentações interessantes, que levam à reflexão de que a extensão contribui para a objetivação da teoria, assim como para o aperfeiçoamento ético-profissional do estudante. Essa compreensão é identificada nas seguintes afirmações dos Estudantes P3, J7 e C3, respectivamente:

- Em tudo, o projeto de extensão possibilita ao estudante unir teoria e prática, e esse aprendizado, na minha visão, é fundamental.
- Vendo a parte teórica que a gente viu sendo desenvolvida na prática e com formas simples, com a simplicidade das pessoas.
- Na medida em que alinho a minha formação profissional integral com aquilo que percebo na sociedade como ponto de encontro, na prática das atividades do projeto.

Outro ponto destacado pelos entrevistados afirma que a prática extensionista impulsiona o acadêmico a enxergar a realidade tal como ela é, proporcionando a ele uma vivência profissional sem máscaras ou ocultação das dificuldades e dos desafios da prática. Também propicia o vislumbre de que o estudante pode contribuir para uma possível mudança societária, conforme nos fala o Estudante H5:

- Ver também que, apesar das imperfeições, eu posso ajudar a mudar a realidade.

Além de reafirmar que a participação em projetos de extensão aproxima o estudante de uma visão mais real e concreta da teoria aprendida em sala de aula, provoca-o a construir um “olhar diferente”, ampliando seu campo de visão sobre a realidade social. O Estudante R1 afirma:

- Você pegar tudo o que você aprendeu e inserir no seu desempenho profissional, você terá um olhar diferente [...]. A essência é isto: sair do teórico, ir para o prático e aplicar na tua vivência profissional, que trará uma visão mais ampla.

Da mesma forma, o Estudante H5 no diz:

– Contribui de forma a complementar com a prática e com uma visão real do que aprendi apenas em teoria, pois as teorias pedagógicas tratam de um mundo perfeito e ver o mundo da forma real no projeto de extensão, com alunos com vários níveis de conhecimento e realidades totalmente distintas, me fez entender realmente a heterogeneidade das salas de aula e do público em geral, o que é muito diferente do “mundo perfeito da pedagogia”, e ver também que, apesar das imperfeições, eu posso ajudar a mudar a realidade, ao menos, de alguns.

Toda vivência dos estudantes nos projetos de extensão tem reflexos profundos na vida profissional deles, preparando-os para o mundo real, com o qual se deparam como acadêmicos e, depois de formados, oportunizando a eles a percepção da complexidade das questões sociais, políticas e econômicas correlacionadas ao seu campo de atuação profissional. A identificação e a vivência da realidade dos problemas sociais favorecem ao estudante aplicar os conhecimentos adquiridos na universidade nas diversas situações da vida. Por outro lado, a relação entre ensino e prática (sala de aula e prática profissional) é reafirmada em muitas falas sobre os benefícios da extensão como resultado positivo que agrega conhecimento, implicando, grandes ganhos para a formação profissional.

– Aproximando a teoria vista em sala de aula com a prática, com certeza essa vivência proporcionou um aprendizado real e possível (Estudante Q2).

– É colocar em prática tudo que aprendeu na vida acadêmica e adquirir ainda mais conhecimento, a partir de experiências novas (Estudante H2).

– Em muito! Já que é uma oportunidade de colocar em prática o que aprendemos em sala de aula, bem como um momento para refletir e desenvolver todas as teorias aprendidas no curso (Estudante Q3).

– Pegar o que aprendi na sala de aula e fazer uma adaptação com as crianças com as quais trabalho no projeto de extensão (Estudante R2).

Coloquei em prática teorias aprendidas em aula (Estudante L6).

– A cada dia, temos novos desafios. Com o projeto, eu posso desempenhar algumas funções que ajudam no entendimento da teoria que estudamos em sala de aula, podendo colocar os conhecimentos em prática (Estudante Q1).

O Estudante B7 afirma que a extensão vai além da aplicação do conhecimento aprendido na sala de aula. Ele argumenta que os desafios cotidianos apresentados na prática extrapolam a previsão, favorecendo o desenvolvimento de outras habilidades profissionais, como o cuidado, a perseverança, a paciência, além de criar um vínculo afetivo com o participante do projeto. O estudante completa dizendo que:

– É possível ir muito mais longe do que imaginamos. [...] A teoria é sempre muito bonita, a prática não é de imediato assim, ela requer cuidados, perseverança, fé [...] aqui no projeto, lidamos com isso e aprendemos que tendo calma, cuidado, estabelecendo vínculo afetivo, é possível ir muito mais longe do que imaginamos.

O Estudante G1, ao analisar as práticas de exercício profissional, remete-se ao estágio curricular e afirma que este, muitas vezes, ao contrário da prática em projetos de extensão, tem se mostrado insuficiente no que tange à reduzida carga horária, dificultando compreensões mais aprofundadas na construção do conhecimento e da formação profissional do estudante.

– Levando em consideração que o tempo de estágio desenvolvido por nós durante o curso de graduação é muito reduzido, o trabalho como bolsista incrementa a nossa formação acadêmica, pois proporciona diversos momentos de prática [...].

Já os Estudantes L7 e N7 lembram que a participação em projetos de extensão colabora efetivamente para a construção do conhecimento, favorecendo a atitude reflexiva e crítica, além de aguçar a criatividade e a

atitude propositiva do estudante frente aos desafios da prática cotidiana profissional.

- Pôde contribuir de forma positiva, pois, convivendo com as dificuldades enfrentadas pela comunidade e paciente atendido, passei a refletir sobre as ações e intervenções propostas [...]. (Estudante L7).
- O projeto tem oportunizado e permitido uma melhor apropriação e troca sobre a relação teoria e prática (conteúdos desenvolvidos na academia e fazer profissional). O fato de estar inserida no cotidiano profissional tem contribuído significativamente [...] alimenta a busca pelo conhecimento, aguça o espírito investigativo e a criatividade. Proporciona também maior aproximação e reflexões acerca do objeto de intervenção e o fazer profissional neste espaço delimitado, tornando-se necessária uma atitude crítica, propositiva, frente à realidade e ao contexto social (Estudante N7).

Tendo por base os depoimentos citados, percebe-se que os estudantes afirmam e reafirmam que, a partir da extensão universitária, o estudante pode construir sua prática profissional de forma mais efetiva, articulando teoria e prática, produzindo e construindo novos conhecimentos.

2.2 Articulação com o mercado de trabalho

A segunda categoria expressa pelos participantes da pesquisa trata da articulação do estudante com o mercado de trabalho, aproximando-o da realidade concreta deste. Assim, os estudantes dizem que essa articulação ocorre por meio da experiência nos projetos de extensão, seja no contato ou preparando-o melhor para a inserção no trabalho ou, ainda, influenciando-o nas escolhas profissionais. Desse modo, para alguns estudantes, a extensão é considerada o primeiro contato com o mercado de trabalho, como afirma o Estudante O1:

- O projeto contribui para que eu tenha a minha primeira experiência na área.

A extensão permite, ainda, experiência e maturidade profissional, adicional ao currículo de formação acadêmica, como acrescenta o Estudante A3:

— [...] A extensão é seu primeiro contato com o mercado de trabalho [...]. Você vai ter maturidade de aprendizado, porque você aprendeu na faculdade, você aprendeu na extensão... Então, é muito importante, dentro da extensão, você fazer tudo que é necessário para quando você sair de lá você saber falar: “Eu fui extensionista e sei por causa disso!” Então, depois da formação vai ser mais um [...] é um adicional no seu currículo, na sua profissão e em você como pessoa [...].

Para o Estudante O2, a extensão contribui também para opções e escolhas na carreira profissional, colaborando para a definição de áreas de atuação.

— Contribuiu influenciando a minha escolha na linha que pretendo seguir da psicologia, que é o psicodrama [...].

Na categoria *mercado de trabalho*, grande parte dos participantes da pesquisa diz que a extensão universitária oferece, mediante a experiência prática, a capacitação e a qualificação para uma melhor preparação e inserção no mercado de trabalho. Isso é visto nas falas dos estudantes a seguir:

— [...] como participante de projetos de extensão, é uma forma de você poder tirar, você poder se preparar, para você poder trabalhar fora. Seria como uma escola, uma escola para você poder sair daqui de dentro da instituição e trabalhar lá fora [...] (Estudante A2).

— Através da capacitação, do planejamento, do acompanhamento para o desenvolvimento das atividades, no aprimoramento e na elaboração de estratégias do projeto dos encontros de avaliação do mesmo [...] (Estudante C2).

— Com o projeto de extensão, vivenciamos dificuldades e obstáculos que na vida acadêmica, muitas vezes, não ficamos a par. Ou seja, com esta experiência tive a oportunidade de prever alguns obstáculos que a vida profissional nos submete (Estudante D1).

Essa capacitação e essa qualificação para a inserção no mercado de trabalho são realizadas durante o processo de formação, oferecendo um diferencial na formação, como afirma o Estudante H1.

— Não preciso terminar o curso para me aventurar em um início de vida profissional. Faço tudo isso durante minha formação, graças ao projeto de extensão. [...] Aprendo dentro da própria universidade a ser um profissional qualificado.

O Estudante T7 assegura que a participação em projetos de extensão prepara o acadêmico adequadamente ao mercado de trabalho, oferecendo a ele a formação profissional integral, ou seja, tanto profissional como humanitária.

— A experiência e o conhecimento que uma pessoa adquire em atividades extensionistas vão além do que se aprende dentro de uma sala de aula. Por isso, acredito que quem participa ou já participou de algum projeto de extensão, quando chega ao mercado de trabalho, chega mais preparado e com um diferencial em relação àqueles que nunca participaram. Hoje em dia, o mercado valoriza a formação de um profissional completo, ou seja, que tenha não só a formação acadêmica, como também a formação humanitária, e a extensão contribui de maneira decisiva para que a pessoa se torne esse profissional tão visado pelo mercado de trabalho.

Entretanto, afirmam os participantes J2 e D7, a extensão além de oferecer uma formação mais humanitária também propicia que o aluno tenha uma visão global e compreenda melhor os desafios do mercado de trabalho, o qual se apresenta com livre concorrência.

— A experiência de você vivenciar o projeto traz a possibilidade de você enxergar o mercado, de enxergar a concorrência, ter uma visão geral de um todo. [...] (Estudante J2).

— Já contribuiu, pois tenho a vivência na prática das situações cotidianas das mais diversas realidades empresariais [...] que me possibilitaram ter uma melhor visão de mercado, economia, política e responsabilidade social (Estudante D7).

Um ponto importante a ser destacado nessa categoria, conforme nos dizem os participantes da pesquisa, é que a experiência adquirida nos projetos de extensão favorece a rápida inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, os Estudantes D5 e R7 argumentam que a atividade extensionista favorece a inserção e a colocação no mercado de trabalho, sendo um diferencial de currículo para aqueles que nela participam.

– Durante o tempo em que estive no projeto, não me interessei em procurar outro emprego, mas acabei fazendo uma entrevista onde tinha muitos candidatos, e eu passei para a fase final, pois, segundo eles, minhas experiências nos projetos chamaram muito a atenção. Acredito que isso foi um termômetro que mostrou que o projeto pode ajudar no meu desempenho e colocação profissional (Estudante D5).

– Através desse projeto, consegui uma oportunidade de emprego. Quando iniciei nesse projeto, atualizei o meu currículo e fui chamada para trabalhar numa empresa que oferece cursos profissionalizantes. Foi um diferencial para a minha contratação (Estudante R7).

Não há dúvida de que, para os estudantes participantes da pesquisa, a experiência adquirida na extensão universitária atua como um articulador entre mercado de trabalho e academia, colaborando para que eles recebam uma formação integral e humanitária, contribuindo para sua rápida inserção no trabalho.

2.3 Construção da prática profissional

A categoria intitulada *construção da prática profissional* versa sobre a construção do currículo profissional, sobre a experiência, o desempenho e a prática profissional adquirida por meio das atividades de extensão universitária.

Os estudantes afirmam que a participação em projetos de extensão os diferencia na obtenção de um currículo mais consistente no que tange à experiência profissional, colaborando na disputa pelas melhores vagas

no mercado de trabalho, conforme vista na categoria anterior e na fala do Estudante G2:

- Para mim, está sendo uma experiência de grande importância para meu currículo, bem como uma experiência pessoal que talvez eu jamais tivesse tido em outros campos no mercado de trabalho.

Além do currículo, os estudantes declaram que a experiência através da prática profissional, obtida no desenvolvimento de projetos de extensão, é única e intransferível, pois é no enfrentamento dos desafios diários que eles vão aprendendo a concretizar e a objetivar o conhecimento adquirido, o que, seguramente, os deixará mais bem preparados para as dificuldades que lhes aparecerem. Os Estudantes A4, A5, A7 e T6 certificam que esse é um dos maiores diferenciais que a extensão pode oferecer ao estudante universitário, ou seja, a construção de currículo, no qual a experiência profissional é significativa.

- Eu tenho certeza que eu estou indo para um trabalho muito mais preparado do que um aluno que não passou por essa experiência (Estudante A4).

- É imprescindível e não poderia deixar de falar sobre a experiência, acho que a gente busca experiência acima de tudo, principalmente quando a gente é acadêmico, porque a gente não tem noção do mercado de trabalho, não tem noção do que tem pela frente (Estudante A5).

- Vejo que os acadêmicos extensionistas possuem uma perspectiva diferente da daqueles que não têm essa experiência. A partir do seu aprendizado, eles apresentam-se mais maduros profissionalmente [...] (Estudante A7).

- O projeto contribui com meu desenvolvimento profissional, ao me colocar ante uma realidade de trabalho [...], realidade essa que permite exercer sapiências inerentes à minha profissão e, consequentemente, posteriores atividades de trabalho (Estudante T6).

Alguns estudantes mencionam a contribuição da extensão universitária ao desempenho e ao sucesso profissional, devido à experiência adquirida nas atividades realizadas, conforme nos dizem os participantes H8, B6, R3, E2, C6:

- O projeto contribui para o meu desempenho profissional, na medida em que posso colocar meus conhecimentos em prática, adquirindo experiência. E na medida em que lança desafios constantes, levando a uma constante busca de respostas (Estudante H8).
- O projeto de extensão contribuiu muito para o meu desempenho profissional, e serviu para me tirar algumas dúvidas [...] (Estudante B6).
- A extensão é fundamental para o sucesso do meu futuro desempenho profissional [...] (Estudante R3).
- Para o meu desempenho profissional, teve grande influência, visto que antes mesmo de eu concluir o meu curso, realizei um concurso público e fui aprovada (Estudante E2).
- Como estava começando na academia para minha formação profissional, foi de suma importância o aprendizado para meu desempenho profissional [...] (Estudante C6).

Indubitavelmente, segundo os depoimentos colhidos na pesquisa sobre *aprendizagens na extensão*, os participantes alegam que a extensão universitária promove uma aproximação à realidade concreta do mercado de trabalho, preparando o acadêmico para sua melhor inserção neste e contribuindo para a melhor qualificação profissional e o crescimento pessoal. Estes são apontados como os diferenciais adquiridos por meio da extensão universitária. Os alunos percebem que seus currículos estão mais bem preparados para enfrentar a concorrência do mercado de trabalho do que o de seus colegas que não têm experiência extensionista.

2.4 Propiciação à convivência

Os estudantes entrevistados asseguram que a participação em projetos de extensão universitária também propicia o conhecimento da realidade local, amplia a rede de relacionamentos, promove a habilidade de trabalhar com as pessoas, promove o exercício da cidadania e a troca de conhecimento com a comunidade e, ainda, fomenta a convivência e a articulação multiprofissional. Todas essas subcategorias estão atreladas à aprendizagem do aprender a conviver, tão importante no mundo atual. Os participantes da pesquisa mencionam a importância de aprender a conhecer a realidade local e social de uma comunidade, e esse aprendizado é proporcionado pela extensão como conhecimento fundamental para o desenvolvimento de uma prática:

- Não podemos assistir uma região sem conhecê-la, e é principalmente isso que os projetos de extensão nos proporcionam (Estudante E1).
- Troca de ideias, conhecimento de outras realidades, com pessoas mais desenvolvidas e potenciais (Estudante L1).

Por meio da prática extensionista, o aluno amplia sua rede de relacionamentos, facilitando a convivência com pessoas diversas, contribuindo para que ele adquira a habilidade de trabalhar com pessoas diferentes, das mais variadas esferas sociais.

- Principalmente na abertura de uma nova rede de relacionamento, pois estamos trabalhando ao lado de doutores e mestres [...] (Estudante B5).
- Trabalhar com consultoria empresarial é uma excelente maneira de criar uma boa rede de contatos, além de experiência de trabalho (Estudante D8).
- Aumentando a rede de contatos e me mostrando situações rotineiras de mercado (Estudante D9).

Desse modo, os entrevistados destacam que, ao se inserirem na extensão, se relacionam diariamente com pessoas diversas e, portanto, adquirem a habilidade da convivência, habilidade essa importante para compor o perfil do profissional de hoje. Saber se comunicar com o outro, saber escutar, saber se colocar no lugar do outro para melhor compreendê-lo são algumas habilidades conquistadas pelos estudantes. Eles percebem (falas dos participantes D4, D2, H4, Q7) que, ao adquirir essa habilidade, tornam-se mais humanos e capazes de estabelecer comunicação com as mais diversas pessoas, e isso contribui para sua formação, tornando-os profissionais mais éticos e humanos.

- Principalmente pela habilidade em trabalhar com pessoas, isto inclui saber escutá-las, saber se colocar no lugar delas [...] e, principalmente, aprender a aprender com eles (Estudante D4).
- A forma de agir, de se expressar, de deixar claro as informações, de se comunicar com públicos diferentes [...] (Estudante D2).
- Em todas as aprendizagens e em todos os desafios [...], aguçando o nosso olhar para o outro, o modo como se devem fazer algumas intervenções [...] (Estudante H4).
- O projeto de extensão contribui de diversas formas, mas a mais importante delas é que, além de nós tornarmos profissionais, temos um lado humano e devemos olhar para o próximo (Estudante Q7).

Para os estudantes, a convivência com as pessoas implica a formação de um profissional mais ético e humano. Essa habilidade promove a apreensão e a troca de conhecimento com a comunidade, provocando no estudante profundas reflexões sobre o conhecimento popular. Dessa forma, o estudante apreende na prática diária o exercício da cidadania, pois passa a importar-se com o outro, com o coletivo e a refletir sobre suas responsabilidades como cidadão, sejam elas no âmbito social, ambiental ou humano, como dito pelo participante I2.

- [O estudante] age no exercício da cidadania, a partir de suas responsabilidades sociais, ambientais e humanas (Estudante I2).

– Basicamente, da mesma forma do exercício da cidadania, [...] pela aprendizagem que se tem com a comunidade (Estudante E3).

– A partir da participação no projeto de extensão, passei a me importar mais com as pessoas a meu redor, adquirir mais confiança em mim mesma, acreditei que o que eu aprendi até hoje na faculdade pode ajudar os outros (Estudante E6).

– Com os conhecimentos adquiridos com o projeto, com certeza poderei atuar sempre [...] contribuir com aqueles excluídos socialmente, que não têm ou não tiveram as mesmas chances que a maioria de nós (Estudante N1).

– O projeto contribui com a busca de novos conhecimentos através de pesquisas, relacionamentos interpessoais e exercício da cidadania (Estudante O4).

Outro ponto levantado pelos entrevistados é que a participação em projetos de extensão provoca a convivência e a articulação multidisciplinar entre diversos profissionais. Isso ocorre, pois a maioria dos projetos oferece espaços para a atuação de diversas áreas de conhecimento, permitindo aos participantes mais interação e exercício de diálogo entre as diferentes atuações profissionais.

– Se aprende a se relacionar facilmente com as pessoas. Isso também aconteceu com o grupo que trabalhou no projeto, no dia seguinte à apresentação, parecia que nos conhecíamos há muito tempo. Na relação profissional, no dia a dia com as pessoas você se sente mais aberto, mais disponível a escutar e a interagir com as pessoas [...] (Estudante R0).

– Pois em minhas futuras atuações, esse convívio com os diferentes tipos de pessoas será de grande valia, pois em um ambiente de trabalho é muito importante o convívio pacífico entre os colegas (Estudante O5).

Um fator que cabe ser considerado é a importância do elo existente nos projetos entre a interdisciplinaridade e a formação profissional, contribuindo

para uma concepção mais real da sociedade, na qual cada um tem sua função e experiência preestabelecida e que, ao interagir com o outro, possibilita a existência do momento de trocas, essencial para o crescimento mútuo.

Também os estudantes destacam o convívio próximo com o professor. Na sala de aula, o professor deve distribuir sua atenção entre todos os estudantes, não conseguindo um convívio mais aproximado com cada um. Entretanto, os projetos de extensão promovem um relacionamento mais próximo entre professores e estudantes, ampliando o envolvimento entre estes e as comunidades envolvidas, numa constante descoberta em que todos ganham com as trocas possíveis no respeito à diversidade de situações vivenciadas a cada encontro.

– Não só pode contribuir como tenho certeza que já contribuiu. Criei um grande laço com os professores com quem trabalhei e pude mostrar um pouco do que sou e qual minha capacidade (Estudante B2).

Observa-se, a partir da categoria discutida, que a extensão promove o espaço de convivência profissional, que difere do espaço em sala de aula; nele o estudante tem a oportunidade de convívio com diferentes atores, seja o professor orientador da atividade a ser desenvolvida, seja o beneficiário da ação realizada pelo acadêmico, sejam os colegas do curso ou de outros cursos, propiciando o desenvolvimento de habilidades profissionais não disponíveis no ambiente da sala de aula. Essas ações, portanto, extrapolam o ambiente da aula e provocam no aluno a reflexão sobre seu papel social, humanitário e socializador, desenvolvendo habilidades do “ser e conviver”, tão necessárias nos dias atuais, com ética profissional e exercício da cidadania.

2.5 Fomento a outras aprendizagens

Esta última categoria revela que os participantes da pesquisa observam que os estudantes envolvidos nos projetos de extensão universitária têm acesso a outras aprendizagens:

- Contribui com novas aprendizagens, novas ideias, tendo todo mundo trabalhando junto. [...] Isso é bem bacana, a maioria das ideias vai para frente [...] (Estudante F2).
- Assim, o projeto de extensão proporcionou-me conhecer muitos espaços, valores, bem como a construção de aprendizagens sobre o tema (Estudante N5).
- Os projetos podem contribuir de modo a superar as expectativas de aprendizagem e adquirir novas habilidades, competências e compromisso com o que se faz e, ainda, expandir a visão quanto o bem comum (Estudante T4).

Ainda discutindo essa vertente do aprendizado de outras habilidades, pode-se destacar que os envolvidos na pesquisa apontam entre outras: melhor comunicação; redução de dificuldades com a timidez; capacidade de planejar, de expressar ideias e de argumentar; estímulo à leitura; pontualidade; responsabilidade; experiência/prática profissional.

- [...] com a participação de projeto de extensão, eu consegui melhorar minha comunicação, falar em público de forma mais clara e convicta, saber resolver problemas, lidar com públicos diferentes e também ir atrás de dúvidas que surgem quando se está em contato com públicos diferentes (Estudante E5).
- Capacidade de planejar, estímulo à leitura, pontualidade, responsabilidade, experiência (Estudante H3).
- [...] me fez crescer nesta parte profissional de planejar, de estruturar, ver onde precisa corrigir o que precisa melhorar. Isto ajudou bastante no meu crescimento profissional hoje (Estudante J1).

Entre as possibilidades de novas aprendizagens, os acadêmicos dizem que o fazer profissional, aliado à convivência entre os diversos atores participantes de um projeto de extensão, discutida na categoria D, contribui para uma formação profissional mais humana, conforme expresso nas verbalizações a seguir. Nessas falas, os estudantes destacam que há crescimento na

própria aprendizagem profissional e também no âmbito pessoal, que, com certeza, irá colaborar para a construção de profissionais mais habilitados e conscientes de sua responsabilidade social e profissional. Nesse sentido, há uma estreita relação entre o sentido solidário, participativo, ético e humano e o desempenho profissional, como nos expressam as falas a seguir:

— [...] Então, foi através do trabalho extensionista que pude dar a meu futuro trabalho um sentido mais humano muito importante (Estudante C1).

— Através da experiência de participação no projeto de extensão, no qual pude pesquisar e por em prática atividades voltadas para a área administrativa e também para a questão solidária (Estudante C4).

— O trabalho extensionista [...] agrega grandes valores ao currículo e a sua vida, e profissionalmente vai me ajudar no meu dia a dia [...] não sou mais a mesma pessoa, o projeto me transformou e para melhor, certamente (Estudante C5).

— Acredito que todo profissional que tenha senso de humanidade e visão do coletivo é um profissional com maior qualidade; sendo assim, a extensão contribuirá para que, profissionalmente, eu esteja preparada para fazer a diferença no mercado de trabalho e no mundo (Estudante E7).

— Através de práticas que permitam o conhecimento profissional sem esquecer o lado humano. Dessa forma, fica mais fácil cultivar profissionais sérios e éticos (Estudante T3).

De acordo com as falas dos participantes da pesquisa, também é possível notar que a atuação prática profissional desenvolvida nos projetos extensionistas favorece o estudante para a busca de informações e para a melhor aplicação da ação profissional, impulsionando-o para o hábito de aprofundar o conhecimento pertinente e contribuindo para o aprimoramento da formação profissional. A extensão é, portanto, responsável por discussões e estudos que podem fomentar a pesquisa e a ampliação do conhecimento acadêmico.

– Pesquisa, leitura, conhecimento, paciência. Aprendi muito e tenho consciência de que ainda não sei quase nada. Essa certeza me faz procurar cada vez mais por informações, e isso eu aprendi no projeto, que só irá me qualificar ainda mais como profissional (Estudante G3).

– Hoje meu maior diferencial é conseguir “linkar” coisas que os meus colegas que só ficam na sala de aula não conseguem, sei que muitos trabalham e assim pagam a faculdade. Porém, foi a partir da pesquisa/ extensão e de toda minha vontade de descobrir e de atuar de forma diferente na área de infância e adolescência que tenho tido meu trabalho reconhecido [...] (Estudante Q4).

Para encerrar a discussão das categorias apreendidas nos resultados desta pesquisa, os participantes mencionam, ainda, o aprendizado para os novos projetos e a abertura de novas perspectivas e possibilidades profissionais. Dessa forma, a participação em projetos de extensão contribui para que os estudantes encontrem novos caminhos no mercado de trabalho, abrindo campos de atuação e, enfim, contribui, como afirmado a seguir, para *fazer a diferença*.

– Isso está me encaminhando a possíveis projetos externos fora da instituição [...] (Estudante B2).

– [...] Acrescento também o ato de fazer a diferença em qualquer lugar [...] (Estudante L5).

– Ele contribuiu para que eu não desista de plantar as sementes dos meus sonhos (Estudante O6).

– Acho que a extensão é um diferencial e, provavelmente, quem passa por ela em sua formação, no futuro, terá um tato maior para lidar com os problemas ou com qualquer questão da vida profissional (Estudante T1).

Enfim, compreende-se que a extensão contribui efetivamente para que o estudante aprenda novas aprendizagens e para que sonhe com um futuro profissional cheio de grandes oportunidades.

Considerações finais

O resultado alcançado com a participação na extensão vem ao encontro dos anseios dos acadêmicos, que se questionam o quanto estão preparados para enfrentar as exigências do mercado de trabalho e como lidarão com os desafios inerentes à profissão. Eles afirmam em suas falas que se sentem preparados para atuar e enfrentar os desafios, sabendo que possuem condições para tomar decisões e procurar soluções para problemas que venham a surgir no cotidiano profissional. Inovação é também a palavra utilizada para dizer que o mercado não aceita a “mesmice” e que é preciso procurar o empreendedorismo, tornando-se um profissional mais qualificado. Destacam, ainda, a importância da interação com a comunidade atendida e do acompanhamento dos professores e a sistematização das ações.

Dessa forma, não há dúvida que a extensão universitária busca assegurar aos estudantes, em primeiro lugar, uma ampla formação profissional para a prática da cidadania e, em segundo, busca inseri-los no contexto das atividades acadêmicas, aquelas voltadas para o desenvolvimento local e regional. A extensão, portanto, apresenta-se com valor significativo na medida em que responde também ao compromisso social da universidade, oferecendo serviços à comunidade. Por outro lado, os estudantes revelam que apreendem de forma qualitativa os conhecimentos adquiridos ou produzidos em sala de aula, proporcionando uma melhor compreensão estrutural da sociedade, para a intervenção deles, e favorecendo a formação ética e política.

Por fim, é importante que a universidade repense o lugar da extensão, pois esta pode oxigenar o espaço universitário, propiciando reflexão à comunidade acadêmica e cooperando de forma decisiva para a revisão permanente dos currículos, a fim de melhor atender à formação integral de seus estudantes. Esse movimento entre universidade e sociedade deve ser construído permanentemente.

Referências

ALMEIDA, Luciane Pinho de; SAMPAIO, Jorge Hamilton. Extensão universitária: aprendizagens para transformações necessárias no mundo da vida. *Revista Dialogos*, Brasília, DF, v. 14, n. 1, dez. 2010.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. *Lei nº 9.394*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

BITTAR, M. O ensino superior privado e a formação do segmento das universidades comunitárias. *Revista Avaliação*, Campinas, SP: Unicamp, v. 6, 2001.

DEMO, Pedro. *Desafios modernos da educação*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FAGUNDES, José. *Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1986.

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS. *Carta de Campinas*. Campinas, SP, 2004.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. *Pedagogia da esperança*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

LUFT, Lya. *Perdas e ganhos*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SALES, L. *Extensão universitária: concepções e práticas: o caso de uma universidade privado-comunitária*. Goiânia: Vieira, 2003.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO. *Estatuto da Universidade Católica Dom Bosco*. Campo Grande, MS, 2005.

_____. *Relatório Consolidado – Ações do Setor de Programas e Projetos de Extensão*. Campo Grande, MS, 2012.

ZABALA, Antoni. *Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

O POTENCIAL DA EXTENSÃO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Sonia Elisa Marchi Gonzatti*

Maria Madalena Dullius**

Marli Teresinha Quartieri***

1. Tessituras entre a extensão e a formação profissional

A indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa é um princípio básico no planejamento estratégico das instituições de ensino superior. Esse princípio é fortalecido diante de uma nova ordem política, social e econômica, que se configura tanto em nível mundial quanto no cenário brasileiro. A virtualização da realidade, que avança em diferentes dimensões da vida humana – como economia, educação, relações sociais e afetivas; a informatização substituindo o trabalho humano e impondo a formação de uma legião de marginalizados e excluídos, ao mesmo tempo que ocorre uma elevação da renda média entre as classes populares; a biotecnologia sinalizando a intervenção artificial na geração e na manipulação da vida;

* Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e professora na Univates.

** Doutora em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade de Burgos e professora na Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (Univates).

*** Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e professora na Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (Univates).

o predomínio das relações virtuais em detrimento da convivência concreta e real; o surgimento de problemas cada vez mais complexos decorrentes da ação humana sobre a realidade – são todos fatores que indicam que uma nova imagem da realidade, do indivíduo e da sociedade está se constituindo (LINDO, 2009). A educação precisaria estar na vanguarda das discussões éticas, políticas e filosóficas sobre os impactos dessa nova ordem sobre a vida humana, o que implica que as diferentes instituições educativas, incluindo a universidade, repensem seu papel e o papel da educação e da formação que elas oferecem, as quais deveriam possibilitar ao ser humano mover-se autônoma e criticamente por diferentes contextos.

Novas demandas são constantemente atribuídas à educação superior e, portanto, são colocados novos e complexos desafios à formação que a universidade planeja e concretiza em suas metas e ações, considerando a aprendizagem, o conhecimento e a educação como suas atividades essenciais (SIVERES, 2008). A extensão universitária, portanto, também passa por um processo de reflexão e de revisão de seu papel, e é indiscutível seu caráter estratégico para a formação dos estudantes em uma perspectiva mais integradora, concreta e concatenada com a realidade. De cumpridora do papel social da universidade, passando pela prestação de serviços ou como sua atividade-fim, a extensão assume uma conotação mais acadêmica e fortemente vinculada às necessidades da sociedade (SÍVERES, 2008, p. 8).

Atualmente, as práticas e os saberes construídos no âmbito da extensão compreendem essa diversidade de papéis, mas, em sua gênese, a extensão passa a ser concebida como um processo/princípio de aprendizagem que permite articular diferentes dimensões da formação humana (SIVERES, 2008) e como uma possibilidade de, ao levar a universidade para o campo do mundo da vida, provoca a produção de um conhecimento que contém o mistério do saber que não se esgota segundo Menezes (2010). Para essa autora, o princípio biocêntrico, desenvolvido por Capra, é que sustenta, em nível epistemológico, filosófico e metodológico, a ação da extensão como mais encharcada de vida, de emoção e de complexidade, em contraponto a um tipo de educação formal mais focada em informação e conformação de condutas.

Potencialmente, a extensão constitui um espaço de vivências, de construção da autonomia, de autodesenvolvimento, de autoaprendizagem e de processos individuais mediados pelas inter-relações com o outro e com o contexto. É um espaço-tempo privilegiado para construir teias entre realidade, vida, conhecimento e saber acadêmico, cujo processo-produto é a formação do estudante universitário. Segundo essa perspectiva, as experiências propiciadas nos diferentes lócus de ação da extensão universitária irão contribuir decisivamente para a formação dos estudantes, em diferentes aspectos: pessoal, social, comunitário e profissional.

É papel da extensão refletir sobre os caminhos da educação, para a construção do conhecimento em direção às práticas, às reivindicações e aos aprendizados. Não basta assumir-se como produtor de conhecimento, como construtor da ciência, mas também como criador de novos contextos que se enraízam em uma ética social que compartilha a vida de forma coletiva. A extensão é um processo de aprendizagem vivencial, reflexivo e dialógico, de formação humana, social e profissional. Ao perceber a extensão como produtora de um conhecimento vivencial, também se assume a tarefa de produção de consciência e de conhecimento que gera transformação (MENEZES, 2010, p. 14).

Destaque-se, ainda, que a maioria dos cursos universitários, em sua gênese, currículos e práticas, são concebidos e organizados a partir de pressupostos assentados no paradigma newtoniano-cartesiano, com princípios fundantes do positivismo, manifestando forte tendência à dicotomização entre teoria e prática, entre saber da experiência e saber acadêmico, entre razão e emoção, ao mesmo tempo que muitas práticas de ruptura e experiências alternativas são desenvolvidas em diferentes cursos. Esses movimentos contraditórios evidenciam que “a formação acadêmica universitária vive uma crise de compreensão sobre a aprendizagem” (MENEZES, 2010, p. 8). A extensão universitária, em sua trajetória, e entendida na perspectiva de um processo de aprendizagem, pode contribuir decisivamente para romper com essa visão dicotômica, pois a imersão em cenários concretos da (futura) atuação profissional ajudará a desenvolver

uma percepção mais sistêmica e articulada sobre formação e conhecimento como processos contínuos e evolutivos, que não se encerram com a conclusão dos cursos de graduação. A vivência transdisciplinar, nesse enfoque, é um pressuposto intrínseco à extensão, pois potencializa a formação humana, em suas diferentes dimensões, na direção de uma perspectiva teórica integradora e biocêntrica, fundamentada no interacionismo, no dinamismo e na complexidade das relações que se intertecem na teia da vida e do mundo:

A transdisciplinaridade aponta para uma formação integral, na qual pensamento, sentimento e ação dialogam com as emoções, desejos e afetos, tanto nos objetivos quanto nas estratégias de ensino e de aprendizagem. A partir de uma perspectiva mais integradora, a educação transdisciplinar converge aos princípios da educação para o terceiro milênio: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (CAVALCANTE, 2001, *apud* MENEZES, 2010, p. 9).

Quanto à formação dos estudantes, é relevante salientar que, geralmente, os cursos estão organizados em uma matriz curricular que subdivide formação básica, formação específica e formação profissional. A primeira seria responsável por desenvolver os princípios básicos que fundamentam a aplicação do conhecimento em diferentes áreas da atividade humana (saúde, economia, educação, tecnologias, etc.). A segunda trata do estudo mais aprofundado de uma área de conhecimento e a terceira engloba as disciplinas cuja ênfase é a aplicação dos conhecimentos adquiridos nas etapas anteriores em problemas e situações de cada área profissional. Considerando que a organização curricular preponderante é a organização por disciplinas, essa subdivisão se justifica, ao supor que permite a articulação de diferentes níveis de conhecimentos, do abstrato ao concreto, do simples ao complexo, aspecto que nem sempre é contemplado na consecução das diferentes disciplinas ao longo de um curso superior.

Por outro lado, a atuação profissional dos estudantes em distintos contextos da realidade exige a articulação constante dessas diferentes perspectivas do conhecimento para a resolução dos problemas com os quais eles se defrontam. A vivência da extensão, assim, estaria permitindo

uma constante (des)(re)construção de sentidos e de significados para o conhecimento em situações reais, estimulando a tomada de decisão, a criatividade, a autonomia, a alteridade, o compromisso social, aspectos que ainda são pouco explorados nas situações de ensino e de aprendizagem propostas em sala de aula.

Ao discutir formação profissional, é relevante situar teoricamente o conceito de formação. Segundo Cabañas (1995), é impossível defini-lo de forma unívoca, pois a formação, assim como a educação, é um fenômeno-processo que está imbricado com diferentes campos do conhecimento humano, evocando a natureza pluriepistêmica e multirreferencial destes. Segundo o autor, o conceito clássico de formação é inspirado no neo-humanismo do século 18 e sustenta a separação entre formação geral e formação profissional, ainda vigente. O ideal de formação, nessa visão, é preparar o homem para se situar no meio social, isto é, formar cidadãos.

Atualmente, diferentes acepções se entrecruzam na tentativa de explicar de maneira mais abrangente esse conceito. O que é evidente, no entanto, é que a formação é um processo de desenvolvimento cognitivo, emocional, afetivo, relacional, em que o interior e o exterior, o meio e o eu, estão permanentemente em interação, sem uma direção preferencial entre interior e exterior. Há um fluxo permanente de vivências e de experiências constitutivas das aprendizagens, de representações sobre essas experiências, que vão constituindo o ser humano, inerentemente incompleto e inacabado. É sob essa acepção que procuramos situar a formação do estudante a partir de suas vivências na ambiência da extensão universitária.

Situando-nos nesse horizonte teórico, pretende-se analisar quais as principais contribuições da extensão apontadas por estudantes de diferentes instituições de ensino superior brasileiras para seu desempenho profissional. Entre os indicadores empíricos encontrados, poderíamos, de antemão, destacar o contato com a realidade dinâmica e complexa; a integração entre teoria e prática, em que a extensão constitui importante espaço de aplicação dos conhecimentos adquiridos na academia; e a consolidação e o fortalecimento do conhecimento apreendido como as principais decorrências da extensão para a formação profissional.

2. Aspectos emergentes da formação

A partir da análise de conteúdo dos questionários, e tendo em vista o objeto de estudo deste trabalho, que é a contribuição da extensão para o desempenho profissional, identificamos quatro categorias, que dialogam com os pressupostos teóricos e metodológicos da extensão como um princípio de aprendizagem (SIVERES, 2008) e de extensão biocêntrica (MENEZES, 2010).

1. *Conhecimento* – essa categoria destaca o potencial da extensão como processo de construção de conhecimento e de aprendizagem, conforme Síveres (2008, p. 10): “a extensão é uma atmosfera propícia para acolher, cuidar e desenvolver conhecimentos que, por sua vez, estão vinculados ao processo educativo”.
2. *Experiência profissional* – é um dos aspectos bastante destacados pelos estudantes entrevistados, já que a vivência da extensão antecipa experiências nos respectivos campos de atuação e potencializa/facilita a colocação no mercado de trabalho. Ainda, pode-se supor que a imersão em contextos reais de atuação profissional, como aspecto decorrente da vivência na extensão, contém o reconhecimento do saber experiencial para a formação, porque é um saber mais vivo, dinâmico, encharcado de vida e de mundo, na abordagem destacada por Menezes (2010) e Sampaio (2010).
3. *Desenvolvimento pessoal* – no conteúdo dos questionários, apareceram de maneira significativa as contribuições da extensão para o aperfeiçoamento e a aprendizagem no âmbito do desenvolvimento pessoal dos estudantes. Nessa categoria, portanto, é destacada a dimensão pessoal da formação, evocando quais as competências e as posturas que o estudante vê aprimoradas por meio dessa experiência.
4. *Conexão teorial/prática* – foi grande a incidência de respostas que destacaram a possibilidade de aplicar os conhecimentos na prática como um contributo da extensão ao desempenho profissional. Como destaca Síveres (2008, p. 10), “a extensão universitária poderia contribuir com o percurso educacional, à medida que for

capaz de contemplar a problemática social inserida na sociedade, constituir uma mediação pedagógica integradora entre a teoria e a prática e dar um sentido à existência humana e ao percurso da história”.

É provável que outros pesquisadores propusessem categorias diversas destas, o que é inerente a uma abordagem qualitativa, em que a percepção e o *corpus* teórico do grupo de pesquisa influenciam a construção do olhar sobre o material empírico. Na sequência, são apresentadas as categorias emergentes, com algumas citações dos participantes, bem como uma análise dos resultados. Para manter o anonimato, denominamos os participantes por Estudantes A1, A2..., B1, B2..., C1, C2... e assim por diante, sendo que os de mesma letra são da mesma instituição de ensino.

3. Conhecimento

Nesta categoria incluímos as respostas em que a aquisição de conhecimentos foi destacada como um aspecto decorrente da participação em projetos de extensão. Vejamos alguns depoimentos:

- Ajuda muito, para termos um amplo conhecimento da área em que queremos trabalhar (Estudante A1).
- O projeto pode contribuir no meu currículo acadêmico e também no meu conhecimento como profissional (Estudante B4).
- Aprimorando o conhecimento adquirido em sala de aula e aprendendo coisas que no curso não se aprenderia (Estudante D6).
- Contribui com novas aprendizagens, novas ideias, tendo todo mundo trabalhando juntos (Estudante F2).

Podemos observar que os participantes revelam que, ao estarem engajados em projetos de extensão, aprimoram o conhecimento adquirido em sala de aula, relacionando-os com situações concretas de sua futura vida

profissional. Nesse sentido, inferimos que atividades de extensão são espaços de construção de conhecimento, constituindo um processo de formação acadêmica. Síveres (2008, p. 9) diz que a universidade é “um espaço de diálogo entre os saberes, um tempo de interações educativas e um processo de aprendizagem”. E o autor caracteriza essa relação como uma ambiência privilegiada de aprendizagem:

Na caracterização da universidade como uma ambiência de aprendizagem, a extensão universitária tem um papel importante a desempenhar, na medida em que a sua relação com os saberes potencializa a autonomia dos sujeitos, a emancipação das comunidades e a soberania da população. Dessa forma, a extensão constitui-se uma atmosfera propícia para acolher, cuidar e desenvolver conhecimentos que, por sua vez, estão vinculados ao processo educativo (SIVERES, 2008, p. 10).

Pelo exposto, pode-se afirmar que a extensão é um processo de aprendizagem e de socialização do conhecimento, que ocorre por meio da interação e do diálogo entre a universidade e a comunidade. Ademais, os entrevistados expressam que a troca de experiências e o conhecimento da realidade fortalecem a aprendizagem adquirida no espaço acadêmico. Essa troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade em que o estudante está inserido, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva na comunidade.

- Troca de ideias, conhecimento de outras realidades, com pessoas mais desenvolvidas e potenciais (Estudante L1).
- Como base para o desenvolvimento de pesquisas na minha área e o fortalecimento de meus conhecimentos (Estudante L3).
- Assim, o projeto de extensão proporcionou-me conhecer muitos espaços, valores, bem como a construção de aprendizagens sobre o tema. O conhecimento adquirido enraíza minha profissão, que por enquanto não a tenho (Estudante N5).

– O projeto contribui com a busca de novos conhecimentos através de pesquisas e relacionamentos interpessoais e o exercício da cidadania (Estudante O4).

– Aproximando-me da realidade social, assim, compreendendo a identificar os seus anseios e questionamentos, possibilitando uma pesquisa em busca de resposta a ser devolvida à comunidade, fornecendo-me saberes em todos os aspectos que compõem a universidade, universalizar o conhecimento (Estudante P1).

A universidade tem como função a formação de pessoas com o intuito de atender às necessidades da comunidade. Assim, o estudante deveria, já durante o curso de graduação, ter a possibilidade de atuar com dinamismo, colocando em prática o que está aprendendo. Acredita-se que isso pode ser proporcionado pelas atividades de extensão, as quais oferecem um preparo que talvez não seja possível somente com as disciplinas tradicionais de um curso. No entanto, não se pode esquecer a formação humana, em que é destacado o aprendizado da vida, da cidadania, das relações entre profissionais e usuários.

Goulart (2004) enfatiza a importância da extensão como um processo do ensino e não como um simples acontecimento fora da sala de aula, em que os estudantes se deslocam até a comunidade para conhecer a realidade, operando sobre ela e, dessa forma, realizando atividades produtoras de conhecimento. Assim, a extensão deveria ser uma via de mão dupla, na qual o estudante se desloca até a comunidade e, no retorno à universidade, docentes e discentes problematizam as situações ocorridas refletindo teoricamente sobre elas. Dessa forma, as situações tornam-se produtivas para um conhecimento que será importante para a vida profissional do estudante.

Tavares e Freitas (2012, p. 8) comentam que, na contemporaneidade, a extensão tem por objetivo a formação do sujeito cidadão, na medida que proporciona a vivência de situações que permitem a “construção e re-construção dos saberes a partir da problematização da realidade e da interação entre os que estão inseridos nela”. Nesse contexto, Síveres (2008, p. 109) argumenta que:

[...] a extensão, para além de contribuir com a identidade institucional e com a finalidade educacional, pode ser compreendida como um processo aprendente, objetivando desencadear um percurso que, junto com o ensino e a pesquisa, postule uma aprendizagem significativa.

Assim, pode-se pensar que a extensão constitui um espaço de formação do profissional, pois possibilita a construção de uma aprendizagem significativa. Entretanto, cabe destacar, assim como Tavares e Freitas (2010, p. 9), que a extensão “não substituirá os estágios ou outras atividades previstas nos currículos dos cursos de formação, mas deverá promover a integração”.

Menezes (2010, p. 9) pontua que a extensão, “ao levar a universidade para o campo do mundo da vida, provoca a produção de um conhecimento que contém o mistério do saber que não se esgota e, por isso, é permanentemente cultivado, um saber-fonte, um saber-vivência”. Esse saber, segundo a autora, estimula a escuta dos sentidos, da intuição, que se abre permanentemente na busca do decifrar e, assim, atualiza e renova as capacidades para o conhecimento. A vivência é “o ponto de partida da aprendizagem, de forma que a pessoa, enraizada na vivência, descobre que a fonte do conhecimento parte deste compartilhar a vida enquanto uma experiência sensível” (MENEZES, 2010, p. 9). De acordo com essa perspectiva, o conhecimento em atividades de extensão pode ser uma reflexão de vivências, colocando os estudantes, em algumas situações, em uma dimensão inesperada, pois mexe “com padrões organizados, desorganizando estruturas sedimentadas, possibilitando espaços vazios para novos padrões, para a (re)criação” (MENEZES, 2010, p. 9).

Por meio da extensão, a comunidade acadêmica tem a possibilidade de, na sociedade, elaborar e vivenciar a práxis do conhecimento adquirido, promovendo uma postura que vai além da formação profissional do estudante, propiciando-lhe uma visão globalizada do conhecimento, a partir da conscientização da realidade vivenciada por diferentes comunidades, e da compreensão de seu papel como sujeito social (MARTINS, 2008), o que é corroborado pelas manifestações dos estudantes.

4. Experiência profissional

Nesta categoria incluímos as respostas em que a aquisição da experiência profissional foi destacada como sendo um dos pontos positivos na participação em projetos de extensão. Seguem alguns depoimentos:

- É imprescindível, e não poderia deixar de falar sobre a experiência, acho que a gente busca experiência acima de tudo, principalmente quando a gente é acadêmica, porque a gente não tem noção do mercado de trabalho, não tem noção do que tem pela frente (Estudante A5).
- Aprendo dentro da própria universidade a ser um profissional qualificado. Não preciso terminar o curso para aventurar um início de vida profissional. Faço tudo isso durante minha formação, graças ao projeto de extensão (Estudante H1).
- Este projeto de extensão é o meu primeiro contato com a área profissional. Para mim, está sendo uma experiência de grande importância para meu currículo, bem como uma experiência pessoal que talvez eu jamais tivesse tido em outros campos no mercado de trabalho (Estudante G5).
- As experiências proporcionadas pelos projetos de extensão fazem com que esse acadêmico se torne um profissional mais sensível à realidade encontrada no campo de atuação (Estudante A7).

Os excertos evidenciam que a participação em projetos de extensão propicia experiência para a futura atividade profissional, pois o estudante, além de conhecer a realidade externa ao ambiente acadêmico, acaba interagindo com a comunidade. Tais aprendizagens podem ser produtivas para desenvolver nos acadêmicos o desejo para resolver os problemas sociais em experiências educacionais que estimulam a curiosidade e a dúvida. Esses aspectos são considerados fundamentais para uma formação cidadã, de acordo com o Plano Nacional de Extensão:

[...] para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente,

para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar (NOGUEIRA, 2000, p. 120).

A inserção na realidade pode promover mudanças na forma de atuação profissional, fazendo com que se busque intervir nessa realidade. A extensão universitária visa, por um lado, levar à sociedade o desenvolvimento e a aplicação de pesquisas realizadas no mundo acadêmico, buscando modificar realidades e melhorar a qualidade de vida das populações envolvidas. Por outro lado, possibilita a convivência e a interação com as comunidades e, nesse convívio, situações diferentes daquelas vivenciadas na sala de aula ocorrem, fortalecendo a experiência profissional.

Os entrevistados citaram que a participação e o envolvimento em projetos de extensão influenciam no desempenho e na escolha profissional, bem como oportuniza a inserção no mercado de trabalho, como demonstram os excertos a seguir:

- [...] o projeto pode ajudar no meu desempenho e colocação profissional, pois ele nos dá experiências diversas que são englobadas em varias áreas do conhecimento e que dificilmente teríamos em outro local (Estudante D5).
- Para o meu desempenho profissional, teve grande influência, visto que, antes mesmo de eu concluir o meu curso, realizei um concurso público e fui aprovada para trabalhar na área de extensão rural. Posso afirmar que meu envolvimento na atividade extensionista norteou o rumo que pretendo seguir na carreira profissional (Estudante E2).
- O projeto pode contribuir como experiência profissional em minha área de formação, abrindo novas portas para o mercado de trabalho (Estudante B3).
- O projeto contribui para que eu tenha a minha primeira experiência na área (Estudante O1).
- Através desse projeto, consegui uma oportunidade de emprego. Quando iniciei nesse projeto, atualizei o meu currículo e fui chamada para trabalhar numa empresa que oferece cursos profissionalizantes

para diversas faixas etárias. Foi um diferencial para a minha contratação (Estudante R7).

Para os entrevistados, a participação em atividades de extensão é um diferencial para a futura vida profissional, pois além de possibilitar o reconhecimento deles, torna-se um meio de “entrada no mercado de trabalho”. De acordo com a especificidade de cada área e profissão, a interação e a capacidade de percepção do outro, como singularidade e como parte de um coletivo, são elementos que podem ser observados em atividades que envolvem a extensão.

O atual mercado de trabalho exige que os novos profissionais sejam experientes e que, embora especialistas, dominem diversos assuntos de sua área e também de outras áreas, com a habilidade de trabalhar em equipes multidisciplinares. Nesse contexto, a bagagem de conhecimentos adquiridos pelos estudantes, a vivência em um contexto de transdisciplinaridade (MENEZES, 2010) e as possíveis alternativas para a solução de problemas com o qual foram defrontados podem auxiliar frente a uma situação de tomada de decisão, o que pode ser um diferencial em relação a outros candidatos, no momento de uma seleção para vaga em algum emprego. Além disso, a participação em projetos melhora o currículo do estudante, o que, em muitos casos, é mais um diferencial no momento da seleção.

5. Desenvolvimento pessoal

Nesta categoria, incluímos as respostas em que foi possível perceber quais aspectos relacionados à postura pessoal foram destacados pelos participantes como importante contribuição dos projetos de extensão para a atuação profissional. Vejamos alguns depoimentos:

– Com a experiência vivenciada em prol de ajudar o próximo e exercer nosso papel como cidadãos, tive a oportunidade de crescer como pessoa e também profissionalmente [...]. Compromisso, responsabilidade, respeito e paciência. Para mim, esses são os principais pontos que contribuem para meu desempenho profissional, pois o projeto nos

mostra o que é essencial na vida humana, o saber conviver com as pessoas e com suas dificuldades e nos permite adquirir conhecimentos para nossa vida pessoal (Estudante C7).

— Principalmente pela habilidade em trabalhar com pessoas, isso inclui saber escutá-las, saber se colocar no lugar delas, enquanto pessoas e empresários, saber educar, orientar e, principalmente, aprender a aprender com eles (Estudante D4).

— [...] a gente teve que falar em público, expressar as ideias, argumentar, saber ouvir os empreendedores [...] este contato com as pessoas, aprender a usar outras linguagens, se fazer entender, acho que isso foi importante também (Estudante J4).

— O projeto de extensão pode contribuir de diversas formas, mas a mais importante delas é que, além de nós tornar profissionais, temos um lado humano e devemos olhar para o próximo (Estudante Q7).

Nos depoimentos apresentados, percebe-se o destaque ao aspecto social, a preocupação em ajudar os outros, em trabalhar com pessoas. As atividades de extensão contribuem para a formação de profissionais com um perfil crítico, criativo, investigativo e propositivo. Profissionais em constante atualização e comprometidos com a transformação da realidade social.

Outros depoimentos apresentam indicativos de que as atividades de extensão contribuem com alguns aspectos específicos da formação profissional, como, por exemplo, a melhoria da capacidade de comunicação e da expressão oral em público. Exemplos desse aspecto podem ser percebidos nos excertos a seguir:

— A forma de agir, de se expressar, de deixar claras as informações, de se comunicar com públicos diferentes e conseguir alcançar as expectativas de todos (Estudante D2).

— [...] consegui melhorar minha comunicação, falar em público de forma mais clara e convicta, saber resolver problemas, lidar com

públicos diferentes e também ir atrás de dúvidas que surgem quando se está em contato com públicos diferentes (Estudante E5).

– Olha, acho que mais na parte de comunicação, eu sou um pouco tímida para poder lidar com o público, com os clientes (Estudante J5).

– Hoje, o mercado procura pessoas mais dinâmicas, mais comunicativas. Eu sou uma pessoa tímida, reservada, principalmente junto de um público que eu não conheço. Essas experiências me deixaram uma pessoa muito mais comunicativa. A leitura também ajudou a desenvolver a oratória (Estudante R6).

Contato com a realidade, dinamicidade e organicidade dos ambientes, criatividade, confiança, são outros aspectos destacados como aprendizagens da extensão, potencializadas para a formação e o desempenho profissional. Siveres (2008) diz que existe um processo aprendente que perpassa a dimensão pessoal, social e comunitária. São dimensões que incluem o aprendizado sobre a própria identidade e sobre a capacidade de estar no mundo e de se transformar. Os depoimentos, a seguir, apresentam indícios dessa contribuição:

– A partir da participação no projeto de extensão, passei a me importar mais com as pessoas a meu redor, adquirir mais confiança em mim mesma, acreditei que o que eu aprendi até hoje na faculdade pode ajudar os outros (Estudante E6).

– Acredito que todo profissional que tenha um senso de humanidade e uma visão do coletivo é um profissional com maior qualidade; sendo assim, a extensão contribuirá para que, profissionalmente, eu esteja preparada para fazer a diferença no mercado de trabalho e no mundo (Estudante E7).

– Na relação profissional, no dia a dia com as pessoas, você se sente mais aberto, mais disponível a escutar e a interagir com as pessoas. Nessa experiência, por mais “fechada” que a pessoa seja, ela se solta ao lidar com as pessoas (Estudante R4).

– [...] ele contribui para eu já ter este “jogo de cintura” com o mundo à minha volta; assim, quando me formar, já vou ter uma vivência com o público e com o trabalho (Estudante Q6).

Durante o tempo de graduação, o estudante, ao intervir na realidade, torna-se um profissional mais crítico e reflexivo, pois tem o conhecimento de seu entorno. Ademais, a participação na extensão oportuniza ao estudante se qualificar e ter “contato com um leque de conhecimentos importantes para seu crescimento profissional e humano”, segundo Assis e Bonifácio (2011, p. 39). Nesse sentido, de acordo com os autores, é necessário construir uma universidade que desenvolva o papel que lhe é destinado, que vá além de formar profissionais de várias áreas, pois, ao se tratar de formação, compreende-se não só a formação para o futuro mundo do trabalho, mas também para a vida, para o crescimento como cidadão capaz de intervir e interagir na realidade em que vive.

6. Conexão entre teoria e prática

Nesta categoria, incluímos as respostas nas quais os estudantes destacaram que a participação em projetos de extensão proporcionou a conexão entre a teoria e a prática:

– Através da prática, pois conseguimos transmitir os conhecimentos adquiridos (Estudante A6).

– [...] um diferencial de poder aplicar a teoria na prática desde a academia e também pela aprendizagem que se tem com a comunidade. Aprender a arte do improviso em situações jamais esperadas traz ótimos frutos para o futuro, pois nós, profissionais da área da saúde, usamos muito essa técnica. Dependendo de onde formos trabalhar, isso sem dúvida será o nosso diferencial (Estudante E3).

– Os profissionais com quem a gente teve contato e com quem a gente pôde conversar e a prática, pois não foi só um projeto elaborado em um papel, a gente colocou isso em prática. A junção das duas

coisas pôde proporcionar muito aprendizado para a minha formação (Estudante F3).

– É colocar em prática tudo que se aprendeu na vida acadêmica e adquirir ainda mais conhecimento a partir de experiências novas (Estudante H2).

– Coloquei em prática teorias aprendidas em aula (Estudante L6).

– É uma oportunidade de colocar em prática o que aprendemos em sala de aula, bem como um momento de refletir e desenvolver todas as teorias aprendidas no curso (Estudante Q3).

– O projeto me deu a oportunidade de colocar em prática tudo que vem a ser a humanização e a integralidade (Estudante Q5).

– Em tudo, o projeto de extensão possibilita o estudante unir teoria e prática, e esse aprendizado, na minha visão, é fundamental (Estudante P3).

Ao analisar os depoimentos, observa-se que a participação em projetos de extensão possibilita a vivência da prática como aplicação da teoria, pois os estudantes afirmam que as atividades oportunizam colocar em prática aquilo que eles aprenderam na vida acadêmica. Percebe-se, nas falas dos entrevistados, uma visão dicotômica e não dialógica entre a teoria e prática, embora essas dimensões complementam-se na formação profissional. Assim, revela-se que a teoria, mesmo nas disciplinas profissionalizantes, é dominante em relação à prática, e que a prática, na visão dos estudantes, é encontrada no contato com a realidade externa à universidade. Isso é percebido na fala “Coloquei em prática teorias aprendidas em aula” (Estudante L6). Com esse depoimento, fica explícito que para os estudantes a teoria e a prática são, na maioria das vezes, desconexas.

A visão dicotômica dos estudantes, entre teoria e prática, pode, muitas vezes, ser o resultado da maneira como a prática é proposta e desenvolvida na vida acadêmica – uma prática vazia de sentido, pois não proporciona reflexão e aprofundamento de conceitos ou apenas se refere a um simples exercício mecânico. Além disso, a prática como mero exercício de aplicação

e compreensão de conceitos é apenas algo sobre o que se pensa, sem um estudo mais significativo do conteúdo.

Nos depoimentos, percebe-se, também, que a prática vivenciada em atividades de extensão possibilita ao estudante lidar com situações reais, diversas, em sala de aula.

— [...] A teoria é sempre muito bonita, a prática não é de imediato assim, ela requer cuidados, perseverança, fé (Estudante B7).

— Já contribui, pois tenho a vivência na prática das situações cotidianas das mais diversas realidades empresariais e da região e do relacionamento com várias pessoas que me possibilitaram ter uma melhor visão do mercado, da economia, da política e da responsabilidade social (Estudante D7).

— Contribui de forma a complementar com a prática e com uma visão real do que aprendi apenas em teoria, pois as teorias pedagógicas tratam de um mundo perfeito, e ver o mundo da forma real, no projeto de extensão, com alunos com vários níveis de conhecimento e realidades totalmente distintas, me fez entender realmente a heterogeneidade das salas de aula e do público em geral (Estudante H5).

— Aproximando a teoria vista em sala de aula com a prática, com certeza essa vivência proporcionou um aprendizado real e possível (Estudante Q2).

— A essência é isto: sair do teórico, ir para o prático e aplicar na tua vivência profissional, que trará uma visão mais ampla (Estudante R1).

— O projeto tem oportunizado e permitido uma melhor apropriação e troca sobre a relação teoria e prática (conteúdos desenvolvidos na academia e fazer profissional) (Estudante N7).

Os excertos aludem que a teoria possibilita a reflexão que se faz do contexto concreto, isto é, deve-se partir sempre de experiências do homem com a realidade na qual ele está inserido, cumprindo também a função de analisar e de refletir sobre essa realidade, no sentido de apropriar-se de um caráter crítico sobre ela. Então, a prática não pode ater-se à leitura

descontextualizada do mundo; ao contrário, vincula o homem nessa busca consciente de ser, estar e agir no mundo, num processo que se faz único e dinâmico; melhor dizendo, é apropriar-se da prática dando sentido à teoria. Siveres (2008, p. 15) diz que:

[...] a compreensão da realidade social e o entendimento da problemática como movimento dialógico entre a teoria e a prática, a troca de experiências e de saberes, a busca de alternativas para a realidade comunitária e o comprometimento com os excluídos, manifestada pela responsabilidade social, são alguns atributos de uma aprendizagem extensionista.

Tais experiências promovem o exercício do pensamento reflexivo sobre os problemas do mundo presente, relacionando teoria e prática, ao mesmo tempo que possibilitam analisar esses problemas de forma compartilhada, na busca criativa de soluções para o enfrentamento deles, bem como repensar a própria teoria e desencadear uma ação. De acordo com Siveres (2008, p. 14), para que isso aconteça, é necessária “a passagem de um conhecimento disciplinar para um transdisciplinar, de um percurso educativo normativo para um significativo, de um processo estático para um dinâmico”.

Considerações finais

Ao encerrar este texto, queremos destacar o potencial da extensão para a formação profissional dos estudantes universitários. Tendo em vista que a formação é um processo dinâmico, que abarca diferentes dimensões da construção do eu que se relaciona com o outro e com o mundo, ficou evidenciado o quanto a (con)vivência em projetos de extensão proporciona aprendizagens; entrecruzamento de saberes; aperfeiçoamento de práticas; potencialização de conhecimentos; desenvolvimento de posturas, competências e habilidades pessoais no âmbito do saber fazer; saber ser; saber conviver e saber aprender. Todos esses fatores são aspectos que se intertecem na teia formativa construída no seio da extensão universitária. O excerto a seguir é representativo desse caráter da extensão. Em algumas

linhas, o estudante destaca posturas e atitudes pessoais, o compromisso social, um olhar mais sistêmico, destacando a “essência da vida” e as aprendizagens que construiu:

– Com a experiência vivenciada em prol de ajudar o próximo e exercer nosso papel como cidadãos, tive a oportunidade de crescer como pessoa e também profissionalmente [...]. Compromisso, responsabilidade, respeito e paciência, para mim estes são os principais pontos que contribuem para meu desempenho profissional, pois o projeto nos mostra o que é essencial na vida humana, o saber conviver com as pessoas e com suas dificuldades e nos permite adquirir conhecimentos para nossa vida pessoal (Estudante C7).

As categorias emergentes da nossa análise enfatizam alguns dos aspectos mais destacados pelos estudantes, embora, em nossa visão, elas cumpram mais um papel didático de sistematizar a análise, pois são dimensões intrinsecamente interdependentes, quando supomos a aprendizagem e o conhecimento como processos complexos e dinâmicos, em uma perspectiva alinhada com o princípio biocêntrico.

É preciso salientar que esses diferentes aspectos, como contributos da extensão à formação profissional, ao estarem imbricados, revelam, por um lado, a complexidade e a dinamicidade da vida e das relações, a magia, o encantamento e a decepção com o mundo concreto, tanto em sua beleza quanto em sua frieza, permitindo ao estudante situar-se propositiva e criticamente no contexto social e assumir com autonomia sua trajetória de formação. Por outro lado, estão alinhados com as perspectivas teóricas e filosóficas sob as quais a extensão é situada no escopo da ação universitária.

As diferentes reflexões desenvolvidas neste texto evidenciam a importância e a vitalidade da experiência da extensão para a formação profissional construída no âmbito da educação superior, em direção à formação de sujeitos mais conscientes de sua função social, com formação integradora e sistêmica, capazes de produzir respostas e possibilidades criativas, éticas e competentes para os desafios que emergem em seus diferentes lócus de atuação.

Referências

ASSIS, Renata Machado de; BONIFÁCIO, Naiêssa Araújo. Formação docente na universidade: ensino, pesquisa e extensão. *Educação e fronteiras on-line*, Dourados, MS, v. 1, n. 3, p. 36-50, set./dez. 2011.

CABANAS, J. M. Q. O conceito de formação (*Bildung*) no pensamento alemão. In: _____. *Teoria da educação: concepção antinômica da educação*. Porto, Portugal: Asa Editores II, 1995. p. 37-51.

GOULART, Audemaro Taranto. A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica. *Horizonte: Revista do Núcleo de Estudos em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte*, v. 2, n. 4, p. 60-73, 2004.

LINDO, A. P. *Por qué educamos hoy? Filosofia de la educación para un nuevo mundo*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

MARTINS, Eliecília de Fátima. Extensão como componente curricular: oportunidade de formação integral e de solidariedade. *Ciências & Cognição*, v. 13, n. 2, p. 201-209, 2008. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

MENEZES, Ana Luiza Teixeira de. Extensão: por uma percepção de um conhecimento biocêntrico. *Revista Diálogos: Construção conceitual de extensão e outras reflexões significativas*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 8-15, 2010.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: Proex/UFMG, 2000.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. O movimento da vida e seus desafios à Extensão Universitária. *Revista Diálogos: Construção conceitual de extensão e outras reflexões significativas*. Brasília, v. 14, n. 1, p. 25-32, 2010.

SIVERES, Luiz. A extensão como um princípio de aprendizagem. *Revista Diálogos: Universidade do século 21: a contribuição da extensão na busca da aprendizagem*, Brasília, v. 10, p. 8-17, 2008. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/1946/1266>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

TAVARES, Christiane Andrade Regis; FREITAS, Kátia Siqueira de. Formação dos profissionais da Educação Básica: as contribuições da extensão universitária. In: *Anais do III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação*. Espanha, 2012. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/ChristianeAndradeRegisTavares_res_int_GT3.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A EXPRESSÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Rinaldo Molina*

Regina Pires de Brito**

Cleverson Pereira de Almeida***

Patrícia Aparecida Dias****

Toda instituição de ensino superior tem que ser extensionista, pois só assim ela estará dando conta da formação integral do jovem universitário, investindo-o pedagogicamente na construção de uma nova consciência social. Deve expressar a gênese de propostas de reconstrução social, buscando e sugerindo caminhos de transformação para a sociedade. (JOAQUIM SEVERINO)

Introdução

A extensão foi integrada, oficialmente, à vida universitária brasileira a partir de sua inclusão na Constituição Federal de 1988 e de sua regulamentação pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996. A LDB

* Doutor em Educação. Coordenador do Programa Caminhando Juntos, do Decanato de Extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

** Pós-doutora em Comunicação e Sociedade. Coordenadora de Programas e Projetos do Decanato de Extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

*** Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Decano de Extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

**** Especialista em Formação de Educadores para Pessoas com Necessidades Especiais e em Psicopedagogia.

explícita, nos incisos VI e VII do artigo 43º, entre as finalidades da educação superior: “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” e, ainda, “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Complementarmente, o Plano Nacional de Extensão (2001) define a extensão universitária como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Assim, como um dos eixos centrais que compõem os objetivos das atividades desenvolvidas pelo ensino superior, a extensão universitária destaca-se como o lugar central para que os conhecimentos produzidos pela universidade cumpram seu papel e sejam, efetivamente, empregados para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das comunidades.

Nas palavras de Brizzi (2010, p. 51), ao se reportar à origem da universidade ocidental, é inequívoca a presença de uma relevante dimensão da extensão, o que autorizaria a hipótese de que a natureza da universidade é, ou também é, extensionista:

A fundação dos colégios universitários foi um fenômeno nada desdenhável para a história das escolas bolonhesas: na Idade Média, criaram-se, em Bolonha, sete colégios destinados aos estudantes e, entre os séculos XVI e XVII, fundaram-se outros treze. [...]. Os objetivos perseguidos por seus fundadores, descritos com detalhe nos testamentos e estatutos, eram, fundamentalmente, financiar os estudos de jovens sem recursos econômicos suficientes, provenientes de determinadas regiões ou dioceses.

Como espaço educacional, a universidade estimula o despertar de práticas acadêmicas que têm como centro o desenvolvimento integral do discente, futuro profissional, nas diferentes especialidades para as quais se volta sua formação. Naturalmente, é consensual que a educação (não só a universitária) deve assumir e desempenhar seu papel no

[...] sentido de formar sujeitos conscientes, cidadãos autênticos. Na medida em que as escolas despertarem o senso crítico, a visão inteligente da realidade e do mundo, e estimularem a criatividade dos estudantes, ela estará realizando o importante papel de desalienar, situando os educandos no mundo da cultura, mas fazendo-o de forma a que eles vejam este mundo criticamente, mostrando-lhes que não importa reconhecer o mesmo, mas sim o outro, o que está soterrado sob um monte de conceitos preexistentes, de significados únicos e de verdades tidas como definitivas (GOULART, 2004, 66-67).

Nesse âmbito, a atividade extensionista, com a responsabilidade de viabilizar a interação e o intercâmbio entre universidade e sociedade, constitui-se como capaz de operacionalizar a relação teoria/prática, promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular. Assim, tanto a universidade quanto a comunidade acabam por se beneficiar das ações transformadoras que a extensão pode e deve desenvolver, dado o seu caráter complementar e interativo.

Nesse sentido, os estudantes envolvidos nos processos extensionistas têm a oportunidade de desempenhar, com o acompanhamento dos docentes, dentro ou fora das organizações, competências vinculadas à sua futura profissão, devendo, portanto, ser estimulados a praticar, exercitar e questionar os saberes aprendidos na sala de aula, procurando levá-los para os contextos sociais reais, de modo a vivenciarem o papel social e a prática cidadã, que devem permear as ações universitárias.

Uma das preocupações da extensão universitária é a adequada mensuração de seu impacto – seja na sociedade, seja nos seus atores (estudantes, professores, comunidade). Neste artigo, pretende-se, a partir de material disponibilizado pela pesquisa, refletir sobre o impacto das ações extensionistas para a formação profissional dos estudantes, a partir do ponto de vista dos participantes da enquête. Para esta análise, consideramos as respostas do *corpus*, que revelam o envolvimento e os resultados das atividades realizadas pelos estudantes em projetos de extensão e os aspectos decorrentes da participação no processo que se mostraram importantes para a formação profissional deles.

A extensão universitária, como sabemos, oportuniza ao estudante vivenciar diversas experiências na comunidade, muitas vezes distantes das disciplinas curriculares. Assim, esse tipo de atividade contribui para a reflexão e a busca de conhecimento para a vivência da prática social – o que, na maioria dos casos, não é possibilitada pela matriz curricular obrigatória dos cursos do ensino superior, como observou o Estudante E1: “Não podemos assistir uma região sem conhecê-la”, ou seja, o processo extensionista favorece o reconhecimento do campo de vivências profissionais, apresentando a diversidade e as adversidades da realidade social e profissional, vividos ainda no processo de formação acadêmica, o que, segundo nosso ponto de vista, favorece uma formação mais sólida, consciente e bem sucedida, pois:

— A extensão é fundamental para o sucesso do meu futuro desempenho profissional, porque se a gente está numa faculdade, vem todos os dias pra cá à noite e não tem nenhuma experiência “fora”, como [...] você vai [desenvolver uma prática profissional], sem a menor noção, sem qualquer experiência anterior [...] (Estudante E1).

— Vejo que os acadêmicos extensionistas possuem uma perspectiva diferente daqueles que não têm essa experiência. A partir do seu aprendizado, eles apresentam-se mais maduros profissionalmente, uma vez que, mesmo que minimamente, já conhecem a realidade na qual vão atuar, além da vivência mais próxima com os professores, o que possibilita maiores esclarecimentos de dúvidas. As experiências proporcionadas pelos projetos de extensão fazem com que esse acadêmico se torne um profissional mais sensível à realidade encontrada no campo de atuação (Estudante A7).

— [...] é uma experiência única que agrega grandes valores ao currículo e à sua vida e, profissionalmente, vai me ajudar no meu dia a dia, na minha casa, no meu trabalho, na sociedade, não sou mais a mesma pessoa, o projeto me transformou e para melhor (Estudante C5).

Os trechos transcritos sintetizam, de modo geral, o significado e a importância do envolvimento efetivo em ações extensionistas, os contributos para o conhecimento da realidade circundante e o aprofundamento do

futuro profissional, elementos essenciais para a formação do educando – conforme destacado nas falas.

A análise do *corpus* revela que a atuação, nesses processos, se apresenta como forte aliada do processo de aprendizagem e do desenvolvimento profissional dos estudantes, com influência tanto nos aspectos estritamente profissionais como naqueles ligados a questões particulares:

– [...] Através da capacitação, do planejamento, do acompanhamento para o desenvolvimento das atividades, no aprimoramento e na elaboração de estratégias do projeto, dos encontros de avaliação deste e pelo apoio profissional dedicado durante todo o período (Estudante C2).

– Compromisso, responsabilidade, respeito e paciência. Para mim, estes são os principais pontos que contribuem para meu desempenho profissional, pois o projeto nos mostra o que é essencial na vida humana, o saber conviver com as pessoas e com suas dificuldades e nos permite adquirir conhecimentos para nossa vida pessoal (Estudante C7).

– A partir da participação no projeto de extensão, passei a me importar mais com as pessoas a meu redor, adquirir mais confiança em mim mesma, acreditei que o que eu aprendi até hoje na faculdade pode ajudar os outros. Como profissional, essa confiança no próprio trabalho é essencial e principalmente o interesse em encontrar uma solução para os problemas dos que procuram sua ajuda (Estudante E6).

Contudo, as ações propiciaram uma formação que conduziu os estudantes a experienciar e a refletir sobre muitos pontos que atravessam transversalmente o mundo do trabalho, por exemplo, os sentimentos de valorização pessoal: demonstração de si mesmo e da própria capacidade (Estudante B2); imersão em realidades adversas à vida do estudante (Estudante E5, Estudante J3; Estudante H5, Estudante L1); conscientização sobre a necessidade de aprendizado contínuo:

– Aprendi muito e tenho consciência de que ainda não sei quase nada. Esta certeza me faz procurar cada vez mais por informações, e isso eu aprendi no projeto [de extensão] e só irá me qualificar ainda mais como profissional (Estudante G3).

As experiências propiciaram também a compreensão da realidade da população parceira do projeto de extensão e da publicação científica, concomitante ao processo extensionista (Estudante L3, Estudante N6, Estudante, S1); abertura para possibilidades de emprego efetivo (Estudante D5, Estudante B2), constituindo-se como diferencial para a contratação e a efetivação no emprego (Estudante R7), entre outros fatores.

Para sintetizar a compreensão dos principais aspectos motivadores para o envolvimento participativo de estudantes em um projeto de extensão, considerando a importância dessa atuação para a formação profissional, categorizamos quatro aspectos centrais, que serão comentados em seguida: 1) colocar em prática os conhecimentos aprendidos na universidade; 2) aproximar-se da vivência profissional; 3) preparar-se para o mercado de trabalho; e 4) aprender, com a experiência, sobre cidadania e solidariedade.

1. Colocar em prática conhecimentos aprendidos na universidade

As entrevistas, de modo geral, evidenciam o quanto a atividade extensionista favorece a experimentação e a aproximação dos estudantes com a prática profissional, beneficiando o aprendizado e a assimilação dos conteúdos apresentados em sala de aula:

– Hoje meu maior diferencial é conseguir “linkar” coisas que os meus colegas que só ficam na sala de aula não conseguem (Estudante, Q4).

– [...] não foi só um projeto elaborado em um papel; a gente colocou isso em prática (Estudante, F3).

A maioria dos entrevistados cita o fato de que o fazer extensionista aproxima o arcabouço teórico da vivência prática, da concretude do mundo real, proporcionando um aprendizado significativo.

Nessa direção, Moita e Andrade (2009, p. 278) assinalam:

[...] No que tange à extensão, em particular, a indissociabilidade oferece à formação discente um espaço capaz de “permitir a atualização dos conteúdos programáticos e simultaneamente embasar os novos profissionais numa ética de cidadania”. Pesquisa, ensino e extensão articulam-se, destarte, na formação acadêmica, de modo a “promover uma consciência profissional eticamente fundamentada e empiricamente atualizada”.

A ação extensionista, inter, trans e multidisciplinar por natureza, aborda a produção do conhecimento de forma integrada; desse modo, a extensão não pode ser deixada de lado do processo acadêmico, dissociada da pesquisa e do ensino. Essa constatação aparece em vários depoimentos que destacam a importância da experiência – “sair do teórico, ir para o prático” (Estudante, R1) –, para o conhecimento efetivo e/ou para a reflexão e o aprofundamento dos conteúdos de sala de aula:

– A teoria é sempre muito bonita, a prática não é de imediato. Ela requer cuidados, perseverança, fé [...] aqui no projeto, lidamos com isso, e aprendemos que tendo calma, cuidado, estabelecendo vínculo afetivo, é possível ir muito mais longe do que imaginamos (Estudante B7).

A partir de experiências extensionistas, constantemente, são lançados desafios que direcionam para a busca de respostas, percurso no qual mais conhecimentos são adquiridos, superando as expectativas de aprendizagem e construindo novas habilidades, competências e, ainda, fortalecendo o compromisso com o futuro fazer profissional do estudante, enfim,

– [...] aprendendo coisas que no curso não se aprenderia (Estudante D6).

– [...] a simplicidade das pessoas (Estudante J7).

– [...] verdadeira interação com a comunidade (Estudante S5).

2. Aproximar-se da vivência profissional

A experiência das atividades extensionistas aproxima o estudante de contextos em que, provavelmente, ele atuará profissionalmente. Uma vez que essas atividades se realizam durante a graduação (e, infelizmente com pouca frequência, na pós-graduação), trazendo discernimento sobre diferentes aspectos da prática desenvolvida por profissionais de sua área de formação, elas podem servir como subsídio para a definição de área específica, para que o estudante possa integrar-se, futuramente, no mundo do trabalho, como menciona o Estudante F7:

— [...] Tem a área mais clínica [...] e eu tenho certeza que se eu [...] não tivesse essa visão de como é lidar com as pessoas, eu não partiria [para a área clínica] porque, se você não aprende antes, chega na hora, você descobre que não é [...] eu descobri que eu gosto dessa área, de lidar com as pessoas [...] a área clínica, então, eu já vou excluindo algumas coisas.

Em linhas gerais, para o *corpus* a que tivemos acesso, a vivência da extensão serve como ponto de partida para uma aproximação efetiva com a prática profissional em situação real e, não poucas vezes, essa experiência representa o primeiro contato do estudante com a área profissional ou, pelo menos, serve como orientação para o rumo que ele pretende dar à carreira escolhida.

Para vários estudantes, há estreita relação entre a participação em projeto de extensão e a melhoria do desempenho profissional, por conta da significativa influência, visando a um desempenho mais eficiente das funções profissionais que ele irá exercer, ou por ser um diferencial para a entrada no mercado de trabalho, como relata o Estudante D5:

— Durante o tempo que estive no projeto, não me interessei em procurar outro emprego, mas acabei fazendo uma entrevista [...] tinha muitos candidatos, e eu passei para a fase final porque, segundo eles, minhas experiências nos projetos chamaram muito a atenção. Acredito que isso foi um termômetro que mostrou que o projeto pode ajudar no

meu desempenho e colocação profissional, pois ele nos dá experiências diversas, que são englobadas em várias áreas do conhecimento e que dificilmente teríamos em outro local.

3. Preparar-se para o mercado de trabalho

O papel extremamente positivo do envolvimento dos estudantes em projetos de extensão, como preparação para a entrada no mercado de trabalho, é recorrente nos depoimentos dos entrevistados, como observamos a seguir:

– [a extensão] é uma forma de [...] se preparar para [...] trabalhar fora [...] como uma escola [...] para você [...] sair daqui de dentro da instituição e trabalhar lá fora, de uma forma totalmente diferente [...] (Estudante A2).

– Primeiro contato com o mercado de trabalho, você vai conseguir a maturidade necessária para você entrar em um lugar em que vai ter profissionais que vão avaliar você como um profissional, como um futuro profissional, você vai ter maturidade de aprendizado, porque você aprendeu na faculdade [...] você já está conseguindo experiência antes de estar formado (Estudante A3).

Para os entrevistados, a vivência profissional na prática da extensão proporciona uma formação acadêmica global, que avança em relação a uma formação estritamente conceitual (Estudante T7), acrescentando um diferencial a eles, em relação a outros estudantes que não se envolveram em atividades de extensão – o que será um contributo para a vida profissional (Estudante B3, Estudante T7). Outros pontos destacados pelos entrevistados são: estabelecimento de redes de contatos (Estudante B5, Estudante D9, Estudante D8, Estudante L2); visão mais ampla do mercado e da concorrência (Estudante J2); maior segurança para o gerenciamento de situações problemáticas da prática profissional. Esses aspectos podem ser ilustrados, também, com o seguinte depoimento do Estudante A4:

— Eu posso falar e tenho certeza que, quando eu iniciar minha carreira [para] enfrentar um problema, eu não vou me assustar [...] se eu não tivesse essa prática que tive todo esse tempo que estou na extensão, quando tivesse que resolver um problema num trabalho, numa fazenda, eu ia ficar muito assustado, e eu tenho certeza que eu estou indo para um trabalho muito mais preparado do que um aluno que não passou os fatores que eu passei.

Além desses, de modo geral, os universitários apontam outras vantagens do envolvimento participativo em ações de extensão, como: a satisfação de expectativas; a oportunidade de lidar com obstáculos reais da vida profissional; a aprendizagem quanto ao planejamento, à estruturação, à correção e à melhoria de processos vinculados ao mundo do trabalho; o aumento do senso de responsabilidade, com o conhecimento de deveres e direitos (pontualidade, assiduidade, comprometimento, etc.); a vivência do trabalho multidisciplinar e colaborativo; o defrontar-se com situações excepcionais no ambiente profissional; a necessidade de desenvolver a habilidade comunicativa para interação com diferentes públicos; e o conhecimento partilhado de “outras realidades”.

4. Aprender, com a experiência, sobre solidariedade e cidadania

Algumas das vantagens arroladas encaminham os envolvidos para um dos objetivos essenciais do processo de extensão universitária: a conscientização da importância da função social da universidade e de seu compromisso com a comunidade:

— Acredito que todo profissional que tenha um senso de humanidade e uma visão do coletivo é um profissional com maior qualidade; sendo assim, a extensão contribuirá para que profissionalmente eu esteja preparada para fazer a diferença no mercado de trabalho e no mundo (Estudante E7).

Ao entendermos a extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico, fomentador da relação transformadora entre universidade

e sociedade, que objetiva a socialização do saber acadêmico, verificamos que a experiência extensionista não apenas provoca a aproximação com novas realidades sociais, mas também instiga ao (re)conhecimento e à reflexão sobre essas realidades. Nesse sentido, as atividades de natureza extensionista podem – e devem – ser entendidas como interface indispensável, mobilizadora e sensibilizadora entre o universo social circundante e os saberes que o ensino e a pesquisa propiciam. De certa forma, a extensão exerce o papel humanizador no processo de ensino-aprendizagem:

– [...] a participação em projetos nos mostra uma realidade que, às vezes, não queremos ver ou fingimos não ver, e com isso, ao nos depararmos com algumas situações, não conseguimos ficar parados, temos que reagir. E isto se encaixa na vida profissional [...] aprendi que não devo me deixar abater pelo sistema, pois estou em contato direto com pessoas que serão o futuro do País, e elas devem ter o melhor de mim, pois, assim, elas serão as melhores no que forem fazer, e os valores de uma pessoa são essenciais para se ter uma vida justa, lutando pelos nossos direitos, assim como realizando nossos deveres, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária (Estudante E4).

O processo de extensão universitária deve conduzir o estudante para a “construção de uma nova consciência social. Deve expressar a gênese de propostas de reconstrução social, buscando e sugerindo caminhos de transformação para a sociedade”, avalia Severino (2002, p. 123). Esse papel pode ser constatado em uma série de afirmações presentes nas entrevistas:

- Aprendizagem que se tem com a comunidade (Estudante E3).
- Questão solidária (Estudante C4).
- Responsabilidade social (Estudante D7).
- Visão quanto ao bem comum (Estudante T4).
- Formação humanitária (Estudante T7).
- Trabalhos sociais desenvolvem você pessoalmente, acabam mudando “a sua cabeça”, a sua maneira de pensar sobre determinados assuntos (Estudante R5).

Sem dúvida, uma formação que articula o tripé constitucional ensino-extensão-pesquisa acaba por centrar-se no reconhecimento do mundo social, legitimando os saberes produzidos no espaço universitário. Na voz dos estudantes:

- [...] despertou a curiosidade em relação ao outro e seu modo de conduzir a vida (Estudante B1).
- [...] abrindo minha mente para as enormes diferenças sociais que existem e me ajudando a lidar com elas de forma mais adequada e profissional, respeitando todas da mesma forma (Estudante P7).
- O projeto de extensão pode contribuir de diversas formas, mas a mais importante delas é que além de nos tornar profissionais [...] temos um lado humano e devemos olhar para o próximo (Estudante Q7).

A ampliação do alcance do saber construído ou adquirido na universidade e seu compartilhamento com a comunidade produzem uma formação singular e oferecem contribuição para a formação profissional dos estudantes. O emprego dos conhecimentos profissionais assentados num sentimento de contribuição para a melhoria da vida e para apoio na resolução dos problemas vivenciados pela comunidade fica evidente no relato dos estudantes:

- A experiência do projeto contribuiu muito para ajudar as pessoas [...] você se torna profissional [...] um profissional que quer ajudar o próximo, ajudar os outros, quer ser solidário, contribuir com o pouco que você conhece para as pessoas que não têm acesso à informação ou que não têm orientação para fazer determinada, retomar determinada atitude (Estudante J2).
- Com os conhecimentos adquiridos com o projeto, com certeza poderei atuar sempre buscando beneficiar tanto o ambiente onde vivemos, contribuir com aqueles excluídos socialmente, que não têm ou não tiveram as mesmas chances que a maioria de nós (Estudante N1).

– O projeto me deu a oportunidade de colocar em prática tudo o que vem a ser a humanização e a integralidade, o olhar do outro como gostaríamos que nos olhasse; pensar o que vem a ser o verdadeiro sentido do educar em saúde; enfim, posso dizer que pensar em me formar sem ter participado de um projeto de extensão, tenho certeza que não teria construído muitos dos pensamentos que tenho hoje (Estudante Q5).

Com efeito, os estudantes que participam de processos extensionistas têm acesso a uma formação profissional que fortalece a humanização e a formação de futuros profissionais preocupados com as questões sociais:

– Foi através do trabalho extensionista que pude dar a meu futuro trabalho um sentido mais humano (Estudante C1).

– [...] a produção do sentimento de que se pode fazer a diferença na vida das pessoas (Estudante L5).

– Ainda sou somente estudante. Quando arrumar um emprego, vou continuar a trabalhar voluntariamente como extensionista (Estudante N4).

Considerações finais

Em geral, no âmbito das universidades brasileiras, em especial as não públicas, a despeito do princípio constitucional contido no Art. 207 da Constituição Federal, que explicita a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, e que deverá ser obedecido (“as universidades obedecerão” tal princípio, é o que está registrado), há incompreensão (ou compreensão em perspectiva reducionista) e/ou falta de participação (de fato e de direito) em programas, projetos e ações extensionistas. Não é incomum que ensino e pesquisa assumam protagonismo (também porque, em processos de avaliação, eles pontuam de forma muito mais significativa, dão mais “prestígio” acadêmico e, afinal, há muitos conteúdos a serem ministrados em cada curso, quer seja de graduação, quer seja de

pós-graduação), restando à extensão papel coadjuvante, por vezes, fazendo apenas “ponta”. No entanto, o potencial transformador de uma extensão que promove engajamento, “empoderamento” e que está comprometida com a construção e o exercício de cidadania, em via de mão dupla entre a universidade e a sociedade da qual ela faz parte, fica evidenciado nas palavras dos estudantes ouvidos. Não parece prudente, então, apequenar seu impacto na formação profissional, independentemente da área de atuação pretendida por quem com ela se envolve.

Em síntese, a participação de docentes e de discentes em processos extensionistas, além de representar uma possibilidade objetiva de transformação social, oportuniza ao aluno a vivência no ambiente profissional de sua área, complementando a formação acadêmica de modo integral, fortalecendo sua atuação cidadã.

Referências

AValiação Nacional de Extensão Universitária. *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Brasília: MEC/SESU; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: Uesc, 2001.

BRIZZI, Gian Paolo. Colégios Universitários de Bolonha. In: TEJERINA, Fernando (Ed.). *A universidade: uma história ilustrada*. Madri: Banco Santander/Turner, 2010, p. 51-52.

GOULART, Audemaro Taranto. A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 60-73, jan./jun. 2004.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 41, maio/ago., 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 6, n. 10, p. 117-24, fev. 2002.

SISTEMA DE DADOS E INFORMAÇÕES: Base operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão. *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Nape/Uerj, 2001.

POSFÁCIO

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO OPORTUNIDADE DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL CRIATIVA E INOVADORA

A formação acadêmica e profissional universitária faz-se em instituições de educação superior que, em sua maioria – incluídas as instituições públicas – , privilegiam o ensino como instrumento indispensável, nele constantes o estágio ou a prática profissional. O estudante, mais raramente, tem oportunidade de vivenciar as experiências de pesquisa e de extensão. Mesmo o Censo do Ensino Superior, realizado a cada ano pelo MEC, classifica a participação em ações de pesquisa ou extensão como atividades complementares.

A realização de uma pesquisa sobre aprendizagem na extensão, que deu origem aos artigos reunidos na presente publicação, produzidos nas Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices), contribui de modo decisivo para fomentar o debate em torno dessas questões.

É papel da educação superior, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” e, ainda, “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

O que os responsáveis pela educação superior em nosso país ainda não conseguiram entender é que não basta fomentar alguns projetos de pesquisa e de extensão para cumprir o preceito constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e realizar o papel das IES, estabelecido em nossa LDBEN.

É de se ressaltar, entretanto, que as Ices, confessionais ou laicas, têm assumido, historicamente, a responsabilidade de contribuir para buscar soluções e ajudar a construir um mundo mais justo, com oportunidades reais de vida digna, produtiva e solidária de nossa população brasileira. Trata-se de um *compromisso social* junto à Sociedade, ao Estado, aos setores produtivos e, especialmente, aos segmentos mais vulneráveis da população, exercendo também a função de contribuir para o desenvolvimento político, social, econômico, educacional, cultural e técnico-científico no âmbito dos municípios, do Estado e do País. Nesse sentido, as Ices reafirmam também sua missão de cumprir a finalidade acadêmica de produzir e de disseminar conhecimento.

De modo geral, grande parte das pesquisas acadêmicas, cujo maior volume é realizado pelos integrantes da pós-graduação *stricto sensu*, tem seu ponto de partida em questões teórico-conceituais ou tecnológicas e, dessa forma, as pesquisas são direcionadas, prioritariamente, para o próprio meio universitário e não para a sociedade. Na medida em que as Ices criam oportunidades para seus estudantes dirigirem um olhar crítico para a realidade social e problematizarem essa realidade, abre-se espaço para transformar as questões sociais em ponto de partida para investigação, debates e produção acadêmica. Esse é o caminho para a pesquisa tornar-se parte integrante do exercício acadêmico e da formação profissional, propiciando a incorporação de uma atitude investigativa no futuro exercício profissional.

Também a extensão não pode ficar restrita a um pequeno grupo de estudantes, na medida em que proporciona o conhecimento da sociedade real, suas demandas e necessidades, e ainda as exigências que o mercado de trabalho impõe ao exercício das profissões, abrindo a possibilidade de análise crítica desse contexto. As atividades de extensão devem constituir-se

como práticas reflexivas, questionando a relevância social de suas funções e conjugando o máximo de qualidade acadêmica e científica com o compromisso social. A função privilegiada da extensão reside na preparação para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho, sensibilizando a comunidade acadêmica e, sobretudo, os futuros profissionais, para a construção de uma prática mais coletiva e solidária, de participação crítica e de fortalecimento de políticas de direitos.

A partir da participação em projetos de pesquisa e de extensão, abordagens criativas e inovadoras podem surgir em busca de soluções para problemas de diversas ordens e com públicos diversificados. Nesse sentido, a pesquisa e a extensão permitem novas leituras e ações, com o objetivo de minimizar os contrastes da estrutura social brasileira, transformando-se, além disso, em oportunidades de novas aprendizagens e promovendo a democratização do conhecimento acadêmico, através da interlocução permanente com a sociedade.

Cabe considerar, ainda, que é tarefa do estudante a construção da carreira profissional, o que exige um posicionamento ativo em sua formação. Dessa forma, a trajetória percorrida na universidade estabelecerá as bases para o exercício profissional futuro. A universidade oferece o cenário ideal, uma vez que está aberta à experimentação, para antecipar o futuro e construir o projeto de vida profissional.

A universidade deve ser um grande laboratório de práticas sociais, em que educadores e estudantes possam desenvolver suas atividades em estreita ligação com as demandas e as necessidades sociais do País e do nosso tempo. A efetiva interação com a sociedade vai resultar em uma formação profissional de qualidade e, ainda, em uma formação cidadã, em que o aluno será capaz de situar-se historicamente, identificar-se culturalmente e referenciar sua futura prática. Dessa forma, a universidade, mediante a extensão, estará preparando pessoas para outro tipo de entrada no mercado de trabalho: a possibilidade de participação, que contribuirá para o desenvolvimento sociocultural e econômico, alicerçado em bases mais justas e inclusivas.

A extensão universitária, tal como retratada na presente publicação, expressa o compromisso social das Ices, que se traduz em ações de contribuição

para a construção de projetos democráticos participativos, de inclusão social e de efetivação dos direitos humanos; para a criação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas; para a promoção de desenvolvimento local e regional, baseado em diagnósticos socioespaciais, com foco na sustentabilidade social, econômica e ambiental; para o desenvolvimento e a implantação de novas tecnologias de impacto social; para a melhoria dos cuidados com a saúde que abranjam a maioria da população; para a adoção de medidas de preservação do patrimônio artístico-cultural e da diversidade cultural; para a melhoria das condições de trabalho e de vida da população.

A oportunidade de praticar a extensão expande o olhar do professor e do técnico; sensibiliza o estudante para uma realidade diferente de seu cotidiano; contextualiza e possibilita a reinvenção das práticas profissionais; abre espaço para o autoconhecimento; permite a formação de um ser humano crítico e tolerante, capaz de atitudes democráticas, de um olhar mais sensível e de uma escuta mais atenta do outro. O conhecimento construído, com base experiencial na realidade socioeconômica da população possibilita o desenvolvimento de novas produções acadêmicas, assim como de tecnologias sociais, contribuindo de maneira concreta para a transformação da sociedade, uma vez que se origina do exercício do diálogo da academia com os diversos segmentos da sociedade.

O conhecimento produzido por meio da extensão permite tanto à academia como à sociedade novas perspectivas, cumprindo o papel da universidade e preparando profissionais críticos, criativos e inovadores, que queremos para o século 21.

A oferta de um conjunto de trabalhos, produzidos em Ices, a partir de pesquisas realizadas com estudantes universitários sobre os efeitos da participação em projetos de extensão, vem, sem dúvida, corroborar a tese aqui apresentada e defendida pelo Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (Forext), apoiador da iniciativa da Universidade Católica de Brasília (UCB), de que a prática da extensão pela comunidade acadêmica, constituída por docentes, técnicos e discentes de todos os cursos de nossas Ices, contribuirá decisivamente para um novo sistema de formação

acadêmica e profissional, bem como para a efetiva realização de sua missão e de seu compromisso social.

Wanderley Chieppe Felipe

Presidente do Forext e Pró-reitor de Extensão da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)

ANEXO 1

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Centro Universitário Claretiano
Centro Universitário FAE
Centro Universitário Salesiano de São Paulo
Centro Universitário Univates
Faculdade Frassinetti do Recife
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Universidade Católica de Brasília
Universidade Católica Dom Bosco
Universidade Católica de Pernambuco
Universidade de Caxias do Sul
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Universidade de Cruz Alta
Universidade de Santa Cruz do Sul
Universidade Metodista de São Paulo
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Universidade Regional Unijuí
Universidade Univille

ANEXO 2

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- 1) Quais foram os motivos que o levaram a participar do projeto de extensão?
- 2) Quais foram as aprendizagens mais importantes que você construiu no projeto de extensão?
- 3) Quais as aprendizagens do projeto que poderiam ajudar na aprendizagem do seu curso?
- 4) A participação no projeto de extensão o motivou para buscar aprendizagens novas e mais integradas?
- 5) Como o projeto de extensão contribui para o exercício da sua cidadania?
- 6) Como o projeto de extensão pode contribuir para com o seu desempenho profissional?
- 7) Enfim, você gostaria de indicar mais algum aspecto sobre o processo de aprendizagem por meio da extensão?

A extensão universitária, dentre a diversidade de entendimentos, pode ser considerada uma diretriz institucional, um processo mediador de construção do conhecimento, e uma atividade que aponta para a finalidade do percurso da aprendizagem, qualificando o valor epistemológico, ético e político da instituição, que deve ser vivenciado, cotidianamente, pelos sujeitos acadêmicos e comunitários, pelos processos instituídos e instituintes, e pelos resultados individuais e coletivos. Esse princípio está vinculado, também, ao seu projeto social, que se torna a razão do acolhimento de milhares de jovens, formando-os intelectual e profissionalmente, com o objetivo de atuar de modo profissional competente e de maneira cidadã consciente. Para que tal procedimento seja significativo é oportuno que a relação da academia com a sociedade, por meio dos seus projetos pedagógicos, constituam-se num tempo e espaço favoráveis para o processo de aprendizagem.

Luiz Síveres



Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade

